

Mercados, campesinato e cidades

Abordagens possíveis

Maria Catarina Chitolina Zanini

Organizadora



Mercados, campesinato e cidades
Abordagens possíveis

Maria Catarina Chitolina Zanini
Organizadora

Mercados, campesinato e cidades

Abordagens possíveis

E-book



2015

© Dos autores – 2015
zanini.ufsm@gmail.com

Editoração: Oikos

Revisão: Geraldo Korndörfer

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial:

Antonio Sidekum (Nova Harmonia)
Arthur Blasio Rambo (IHSL)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (UNISINOS)
Elcio Cecchetti (UFSC e UNOCHAPECÓ)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
Luis H. Dreher (UFJF)
Marluza Harres (UNISINOS)
Martin N. Dreher (IHSL – MHVSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raul Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (UNINOVE)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
Cx. Postal 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

M553	Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis / Organizado por Maria Catarina Chitolina Zanini. – São Leopoldo: Oikos, 2015. 219 p.; 16 x 23cm. (E-book) ISBN 978-85-7843-514-1 1. Feira livre. 2. Campesinato. 3. Políticas públicas. 4. Trabalho familiar. I. Zanini, Maria Catarina Chitolina. CDU 339.177
------	---

Catálogo na publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	7
Trabalho familiar, comércio e reprodução social camponesa	9
<i>Giralda Seyferth</i>	
Campesinato e trabalho acessório, antagônicos ou complementares? Os desafios de um campesinato frente à cidade	32
<i>Annelise Caetano Fraga Fernandez</i>	
<i>Miriam de Oliveira Santos</i>	
O <i>futuro</i> do passado: comércio em feiras, vida rural e tradições culturais. Alguns apontamentos	67
<i>João Carlos Tedesco</i>	
Jovens rurais nas feiras de Santa Maria: trabalho, sociabilidade e consumo	92
<i>Joel Orlando Bevilaqua Marin</i>	
<i>Cassiane Costa</i>	
<i>Cristiane Coradin</i>	
Políticas públicas e trabalho familiar na agricultura do Sul do Brasil	123
<i>Maria Catarina Chitolina Zanini</i>	
<i>Miriam de Oliveira Santos</i>	
Experiências de ecologização na agricultura familiar: atores sociais, produção artesanal e feiras na região Central do RS	140
<i>Everton Lazzaretti Picolotto</i>	
<i>Cristina Bremm</i>	
<i>Bruno Traesel Schreiner</i>	

Algumas considerações sobre a família camponesa:
desafios e estratégias na reprodução social do campesinato
no Feirão Colonial de Santa Maria/RS 163

Silvana Silva de Oliveira

Maria Catarina Chitolina Zanini

Fazendo etnografia na feira: uma etnografia entre mulheres
camponesas em Santa Maria, no Rio Grande do Sul 185

Patrícia Rejane Froelich

Maria Catarina Chitolina Zanini

Apresentação

Fazer a apresentação de um livro como este não é tarefa fácil. Foram anos de trabalho, de pesquisa, de diálogo com alguns dos pesquisadores aqui presentes, com estudantes e, principalmente, com os feirantes, grandes protagonistas desta obra. Muitos e muitos aprendizados, muitas trocas. O conjunto de textos que aqui se apresenta é fruto, em grande parte, do projeto de pesquisa denominado *Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul*, iniciado em 2012 e por mim coordenado (com financiamento Capes/CNPq). De fato, a pesquisa etnográfica teve início bem antes, por meio de outro estudo que privilegiava pesquisar o universo das mulheres feirantes, de seu mundo de trabalho e cotidiano. Deste projeto para o das feiras foi um desdobramento e um envolvimento cada vez maior com o tema.

Trata-se de uma coletânea organizada por mim, mas que conta com textos que enfocam, de formas diversas, as possibilidades de troca entre o mundo camponês e o mundo do mercado e a cidade, questão central no projeto das feiras. Acompanhar o processo de produção, distribuição e consumo destes camponeses foi algo sem precedentes em minha vida acadêmica. Conhecer estas pessoas, suas histórias de luta e de busca por valorização foi um presente em muitos sentidos. A história das mulheres é um capítulo especial.

O texto de Giralda Seyferth é o carro-chefe desta obra, trazendo uma refinada discussão sobre o trabalho camponês familiar e a lógica do mercado. Questão esta que tem sido foco de imensos debates teóricos e políticos também. Neste texto, a autora aponta alguns dos caminhos históricos e contemporâneos sobre o tema.

O texto de Annelise Caetano Fraga Fernandez e de Miriam de Oliveira Santos traz uma rica reflexão sobre campesinato, trabalho acessório e o mundo das cidades. Questões estas que estiveram o tempo todo envolvidas no cotidiano das feiras que estudamos.

O texto de João Carlos Tedesco aponta para uma questão muito importante no cenário capitalista contemporâneo. O processo que ele

denomina de “O futuro do passado” é extremamente rico. Pois, para estes camponeses, a feira se apresenta como futuro e modernidade. Algo extremamente importante para se pensar os caminhos das novas economias em ascensão, especialmente aquelas que apontam para agência nos pequenos negócios como é uma unidade camponesa de produção.

O artigo de Joel Orlando Bevilaqua Marin, Cassiane Costa e Cristiane Coradin reflete sobre a situação dos jovens, filhos destas famílias camponesas de feirantes. Qual futuro para eles se apresenta? Como pensam seu cotidiano na vida camponesa? Pensam sobre reprodução camponesa? Questões extremamente ricas que o texto nos apresenta e nos desafia a pensar.

O texto de Miriam de Oliveira Santos e Maria Catarina Chitolina Zanini nos conduz a uma reflexão sobre as políticas públicas para o campesinato no sul do Brasil e em que medida são eficazes ou mesmo compreensíveis para estes camponeses. O texto nos apresenta um histórico do campesinato e também uma breve reflexão sobre a questão do gênero.

O artigo de Patrícia Rejane Froelich e Maria Catarina Chitolina Zanini é fruto de pesquisa etnográfica realizada em duas feiras urbanas na cidade de Santa Maria. A Feirinha de Camobi e a feira da Saturnino de Brito, ambas de pequenos produtores. Trata-se de um panorama geral sobre o trabalho e cotidiano dos feirantes no contexto urbano das feiras.

O texto de Everton Lazzaretti Picolotto, Cristina Bremm e Bruno Traesel Schreiner nos dirige para uma reflexão acerca dos processos de ecologização das feiras no Rio Grande do Sul. O que observamos, em nossa experiência de pesquisa em Santa Maria, é que tal processo está se dando na cidade também e tal discurso adentra o universo camponês. Este trânsito promove, com certeza, novas formatações para o camponês pensar a si mesmo e ao seu trabalho.

O artigo de Silvana Silva de Oliveira e Maria Catarina Chitolina Zanini é uma reflexão sobre a reprodução social camponesa no contexto de uma das mais importantes feiras da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Trata-se da feira denominada de Feirão Colonial e que está envolvida diretamente num projeto de economia solidária.

Convido a todos para a leitura dos textos aqui apresentados e que esta obra seja um impulso para novos e futuros estudos sobre as feiras e os diálogos entre o mundo camponês, o mercado e as cidades.

Trabalho familiar, comércio e reprodução social camponesa

Giralda Seyferth

No contexto do amplo debate sobre um possível potencial político do campesinato direcionado para o socialismo, na virada do século XX, Karl Kautsky, num livro significativamente intitulado **A questão agrária**¹, situou a pequena exploração familiar camponesa entre os modos pré-capitalistas de produção. Seu propósito era mostrar que, no caso da agricultura, os princípios teóricos do marxismo acerca do sistema de produção capitalista não podiam ser reduzidos à fórmula do desaparecimento da pequena exploração diante da grande. Assim, o problema não consistia em saber se a pequena exploração camponesa tem ou não futuro, competindo ao analista pesquisar as transformações experimentadas pelo campesinato a partir do advento do capitalismo e ao mesmo tempo observar como o capital se apodera da agricultura. O que estava em pauta nessas afirmações permanece atual: as modificações produzidas no campo com o advento do capitalismo, entre as quais se destacam a concentração fundiária, a indústria e a proletarianização que transformaram o caráter da produção camponesa. Kautsky estava se referindo às transformações socioeconômicas no mundo rural europeu, atento à noção de classe (social), apontando para a diversidade do estrato camponês.

De fato, as mudanças assinaladas supõem a predominância das características empresariais do campesinato e também o aumento da proletarianização, da migração, inclusive pendular, e dos indivíduos com dupla ocupação diante da redução das parcelas de terra das unidades familiares. A

¹ Este trabalho foi elogiado por Lenin, mas o posicionamento crítico de Kautsky em relação ao bolchevismo o transformou numa espécie de “renegado” no contexto do comunismo. A polêmica entre Lenin e Kautsky sobre socialismo, revolução proletária e campesinato pode ser observada nos textos de ambos publicados na coletânea organizada por Silva e Stolke (1981).

heterogeneidade daí resultante certamente dificulta a percepção conceitual de uma “classe camponesa”, assunto bastante discutido na literatura sobre movimentos sociais no campo². Aqui, pretendo assinalar apenas a diferença interna nos meios rurais, que pode incluir os pequenos proprietários independentes (produtores familiares com renda que permite a reprodução social nessa condição, formando um segmento médio), os meeiros, os foneiros, os jornaleiros e outros tipos de trabalhadores (em geral, sem terra), muitos dos quais configuram deslocamentos pendulares, coisa peculiar também aos **worker peasants** (operários camponeses, numa tradução livre), integrantes de famílias com terras insuficientes e que transitam entre a agricultura familiar e o assalariamento (SEYFERTH, 1974).

À parte dessa questão crucial da diferenciação interna e seus referenciais da posição social, na contextualização teórica da “economia camponesa” prevaleceram algumas categorias básicas, entre as quais se distinguem a relação específica com a terra, o trabalho familiar³, a renda indiferenciada, a inserção peculiar num sistema de mercado, a antinomia rural-urbana, etc. Tais características são indicadoras de uma unidade básica de posse (da terra), produção e consumo, conforme assinalado por Shanin (1971). Por outro lado, referindo-se à “pressão da economia envolvente”, Mendras (1978, p. 46) procurou mostrar que “a outra face da economia camponesa é precisamente a sua participação em uma economia mais ampla, que a domina, contra a qual ela se protege e que procura também utilizar em seu proveito”. Percepção semelhante é evocada por Tepicht (1973) ao tratar do modelo de produção camponês, procurando mostrar que ele se insere em diferentes formações econômicas, mas se adapta e interioriza a seu modo as leis de cada uma; nesse sentido, sua inserção no capitalismo é peculiar, pois, apesar do mercado, tem seus próprios princípios de existência, entre os quais se destaca a simbiose de empresa agrícola e economia doméstica.

Assim, na prática, a unidade de produção camponesa opera como economia doméstica e pequena empresa, numa espécie de coletivismo familiar. Com a modernização e seus efeitos sobre a economia camponesa,

² Ver, por exemplo, os debates (teóricos) sobre a diferenciação interna e a atuação dos diferentes segmentos do campesinato nos movimentos revolucionários do século XX, observáveis nos trabalhos de Hobsbawm (1973), Alavi (1973) e Wolf (1984).

³ Expressão que assinala uma estrutura ocupacional onde não existem salários, conforme Chayanov (1966), e o uso de mão de obra externa (envolvendo parentesco ou não) é eventual.

envolvendo muitas vezes a intervenção de agentes externos, inclusive através do Estado, os processos de mecanização, percepções mais precisas de lucratividade, e a inserção diferenciada no mercado, intervêm no sentido de priorizar produtos para venda nas unidades pertencentes a camponeses remediados. Daí a discussão sobre o maior peso do componente empresarial, porém sem perda consistente do princípio da economia doméstica, mantendo-se a produção variada para autoconsumo. A situação se inverte no caso dos camponeses com dupla ocupação e pouca terra, diminuindo ou desaparecendo o cultivo para o mercado, e mantendo a produção para o consumo da família, uma característica que, no plano discursivo dos atores sociais, demarca a percepção idealizada da autossuficiência alimentar do pequeno produtor rural.

O tema da modernização introduziu no debate conceitual a questão da transformação social e, com ela, o vislumbre do desaparecimento do campesinato, assinalando o predomínio da agricultura capitalista⁴. No entanto, as mudanças não modificaram substancialmente o sentido original da indiferenciação de papéis na família camponesa, inclusive no caso mais emblemático das unidades cultivadas por agricultores em tempo parcial (detentores de emprego assalariado).

Enfim, trata-se de assinalar as mudanças que pressupõem, por um lado, a predominância das características empresariais do campesinato possuidor dos meios de produção e, por outro lado, a proletarianização parcial derivada sobretudo da insuficiência de terras, porém com a constatação da persistência de muitas características básicas dos grupos camponeses, culturais, sociais e econômicas, aí incluído o caráter familiar da economia e a importância atribuída à produção para consumo doméstico. De fato, é preciso observar que as relações externas sempre existiram e isso compreende a produção para o mercado e as vinculações com a cidade e o Estado, assinaladas nos estudos antropológicos especialmente por Redfield (1956) e Wolf (1970).

Esta breve digressão pelos meandros da discussão teórica tem o propósito de introduzir o objeto deste artigo, referido à questão do comércio e, simultaneamente, a algumas características das atividades produtivas para

⁴ A referência ao capitalismo e, por extensão, à globalização, é mais comum, porém a literatura pertinente, sobretudo de orientação marxista, alude a outras formações econômicas (históricas e atuais), inclusive a coletivização imposta pelo Estado nos países comunistas. Ver Chayanov (1966), Galeski (1972).

vender, cuja apreensão de lucratividade leva em conta a dimensão do consumo doméstico associando policultura e criação à representação idealizada de uma suposta autossuficiência alimentar. Nesse sentido, pretendo analisar, de maneira concisa, algumas formas de comercialização utilizadas por pequenos produtores rurais de uma região colonizada por imigrantes europeus, o Vale do Itajaí-mirim, a partir da fundação da colônia Itajaí (depois denominada Brusque) por imigrantes alemães, em 1860⁵, uma iniciativa do governo imperial brasileiro e do governo provincial de Santa Catarina. Seguindo os ditames da legislação pertinente, as famílias de colonos receberam por compra lotes rurais de aproximadamente 25 hectares, onde deviam obrigatoriamente fixar residência. Essas unidades de produção conformaram a ocupação da região através de linhas coloniais⁶, circunscrevendo comunidades camponesas dedicadas à policultura e criação, cujos excedentes, nos primórdios, eram vendidos para comerciantes estabelecidos nas confluências das linhas ou na sede da colônia que, por suas funções urbanas, foi denominada **Stadtplatz**⁷ pelos imigrantes alemães.

Assim, vou tratar da inserção dos colonos num sistema de mercado, inicialmente estruturado na relação com os comerciantes anteriormente mencionados, e aos poucos assumindo outras formas diante das transformações socioeconômicas advindas da industrialização (que, por certo, transformou o **Stadtplatz** numa verdadeira cidade) e do progressivo aumento do segmento de operários camponeses ao longo do século XX, em parte relacionado à redução das propriedades familiares (os “lotes coloniais”). Para os propósitos deste artigo, não cabe discutir minuciosamente as particularidades da formação camponesa em áreas de colonização europeia, analisadas por mim em outras publicações⁸. Detenho-me apenas nas formas de

⁵ Os primeiros e mais numerosos colonizadores eram de origem alemã, e Brusque tinha o epíteto de “colônia alemã”, mas a região recebeu também colonos italianos e poloneses, e ocorreu uma tentativa fracassada de introdução de irlandeses e franceses.

⁶ O termo vem do jargão oficial e designava a via de comunicação (inicialmente uma picada) a partir da qual os lotes coloniais eram demarcados. Apropriado pelos colonos (como em outras áreas do sul do Brasil), tornou-se um demarcador comunitário.

⁷ O uso dessa expressão é significativo porque mostra uma antinomia campo-cidade antes de existir, de fato, uma cidade. O termo composto (**Stadt** = cidade, **Platz** = lugar) representa um espaço percebido como cidade.

⁸ Ver, por exemplo, Seyferth (1974, 2009). Sob este aspecto deve-se destacar o estudo de Jean Roche (1969) sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, onde sobressai a relação entre comerciantes e colonos.

circulação dos excedentes da produção policultora e dos cultivos destinados exclusivamente ao comércio, num contexto histórico de mudança social até o tempo presente, no qual a posse de uma colônia plena (cuja referência é a propriedade de 25 hectares) é exceção. Na região, o termo colônia tem duplo significado, pois designa a propriedade familiar (portanto, um espaço restrito de sociabilidade e produção) e também o mundo rural em antinomia com a cidade. A designação reportada à forma restrita, recôndita, da unidade familiar, porém, não se apegava exclusivamente ao modelo idealizado da propriedade rural que evoca os primórdios da colonização. Nesse caso, o tamanho da colônia não é importante, pois o que confere identidade ao colono é a atividade agrícola, mesmo em tempo parcial, privilegiando o consumo familiar, quando a renda do trabalho assalariado supera aquela que pode ser obtida com a eventual comercialização de excedentes..

Existem diversas formas de comercialização camponesa, porém a literatura antropológica deu destaque à “praça de mercado” e suas articulações com a economia mais ampla. Também enfatizou os aspectos não econômicos observados nesses lugares, envolvendo, entre outras coisas, reciprocidades e sociabilidades⁹. Além dessas características relacionadas às particularidades da inserção camponesa num sistema de mercado, sobressai o fato da produção para a subsistência que não chega ao mercado, assunto presente nas representações sobre a identidade social camponesa, observável na definição da categoria colono que, no sul do Brasil, distingue o pequeno produtor rural familiar de origem europeia (cf. SEYFERTH, 1992).

De fato, na região aqui focalizada, a produção destinada ao consumo familiar tem sido apresentada ao longo do tempo como a peculiaridade mais evidente da condição social do colono. Não obstante, a comercialização de excedentes do consumo doméstico e/ou de produtos cultivados exclusivamente para vender existiu desde os primórdios da colonização, marcada pela relação entre colonos e proprietários de casas comerciais e, mais tarde, pela relação entre colonos e uma freguesia urbana. A feira ou, mais

⁹ Ver, entre outros, os trabalhos exemplares de Bohannan e Dalton (1965), Mintz (1959), Belshaw (1968) e Wolf (1970).

precisamente, a “praça de mercado” assinalada na teoria¹⁰, é um fenômeno mais recente e de pouca importância na região.

No período histórico dos assentamentos familiares nas linhas coloniais, iniciados com a fundação de Brusque em 1860 e concluídos quase meio século depois, a produção colonial foi comercializada principalmente através das casas comerciais (chamada “vendas”) instaladas no **Stadtplatz**, um povoado reconhecido como vila – denotando, oficialmente, uma condição urbana – no final do século XIX, no contexto da criação do município (e respectiva autonomia política). Já tratei desse sistema de comércio anteriormente (SEYFERTH, 1974), mas devem ser assinaladas aqui as suas principais características, inclusive a relação de dominação exercida pelos comerciantes (os “vendeiros”) sobre os colonos através do monopólio dos preços, do transporte e do beneficiamento de produtos agrícolas de maior importância comercial.

A ocupação do Vale do Itajaí por imigrantes alemães configurou, nos termos de Waibel (1958, p. 263), uma região pioneira, aludindo à expansão civilizadora além da fronteira da zona povoada. O significado disso é simples: os colonos foram localizados numa ampla região coberta pela floresta subtropical, e, no caso da colônia Brusque, as linhas principais foram demarcadas a partir do lugar reservado para formar o povoado sede da administração¹¹. A presença de comerciantes foi imediata, tendo em vista o abastecimento necessário numa situação em que os imigrantes ficavam (mal) alojados em abrigos precários aguardando a concessão da terra; depois, com o incremento da produção agrícola, à medida que o povoamento foi sendo efetuado, surgiram várias casas comerciais no **Stadplatz** e nos entrocamentos das linhas, onde os colonos vendiam seus produtos (excedentes) e compravam aquilo que não podiam produzir. Na conjuntura do desbravamento, os comerciantes mais bem situados no povoado assumiram o controle do transporte de mercadorias entre a colônia e o porto de Itajaí, inicial-

¹⁰ Dito de maneira simplista, a “praça de mercado” é o espaço onde as trocas têm lugar a partir de princípios de mercado bastante variáveis, marcado também por referências sociais, culturais, políticas, etc. Cf. Bohannon e Dalton (1965); Belshaw (1968).

¹¹ Povoado e linhas conformavam o modelo oficial de núcleo colonial, que devia ser cumprido também pelas empresas colonizadoras – caso do empreendimento de Hermann Blumenau no rio Itajaí-açu, que fundou a colônia que levou seu nome em 1850, considerado o marco da colonização regional.

mente feito pelo rio, em pequenos barcos, e depois pela via terrestre aberta 10 anos após a fundação da colônia.

Os comerciantes eram imigrantes alemães e, por certo, formaram uma rede interligando linhas e povoados. Os mais bem-sucedidos emigraram com algum recurso com o propósito de abrir um casa comercial em área urbana, eventualmente com ramificação no interior da colônia. Por outro lado, colonos estabelecidos em lotes coloniais eventualmente se dedicaram ao pequeno comércio a partir da renda auferida com a boa produção agrícola da família. Na versão mnemônica de descendentes, essa forma de empreendedorismo teria sido possível na situação em que o grupo familiar teve condições de explorar atafonas ou engenhos para beneficiamento de certos produtos (como milho e mandioca), atendendo a própria demanda e a de colonos vizinhos. Esse tipo de consideração tem a ver com o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, pois o argumento mais frequente desse discurso aponta para famílias com filhos adultos, não casados, em sua plena força de trabalho, permitindo uma acumulação de renda não alcançada por casais com filhos pequenos na situação de desbravamento. Outra forma de acumulação veio da exploração de pequenas serrarias, possível no contexto do desbravamento, associada à trajetória ascendente de um dos mais prósperos comerciantes de Brusque.

Percebe-se aí uma certa variedade de casas comerciais, porém o sentido monopolista do comércio envolvendo a produção camponesa foi estabelecido por um pequeno grupo de comerciantes de origem alemã que prosperaram na vila de Brusque, determinando o preço de mercadorias e ordenando um sistema de registro de compra e venda que mantinha os “fregueses” colonos sob controle.

Interessa reter aqui dois aspectos importantes relacionados a essa questão monopolista, evidenciados em petições e outros documentos produzidos por colonos no período de desbravamento. Ambos assinalam a dependência em relação ao comerciante antes e depois do estabelecimento da família no lote colonial. No tempo de espera na sede da colônia, muitos imigrantes se endividaram comprando alimentos, implementos variados, etc., a fim de dar início à exploração agrícola e construção da moradia. Começavam a vida como colonos devendo ao comerciante e também ao Estado, pois a venda do lote, a prazo, formava a “dívida colonial”. O controle de preços tinha o agravante dessa dívida inicial a ser quitada com a

produção futura. O outro ponto diz respeito à impossibilidade dos próprios colonos financiarem o transporte de seus produtos, acentuando a dependência em relação aos comerciantes que fixavam os preços de acordo com suas conveniências, numa situação em que dívidas antigas eram saldadas com produtos, e novas dívidas eram contraídas.

Assim, os poucos dados apresentados mostram a subalternidade do camponês assinalada na literatura (cf. SHANIN, 1971), nesse caso, um tipo de dominação de natureza econômica. Mas para os propósitos deste artigo é conveniente assinalar o que, afinal, os colonos comercializam nas “vendas” – um termo de duplo significado, pois designa a casa comercial (cujo dono é o “vendeiro”) e o próprio ato de compra e venda.

O fundamento econômico mais evidente da produção familiar é a policultura e a criação de animais (aves, porcos e algum gado leiteiro), visando ao consumo doméstico e à venda de excedentes. Contudo, a equação não é tão simples por dois motivos: o cultivo destinado ao comércio e aquele destinado à alimentação dos animais. O fumo e a manufatura de charutos aparecem nas estatísticas da produção para o comércio desde o início da colonização, apresentados como fonte de renda para muitos colonos. Da mesma forma, milho, mandioca e cana de açúcar, devidamente transformados em fubá, farinha e açúcar nas atafonas e engenhos (próprios ou pertencentes a comerciantes), tinham valor comercial, embora servissem ao consumo doméstico e ao trato dos animais. A criação de porcos visava principalmente à produção de banha e embutidos para a venda; e os derivados do leite (queijo, manteiga), destinados principalmente ao consumo familiar, eventualmente podiam ser comercializados. Toda essa produção circulava através das casas comerciais, servindo ao abastecimento regional na conjuntura histórica do crescimento urbano dos povoados principais, e à exportação para o mercado mais amplo através do porto de Itajaí.

O controle sobre a circulação de mercadorias exercido pelos principais comerciantes (estabelecidos no **Stadtplatz** e com vinculações externas) é um indicador importante da sujeição dos camponeses a esse mercado, caracterizado por uma ação simples de venda e compra, assegurando a subsistência familiar e a reprodução social. Na prática, as transações nem sempre envolveram dinheiro, pois os colonos podiam entregar seus produtos em troca de ferramentas, tecidos, sal e outros artigos necessários e não produzidos na região, às vezes contraindo dívidas sobre as quais incidiam

juros, numa forma de crédito que criou maior dependência em relação ao comerciante.

Uma frase contida num manuscrito sobre a vida em Brusque, datado de 1886, resume a dependência (referido ao fato da disparidade dos preços das mercadorias vendidas aos colonos em troca da produção colonial): “o colono compra a ferradura pagando com o cavalo”. Para assegurar o monopólio, os comerciantes, em comum acordo, mantinham os preços de produtos coloniais baixos, obtendo maior lucro (cf. SEYFERTH, 1974, p. 108). Por outro lado, os comerciantes também eram proprietários de engenhos, serrarias e fecularias, aumentando assim a dependência dos colonos que entregavam a eles a metade da produção bruta em troca do beneficiamento.

Nas pequenas casas comerciais do interior da colônia, as transações seguiam este modelo, porém eram de pequena monta, e seus proprietários dependiam dos seus congêneres situados na área urbana. De certo modo, seus proprietários eram colonos e o espaço da venda surgiu como lugar da sociabilidade, principalmente masculina: bar, ponto de reunião, de jogos como o carreado, muitas vezes contendo uma cancha para o jogo da bocha¹² – situação ainda hoje presente no meio rural.

Nesta conjuntura de circulação de bens e pessoas, resta fazer referência aos intermediários que atendiam principalmente àqueles produtores que não possuíam meio de transporte ou viviam nas linhas mais distantes do centro urbano. Eram colonos e pequenos comerciantes que, em data previamente marcada, recolhiam a produção destinada à venda numa linha, ou entre vizinhos, cujo destino eram as principais casas comerciais. Assim, parte dos rendimentos obtidos ficava com esses intermediários. Com o crescimento urbano e a industrialização iniciada no fim do século XIX, alguns colonos e intermediários estabeleceram uma relação direta de venda aos consumidores urbanos, formando uma freguesia semanal; mas isso representou uma alternativa limitada, que não substituiu a relação com os grandes comerciantes, pois a produção colonial geradora de renda chegava ao mercado (interno e externo) através deles.

¹² A bocha, jogo com nove bolas de madeira (uma pequena e oito maiores), é disputada entre duas ou mais pessoas: numa pista cercada, a bola menor serve de alvo e os jogadores devem jogar as bolas que lhe cabem o mais próximo possível da mesma. A prática é atribuída aos imigrantes italianos, porém tornou-se bastante popular em toda área colonial. A imigração italiana no Vale do Itajaí foi importante a partir de 1875.

O capital acumulado através de um sistema de comércio desfavorável ao campesinato, na realidade, abriu caminho para o empreendimento industrial num momento de maior dificuldade de acesso à terra para a segunda e terceira geração de imigrantes, diante da fase final dos assentamentos coloniais chegando às terras acidentadas e impróprias para a atividade agrícola, e do parcelamento de muitas propriedades inviabilizando a reprodução social na condição camponesa.

Os novos industriais não deixaram de lado suas casas comerciais, mantendo-se, portanto, a relação de dependência dos sujeitos colonos, paradigma persistente na indústria que empregou o excedente populacional do campesinato, propiciando uma causa adicional à fragmentação dos lotes coloniais. Ao longo do século XX, o emprego urbano, particularmente na indústria têxtil implantada pelos comerciantes, aumentou progressivamente o número de agricultores em tempo parcial, e, aos poucos, o meio rural se transformou com o predomínio dos colonos operários que diluiu a antinomia rural urbana. A inserção no mercado de trabalho industrial constituiu-se como alternativa à migração para outras frentes de colonização, marca mais constante da mobilidade na primeira metade do século XX.

A relação com os comerciantes teve alguma continuidade, mas aos poucos foi diminuindo a importância dessa forma de inserção no mercado, surgindo outras, mais precisamente a integração com empresas de beneficiamento de produtos agrícolas e cooperativas. Na década de 1950 houve aumento do cultivo do fumo em razão da integração com empresas fabricantes de cigarro; e o arroz apareceu como boa alternativa de cultivo para a venda, no caso dos colonos “fortes” (termo que designa famílias com terras suficientes para viver da agricultura). Arroz, milho e mandioca fazem parte da produção intermediada com empresários possuidores de engenhos, feculares e descascadores. No entanto, nada disso modificou a ênfase na policultura e sua essencialidade, o consumo doméstico. Destacando essa premissa, um produtor de fumo entrevistado na década de 1980, quando este cultivo já estava em decadência na região, afirmava taxativamente que “fumo não se come”, é plantado e colhido em poucos meses, dá algum lucro, mas “o colono precisa plantar de tudo um pouco para a família não morrer de fome”.

Tudo isso mostra uma variedade de inserções do campesinato naquilo que vagamente costumamos chamar de mercado, onde intermediários

diversos (aí incluídos os comerciantes) avolumam, transportam e/ou beneficiam a produção entregue pelos colonos em pequenas quantidades, sem abrir mão da policultura e do autoconsumo.

No tempo presente, a maioria dos estabelecimentos rurais da região tem menos de 10 hectares e pertencem a famílias onde prevalece a dupla ocupação, combinando a atividade agrícola com outra assalariada. A síntese da situação no campo, paradoxalmente, é dada por um colono pleno:

“Trabalhando só na lavoura tem só uns poucos, como eu; dá para contar nos dedos. A maioria tem uma rocinha e trabalha na fábrica...”

Mas, apesar do desalento com o futuro dos jovens na agricultura, ele próprio aponta para a existência (ainda) daqueles que vivem da atividade agrícola “plantando de tudo um pouco e vendendo o que sobra” para algum “vendedor” ou freguesia, na cidade. Em outro momento, reclama dos baixos preços dos produtos plantados para comerciar, daí a ênfase nas “sobras” do consumo doméstico. Deriva daí a crítica mais geral ao cultivo do fumo e seu abandono na região, um produto apresentado como “veneno”, pouco rentável e de muito trabalho insalubre. Tais considerações aparecem na maioria das falas, valorizando a policultura e a criação como única maneira do colono sobreviver, e isso vale também para aqueles que precisam de trabalho assalariado. Para um bom número de famílias, porém, a “sobrevivência” depende de alguma comercialização, e suas formas atuais remetem à tradição passada, mas também a novos relacionamentos.

O fumo, de fato, teve grande relevância na região, e a empresa Souza Cruz manteve uma fábrica / entreposto para recebimento da produção no regime de integração, no qual os colonos recebiam adubo e defensivos (por compra) e entregavam as folhas secas em fardos após processamento em estufas construídas para esta finalidade seletiva em cada propriedade. Na década de 1980, a fábrica foi desativada diante da desistência da maioria dos produtores familiares. Apesar da ênfase na insalubridade derivada da manipulação dos defensivos e da secagem, manuseio e seleção das folhas, predominou na decisão o cálculo econômico dos colonos, envolvendo as noções de valor de troca e valor de uso assinaladas na literatura teórica (cf. GALESKI, 1972; TEPICHT, 1973, etc.). Nas considerações dos colonos, está subjacente a dupla finalidade da produção familiar e o peso relativo de cada uma, também relacionado à disponibilidade do emprego assalariado.

A questão dos custos da produção emerge nos discursos dos colonos sobre a rentabilidade daquele cultivo, revelando o domínio da empresa de cigarros monopolista e suas manobras para manter os preços baixos. De acordo com vários fumicultores, a empresa facilitava a obtenção de crédito bancário avalizando os empréstimos em geral destinados à construção da estufa e à compra de adubos e defensivos agrícolas (estes fornecidos pela própria empresa). Essa forma de endividamento era particularmente problemática porque a empresa tinha o controle dos preços, apesar da cotação estabelecida no mercado do fumo, pois costumava rebaixá-los classificando as folhas no nível mais baixo, diminuindo ou mesmo anulando o lucro do produtor. O trecho de um depoimento esclarece esse grau de dominação:

“A firma comprava a safra, mas rebaixava as classes das folhas feitas por nós depois da entrega pagando o que quer. Aí não dava para pagar a dívida no banco de uma vez e precisava começar o ano sem nada. Por isso, todo mundo por aqui desistiu do fumo”.

A impossibilidade de uma renda mínima compatível com o grau de desgaste exigido pelo cultivo do fumo, e a dependência em relação à empresa de cigarros (com o consequente endividamento bancário) foram fatores decisivos para o investimento em outros cultivos comerciais – caso do arroz e do milho, por exemplo – justificado pelo argumento do autoconsumo, juntamente com uma percepção do valor de troca, ou vantagem monetária.

A frase-chave da representação da autossuficiência põe a dimensão doméstica em primeiro plano, mas sem descuidar do onipresente mercado:

“O colono planta para seu sustento e depois para a venda”.

A palavra “depois” nessa frase exaustivamente repetida não denota uma depreciação dos cultivos para o comércio, necessário à reprodução social. Apenas afirma a relevância da policultura e criação como fonte de alimentos para a família e, igualmente, como excedente que permite auferir renda. O abandono do cultivo do fumo foi seguido pelo aumento das lavouras de arroz, sobretudo nas propriedades com mais de 20 hectares, mas também observado em unidades familiares menores pertencentes a colonos com dupla ocupação. O arroz bruto é vendido para intermediários que fazem transporte, ou para donos de descascadores estabelecidos na região. Os preços estipulados num mercado dominado por atravessadores não agra-

dam, mas a renda obtida nesse comércio é percebida como essencial à sobrevivência, da mesma forma que a comercialização daquilo que “sobra” do consumo doméstico. Dois depoimentos ilustram bem as duas estratégias de comercialização.

“Eu tenho só lavoura, porque a fábrica paga mal... Planto arroz porque dá mais resultado na venda. Não dá para plantar uma coisa só porque se tem o milho, o aipim, a batata, o feijão ... o colono vende ... mas se não conseguir vender serve para comer, para tratar os animais”.

...

“Fiz uma roça de feijão porque o preço estava bom. Quando levei para vender no supermercado ofereceram muito pouco, dava prejuízo. Desisti do negócio e fui vender na porta da casa, para qualquer um. Fiz um preço bom e ganhei eu e ganharam os compradores... Por isso, os colonos precisam plantar de tudo porque se não conseguem vender a família pelo menos tem comida”.

A valorização da policultura, portanto, envolve um cálculo econômico que leva em conta o consumo doméstico e permite certas estratégias de comercialização dos excedentes marcadas pela relação direta com os consumidores urbanos. Esse não é o caso do plantio destinado ao mercado – fumo e, mais recentemente, o arroz e a batata – cuja venda depende dos intermediários (indústria, atravessadores) que estabelecem o preço e controlam o transporte. Nesse caso, os colonos dedicados à agricultura¹³ enfrentam a mesma situação de dependência vivenciada pela primeira geração de imigrantes no período de colonização.

A existência de cultivos exclusivamente destinados ao mercado mais amplo não é comum nas propriedades menores. Nas representações sobre a dupla ocupação de colono e trabalhador urbano, o salário aparece como

¹³ A expressão “viver da roça”, usada na região, não significa, necessariamente, a ausência de assalariados na unidade doméstica. É uma referência à propriedade indivisível, e o conseqüente encaminhamento dos filhos não herdeiros para outra atividade ou, ainda, à possibilidade fortuita de recompor por compra uma área equivalente ao lote-padrão dos tempos coloniais. Assim, dependendo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, a unidade pode ter jovens solteiros já integrados ao mercado de trabalho urbano.

substituto da renda auferida com a “colheita” (própria para a venda), e a atividade agrícola (em tempo parcial) é algo complementar, produzindo mais para o autoconsumo do que para a venda. Por outro lado, a criação é uma fonte de renda ainda importante nesse meio rural heterogêneo, daí as muitas referências à utilidade dos plantios diversos (inclusive a horticultura) que, além de alimentar a família, permite o trato dos animais sem despesas adicionais. Nesse sentido, criam-se galinhas, vacas e porcos para a produção de ovos, queijo, manteiga, carne e embutidos que servem ao consumo doméstico e atendem à demanda de pequenos comerciantes e “fregueses” locais. Trata-se de um comércio restrito, de pequena monta (diante da concorrência atual dos supermercados), mas valorizado num discurso que apela à autenticidade dos produtos “orgânicos”. A agricultura, a produção “caseira” de geleias, biscoitos, cucas e outras guloseimas, eventualmente reforçam a renda de algumas famílias.

A menção às muitas alternativas de ganho nesse contexto de longa duração de transformação social, marcado pela proletarização parcial do campesinato, tem o propósito de mostrar as estratégias atuais de inserção num mercado dominado por redes de supermercados, armazéns, mercearias, atravessadores, etc.

No início da década de 1980, dois tipos de comercialização da produção camponesa ainda eram comuns e reportados ao pressuposto do excedente do consumo doméstico: a venda (geralmente semanal) para uma freguesia urbana, e a relação de troca estabelecida com os donos de pequenas casas comerciais. São alternativas para os colonos assalariados que possuem pouca terra e praticam a agricultura de tempo parcial, e formas de complementar a renda auferida com o plantio exclusivo para a venda, anteriormente citado.

O crescimento urbano das últimas décadas tirou de circulação a figura do colono, em sua carroça, vendendo produtos variados de porta em porta, uma prática atualmente impossível diante do aumento do trânsito de carros. No entanto, persiste o negócio com pequenos comerciantes e alguma relação direta com consumidores através do transporte por carro ou nas pequenas feiras com localização e temporalidade difusas. Assim, os colonos adaptam-se a uma nova realidade procurando cultivos mais rentáveis e fazendo circular itens de alimentação diversos, em pequenas quantidades, que não discrepam da tradição camponesa local.

O que hoje é produzido, consumido e vendido pode ser exemplificado através de alguns casos que também são indicadores da diferenciação interna do campesinato. O primeiro caso diz respeito a uma família que “vive da agricultura” e possui uma colônia mantida indivisa (algo em torno de 25 hectares). Ali, os dados obtidos na entrevista realizada com os membros do grupo familiar (avó paterna, o casal, uma filha e dois filhos solteiros) mostra uma unidade produtiva característica dos tempos da colonização. Plantam “de tudo um pouco”, aipim, araruta, cana de açúcar, milho, batata doce, feijão, hortaliças, arroz, “conforme a tradição”. O trabalho é realizado pelos membros da família, numa divisão simples (de acordo com gênero) do trabalho:

“Todos ajudam no trabalho da roça. Mas arrumar a terra para o plantio do arroz é com os homens. Já as mulheres cuidam mais das hortaliças e dos animais, fazem **Mus**, queijo, manteiga ... Tem também o engenho para fazer melado e farinha”.

Nessa transcrição, fica evidente o resultado de uma produção artesanal que inclui ainda a criação de vacas, suínos e aves, pluriatividade que assegura a subsistência na condição camponesa. Nesse sentido, consideram essencial garantir o consumo familiar através de uma produção variada, da qual apenas dois itens são mais diretamente referenciados ao mercado – arroz (vendido para o dono do principal descascador da região) e porcos (vendidos para açougues ou fabricantes de embutidos). No mais, vende-se aquilo que excede a alimentação da família e o trato dos animais: hortaliças, tubérculos e itens processados como a farinha de mandioca, o melado e o **Mus** (termo alemão empregado corriqueiramente para designar um tipo de doce de frutas mais pastoso do que a geleia, bastante popular nas áreas de colonização alemã). Essas mercadorias são levadas para pequenas mercearias onde, às vezes, são deixadas em consignação, recebendo pelo que foi vendido. O possível prejuízo deriva sobretudo dos produtos perecíveis, especialmente as hortaliças.

O outro dado destacado na entrevista é a inexistência de estoques, pois, “uma vez colhido, ou feita a farinha, o **Mus**, tudo é levado para vender, depois de separar uma parte para alimentar a família”. Essa ausência de armazenagem, mais do que a perspectiva do prejuízo advindo de produtos perecíveis, decorre da necessidade de renda mais constante,

tendo em vista que o dinheiro recebido com a venda do arroz tem periodicidade anual.

Outro caso que assinala a diferenciação interna é o de um colono abonado, que possui cerca de 50 hectares (não contínuos), resultado da ampliação, por compra, da “colônia” original, e usa financiamento bancário (para comprar adubo, defensivos e implementos como um microtrator), tem uma produção diversificada, com predomínio de hortaliças, mas mantendo também o plantio “mais tradicional de aipim, milho”. A maior parte das tarefas é realizada pelos membros da família, porém eventualmente contrata um ou dois trabalhadores para o preparo da terra e plantio, que recebem pela jornada. Obviamente, este colono representa a numericamente pequena camada “forte” do campesinato que dispõe de terras suficientes e recursos para cultivá-las com sucesso, sobressaindo a dimensão “empresarial” associada ao domínio doméstico, assinalada na literatura teórica.

Este empreendedorismo camponês, referido ao cálculo da rentabilidade da horticultura, porém, não se afastou dos ditames básicos de consumo da unidade familiar e da policultura da “roça”. Na verdade, uma produção tradicionalmente identificada com o trabalho feminino e o autoconsumo passou a ser o principal item para comercialização, substituindo o fumo, o arroz e a mandioca. A variabilidade e o plantio sazonal dos produtos hortigranjeiros, por sua vez, ampliaram as opções de comercialização, motivo da sua popularidade entre colonos com dupla ocupação.

No caso em questão, aparecem várias alternativas de venda da produção horticoltora existentes na área, mostrando estratégias variadas de inserção no mercado. Uma parte da produção é negociada com supermercados numa situação desvantajosa para o produtor, que não tem o controle dos preços:

“O preço é muito baixo. Quem manda é o dono do supermercado. O colono que trabalha com essa plantação da horta não tem alternativa porque o que colhe não pode ser guardado e vender em casa para algum freguês não é solução”.

Aparentemente a segunda opção de venda não é condizente com as quantidades colhidas. No entanto, esse tipo de relação direta, no local, com o consumidor, onde o freguês compra diretamente na roça, tem suas vantagens, inclusive a negociação de preços controlada pelo colono e a dispensa

do transporte. No cálculo das vantagens estabelecido pelo colono, ambos saem ganhando:

“Eu digo o preço ... as vezes o freguês discute um pouco, diz que tá caro, só que leva porque a gente colhe na hora, a alface, a cenoura fresquinha...”.

Esse comércio “pingado” – termo referenciado às pequenas quantidades vendidas individualmente – ocorre com mais frequência naquelas propriedades mais próximas do centro urbano, portanto, localizadas na periferia das cidades. Além disso, quando a produção excede as expectativas, quando não ocorre nenhum desastre¹⁴, existe a opção de vender na cidade, num lugar disponibilizado para esse tipo de comércio, geralmente limitado, onde os produtores se concentram – uma feira, geralmente muito modesta. Não é a forma mais significativa de circulação da produção camponesa e ali são vendidos principalmente alimentos processados artesanalmente (conservas, queijo, **Mus**, melado, etc.) e produtos hortigranjeiros. As duas formas de comercialização não são atividades exclusivamente masculinas. As mulheres têm participação na feira e, na ausência do marido, negociam com o freguês “na roça”. Possivelmente existem questões de gênero envolvidas no âmbito da comercialização e seus “lucros”, porém prevalece nos discursos (inclusive das mulheres) a representação da renda familiar, um imaginado ideal de compartilhamento coletivo sob gerência do chefe da família.

A venda de produtos hortigranjeiros nas fábricas de conservas é a última opção da inserção no mercado mencionada na fala desse colono remediado. Nos dois casos citados, aparecem as formas mais comuns de comercialização, também praticadas pelos colonos que têm no assalariamento a sua fonte de renda mais significativa. Nesse sentido, uma narrativa familiar ilustra bem a situação de camponeses envolvidos numa pluratividade que inclui o assalariamento e uma produção destinada ao comércio. As duas pessoas entrevistadas – irmão e irmã – relataram sua inserção no mercado de trabalho urbano, associada ao cultivo em tempo parcial, decor-

¹⁴ Nas falas dos colonos, são comuns as referências aos problemas climáticos como seca, grando, porém a preocupação maior é com as enchentes do rio Itajaí-Mirim que podem destruir plantações, causando a perda da “safra”.

rente da partilha da propriedade após a morte do pai. A divisão dos lotes originais, de fato, é uma das causas da proletarização assinalada pela maioria dos colonos¹⁵.

O ponto crucial da transformação social na entrevista foi a subdivisão da propriedade familiar ocorrida, na forma da lei, após a morte do pai: a mãe ficou legalmente com a metade da colônia e os cinco filhos dividiram a outra metade. Posteriormente, a entrevistada empregou-se como operária numa indústria têxtil e, num arranjo entre herdeiros, cedeu sua parte ao irmão mais velho, que também comprou a parte de outros dois irmãos. Celibatária, na condição de agregada, continuou vivendo com a mãe e o irmão mais novo, casado (o outro entrevistado), que ficou com a maior parcela de terra (a parte que coube à mãe) e a moradia da família¹⁶. Na circunstância, todos passaram à condição de assalariados na indústria têxtil, mas apenas dois possuíam terras suficientes para combinar o emprego com a atividade agrícola.

A circunstância da dupla ocupação de colono e operário ficou explicitada na entrevista:

“Eu fiquei com a parte da mãe e precisei cuidar dela e da minha irmã que não casou ... ela ainda ajuda na roça e já aposentou na fábrica, tem o seu ganho ... A terra não dava pra viver só da roça e também fui para a fábrica, só que o salário é pouco e continuei a plantar aipim, batata, milho, verdura, capim e cana para as vacas. Todos da família ajudando. Dá para ter a comida na mesa e ainda vender alguma coisa”.

Vender alguma coisa significa aumentar um pouco a renda familiar através da relação de troca estabelecida com donos de pequenas mercearias e restaurantes, ou da venda a uma freguesia na própria colônia e, mais eventualmente, na cidade, “no lugar da feira que vive mudando”. Contudo, este e outros colonos operários têm uma visão pragmática da vantagem mais

¹⁵ O esgotamento do solo, a localização das propriedades em terrenos acidentados, a prática do herdeiro único (razão maior da persistência de colônias com 25 hectares ou mais), o desinteresse dos jovens em relação ao trabalho agrícola e o crescimento das cidades próximas são outras tantas causas da proletarização e da migração rural urbana nas últimas décadas.

¹⁶ Esse caso revela uma certa variedade de arranjos costumeiros relacionados à herança da terra, que permitem a recomposição parcial ou total da unidade produtiva, sem afrontar a legislação. Sobre a questão da transmissão do patrimônio familiar, ver Seyferth (1974, 1985).

óbvia do salário mensal recebido através da inserção formal no mercado de trabalho: ele possibilita o crédito para compra de bens materiais – fogão a gás, televisão, bicicleta, geladeira e, mais eventualmente, um carro, etc. – coisa mais difícil de obter dando como garantia uma estimativa de ganho advinda da pequena produção agrícola.

O segmento das famílias que dependem do assalariamento, combinando-o com algum tipo de atividade agrícola, é bastante diversificado e o mais numeroso na região. Muitos, como no caso que serviu de exemplo, conseguem produzir para a venda; outros, com pouca terra (geralmente, menos de cinco hectares), mantêm algum cultivo e criação apenas para consumo do grupo doméstico, associado à representação de uma certa autossuficiência alimentar que permite assegurar um padrão de vida próprio da colônia. A disponibilidade de algum item de produção para vender é tão eventual que praticamente não entra no conjunto da renda familiar. O uso frequente e generalizado da palavra “sobra” para referenciar um excedente vendível, no caso dos colonos operários, expressa o peso maior do assalariamento num contexto rural caracterizado pela agricultura de tempo parcial e pela proletarização.

Neste trabalho, o termo excedente está sendo usado no seu significado etimológico – algo que excede, sobeja, sobra¹⁷ – observado no discurso dos colonos, mesmo quando está referido aos cultivos mais especificamente destinados ao comércio. De fato, as diversas formas de inserção no mercado e a própria diferenciação interna revelam a relação estrutural entre campo e cidade. Mas, além da objetividade prática do cálculo econômico e das estratégias de relacionamento com intermediários, comerciantes e fregueses observadas na comercialização, prevalece nas representações a valorização subjetiva do domínio doméstico e suas necessidades. Isso é particularmente significativo no caso das famílias que têm membros assalariados e assinalam o desgaste advindo da dupla jornada que assegura o autoconsumo e, às vezes, um acréscimo na renda através da comercialização daquilo que “sobra”.

¹⁷ Na interminável discussão teórica, o conceito de excedente foi considerado problemático, complicado e até inútil ou, conforme registrou Belshaw (1968, p. 101) no auge dos debates, tem importância duvidosa “exceto em seu significado de excesso”.

No âmbito da realidade subjetiva socialmente valorizada, destaca-se o modo de vida colonial: aquilo que é plantado e colhido na roça, na horta, e o que se produz a partir da criação configura a divisão do trabalho (familiar), hábitos alimentares, uma tradição reportada aos tempos pioneiros da colonização, e a própria identidade social do colono (sem adjetivação). Assim “vender de tudo um pouco” faz parte de uma tradição rememorada, é um bordão representativo da simbiose entre empresa agrícola e economia doméstica (evidenciada na discussão teórica sobre campesinato), apesar da presença de cultivos exclusivos para o mercado nas unidades familiares com mais de dez hectares. Nesse aspecto de referência mnemônica relacionado à subsistência familiar, sopesando a policultura e as necessidades externas (que englobam a comercialização e a relação com a cidade), está subjacente a condição camponesa e o modo peculiar de inserção no mercado de um segmento heterogêneo de pequenos produtores rurais familiares.

O apego à tradição colonial inclui, ainda, hábitos alimentares associados ao passado migratório, e alguns itens desse tipo de consumo podem, eventualmente, ser produzidos para vender. Entre eles, destacam-se quatro alimentos vinculados à imigração alemã: **Mus**, já mencionado, **Schmierkäse** (queijo fundido, pastoso, elaborado a partir da ricota), **Kuchen** (cuca, corruptela do termo alemão, designa uma espécie de massa feita com ovos, trigo, açúcar e fermento, coberta com frutas, nata e uma farofa doce feita com manteiga, açúcar e trigo, assada em tabuleiro) e biscoitos diversos. Os dois primeiros são comuns nas refeições diárias, mas a cuca costuma ser apresentada como um quitute especial de fins de semana, apesar da trivialidade do seu consumo na região. A manufatura desses alimentos é uma atividade das mulheres e são destinados sobretudo ao consumo doméstico. No entanto, sob encomenda, atende-se a fregueses urbanos e fornece-se para as pequenas casas de comércio e, de modo contingente, para festas comemorativas, festivais (como o de cucas, por exemplo), cafés coloniais, etc. Além de proporcionar um ganho adicional, são marcadores da pertença étnica adicionados ao discurso sobre a colonização, reforçando o princípio da diferença cultural próprio das etnicidades.

A breve análise sobre a comercialização da produção camponesa mostra variadas formas de inserção no mercado, num contexto histórico de transformação social marcado pela proletarização de uma parcela significativa do campesinato, não obstante a permanência de muitas famílias no

meio rural dedicadas ao cultivo de subsistência. Na prática, essa proletarianização representa outro tipo de inserção no mercado, desta vez de trabalho, numa situação em que o salário passa a compor a renda familiar. Nesse sentido, é significativa a persistência dos colonos operários ao longo de mais um século, ajustando uma estratégia de reprodução social bastante comum nos meios camponeses¹⁸. O fato mais relevante é a pertença a um grupo de referência rural, portanto, localizado na colônia, onde a interação social ocorre a partir do reconhecimento de uma identidade comum – colono – presumindo alguma atividade agrícola familiar. A situação de natureza liminar subsiste à modernização e crescimento urbano, assentada na venda da força de trabalho de um ou mais membros da família, conforme a disponibilidade de terra, a produtividade da roça e da horta, e as possibilidades de comercialização de excedentes.

No presente trabalho, procurei apresentar as formas mais comuns de inserção da produção camponesa no mercado, numa região colonizada por imigrantes europeus na segunda metade do século XIX. Nesse período caracterizado pelo assentamento em lotes coloniais, prevalecendo o desbravamento, os colonos, pequenos produtores familiares, ficaram subordinados aos interesses dos principais comerciantes locais que controlavam a armazenagem, a circulação e o preço das mercadorias. Aí configurou-se o modelo mais comum de compra e venda de produtos coloniais através da interação entre o colono e o “vendedor”, este um termo que, desde os primórdios, identifica o proprietário de uma “venda”, isto é, o lugar onde as trocas se realizam (a casa de comércio). O modelo persistiu, porém as transações nos últimos tempos se fazem em mercearias, e eventualmente nos supermercados, onde as trocas são de pequena monta e, certamente, não constituem a única forma de inserção no mercado urbano, permitindo negociação menos prejudicial ao colono. A relação de dependência, aí incluída a subordinação aos preços de mercado sob controle dos compradores, é maior quando se trata do cultivo destinado exclusivamente à venda (de safra anual), caso do

¹⁸ Essa característica, presente entre muitos grupos camponeses, foi assinalada por Wolf (1970, p. 71): “... o camponês pode encontrar-se não somente como participante de um mercado de produtos, mas também de um mercado no qual o artigo trocado por dinheiro é o seu trabalho”. Sobre essa questão, envolvendo a noção de **worker peasants**, ver também Kautsky (1968), Franklin (1969) e Mendras (1978).

fumo, do arroz e da batata, eventualmente, do aipim destinado às fecuárias. No caso da “sobra”, basicamente definida em relação ao consumo doméstico, quando vendida diretamente aos consumidores (a “freguesia”), permite ao colono estabelecer preços e “negociar”, ter alguma “vantagem”.

Os modos diferenciados das transações comerciais envolvendo colonos e comerciantes, donos de descascadores, fecuárias, fábricas de conserva, fregueses urbanos, etc. mostram o envolvimento peculiar com a economia capitalista (ou, mais precisamente, com o mercado), sem abandonar certos princípios de existência, como a importância dada ao domínio doméstico e suas necessidades. Apesar da subordinação inerente à situação de mercado e seus agentes externos, enfrentada no cotidiano, o colono, sempre que possível, procura obter algum lucro, mantendo sua condição social de pequeno produtor familiar mesmo na circunstância da proletarização, observada na agricultura de tempo parcial. Afinal, predominam na região as famílias com assalariados (sobretudo no mercado de trabalho industrial), e o cálculo econômico que abrange a “sobra” do consumo doméstico envolve as possibilidades da interação direta com os consumidores, inclusive no caso da venda de produtos com a marca da tradição imigrantista.

Referências

- ALAVI, Hamsa. Peasant classes and primordial loyalties. *The Journal of Peasant Studies*, v. 1, n. 1, 1973, p. 23-62.
- BELSHAW, Cyril S. 1968. *Troca tradicional e mercado moderno*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOHANNAN, Paul; DALTON, George. Introduction. In: BOHANNAN, Paul; DALTON, George (Eds.). *Markets in Africa*. Londres: Anchor Books, 1965, p. 1-32.
- CHAYANOV, Alexander V. *The Theory of peasant economy*. Homewood, Ill.: The American Economic Association/Richard Irwin, 1966.
- FRANKLIN, S. H. *The european peasantry*. The final phase. Londres: Methuen, 1969.
- GALESKI, Boguslav. *Basic concepts of Rural Sociology*. Manchester: Manchester University Press, 1972.
- HOBSBAWM, Eric J. Peasants and politics. *The Journal of Peasant Studies*, v. 1, n. 1, 1973, p. 3-22.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemamert, 1968.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MINTZ, Sidney W. Internal Market systems as mechanisms of social articulation.

In: RAY, V. F. (Ed.). *The intermediate societies*. Social mobility and communication. Washington: University of Washington Press, 1959, p. 20-30.

REDFIELD, Robert. *Peasant society and culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. 2 vols. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional. N. S. Antropologia*, n. 52, 1985, p. 1-27.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, 1992, p. 78-95.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma P. (Org.). *Processos de constituição e reprodução do camponato no Brasil*. v. II. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2009, p. 39-63.

SHANIN, Teodor. Peasantry as a political factor. In: SHANIN, Teodor (Ed.). *Peasants and peasant societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971, p. 238-263.

SILVA, José G.; STOLKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.

Campesinato e trabalho acessório, antagônicos ou complementares?

Os desafios de um campesinato frente à cidade

Annelise Caetano Fraga Fernandez¹

Miriam de Oliveira Santos²

Introdução

Desejamos, neste trabalho, analisar a utilização da mão de obra familiar entre pequenos agricultores. Interessa-nos especialmente o trabalho acessório, fora da propriedade rural, investigando se tais processos podem ser compreendidos como uma estratégia de sobrevivência e adaptação às transformações da sociedade abrangente.

Tomamos como objeto de estudo a organização do trabalho familiar e estratégias de reprodução social entre produtores do Maciço da Pedra Branca, área localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Nesta região, historicamente³ se desenvolveu uma agricultura de base camponesa que, de modo crescente, passou a ser ameaçada pela expansão urbana, pela criação de áreas protegidas e pelas transformações mais amplas das relações de produção que impuseram novas racionalidades e formas de tecnificação da agricultura, alterando o lugar e a importância desta pequena agricultura para o abastecimento da cidade.

¹ Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui mestrado em Antropologia e Sociologia e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus principais temas de pesquisa são: natureza, espaço e sociedade, participação e campesinato.

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³ O fim da escravidão, o declínio da cultura do café e outras transformações socioeconômicas incentivaram o aforamento, o arrendamento e o fracionamento de terras na região.

Contudo, esta agricultura persiste e se mantém em suas relações com a cidade. Dentro deste quadro de transformações, frequentemente surgem tensões e conflitos do embate entre um projeto de vida, modelos e valores tradicionais, que enquadram a mulher e os filhos na hierarquia familiar numa posição subordinada, e outros projetos e valores que apontam para uma trajetória individual e singular.

A partir de uma perspectiva de longa duração, pretendemos mostrar as diferentes formas de trabalho acessório adotadas por esse campesinato. Tais escolhas tanto podem apontar para a manutenção da unidade de produção familiar, como podem indicar um processo crescente de proletarização.

A fim de trazer maior complexidade para esta reflexão, optamos por incluir, além do trabalho não agrícola, as formas de trabalho assalariado agrícola e outras atividades que, embora não realizadas na unidade de produção – tais como o transporte ou a comercialização dos produtos –, alimentam os circuitos econômicos necessários para a reprodução da atividade agrícola.

Observa-se que, apesar do senso comum associar o trabalho do campo apenas à agricultura e ao trato dos animais, a bibliografia nos mostra que, na realidade, os tipos de trabalho no campo vão muito além dessa primeira impressão.⁴

Determinados cultivos agrícolas, por exemplo, exigem uma baixa utilização da mão de obra liberando os membros da família para o exercício de atividades remuneradas fora da propriedade rural. Tal prática é bem antiga e já era apontada por um dos clássicos da Sociologia Rural ao afirmar que:

Ao não encontrar trabalho na unidade de exploração, a mão-de-obra da família se volta para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção (CHAYANOV, 1966, p. 101).

Percebemos então que a pluriatividade⁵ é uma alternativa para a geração de ocupação e renda de parte da população rural no campo, princi-

⁴ Woortmann (2009, p. 236) adverte que camponeses não são apenas agricultores e que a existência de atividades “não camponesas” no campesinato já havia sido ressaltada por vários teóricos da questão camponesa.

⁵ Pluriatividade é a combinação da agricultura com atividades não agrícolas. Discutiremos este conceito de modo mais aprofundado na primeira seção do artigo.

palmente os homens mais jovens, e para as mulheres, contribuindo assim para reduzir o atual grau de envelhecimento e masculinização da população rural. Observamos também que a pluriatividade persiste ao longo do tempo e que pode se constituir em uma estratégia de reprodução da família e da unidade de produção.

Constatamos ainda que a geração de ocupações não agrícolas é fundamental para elevar e também para estabilizar a renda das famílias residentes no meio rural, contribuindo, assim, para o arrefecimento do êxodo em direção às regiões metropolitanas.

Além disto, a condição de agricultor não é incompatível também com a de operário ou de outro trabalho assalariado. Por vezes, incluídos na situação há pouco colocada, os trabalhadores da terra sentem necessidade de que algum de seus membros se proletarize para poder trazer capital circulante para a reprodução da família camponesa como um todo.

Cândido (1971, p. 142), no entanto, ao tratar da crescente relação de dependência dos pequenos produtores aos serviços e produtos da cidade, afirma que pode surgir uma situação de desequilíbrio entre suas necessidades e recursos disponíveis. “O homem rural depende, portanto, cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos.”

Deste modo, em situações onde o rural se tornou urbano, como no caso apresentado neste artigo, as possibilidades de manutenção da atividade agrícola e sustento da família tornam-se ainda mais difíceis, pela imposição crescente de novos padrões de consumo, pelas novas possibilidades de trajetórias dos filhos e crescente disputa pelo solo urbano⁶, que impõem formas diversas de desterritorialização a esses produtores⁷.

Este artigo, portanto, pretende contribuir para a discussão sobre campesinato e trabalho acessório a partir da descrição das relações dos agricul-

⁶ Queremos acrescentar à análise desses condicionantes materiais a luta de representações e disputas pela definição dos usos desses espaços que exercem efeitos concretos sobre as políticas públicas orientadas ao agrícola e ao rural e ao planejamento urbano. No caso do Rio de Janeiro, a Prefeitura não reconhece a existência de territórios rurais em seu plano diretor. Este fato contribui para a invisibilidade da atividade agrícola e por causa da fragilidade de políticas de ATER e sucateamento de agências extensionistas como a EMATER no município do Rio de Janeiro.

⁷ Para além da questão da obtenção dos meios de vida, a integração crescente às atividades urbanas resulta, em muitos casos, em leituras dominantes, veiculadas, sobretudo na mídia, de desqualificação da atividade agrícola local ou da identidade de produtor.

tores do Maciço da Pedra Branca⁸ frente à sua relação histórica com a cidade, suas formas de inserção no mercado e sua capacidade de resistir e se reinventar (Fernandez, 2009). Em especial, destacamos a recente participação desses produtores em mercados orgânicos ou agroecológicos⁹ e a conquista de pontos de venda próprios. Esses novos circuitos de comercialização têm estimulado a diversidade de cultivo e a adoção de novas estratégias de organização do trabalho familiar que podem alterar trajetórias de abandono da atividade agrícola. Esta análise tem como fonte de dados a realização de entrevistas, a pesquisa bibliográfica e a utilização de dados socioeconômicos da agricultura local levantados pelo Projeto Profito (2014).

Na primeira seção do artigo, apresentaremos os conceitos-chave com os quais trabalharemos neste artigo: campesinato, trabalho familiar e pluriatividade. Na segunda seção, reconstituiremos a história deste campesinato e sua memória sobre o trabalho, a subsistência e os ciclos de produção. Por fim, na terceira seção, apresentaremos os desafios e incentivos relacionados à organização da produção familiar, à diversificação de produtos, e as perspectivas atuais de fortalecimento desta agricultura de base familiar a partir de sua inserção em circuitos curtos de comercialização de identidade orgânica e agroecológica.

1. Campesinato, trabalho familiar e pluriatividade

Cabe observar que Campesinato e Agricultura familiar são conceitos bastante controversos e polissêmicos; portanto, faz-se necessário delimitar os sentidos com os quais serão utilizados nesse texto.

Inicialmente é necessário definir campesinato. Como Wanderley (2003, p. 45), acreditamos que o campesinato define “(...) uma forma particular de organização da produção”. Portanto:

Fala-se, nesse caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, traba-

⁸ Maciço é uma reunião de montanhas em torno de um pico mais alto. O Maciço da Pedra Branca está localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e ali permaneceu a maior parte da agricultura praticada no município do Rio de Janeiro.

⁹ Trataremos dessas definições na última seção do artigo.

lho e consumo, no interior da família e que orientam uma lógica de funcionamento específica (WANDERLEY, 2003, p. 45).

Portanto, ao falarmos do agricultor familiar, entenderemos também como Wanderley (2003, p. 48) que: *Esse agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês (...) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e reprodução e a instância imediata de decisão.*

Neves (s/d) aponta que agricultor familiar é uma categoria profissional e que o uso da designação foi fomentado pelo Estado Brasileiro, especialmente após a década de 80. Segundo a autora:

Emerge então, no decorrer desses processos, a construção do agricultor familiar como sujeito de direitos, consagrados enfim pelo Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Decreto nº. 1946, de 28 de junho de 1996; Resolução 2310, de 29 de agosto de 1996) (NEVES, s/d, p. 14).

Concordamos que existem muitos problemas com o uso da categoria, mas, ainda utilizando Neves (s/d, p. 47), consideramos que:

Para efeitos de construção de uma definição geral (conceitualmente universalizável), capaz de abstratamente referenciar a extensa diversidade de situações históricas e sócio-econômicas e de tipos econômicos, a agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos sócio-econômicos ; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constringe os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor.

Ou seja, o trabalho familiar é fundamental para caracterizar o modo de produção camponês. Constituída com base nas relações de parentesco que são determinadas cultural e historicamente, a família inclui-se entre as instituições sociais básicas. Com o desenvolvimento das ciências sociais, uma ampla bibliografia internacional tem analisado suas diversas configurações e destacado sua centralidade para a reprodução demográfica e social. A família funciona como um elemento-chave não apenas para a “sobrevivência” dos indivíduos, mas também para a transmissão do capital cultural, do capital econômico, para a proteção e socialização de seus componentes e de solidariedade entre gerações. Atuando como uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, a família opera como organização

responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas e também como espaço de produção e transmissão de práticas culturais.

O modelo paradigmático de trabalho familiar é o das sociedades camponesas, onde encontramos efetivamente a família como unidade mínima de produção e consumo.¹⁰ Segundo Galeski (1972), a família camponesa age como uma pequena empresa, autônoma na satisfação das necessidades; o indivíduo está subordinado à família ou, mais especificamente, ao pai, até o momento de seu casamento.

De acordo com Seyferth (1984, p. 94), *“A organização familiar do trabalho, aquilo que se refere à esfera da unidade doméstica, são os mesmos: na fábrica e na roça, o trabalho, como a renda, são assuntos de família.”*

Complementando essa afirmação, encontramos Journet (2007), que demonstra que as relações monetárias dentro da família são perpassadas pelos apelos à moral e à solidariedade e que o afetivo frequentemente se superpõe ao racional.

Falando especificamente de agricultura familiar, Paulilo (2004, p. 245) esclarece:

Embora exista no Brasil a agricultura familiar enquanto tipo de empreendimento econômico, não existe a categoria profissional ‘trabalhador familiar’. Nas estatísticas, com exceção do homem, considerado como responsável pela exploração, a esposa e os filhos aparecem como ‘membros não remunerados da família’, embora o pai também não seja remunerado. Talvez seja um reconhecimento implícito de que ele é quem tem maior poder sobre a renda familiar.

Neste quadro, os grupos familiares se organizam em torno de papéis sociais bem definidos: à mulher cabem as atividades reprodutivas, e, embora também trabalhe na lavoura ou no pequeno comércio, o seu trabalho é caracterizado como “ajuda”, de forma que, hierarquicamente, perde importância em relação ao trabalho desempenhado pelos homens. Esta hierarquia se objetiva na falta de remuneração pelo trabalho e na negação aos direitos previdenciários, visto que, ao não ser reconhecida a relevância da sua participação, nega-se a identidade de trabalhadora social/legalmente

¹⁰ Galeski (1975), Kautsky (1980), Meillassoux (1976), Mendras (1978), Renk (1997, 2000), Seyferth (1981, 1984, 1990), Wolf (1970), Woortmann (1988, 1995).

constituída. A utilização da mão de obra feminina e infantojuvenil ocorre no contexto de reprodução familiar, onde a figura masculina representa o chefe, o “superior”.

Enfim, gostaríamos de destacar que, como Meillasoux, acreditamos que:

A persistência de relações de produção específicas, no caso domésticas, para assegurar a reprodução nas formas de organização social mais evoluídas, levanta o problema da caracterização dessas formas, da sua qualificação enquanto modos de produção: a história não pode ser concebida como uma sucessão de modos de produção distintos, exclusivos. Não se trata apenas de constatar que em cada período da história persistem as seqüelas de “modos de produção” anteriores ou aparecem as premissas dos futuros, uns e outros em contradição com o modo de produção dominante. Trata-se de reconhecer que até agora as relações domésticas e a família intervieram como relações necessárias ao funcionamento de todos os modos de produção históricos posteriores à economia doméstica (MEILLASSOUX, 1976, p. 9).

Como salientamos anteriormente, as atividades não agrícolas não costumam ser consideradas quando se pensa o trabalho rural, e a própria legislação reflete esse fato como podemos ver ao examinar o texto legal sobre o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). De acordo com o texto do PRONAF, agricultura familiar é um:

Modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado.

No entanto, Neves (s/d, p. 19) salienta que:

A profusão de termos referenciadores da diversidade é tamanha que, a rigor, o Pronaf deveria se voltar para a produção (e não agricultura) familiar. Ele incorpora agricultores, pescadores artesanais, artesãos, assentados (beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária), extrativistas, mais recentemente silvicultores e aqüicultores. Todo o processo de agregação indica exatamente as aberturas politicamente conquistadas para outras inclusões, notadamente daqueles segmentos anteriormente reconhecidos como franjas periféricas, muitas vezes beneficiários de recursos redistribuídos por objetivos sociais, isto é, para sua reprodução melhorada na mesma condição. Essas formas de inclusão reafirmam que os termos agricultura familiar e agricultor familiar apresentam-se então como categoria de mobilização política, fundamental na construção da identidade de atores aglutinados em torno da luta pelo reconhecimento da cidadania econômica e política. Afinal, são agricultores familiares aqueles que se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; são os usuários e atores da constituição de novos arranjos

institucionais, capazes de promover, de fato e da perspectiva dos objetivos que os irmanam politicamente, o enquadramento legal e institucional.

Em relação à delimitação do público-alvo, segundo Schneider et alii (2004), o programa atendia especificamente os agricultores familiares, caracterizados a partir dos seguintes critérios:

1) Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;

2) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);

3) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;

4) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;

5) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;

6) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00 (SCHNEIDER et al., 2004, p. 25).

Observamos que, muitas vezes, as políticas públicas não dão conta das especificidades regionais e que as definições legais sobre agricultura familiar não são suficientes para abarcar todos os tipos de variações que ela pode conter. A recente alteração das regras do Pronaf expressa uma tentativa de adequação desta política pública à diversidade de experiências em que a agricultura familiar coexiste com o trabalho acessório. A atual legislação determina que podem acessar o Pronaf agricultores familiares que:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas;

b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais;

c) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor;

d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados

permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;

f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (<http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>).

No caso específico dos agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca, as dificuldades para a obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)¹¹ foram agravadas por se considerar o município do Rio de Janeiro como não tendo área agrícola. Como o Manual do Crédito Rural estipula que o financiamento da produção agrícola se destina a ser aplicado em imóvel rural (PRADO, 2012, p. 69), logo, de acordo com a interpretação de alguns funcionários do MDA, agricultores em imóveis na área urbana não teriam direito à DAP¹². Após cinco anos de luta e mobilização de movimentos sociais, em 2012, duas DAPs foram concedidas no Maciço da Pedra Branca.

De certa forma, parece haver uma concepção dominante e que se reflete nas políticas públicas de que há um caminho sem volta e inexorável imposto pela modernização capitalista que vai do rural para o urbano, do agrícola para o não agrícola e para o fim do campesinato. Inúmeras experiências tais como as do MST, os movimentos recentes de agricultura urbana e de conversão agroecológica descrevem o resgate de práticas agrícolas que, ainda que orientadas ao mercado, têm no autoconsumo e na produção da vida seu principal valor.

Uma série de condicionantes tais como o acesso à terra, as institucionalidades, os tipos de mercado, as opções de trajetória familiar se relacionam na construção e reconstrução desses caminhos. No caso da agricultura prati-

¹¹ Documento que permite acessar as políticas públicas vinculadas ao Pronaf. A posse deste documento representa o reconhecimento oficial da condição de agricultor familiar.

¹² A existência de aposentadorias ou auxílios tais como o bolsa família também pode se tornar impedimento para a concessão do documento, visto que interfere no total da renda familiar.

cada no Rio de Janeiro, podemos falar também em tendências dominantes de abandono da terra de especialização produtiva, mas podemos identificar igualmente a persistência ou o resgate da alternatividade entre lavouras de subsistência e de mercado (GARCIA JR., 1983). Queremos particularmente destacar o papel dos mercados, e em especial das feiras agroecológicas, como espaços que permitem a reestruturação da organização do trabalho familiar e do autoconsumo, como resgate de uma agricultura de base camponesa

O campesinato frente à cidade

A produção voltada aos estudos de campesinato tem chamado atenção para a importância das relações deste grupo social com a cidade. Se, por um lado, o campesinato possui relativa autonomia dos sistemas econômicos e políticos da sociedade mais ampla, vive, porém em relação aos mercados urbanos (KROEBER apud FOSTER, 1967), comercializando seus produtos e adquirindo outros que não produz.

Autores como Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978) e Antônio Cândido (1971) contestam o mito do isolamento dos pequenos produtores e apontam para diferentes formas de integração com a sociedade mais ampla, contudo, destacam também que algumas delas podem levar a situações de decadência e miséria.

Ambos os autores descrevem as consequências do processo de modernização e urbanização do País entre as décadas de 1950 a 1970. As dificuldades de reprodução social de pequenos produtores a partir da exigência de formas de produção cada vez mais racionalizadas, de novos padrões de mercado e a crescente necessidade por parte desses grupos de produtos industrializados os tornam cada vez mais dependentes de um estilo de vida urbanizado.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), ao analisar as relações campo-cidade no Brasil, nos fornece importante contribuição para entender o conjunto de transformações vividas pelos agricultores da zona oeste do Rio de Janeiro, a antiga zona rural da cidade. De acordo com a autora, a industrialização de grandes cidades promove um rompimento com as suas tradicionais áreas rurais, passando a demandar de regiões mais distantes uma produção agrícola mais tecnificada. Este pequeno sítio é então relegado a uma situação de decadência econômica.

Sob outra perspectiva, o processo de urbanização impõe também necessidades de produtos que não são produzidos em suas propriedades. O acesso crescente à energia elétrica e, portanto, à oferta de equipamentos de refrigeração, que se expandem a partir deste período, vão exercer modificações sobre os padrões alimentares e de subsistência desta população.

É justamente este processo que descreveremos a seguir: a história de resistência de um campesinato frente às novas relações impostas pela dinâmica da cidade e dos processos econômicos. Se, por um lado, é inegável reconhecer a vitória de um projeto de ocupação urbana da região e de novas racionalidades de produção, é também preciso combater a ideia de desaparecimento deste campesinato. Trata-se de um processo de longa duração e que revela sua capacidade de resistir e de se reinventar ao longo do tempo. Deste modo, apesar do processo crescente de ocupação urbana em direção à zona oeste, algumas áreas ou propriedades ainda persistem como áreas agricultáveis nas quais os agricultores mantêm seus cultivos e tentam afirmar uma tradição/identidade agrícola, apesar de inúmeras adversidades. Uma das novas expressões deste movimento é a afirmação recente e sua ressignificação como agricultura urbana¹³.

1.1. O Sertão Carioca

Uma vasta área do município do Rio de Janeiro, que incluía a Baixada de Jacarepaguá, Sepetiba, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, formava a zona rural da cidade e era também genericamente denominada como Sertão Carioca¹⁴.

¹³ Os agricultores de áreas urbanas e periurbanas, além de sofrerem com problemas específicos deste tipo de ocupação (invisibilidade de suas atividades, especulação imobiliária, roubo de produtos, espaços reduzidos, impostos, etc.), veem dificultados seus canais de acesso a políticas públicas tradicionalmente concebidas na chave rural/agrícola. Ao invés de afirmar a persistência de um território rural na cidade, luta-se pelo reconhecimento de uma agricultura que se realiza na cidade. A projeção recente do tema da soberania e segurança alimentar, atendido pelo Ministério de Desenvolvimento Social, tem se configurado como um caminho para o reconhecimento da agricultura urbana.

¹⁴ Muito embora o termo sertão fosse utilizado de forma corriqueira para referir-se às áreas rurais ou interioranas de diversas regiões brasileiras, a ele estava colado um universo semântico, inaugurado com a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha que produziu e vem produzindo diferentes versões sobre a diversidade social brasileira, sobre a dicotomia campo/cidade, litoral/sertão. É muito provável que a zona rural carioca também fosse referida desde longa data como sertão, mas, a partir da obra homônima de Armando Magalhães Corrêa, este título é celebrizado, fazendo com que sobre ela recaísse um conjunto de significados que passaram a adjetivar este rural em contraste com as áreas mais urbanizadas da cidade.



Fig. 1: Mapa da antiga zona rural do Rio de Janeiro, também denominada Sertão Carioca e encontrada na obra *O Sertão Carioca*, publicada em 1933 pelo cronista e naturalista autodidata Armando Magalhães Corrêa.

Com o fim da produção açucareira e do breve ciclo do café carioca neste vasto território, inicia-se um processo de desmembramento das grandes propriedades e que lentamente dão lugar aos sítios e chácaras. Assim, aos poucos se desenvolve uma produção orientada ao mercado local, combinada com culturas de subsistência.

Segundo o censo de 1920, os distritos de Santa Cruz, Guaratiba e Campo Grande concentravam o maior número de cabeças de gado, produção de arroz, feijão, batata-inglesa, cana, café, milho e mandioca (SANTOS; RIBEIRO, 2007, p. 8). Havia também extensos pomares com produção de banana, citricultura e outras frutas. Além da produção agrícola, iniciou-se uma tendência à venda de terrenos para moradias de veraneio.

Nos anos 20, tem início um novo ciclo agroexportador: a citricultura, que se manteve estável até meados dos anos 30, sobretudo nas regiões de Campo Grande, Realengo, Guaratiba, Santa Cruz e, em menor escala, Jacarepaguá. Com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, as exportações entraram em declínio e passaram a atender basicamente o mercado interno. A concorrência da laranja de outras regiões e a disseminação de pragas e do-

enças nos laranjais contribuiu para a substituição desta produção por pequenas culturas, entre elas, a do caqui e da banana que até hoje são os principais produtos da região.

Com a intenção de consolidar um cinturão verde no entorno do município do Rio de Janeiro e de sanear as terras pantanosas e de brejo das baixadas de Sepetiba, de Jacarepaguá e Fluminense, são iniciadas na década de 1930 obras de dragagem feitas pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense/DSBF. No entanto, tais investimentos acabaram por gerar um efeito contraditório, na medida em que estimularam também um processo intenso de urbanização. A valorização das terras, gerada pelas obras públicas de saneamento, estimulou a especulação imobiliária e uma forte disputa de terras entre lavradores, grileiros e proprietários.

Deve-se ressaltar também que a expansão de vias de comunicação tais como a estrada Menezes Cortes (atual Grajaú-Jacarepaguá), a estrada do Joá, ligando a Barra da Tijuca a São Conrado, a construção da Avenida Brasil e a extensão das linhas de bonde e ônibus também contribuíram para o aquecimento do mercado imobiliário da zona oeste (SANTOS, 2006). Deste modo, tornaram-se cada vez mais evidentes os contrastes entre os usos rurais e urbanos no Sertão Carioca, como bem descreve Vianna (1992, p. 94):

O subúrbio e o sertão, que coexistem em Jacarepaguá nesta primeira metade do século, tornam evidente seu contraste ao observarmos as diferentes construções da época: o subúrbio está presente nas chácaras, sobrados e vilas feitos com tijolos, cobertos de telha francesa, guarnecidos de estuque e sacadas de ferro; o sertão é o domínio das casas de sopapo, chão de terra batida e cobertura de sapê.

À medida que se desenvolve um processo mais intenso de urbanização da região e, junto com ele, novos tipos de ocupação e uma nova lógica sobre o uso da terra, inicia-se um processo de luta e resistência por parte dos lavradores pelo direito de permanecer na terra, por condições dignas de trabalho e pela manutenção das lavouras, em oposição à grilagem e expropriação das companhias imobiliárias, sobretudo entre 1940 e 1964 (SANTOS, 2006).

A reconstituição desse embate é feita por Santos (2006) através da análise dos artigos publicados sobretudo na pequena imprensa, a partir dos quais o autor ressalta a importância de mediadores, tais como: jornalistas, advogados, políticos ligados ao Partido Comunista que abraçaram a causa

dos lavradores do Sertão Carioca e possibilitaram a articulação desta luta a temas culturais mais amplos. Neste processo de luta, o termo camponês foi uma categoria política apropriada pelos lavradores cariocas e lhes permitia identificarem-se como aqueles que lutavam pelo direito à terra e que faziam parte das ligas camponesas. O que deve ser ressaltado é que, apesar de os agricultores cariocas se inserirem no processo de luta das ligas camponesas, atuantes em diversos estados do Brasil, sobretudo o Nordeste, o caso fluminense é especialmente relevante, pois na base dos conflitos não está a luta contra o latifúndio e o atraso, mas o processo de urbanização (GRYNSPAN, 1998, p. 4).

Também encontramos, no livro *O Sertão Carioca*, a descrição dos dilemas vividos pelos pequenos produtores da Baixada de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, na cidade do Rio de Janeiro, frente ao processo de urbanização que já se fazia presente na década de 1930.

O autor descreve o contraste entre os usos rurais e urbanos, refere-se à chegada de novos hábitos citadinos que teriam alterado o caráter bucólico do local e ameaçariam a autenticidade cultural dos habitantes; menciona também o desenvolvimento de atividades econômicas de caráter industrial que inviabilizariam o modo de vida dos *sertanejos*¹⁵.

Esta obra é, portanto, um precioso registro deste campesinato e de suas atividades: as culturas agrícolas, entre elas o cultivo da banana, a pesca e atividades artesanais ligadas ao extrativismo ou dependentes dos recursos naturais disponíveis na região, como o trabalho das esteirinhas que faziam uso da taboa, do junco e da tiririca recolhidos nos campos e lagoas; os cesteiros que utilizavam cipó ou bambu em seus balaios, peneiras e jacás; os tamanqueiros que buscavam madeira leve para fazer fôrmas de sapateiro, tamancos, colheres de pau, gamelas, etc; os cabeiros que retiravam das matas troncos adequados para fabricar cabos para os instrumentos agrícolas e domésticos; os oleiros que produziam telhas, tijolos e vasos de cerâmica e muitos outros tipos. A especialização na construção de casas de pau a pique (GUIMARAENS; CAVALCANTI, 1984, p. 58) também era outra atividade bastante valorizada no Sertão Carioca.

¹⁵ Termo utilizado pelo autor para referir-se aos moradores do Sertão Carioca.

A ideia de isolamento ou ruptura tal como é apresentada em *O Sertão Carioca* seria refutada por Queiroz (1978), porque, segundo a autora, este não diz respeito a um isolamento físico, mas sim ao fato de que, na verdade, mudou o lugar e a relevância desta agricultura no conjunto de atividades econômicas que se desenvolveram no plano das grandes cidades como o Rio de Janeiro. Para a autora, foi justamente a integração econômica e social dos pequenos produtores aos centros urbanos que garantiu, durante certo tempo, sua vitalidade.

Os anos 60 trazem um conjunto de mudanças no plano da política nacional, estadual e municipal que se desdobram na disposição geográfica da cidade e nos diversos movimentos populares, entre eles, a luta dos lavradores. Para Santos (2006, p. 10), uma decisão emblemática desta postura foi a extinção da Secretaria de Agricultura e o novo zoneamento da cidade, que atribui ao Sertão Carioca um novo nome – zona oeste – e novas funções: residenciais e industriais.

O mapa apresentado abaixo, do geógrafo Sylvio Fróes de Abreu, de 1957¹⁶, demonstra como, apesar dos conflitos e processo crescente de urbanização, a região do Sertão Carioca era uma importante zona de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e confirma o relato dos pequenos produtores mais antigos sobre os caminhos de escoamento das mercadorias pelas encostas do Maciço da Pedra Branca, principalmente em direção ao Mercado de Madureira.

¹⁶ Agradecemos ao geógrafo Rogério Ribeiro de Oliveira a apresentação desta obra e do referido mapa.



Fig. 2: Mapa que mostra a área do Maciço da Pedra Branca como principal zona de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e as rotas de escoamento dos produtos para os principais entrepostos comerciais. Fonte: Abreu, 1957, p. 157.

À medida que avança o processo de ocupação urbana, as áreas mais valorizadas cedem espaço aos usos urbanos, comerciais e industriais. Restam como espaços agricultáveis as áreas montanhosas, de mata ou áreas alagadas como produtoras de roças de subsistência. Justamente as áreas montanhosas da cidade que correspondem ao Maciço da Pedra Branca foram transformadas em um parque no ano de 1974. Segundo o documento de criação do Parque Estadual da Pedra Branca (doravante PEPB), a existência de uma agricultura em decadência e que não conseguia mais fazer frente ao processo de urbanização justificava esta medida ambiental.¹⁷

¹⁷ Programa de Trabalho para o plano de manejo do PEPB, 1979.



Fig. 3: Mapa do PEPB com a localização da sede e subsedes. Fonte: Revista Rio Florestal, 2005, p. 19.

A partir do mapa que apresenta o Parque Estadual da Pedra Branca, temos o que Bourdieu (2006) define como o poder do Estado através das leis de fazer conhecer uma nova realidade. Apagam-se os usos previamente estabelecidos no território e passa a existir somente uma área verde ou florestada. Invisibiliza-se a agricultura secularmente estabelecida ali e os agricultores passam a ser vistos como invasores.

A criação do PEPB trouxe aos pequenos produtores do Maciço da Pedra Branca uma situação definida por Sathler (2007) como desterritorialização subjetiva, ou seja, muito embora estes não tenham sido removidos, passaram a viver em uma situação de completa incerteza e reelaboração de seus vínculos tradicionalmente estabelecidos com seu território.

Contudo, a criação do Parque acaba por desempenhar um papel importante na história da ocupação do maciço e da atividade agrícola do município. Hoje, quando se busca identificar a atividade agrícola na zona oeste da cidade, uma parcela significativa desta encontra-se dentro do PEPB. A criação do Parque curiosamente foi responsável pela preservação das práticas agrícolas tradicionais que eram praticadas no maciço desde a época do Sertão Carioca.

2. Memórias e lembranças de um campesinato pluriativo

Na memória dos agricultores, pôde-se resgatar a vivência de alguns ciclos econômicos do maciço, a combinação entre as lavouras de subsistência e o trabalho subordinado e acessório. São frequentes as lembranças sobre a fabricação de carvão, as plantações de laranja, as de chuchu, quiabo e outros legumes. A referência à produção de carvão aparece nos relatos como uma atividade marcante para a manutenção das famílias, realizadas em combinação com outras culturas de subsistência. A venda de carvão, junto com outros produtos orientados ao mercado, permitia a compra de bens que não eram produzidos pela unidade familiar. Destaca-se a memória do trabalho na agricultura como parte da identidade social da moradora. Além disso, descreve a combinação entre a produção familiar e o trabalho subordinado na atividade extrativa do carvão.

Meu pai fazia o carvão e fazia compra no armazém de João Vieira. Tinha mês que ele fazia, levava carvão, ia fazendo compra. Aí, quando chegava no fim, quando acabava de fazer o balão, ele ia lá e dizia: 'Seu João, quanto eu estou devendo aí?' Ele apanhava o lápis, fazia a conta... - 'Oh Manel, você ainda está me devendo tanto.' Aí meu pai voltava e ia fazer carvão de novo. Tornava a continuar fazer compra. Ele nunca tinha um dinheiro, para dizer esse dinheiro é meu, de chegar na mão. Finado João Vieira vendia do jeito que ele queria. Dali, mandava o carvão lá para baixo, no Tanque tinha uma carvoaria grande, era onde recebia o carvão daqui que meu pai fazia. (...) Meu pai trabalhava na agricultura. Meu pai quando criou a gente, criou a gente fazendo carvão. Naquela época podia fazer. Trabalhava naquele morro lá. Tinha semana, que a gente ficava a semana inteira fora de casa lá, vigiando o balão. No intervalo, que ele estava esperando o balão queimar, ele plantava outras coisas: tomate, feijão, milho, tudo isso. A minha mãe fazia comida, botava na cabeça, subia e levava para ele (relato de Dona Nédia, apud FERNANDEZ, 2009, p. 277).

O que parece orientar a leitura deste passado (POLLAK, 1992) é a atual normatização sobre o uso da terra e os recursos naturais, introduzida pela legislação ambiental, progressivamente dificultando as práticas agrícolas e extrativistas dos moradores do Maciço da Pedra Branca. *Naquela época podia fazer carvão, não era proibido, agora não pode mais*, relata Dona Nédia. O contraste entre o passado e o presente também é acentuado a partir da possibilidade de variedade de culturas que propiciavam o abastecimento da casa e revelam também a relevância da agricultura para o sustento doméstico, que diferia do que ocorre na época atual, quando

há o predomínio da cultura da banana e do caqui que são basicamente para o mercado.

A variedade de culturas do maciço faz então Seu Enedino lembrar que antigamente só era preciso comprar o sal, se fazia farinha e outros produtos... Sua esposa, Dona Marli, contudo, em outro momento, ao apresentar com orgulho suas plantações, afirma: se falta café, tem chocolate, se falta carne, tem ovo, se falta gás, tem lenha. Segundo Garcia Jr. (1983, p. 16), a agricultura de subsistência é aquela que permite estabelecer padrões e normas de reprodução socialmente aceitáveis. A ambiguidade das falas sugere a ênfase de Seu Enedino ao passado de dinamismo da produção local, à possibilidade da agricultura no passado permitir melhores condições de reprodução social dos moradores do maciço, enquanto Dona Marli chama atenção para o fato de que a produção familiar ainda tem importante papel na manutenção da casa (FERNANDEZ, 2009).

Com o fim do ciclo do carvão, permaneceram as pequenas culturas já existentes e, junto com elas, uma série de serviços, muitas vezes ligados à agricultura, que permitiam aos lavradores complementar sua renda, tais como: as empreitadas de roça, colheita, transporte, venda dos produtos agrícolas e a construção de casas de pau a pique.

Assim, além dos serviços ligados à agricultura, a criação de pequenos animais e de atividades extrativistas, o trabalho em casa de família, a costura ou o comércio eram alternativas de complementação de renda para as mulheres, assim como a construção civil, a jardinagem e as atividades de revenda de produtos agrícolas, extrativistas ou artesanais em feiras e mercados do subúrbio, entre outras atividades, para os homens. Vianna (1992) também ressalta que os moradores mais pobres podiam ainda dedicar-se a explorar elementos da paisagem pouco controlados pelos proprietários de terras, tais como o capim para forragem, a venda da areia de rio para construção, terra estrumada para plantações e jardins, e ervas para fins medicinais, religiosos ou decorativos. A descrição dessas atividades permite constatar a alternância do caráter autônomo de realização do trabalho, baseado no uso da mão de obra familiar e, em certas circunstâncias, subordinado, através da venda de sua força de trabalho (GARCIA JR., 1983, p. 58).

Os moradores mais antigos ou seus descendentes, que se identificam como agricultores, ao serem questionados sobre suas atividades destacam: “nasci na agricultura, desde pequeno ajudava meu pai”; ao longo da con-

versa, outras atividades profissionais eram descritas, mostrando que a agricultura, no Maciço da Pedra Branca, sempre esteve articulada a outras atividades. No caso das mulheres entrevistadas, era frequente a identificação como agricultora, e, em seguida, eram feitas algumas ponderações indicando que determinados conhecimentos sobre a terra e o manejo cabiam ao marido, enquanto elas cuidavam mais da feira e do apoio às atividades cotidianas, identificando, portanto, a divisão do trabalho familiar organizado em esferas masculinas e femininas (HEREDIA, 1979, p. 154).

Sob esta perspectiva, um casal de pequenos produtores, ambos aposentados, afirmou realizar atividades agrícolas por toda a vida, visto que desde pequenos já ajudavam os pais, assim como sua propriedade foi herança da família do marido. Ao longo da conversa, foi esclarecido que, além da agricultura, no passado, a esposa havia trabalhado como copeira e o marido como vigia. Ao realizarmos perguntas mais específicas sobre as formas de cultivo e produção, a esposa ponderou que aquelas perguntas deveriam ser respondidas pelo marido que cuidava desses assuntos, enquanto ela cuidava de outros aspectos, como comprar insumos, receber o pagamento dos produtos, vender a produção. Era ela que, em geral, também frequentava as reuniões da associação.

Outro produtor de Rio da Prata¹⁸ relata que, durante certo tempo da vida, trabalhou como segurança, devido a um acidente de trabalho que atingiu a coluna e o impediu temporariamente de trabalhar “na roça” com serviços mais pesados.

Uma senhora de 80 anos, moradora de Vargem Grande, descreve que ela e seu marido viviam da agricultura, assim como seus pais também viviam. No entanto, ao relatar sua trajetória de vida, conta que trabalhou muitos anos como costureira, além de fazer feiras com o marido.

A reconstituição das histórias de vida dos produtores revela a variedade de possibilidades de combinação histórica entre a agricultura e outros setores. A expressão dita certa vez por um agricultor de Vargem Grande – “a gente sai da roça, mas a roça não sai da gente” – sugere, de um lado, a transitoriedade das escolhas em um contexto de adversidade à reprodução

¹⁸ Uma das localidades do Maciço da Pedra Branca e faz parte do bairro de Campo Grande. Sua localização pode ser encontrada na fig. 3.

da atividade agrícola e, de outro, revela também o valor afetivo e a possibilidade de construção de uma identidade de pequeno produtor ou de agricultor que parece estar relacionada, em um grande número de casos, à origem familiar desta atividade. A possibilidade de plantar também está relacionada ao controle da terra que envolve questões relacionadas à partilha, à venda, a novos arranjos feitos a partir de casamentos ou contingências familiares que impõem formas de mobilidade espacial sobre este território.

3. Você gostaria que seus filhos trabalhassem na terra?

A dificuldade de mão de obra na agricultura não significa que haja boas alternativas ou ofertas em outros setores de trabalho para os filhos, em sua maioria temporárias ou de baixa qualificação. Este quadro contraditório aponta, de um lado, para as limitações de reprodução desta pequena agricultura e, de outro, para sua potencialidade de geração de renda alternativa à venda da força de trabalho para seus filhos.

O acesso à informação e à inserção urbana dessas famílias possibilita a maior autonomia e individualização das escolhas e trajetórias dos filhos, acrescidos do fato que o tamanho reduzido das propriedades é um impedimento a mais para que todos permaneçam na agricultura. Contudo, o caráter familiar da produção não se limita à utilização de mão de obra familiar, mas sim no empenho dos indivíduos através de diferentes estratégias em manter a unidade de produção familiar. Assim, o processo de individualização da força de trabalho pode levar tanto ao rompimento de laços que permitem mantê-la ou, ao contrário, podem ser mecanismos através dos quais a pequena produção pode ser mantida.

De acordo com Leal (2005), que realizou um estudo antropológico com os produtores orgânicos do Rio da Prata, as crianças em idade escolar estão excluídas do trabalho agrícola, por ser o estudo um valor importante para seus pais. O fato de a agricultura não se apresentar como um caminho imediato aos filhos não significa que ela não possa ser incorporada ao longo de sua trajetória. Um grande número deles completa o ensino médio, e o desejo de alguns jovens, filhos dos produtores, em cursar profissões afins à atividade dos pais (por mais difícil que seja, dada a baixa escolaridade dos pais e dificuldade de acesso a um ensino de qualidade), tais como agronomia ou medicina veterinária, engenharia florestal, pode representar novas

possibilidades de reprodução social da agricultura no maciço. Este é o caso de uma família de pequenos produtores visitada em Guaratiba. Toda a família está envolvida nas diferentes etapas da produção, e o filho mais velho estava estudando agronomia na UFRRJ¹⁹. No entanto, esta trajetória não é frequentemente observada.

O acesso generalizado à escola na atualidade contrasta com a baixa escolaridade dos chefes de família. Em levantamento socioeconômico realizado com os produtores do Maciço (PROFITO, 2014), 48% deles fizeram referência ao primário ou não souberam especificar a série em que eles pararam os estudos, e 17% afirmaram não ter escolaridade.

O número significativamente alto de agricultores mais velhos – 66% dos entrevistados têm mais de trinta anos de atividade agrícola – chama atenção para o tema da sucessão geracional e para a dificuldade de renovação da força de trabalho na agricultura.

As famílias têm em geral de três a cinco filhos. Em 24% das respostas, foi assinalado que os filhos não exercem nenhuma atividade além da agricultura. Outras 19% das respostas definem os filhos como estudantes. De forma vaga, em 18% delas, os entrevistados afirmaram que filhos trabalham, mas não souberam precisar qual a atividade. Em outras 8%, citaram que os filhos realizam “biscates”²⁰ e, em 14% delas, que exercem atividades comerciais. Também foram citadas as atividades ligadas ao magistério, construção civil, serviços domésticos/faxina. Neste item, deve-se levar em conta que as respostas incluem tanto os filhos que fazem parte do núcleo familiar, quanto aqueles que já constituíram suas próprias famílias, fato que pode explicar a imprecisão dos pais a respeito da atividade realizada pelos filhos.

Quanto à organização do trabalho, 42% dos agricultores entrevistados afirmaram não contar com a ajuda de outros membros da família. 21% afirmaram contar com a ajuda dos filhos, 12%, da esposa e 8%, dos filhos e da esposa. Portanto, 28% dos agricultores entrevistados contam com a ajuda dos filhos e 49% dos pequenos produtores do Maciço da Pedra Branca contam com pelo menos o trabalho de um membro da família na produção.

¹⁹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

²⁰ Ou “bicos”: serviços pequenos e avulsos.

Segundo os agricultores, a dificuldade de conseguir mão de obra é um dos principais entraves para a prática agrícola, pois a diária de muitas atividades urbanas gira em torno de cem reais, fazendo com que muitos não queiram realizar atividades pesadas de roça em troca de sessenta reais, valor que, por sua vez, é elevado para o agricultor que não pode dispor sempre deste recurso. 50% dos pequenos produtores afirmaram não fazer uso de mão de obra externa, enquanto que 41% utilizam trabalho assalariado (entendido como trabalho mensal ou na diária) e 9% estabelecem acordo de ajuda mútua entre amigos, que pode significar a reciprocidade de trabalho nos sítios, uma pequena ajuda econômica ou a oferta de refeições.

Na atualidade, há uma estimativa de cerca de duzentas famílias agricultoras no Maciço da Pedra Branca. Constatou-se que 87% das famílias agricultoras possuem a propriedade da terra²¹. A maioria das propriedades varia entre 1 ha e 5 ha. Deve-se enfatizar, contudo, que o espaço disponível para o cultivo corresponde apenas a uma parcela deste total, já que uma parte significativa das propriedades são áreas florestadas ou de encostas.

Na atualidade, 37% das famílias possuem seus sítios separados de suas moradias. Esta separação entre a unidade de produção e a unidade familiar deve-se ao processo de migração dos sítiantes para as áreas mais baixas do maciço, a fim de superar as dificuldades cotidianas de ausência de energia elétrica nos sítios, a dificuldade de transporte, o acesso distante à escola, aos serviços de saúde, buscando maior proximidade com os centros urbanos. Se, por um lado, aumentou o conforto da família através do acesso mais facilitado aos serviços urbanos, por outro, dificultou a participação de mais membros da família na produção que, muitas vezes, preferem se dedicar a tarefas menos exaustivas e mais bem remuneradas, já que o acesso ao sítio é difícil e demorado, sobretudo quando chove.

87,3% dos produtores entrevistados comercializam sua produção. Os principais produtos cultivados no Maciço da Pedra Branca são a banana e o caqui. Além desses dois produtos, o aipim, o milho, a manga, o coco, a cana-de-açúcar, a tangerina, o quiabo, o abacate e o chuchu são produtos

²¹ Entendida aqui não apenas como uma forma de relação com a terra, comprovada por papéis ou documentos de compra, mas, sim, como uma forma de apropriação plena deste bem, ao longo do tempo, sem a necessidade de algum tipo de pagamento de renda ou aluguel a outrem por seu uso.

também destinados ao mercado, embora uma parcela significativa desses seja voltada também para o consumo da família, junto com hortaliças como couve, alface e alguns legumes.

Os circuitos de comercialização e a escala de produção são muito variados entre os agricultores. Os locais de comercialização dos produtos, se mais distantes ou não, relacionam-se com as alternativas de transporte, a possibilidade de manter animais de carga e a necessidade de pagamento de frete.

Observa-se que, na Taquara, na localidade do Pau da Fome²² e em Vargem Grande, os circuitos de comercialização são mais restritos aos bairros, sendo as feiras²³ menos praticadas do que no Rio da Prata. Nesta última localidade, a feira é uma alternativa exclusiva de venda para 50% dos produtores, enquanto, em Vargem Grande, para 30,4%, e no Pau da Fome Taquara, para 18,2%. Além das feiras, há a possibilidade de venda para intermediários, em pontos de venda próprios ou mercadinhos locais. Alguns poucos produtores também citaram mercados atacadistas, tais como o CADEG (Mercado Municipal do Rio de Janeiro), a Ceasa (Central de Abastecimento do Rio de Janeiro) e o Mercado de Madureira (neste caso e no da CADEG, citados para a venda de plantas medicinais).

A descrição que até agora fizemos deste campesinato aponta para uma tendência à especialização no cultivo da banana e do caqui, ainda que tenhamos encontrado alternatividade entre culturas de mercado e para o autoconsumo. Uma série de fatores estão relacionados a esta tendência: os impedimentos ambientais para expandir e tecnificar seus cultivos, a especialização em culturas com pouco manejo e menos exigência de trabalho de outros membros da família, a necessidade imposta pela crescente adesão aos padrões de consumo urbano, de comercializar produtos com valor de troca para a aquisição de outros que não são produzidos por eles. Apesar desta tendência dominante, apresentamos a seguir as novas possibilidades trazidas pelos mercados agroecológicos e pelo ambiente de politização trazido em seu bojo.

²² Esta localidade e as demais podem ser identificadas no mapa da figura 3.

²³ Neste levantamento, os tipos de feiras não foram diferenciados.

4. Feiras agroecológicas e agricultura de base camponesa

A participação dos produtores do Maciço da Pedra Branca em mercados agroecológicos tem sido construída a partir de um processo crescente de politização da vida local, com base na ambientalização de situações de conflito (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014, p. 1).

A condição de agricultores em uma unidade de conservação de proteção integral como é o PEPB impôs restrições aos cultivos, mas em contrapartida estimulou o que chamamos de ambientalização de valores, na medida em que se definirem como protetores da natureza e dos limites do parque tem possibilitado a eles a construção de uma identidade afirmativa, de defesa de sua territorialidade e, portanto, de luta pelo direito à permanência no parque.

Os agricultores da localidade do Rio da Prata, a partir da atuação da ONG Roda Viva entre os anos de 2001 a 2003, passaram por um processo de conversão orgânica e que resultou na construção de uma associação e da criação da Feira Orgânica de Campo Grande. O engenheiro agrônomo que participou do projeto, ao fazer um balanço dos seus resultados, descreve a fala de um dos agricultores que participaram da construção da associação, o que lhe deu a noção de que alguma coisa havia mudado:

Ele falou qualquer coisa do tipo: 'olha a relação da gente, agricultor, com os compradores agora é muito diferente, eles respeitam a gente, eles querem saber sobre a nossa vida onde a gente mora, o que a gente faz, eles escutam a gente. Eu passo boa parte do tempo na feira, explicando às pessoas sobre o meu trabalho, a minha vida...' e olha, ele falou isso com uma força que eu disse: caramba! É uma coisa que na sociedade, um feirante pobre, vendendo um produto que você compra e vai embora. Ali de repente, ele é o alvo das atenções, o centro... Vem então uma pessoa, entre aspas que eles acham que é bacana tem carro, salário se veste bem, tem uma aparência razoável, chega e quer ouvir o que eles têm a dizer, e mais, esse processo foi se consolidando. Os fregueses vão visitá-los, vão lá em cima conhecê-los. Ele estava tentando então mostrar para outra pessoa do grupo como era diferente (...). Então ele foi um cara que incorporou esse negócio (FERNANDEZ, 2009, p. 306).

O mercado de produtos orgânicos no Rio de Janeiro ganhou impulso, sobretudo, com pequenas feiras orgânicas que surgiram inicialmente na zona sul do Rio. Nesses circuitos de comercialização estavam presentes aspectos também partilhados pelos mercados agroecológicos que dizem respeito ao enraizamento social da atividade econômica, o vínculo entre pro-

dutor e consumidor, construindo relações de confiança e respeito pelo seu modo de vida, pelo seu “saber fazer” e pelo seu produto. A feira orgânica e cultural do bairro da Glória, criada em 1994, e depois outras que se espalharam pela zona sul foram constituídas como espaços de circulação de ideias ambientalistas, de modelos alternativos de produção e consumo.

Na atualidade, a identidade orgânica, o produto orgânico e os mercados a ele vinculados não têm o mesmo sentido e não trazem a mesma proposta política da agroecologia, mas, dependendo do contexto, podem ter afinidades. É preciso que essas atribuições sejam lidas em uma perspectiva histórica e processual.

A definição de um produto orgânico diz respeito ao aspecto técnico de produção, ou seja, livre de agrotóxico, mas nada diz sobre as relações sociais de produção, sobre a transmissão de conhecimento ao produtor, o regime da terra, sobre o trabalho familiar e tipos de mercado. Podemos ter, neste sentido, mercados orgânicos com alta concentração de renda e racionalidade capitalista. Mas podemos ter também mercados orgânicos que se identificam com os valores mais amplos da agroecologia, mas, devido a oportunidades econômicas e institucionais, estão em circuitos orgânicos. Outra questão importante é o aspecto de fácil inteligibilidade do mercado sobre o que é orgânico, facilitando sua aceitação pelo consumidor.

A agroecologia, embora possa ser definida de muitas formas, tem se constituído como um movimento contra-hegemônico ao processo de modernização capitalista na agricultura imposto pela Revolução Verde, incluindo novas agendas, tais como o feminismo (com o lema sem feminismo não há agroecologia), o tema das populações tradicionais e da sociodiversidade, ou velhos temas em novas agendas: da reforma agrária vinculada não apenas a uma questão fundiária, mas territorial, ambiental e identitária²⁴.

²⁴ Os seguintes temas foram discutidos no III Encontro Nacional de Agroecologia realizado em maio de 2014 em Juazeiro- BA.: Reforma agrária e reconhecimento dos povos e populações tradicionais; agroecologia, abastecimento e construção social de mercados; agricultura urbana; comunicando um Brasil agroecológico; conflitos e injustiças ambientais; construção do conhecimento agroecológico: ATER, pesquisa e ensino e educação no campo; normas sanitárias para quem e para quem; plantas medicinais; financiamento e agroecologia; saúde e agrotóxicos; sementes e agrobiodiversidade; sociodiversidade.

Ganha força, neste contexto, o debate sobre a realocização de alimentos, a comida quilômetro zero²⁵, vinculada à cultura local, reforçando princípios da soberania e segurança alimentar.

É importante fazer essas considerações, visto que esse quadro de possibilidades e ressignificações tem exercido seus efeitos sobre o território do Maciço da Pedra Branca, por meio da atuação de mediadores em interação com os produtores locais e de sua inserção em novos mercados de perfil orgânico e agroecológico. Assim, na contramão de uma tendência dominante de desaparecimento da agricultura frente ao avanço da urbanização, esse movimento busca o reconhecimento dos espaços de vida dos agricultores (PRADO; MATTOS; FERNANDEZ, 2012) ou de uma agricultura que se faz na cidade e, portanto, pode ser classificada como agricultura urbana.

A história desta mobilização, conforme já foi dito, iniciou-se com o trabalho da ONG Roda Viva. Posteriormente, o projeto Profito²⁶ (ainda atuante) estimulou a participação dos agricultores do maciço em um modelo socioprodutivo de plantas medicinais. Pode-se dizer que o Profito, nos termos de Almeida (2004, p. 10), produziu uma unidade de mobilização²⁷ territorial: estimulou o surgimento de uma nova associação – a AGROVARGEM²⁸ – e a integração entre os produtores das três associações do maciço. Aprofundou o debate sobre os direitos territoriais frente ao INEA – Órgão Ambiental responsável pela administração do PEPB e sobre questões políticas e econômicas relacionadas à agricultura. A metodologia par-

²⁵ A opção pela comida mais próxima para diminuir a quilometragem que um alimento percorre e assim combater o aquecimento global e promover práticas econômicas vinculadas a territorialidades específicas.

²⁶ O Profito é um Programa orientado à pesquisa, cooperação e apoio ao uso, manejo e comercialização de plantas medicinais concebido e implantado pelo laboratório de Biodiversidade do NGBS/Farmanguinhos desde 2006 e mobilizou e capacitou agricultores para o plantio, manejo e identificação das plantas medicinais. Hoje articula esta instituição à UFRRJ e conta com a parceria das associações de agricultores do Maciço da Pedra Branca e organizações voltadas à defesa da agricultura na cidade, à agroecologia e à segurança alimentar e nutricional.

²⁷ “Refere-se à aglutinação de interesses específicos não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais ou agrárias” (ALMEIDA, 2004, p.10).

²⁸ São três associações agrícolas no Maciço da Pedra Branca: a Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá (ALCRI) fundada em 1986, a Associação de Produtores Orgânicos do Rio da Prata (AGROPRATA) fundada em 2003 e a Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande.

ticipativa do projeto e a compreensão da necessidade de trabalhar em rede aproximaram novos coletivos e instituições aos produtores que se reúnem em uma rede denominada Rede Carioca de Agricultura Urbana (doravante Rede CAU).

Um marco que oficializou em certo sentido a atuação em rede ou a construção de um território-rede (HAESBAERT, 2004, FERNANDEZ, 2014) em torno da agroecologia ou dos sistemas agroalimentares, a partir do Maciço da Pedra Branca, foi a mobilização para aquisição da declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) e a produção de sentido, ou seja, do significado deste documento, para a afirmação da identidade do produtor na cidade do Rio de Janeiro e para o acesso a mercados institucionais²⁹. Graças à atuação em rede dessas diversas organizações e após cinco anos de luta (desde as primeiras tentativas relatadas pelos agricultores), dois dos produtores da Agrovargem conseguiram a declaração de Aptidão ao Pronaf, e a associação em 2012 conseguiu fazer a primeira venda para o Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE), ao colégio estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, no bairro de Vargem Grande. Simbolicamente, este colégio no passado foi uma escola rural. No total, já são seis DAPs conseguidas no maciço.

Em agosto de 2013, os agricultores da Pedra Branca, após sete meses de formação organizada por ONGs e instituições vinculadas à Rede CAU, inauguraram a Feira Agroecológica da Freguesia (bairro também da zona oeste do Rio de Janeiro).

Oficialmente ela está articulada ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, mas seus organizadores se referem a ela como feira agroecológica da Freguesia (FAFRE). A possibilidade de criação das feiras orgânicas está vinculada à municipalidade pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES). Nesses espaços, a Prefeitura impõe um *layout* padronizado, limitando as expressões identitárias de cada feira, e determina padrões rígidos de apresentação das barracas e normas sanitárias. Mesmo assim, os organizadores da FAFRE construíram seu próprio estatuto e elaboraram uma identidade visual para a feira, na qual se evidencia a

²⁹ São mercados constituídos pelo Estado por meio de políticas específicas para a aquisição de produtos, sobretudo alimentos, plantas medicinais e outros para abastecer instituições públicas: escolas, creches, hospitais, etc.

relação da cidade com a produção de alimentos e se destaca o caqui como produto símbolo da agricultura na zona oeste da cidade.



Fig. 4: Identidade Visual da Feira Agroecológica da Freguesia inaugurada em agosto de 2013.

O problema da diversidade de produtos necessária para fazer funcionar a feira foi solucionado com o ingresso de produtores da região metropolitana e região serrana, vinculados à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. A feira é formada por oito barracas, e estas foram concedidas não a produtores individuais, mas às associações envolvidas na formação da feira.

Os produtores, mediadores e organizações vinculadas à Rede CAU debatem a possibilidade de uma nova feira no bairro de Vargem Grande. Sua identidade – se orgânica, agroecológica, da roça ou de economia solidária – ainda está em discussão. A questão é que para cada uma dessas escolhas incide um conjunto de restrições e normatizações sanitárias e de ordem pública impostas pela Prefeitura.

Mas, além das exigências burocráticas, o que está em jogo é a tentativa de mobilizar não apenas os agricultores locais que já participam de outros circuitos de comercialização, mas também mulheres, filhos ou moradores da localidade que são detentores de habilidades de produção de artesanato, de produção de alimentos, de cultivos em hortas domésticas, etc.

Há clara intenção de que esta feira seja mais um espaço de circulação de bens materiais e simbólicos, com forte vínculo territorial e de estímulo para novos membros da família se integrarem à produção doméstica e fazerem circular seus saberes e produtos muitas vezes realizados nos espaços de produção do “arredor da casa”.

As feiras, ao contrário de outros mercados que exigem escala de produção e especialização, permitem que os agricultores aos poucos testem novos produtos e possam aos poucos se reorganizar às demandas do mercado.

A participação dos produtores em um número maior de feiras tem causado preocupação a respeito do tema da diversificação da produção. Não se pode ter uma feira só de bananas e caquis. Mas a diversidade de produtos implica um planejamento da produção e da participação de um número maior de membros da família para o revezamento das atividades de produção, venda e mesmo para atividades de representação na ampla agenda política em que eles estão inseridos.

Esta reconstrução é difícil; os agricultores do maciço, há muito tempo foram abandonados pelos órgãos de assistência técnica rural. A Ong AS-PTA, vinculada à Rede CAU, tem prestado esta assessoria técnica. As visitas de certificação participativa são momentos de aprendizado e envolvem os agricultores, técnicos, consumidores e membros dos movimentos. AARJ, por meio de organizações e movimentos que a ela estão vinculados, faz uso de viagens e caravanas agroecológicas para a construção do conhecimento agroecológico.

Em recente viagem à Barra do Turvo- SP, para conhecer a experiência da Cooperafloresta³⁰, um agricultor do maciço da Pedra Branca revela sua surpresa ao encontrar ali um grupo que superou dificuldades de deslocamento e comercialização maiores do que as que ele vivenciava e lhe chamou atenção a produção voltada para o próprio consumo: “as distâncias deles são muito maiores; se eles não tivessem se organizado, era muito difícil vender sozinho a produção, e lá eu vi que compro muita coisa no supermercado que poderia estar plantando”.

São muitos os desafios. A procura ainda é pequena nas feiras orgânicas da zona oeste. Segundo um produtor, enquanto ele vende vinte caixas

³⁰ Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo – SP e Adrianópolis – SP.

de banana em uma feira convencional, ele vende de quatro a cinco caixas em uma feira orgânica nesta região. Mesmo a feira de Campo Grande levou quase uma década para aumentar o número de consumidores e de barracas. Outra dificuldade é que a adesão ao modelo orgânico/agroecológico ainda é pequena no Maciço da Pedra Branca. E, por fim, em um ambiente com essa complexidade de temas e valores, as percepções dos agricultores sobre o que é ser orgânico, agroecológico, urbano não são consensuais e estão em permanente elaboração e disputas.

Este dado reforça a importância da criação de feiras locais e da adesão dos consumidores a esses valores e também das associações alargarem sua base social e ambiente de politização.

Por fim, qual a escala econômica, social e política dessas transformações? Para responder a esta pergunta, devemos relacioná-la aos aspectos multifuncionais que envolvem uma agricultura de base camponesa, que deve ser avaliada não apenas pela sua condição de colocar mercadorias no mercado, mas pela sua capacidade de garantir a reprodução social dessas famílias agricultoras e dos territórios agrícolas. Acreditamos que a reconstituição da luta histórica deste campesinato frente à cidade mostrou sua capacidade de resistir e, nesta última década, de redesenhar o mapa da agricultura na cidade do Rio de Janeiro.

5. Considerações finais

Tomando como parâmetro a organização do trabalho familiar e estratégias de reprodução social entre produtores do Maciço da Pedra Branca, área localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, pudemos observar que ali se desenvolveu uma agricultura de base camponesa que, de modo crescente, passou a ser ameaçada pela expansão urbana, pela criação de áreas protegidas e pelas transformações mais amplas das relações de produção que impuseram novas racionalidades e formas de tecnificação da agricultura. Esse conjunto de transformações alterou o lugar e a importância desta pequena agricultura para o abastecimento da cidade.

A despeito das adversidades enfrentadas, procuramos mostrar a capacidade de resistência e reelaboração identitária deste grupo, a partir da ambientalização de valores e adesão ao movimento agroecológico e circuitos alternativos de comercialização.

A perspectiva histórica de longa duração, iluminada por vasta produção teórica sobre o campesinato, ajudou-nos a compreender as múltiplas estratégias de sobrevivência e adaptação às transformações da sociedade abrangente, nas quais estão relacionadas a mão de obra familiar e múltiplas formas de trabalho acessório fora da propriedade, trabalho subordinado e mesmo atividades não agrícolas necessárias à manutenção do sistema agrícola.

Referências

- ABREU, Sylvio Fróes de. *O distrito federal e seus recursos naturais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006. p. 107-132.
- CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: DuasCidades, 1971.
- CHAYANOV, Alexander V. *The Theory of Peasant Economy*. The American Economic Association, Homewood-Illinois, 1966.
- CORRÊA, A. M. O Sertão Carioca. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 167, 1933.
- FERNANDEZ, A. *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.
- FERNANDEZ, A. Territórios-rede de agroecologia: ciência(s) e saberes locais na ambientalização de lutas na zona oeste e região metropolitana do Rio de Janeiro. *Anais do 38. Encontro da ANPOCS*, Caxambu, 2014.
- FOSTER, George. What is a peasant? In: ____; POTTER, J.; DIAZ, M. *Peasant society*. Boston: Little, Brown and Company, 1967. p. 2-14.
- GALESKI, B. *Basic Concepts of Rural Sociology*. Manchester: Manchester University Press, 1975.
- GARCIA JUNIOR, A. *Trabalho familiar: autonomia e subordinação*. In: _____. *Terra de Trabalho, Trabalho Familiar e Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1983.

GODELIER, M. (Ed.). *Sur les sociétés précapitalistes*. Paris: Ed. Sociales, 1970.

GRYNSPAN, M. Lutas pela terra e identidades sociais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, jul. 1998.

GUIMARAENS, D.; CAVALCANTI, L. Quem casa, quer casa: pau a pique em Vargem Grande. In: _____. *Morar: a casa brasileira*. Rio de Janeiro: Avenir Editores, 1984.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEREDIA, B. *A morada da vida*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1999. p. 77-104.

IANNI, O. “A utopia camponesa”. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1986. São Paulo: ANPOCS/Cortez Editora, 1986. p. 172-185.

JOURNET, Nicolas. “L’argente-famille”, Terrain [Enligne], 45 | septembre 2005, mis en ligne le 29 août 2005, consulté le 07 janvier 2015. URL: <http://terrain.revues.org/3504>; DOI: 10.4000/terrain.3504.

KAUSTKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the peasantry*. Anthropology in Global Perspective. Westview Press, 1996.

LEAL, P. F. *Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ): luta pela preservação social*. Niterói, 2005. 81f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MENDRAS, H. *Le Fin des Paysans*. ActesSud: H. Nyssen Ed., 1984.

NEVES, Delma Pessanha. *Agricultura familiar: quantos ancoradouros!* Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2008.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 229-252, janeiro-abril/2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRADO, Bruno de A.; MATTOS, Claudemar; FERNANDEZ, A. C. F. Agricultores do Maciço da Pedra Branca: em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. *Revista Agriculturas*, v. 9, n. 2, p. 6-9, set. 2012.

PROFITO PEDRA BRANCA: plantas medicinais em sistema agroecológico na Mata Atlântica. Prelo, 2014.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

REVISTA RIO FLORESTAL. *Revista da Fundação Instituto Estadual de Florestas IEF*, n. 1, dez. 2005.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento SAA/RJ. *Plano de manejo do Parque Estadual da Pedra Branca*: programa de trabalho. jul. 1979.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Os valores de uma luta: a economia moral do movimento pela terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964. *Mundo Agrário*, v. 6, n. 12, p. 7-14, 2006.

SANTOS, Leonardo Soares dos; RIBEIRO, Jayme Lucio. O que querer vender quer dizer: urbanização e conflitos de terra através dos classificados imobiliários do Sertão Carioca (1927-1964). *Revista Ideas*, v. 1, n. 1, p. 78-94, jul.-dez. 2007.

SATHLER, Evandro Bastos. “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação” na perspectiva de uma geografia socioambiental. In: *Áreas protegidas e inclusão social*. MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta de Azevedo (Eds.). Rio de Janeiro: volume 3, n. 1, p. 177-179, 2007.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-50.

SEYFERTH, Giralda. “Camponeses ou Operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança.” In: *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, USP, nova série, volume XXIX, 1983/1984.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 52, p. 1-27, 1985.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de Constituição e reprodução do Camponato no Brasil*, vol. II. SP: UNESP, Brasília: NEAP, 2009.

TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. A politização dos debates locais sob o efeito da ambientalização dos conflitos e a emergência de uma governança territorial. *Anais do 38º Encontro da ANPOCS*, Caxambu, 2014.

VIANNA, Hélio. *Baixada de Jacarepaguá: sertão e zona Sul*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 21, out. 2003, p. 42-61.

WANDERLEY, M. de N. B. Em busca da modernidade social; uma homenagem a Alexander Chayanov. In: *Os camponeses têm futuro?* Uma homenagem a Alexander Chayanov. Campinas: UNICAMP, 1989, 33 p.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses Brasileiros*, vol. I, SP: UNESP, Brasília: NEAP, 2009.

ZANINI, Maria Catarina C. Agricultores, camponeses e também colonos: descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de Constituição e reprodução do Campesinato no Brasil*, vol. II. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAP, 2009.

O futuro do passado: comércio em feiras, vida rural e tradições culturais.

Alguns apontamentos

João Carlos Tedesco

Introdução

Nesses apontamentos sobre estratégias de agricultores familiares em otimizar alguns fatores ligados ao seu modo de vida tradicional, (re)construído num tempo longo e (re)adaptado às dinâmicas históricas e às condições objetivas de existência, expresso em práticas de comércio (feiras, festejos, em casas, em rotas turísticas e gastronômicas, etc.), queremos mostrar que há tempos que se entrecruzam, passados que dimensionam futuro, saberes que se reproduzem, modernidades que otimizam, a partir de seus pressupostos, fatores tradicionais.

O pano de fundo é o agricultor familiar, seu *éthos* que se reconstrói na sua relação para além da produção com a terra, que enfrenta e racionaliza, ao seu modo, as transformações e os limites da sociedade que o engloba e em que está inserido; realidades essas que o obrigam a repensar a continuidade de sua filiação à lógica moderna de produzir que, como se sabe, não foi feita na totalidade para os agricultores familiares. Os bloqueios fundiários (falta de terra), o crescimento demográfico reduzido e o desequilíbrio entre trabalho, renda, consumo e reprodução do patrimônio, o aumento da mediação do saber técnico, a ação predatória das agroindústrias convencionais (frangos, suínos, tabaco, frutas, leite...), as várias estratégias de trabalho familiar fora do ramo agrícola, a não motivação em ser sucessor nas unidades, o mercado matrimonial reduzido (ausência de moças, fruto da migração para o urbano e do número reduzido de filhos e de casais), o urbano visualizado como espaço possível de reprodução, o intenso aumento do valor da terra mecanizável, etc. atestam um cenário de dificuldades presentes e futuras para o pequeno agricultor.

Nessa conjuntura, famílias vão sendo redefinidas, espaços comunitários vão sendo esvaziados pela inexistência de pessoas e pelas exigências de trabalhar cada vez mais, independentemente dos tempos e dos dias da semana (aviários, chiqueirões, produção moderna de leite, etc.), o lazer fica reduzido e a vida comunitária e integrativa comprometida, bem como os festejos e rituais comunitários.

Progredir economicamente, permanecer no meio rural, ter uma melhor qualidade alimentar e de vida em geral são, dentre outros, os fins perseguidos pelos grupos familiares que trabalham na agricultura (SCHNEIDER, 1999). As tradições e saberes artesanais e culinários dos agricultores familiares dão suporte ao desenvolvimento de várias atividades econômicas, facilitando a implantação de pequenas empresas, geralmente informais, denominadas “agroindústrias caseiras” (vinho, sucos, queijos, embutidos, doces, licores, pães, massas...), as quais aumentam as oportunidades de geração de renda e emprego para todos os membros da família.

Nesse sentido, é possível perceber estratégias que buscam utilizar recursos no interior das propriedades, formas diversas de fontes de renda, produzir alimentos revestidos de qualificativos ecológicos, tradicionais, “crioulos”, “coloniais”, artesanais, formas alternativas de consumo, em âmbito local, com a simbologia da qualidade diferenciada, incorporando conhecimentos, habilidades na construção de mercados, em geral, de *circuitos curtos* (PLOEG, 2008), no horizonte da *proximidade* (principalmente em suas vendas em casa, nas feiras, no centro de vendas de rotas turísticas, em casas comerciais, etc.), com intensas ligações entre o urbano e o rural.

Nesses nossos apontamentos, partimos da ideia de que os sujeitos territoriais (no caso, agricultores familiares e consumidores) promovem relações econômicas que se embasam em *tradições locais* (essas, narrativamente, transportadas pelo tempo e em espaços não necessariamente definidos no local), em interações com processos relacionais do mundo global (mercados, padronizações, informações, tecnologias produtivas, etc.); esses mesmos sujeitos, em suas dinâmicas produtivas e mercantis, acabam por construir *identificações geográficas* pela promoção de produtos típicos, da “nossa tradição”, reforçando a dimensão *identitária* do produto, como forma de otimizá-lo nas redes mercantis que são produzidas (CERDAN, 2008).

Num folder de restaurante da Rota das Salamarias, o qual informa seu cardápio, está escrito: “O sabor da Itália bem perto de você”. Essas

identificações translocais e transtemporais tendem a produzir *novos* espaços e *velhos* tempos. Por isso, os espaços se *localizam*, há um fator locacional que se territorializa como resultado de estratégias de grupos e sujeitos que se definem na produção e identificação de coletividades, organizando, distribuindo e coordenando recursos, comportamentos e ações, em geral, ao redor de uma mesa, no sabor dos produtos e na transposição temporal imaginária de grupos étnicos.

Para efeito de um breve texto, não iremos mais além do que alguns apontamentos, como elementos *de fundo*, apreendidos em pesquisa de campo na análise de rotas turísticas¹ e festejos com certo cunho étnico nos referenciais gastronômicos e nos sujeitos envolvidos. Primeiramente daremos ênfase ao papel central no agricultor familiar; é ele que busca estratégias e racionalidades adaptativas ao seu modo de vida, aos fatores externos que são produzidos e maximizados (feiras, festejos, legislação produtiva e de comércio, etc.), aos saberes considerados e maximizados pela simbologia do “tradicional”, que incorpora saberes e personifica grupos sociais.

O agricultor familiar: ícone de tempos que se entrecruzam

O agricultor familiar, ainda que reconhecendo suas múltiplas diversidades e formatos (entre regiões do Brasil e mesmo em termos de relações e processos de trabalho na terra), revela ser um estrato socioeconômico e

¹ Analisamos três rotas turísticas: a das Salamarias (na região de Marau; a mesma é constituída com forte presença de descendentes de imigrantes italianos), a da Serra do Botucaraí, ou dos “tendeiros do pinhão”, como também são chamados (com particular presença de caboclos oriundos da economia pastoril da região de Soledade, localizados na BR 386, nos municípios de Fontoura Xavier e São José do Erval) e Caminho de Pedras (na região de Bento Gonçalves – colonos e caboclos – que são pequenos produtores rurais e comerciantes de boa parte de seus produtos em rotas turísticas, festas, feiras urbanas e nas próprias casas/beira de rodovias. Analisamos também as últimas edições da Festa do Pinhão em Fontoura Xavier e a Festa Nacional do Salame em Marau. Buscamos discutir elementos, na referida pesquisa, como a economia da tradição, territorialidades étnicas, processos sociotécnicos (produção e difusão coletiva de conhecimentos aplicados aos produtos, principalmente agroecológicos, na erva-mate, na confecção do salame e nas confecções artesanais de doces, licores, sucos, etc.), proximidades e circuitos curtos de mercado, produtos coloniais, identidades incorporadas em produtos, etc. No presente texto, em razão do espaço, não teremos condições de adentrar com mais elementos em torno desses recursos teóricos. Ver, nas referências bibliográficas, indicações de estudos que realizamos nesse sentido.

cultural que consegue imprimir tempos passados em racionalidades que maximizam ações no presente; nesse sentido, é um ator coletivo (que envolve, no mínimo, a família, parentescos, vizinhança e processos históricos formadores de seu *éthos*), que diversifica atividades consideradas produtivas no âmbito da terra e em outros setores, como é o caso do turismo, do meio ambiente, da gastronomia e do artesanato, imprimindo saberes culturais em produtos viabilizados em mercados alternativos (feiras, rotas turísticas, festejos gastronômicos, dentre outros).

Por isso, entendemos ser ele um estrato produtivo e de convivência no meio rural que agrega aspectos de modos de vida de sua tradição com as dinâmicas de um processo moderno, que se manifestam em produtos, lógicas mercantis, no uso de fatores técnicos, nas culturas alimentares, nas ações de preservação ambiental, etc.; em algumas circunstâncias, horizontes da tradição revelam-se otimizadores de dinâmicas mercantis, principalmente em suas interfaces com o urbano, revelando inserções, integrações, peculiaridades históricas, especificidades e diferenciações (WANDERLEY, 2003; SCHNEIDER, 1999).

Segundo coloca Ferrari (2011), há uma grande diversidade de formas sociais na agricultura familiar, a qual se manifesta por várias estratégias de produção, de emprego de tecnologias, de organização e revalorização de uma agricultura que ganha conotações de “tradicional”, mas que faz parte dos novos horizontes de desenvolvimento rural e urbano, correlacionando e ampliando os espaços entre esses dois universos. Nesse *mundo rural*, família, terra e trabalho reconfiguram-se em formas de produzir e de viver aliando e otimizando saberes e experiências que se conformam com referenciais do que se convencionou chamar de modernidade.

Muitas pesquisas demonstram a *multifuncionalidade* da agricultura familiar (CARNEIRO; MALUF, 2004; SCHNEIDER, 1999; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; WANDERLEY, 2003; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008, dentre outros), em particular, pelo fato de que a mesma diversifica produções e atividades, emprega fatores de produção com forte presença de mão de obra familiar, interage em sintonia com o ambiente natural (paisagens, matas, águas, etc.), encontra canais alternativos para vender seus produtos, conservar e dinamizar valores e sociabilidades humanas no seu entorno social. Na noção de *multifuncionalidade* da agricultura familiar, agregam-se várias ações produtivas, técnicas, culturais, sociais, ambientais, territoriais,

morais e comerciais, as quais revelam sua importância, estratégias de reprodução e embates sociais e políticos. Essa multifuncionalidade é dinâmica; é também traduzida e (re)construída em razão de realidades e situações específicas; adquire sentidos em razão de sua adequação temporal.

Territorialidades *eticizadas*

É em torno dessa relação que veicula produção agrícola com referenciais considerados como patrimônios culturais (saberes tradicionais) que coletividades territoriais, culturais e sociotécnicas atuam num território específico, em redes e inter-relações econômicas, culturais, de produção, difusão e aplicação de saberes em produtos considerados “típicos”, levando em conta valores produzidos e disseminados no interior de determinados grupos culturais, os quais denotam pertencimentos étnicos. É o caso de produtos e mercados, festejos e feiras que estruturam identificações territoriais de algum grupo étnico (CERDAN et al., 2008; PECQUEUR; ZIMMERMAN, 2004; PLOEG, 2008; FERRARI, 2011).

Desse modo, dimensões coletivas se sobrepõem ao processo de produção e mercantilização individual; há uma identificação e expressão de construção coletiva (MARSDEN; SMITH, 2005) que vai se dando no local, nas práticas mercantis, nas mediações de atores e grupos sociais, nas prestações recíprocas de serviços, nas feiras urbanas, nos festejos de identificação étnica, etc. Na realidade, são redes de relações, construções sociais de mercado ou de vínculos mercantis que se integram e são dinamizados no horizonte dos agricultores familiares, que se cruzam/sociabilizam e interagem em seu cotidiano, formando e agregando-se a redes de sociabilidade técnica (SABOURIN, 2009; PLOEG et al., 2004), ou seja, de processos que envolvem aprendizagens e saberes que se disseminam pelo grupo, configurando temporalidades intercruzadas aos valores que o tempo presente otimiza, recupera e redimensiona ao seu interesse, como processos vividos no passado aplicados ao artesanato vendido nas casas ou em feiras urbanas, ou em rotas turísticas no meio rural. Nesse horizonte, tempos e grupos são identificados e definidos pelos grupos em seus produtos e em seus territórios.

Tempos, grupos e territórios se compõem em uma dinâmica de relações sociais que vão do local a horizontes mais amplos; revelam sujeitos situados que orientam algumas de suas atividades produtivas e comerciais

em correlação com sua performance identitária; porém, como dizem Pecqueur e Zimmermann (2004, p. 17), são locais que funcionam como “modalidade de financiamento do global”, ou seja, que estão em interação com circuitos externos, em inserções múltiplas e sempre captando externalidades (tecnologia, *lay-out*, conhecimentos, concorrências, etc.); há imbricação de fenômenos tradicionais e culturais com as dinâmicas mercantis modernas, com os canais do turismo territorializados e *etnicizados* que induzem racionalidades e estratégias reveladoras do modo de ser de agricultores familiares.

Na noção de *tradição* no meio rural, de “produto tradicional”, do “colonial”, há uma conexão entre pessoas, produtos e lugares (FERRARI, 2011), enraizados socialmente (CARINI, 2010), com laços *fortes* e *fracos* (GRANOVETTER, 1994), tendo a confiança e a identificação grupal como fundamentais para maximizar a atração e a decisão nas lógicas mercantis (locais de venda, performance do produto e preços).

Por isso que é importante entender esse processo para perceber que mercados, territórios, grupos étnicos são construídos e são utilizados como *ativos locais* (SABOURIN, 2009), ligados também ao ambiente, à agroecologia, às tradições de pertencimento cultural. Na realidade, o que queremos dizer é que os mercados que a agricultura familiar produz obedecem a vários critérios para além do mercado tradicional. Há criação de recursos, mobilização de saberes, signos de qualidade territorial e cultural que são *impressos* aos produtos como *potencialidades territoriais* (CERDAN, 2008) que as próprias condições do agricultor familiar produziram, ou seja, formas de reinventar patrimônios culturais locais, reforçando sentimento de pertencimento dos sujeitos coletivos ao seu território. Os festejos, como exemplo disso, tornam-se um recurso cultural local, permitem desenvolver e identificar o território, envolvendo muitos atores coletivos no processo; são momentos importantes de trocas econômicas e de uma *economia cultural* (CERDAN; VITROLLES, 2008), de dinamismo relacional entre famílias, reafirmações de sociabilidades ritualizadas através da comilança, das danças e cantorias.

Os festejos² buscam dar identidade aos territórios e a grupos sociais; revelam, com isso, ser um espaço e ocasião para a valorização de mercado

² Como já referenciamos em vários municípios no norte e nordeste do Rio Grande do Sul, há festejos e feiras que buscam centralizar alguns produtos e lhe dar conotação étnica (uva, vinho, salame, pinhão, polenta, chimarrão...).

“aos nossos produtos”, os quais carregam sentimentos de pertencimento, como recursos produzidos e mobilizados por sujeitos em interação com seu meio, oportunidades para integrar, renovar, inovar e reconstituir valores e saberes (CERDAN; FOURNIER, 2007). Isso faz aumentar sua competitividade (“é produto nosso”, “é tradicional”), lhe dá identificação, não transferível de território (PECQUEUR; COLLETIS, 1993).

As ações mercantis de proximidade ou de circuitos curtos são marcas históricas da realidade vivida por agricultores familiares; muitos de seus produtos eram vendidos no interior de suas casas, armazenados no porão; funcionavam como recursos locais expressivos de saberes e que, nos tempos atuais, incorporam capital social dos grupos e se fortalecem em momentos de ritualidades festivas, permitindo, com isso, produzir mais sinergias entre atores e territórios, formando grupos de pertencimento e transmitindo valores, crenças e modos de fazer e de viver, como algo que identifica um grupo e que adquire *sentidos comuns* (POUTIGNAT, 1998), os quais são partilhados entre produtores, consumidores e turistas.



Sementes crioulas são evidenciadas e referenciadas nas tendas “dos caboclos”, como são denominados, na rodovia 386, em Fontoura Xavier. “São as que mais saem, tem gente aqui que vem buscar para plantar, para variar as deles”. Fonte: pesquisa de campo.

Na narrativa de um tendeiro da Serra do Botucaraí, o mesmo enfatiza o “produto colonial”,

“esse é mais braçal e antigo, as miudezas como a gente diz, vende, dá dinheiro; a gente faz o produto aqui, que nem da cana faz o melado, a rapadura, o pé de moleque; do pé de vassoura fizemos a vassoura pronta; de várias frutas sai o suco; do figo a chimia; a gente aprende a valorizar mais o que se tinha e o que se tem e também faz o preço, não é. [...], elas (mulheres) fazem curso e aprendem a conservar, a fazer de tudo um pouco; hoje tu tem mais opção, de um produto tu faz muito; eu vou plantar abóbora no ano que vem pra fazer doces, aqui todos apreciam e ninguém quase planta, antes se dava para as vacas” (Entrevista com tendeiro na Serra do Botucaraí, em julho de 2013, no local de venda).

Há toda uma simbologia que é explorada como fator de marketing, para identificar e atrair consumidores, como forma de identificar sujeitos e territórios, mediados pelos produtos “daqui”, dos “que nós fizemos”, da “tradição daqui”.



A cultura da uva, suas simbologias em meio à cultura de descendentes de italianos é uma marca por toda a região colonial do RS. O turismo rural otimiza e colabora na reprodução dessas representações, inclusive com formatos arquitetônicos de identificação de grupos sociais. Fonte: pesquisa de campo.

Sociabilidades, territórios e reciprocidades familiares

O trabalho manual agregado aos saberes constituídos, adaptados e disseminados no interior de determinados grupos, em particular, de cunho étnico no meio rural, reproduz uma experiência, uma história incorporada

em coletividades, mas que se abre para inovações e novas aprendizagens e que perpassa no tempo e que sempre fez parte do cotidiano econômico e familiar das unidades familiares. As próprias inovações do processo técnico fundam-se e readaptam-se no horizonte da organização da vida das unidades familiares (WOORTMANN, 1995).

Uma mãe que tem sua família como integrante de uma rota turística e gastronômica disse-nos que

“aqui na colônia se planta de tudo. (...) Quando se quer matá um bicho se mata, uma galinha, um gado, todo mundo tem freezer e sempre cheio. (...) Se é de pegá o dinheiro todo o mês e comprar isso, não sobra nada. É que hoje quase ninguém mais faz, mas eu me lembro que se ia no asfalto a pé pegá o ônibus com uma sacola cheia de queijo, manteiga, fruta, se vendia melão, melancia, ovo, de tudo, pó. Ai todo o mês tinha o dinheirinho. Agora se espera só da roça, entra o dinheiro duas, três vez por ano só (...); a venda na rota [das Salamarias] se ganha mais e tem os turista que vem né. [...]; eu vejo essa juventude que não quer mais ficar na roça, eles não sofreram um terço do que nós sofremos, e ainda assim acham que aqui ta difícil” (Membro da Rota das Salamarias em entrevista direta, na sua residência, em agosto de 2013).

As relações familiares são complexas, vão bem mais além da dimensão do trabalho ou da produção (CARNEIRO, 2001; CARNEIRO; MALUF, 2010). Os elementos culturais e de tradição de grupos acompanham o processo. Muitas vezes, em torno de determinados produtos produzem-se territórios, costumes e valores humanos e simbólicos, aspectos esses que não se fundam unicamente na dinâmica da troca, da intercambialidade mercantil; são, sim, além de valores de troca, uma ampla e significativa troca de valores ou valores em troca (WOORTMANN, 1995). Dimensões materiais e subjetivas bem como as simbólico-coletivas podem estar intimamente relacionadas. Isso se reflete na determinação e conformação daquilo que se considera renda, dos múltiplos espaços e qualificativos em torno do trabalho, das estratégias e racionalidades adaptativas em relação aos ambientes externos e internos das unidades familiares.

Valores simbólicos, práticas culturais, relações de interconhecimento, relações sociais comunitárias, de vizinhança, dentre outras, continuam sendo elementos constitutivos do espaço social da vida colonial, mas que se entrelaçam com outros da *cultura urbana*; temos a convicção, sim, que o que cimenta e solidifica formas modernas de produzir é o acervo histórico-tradicional, envolvendo a família, relações de trabalho, gênero, produção e reprodução de patrimônio e das pessoas.

Os grupos sociais produzem redes e bases para a convivência, identificação e *pertencimento social* (RAFFESTIN, 1993, p. 156). Desse modo, é possível reconhecer que os territórios possuem riquezas humanas, patrimônios (materiais e imateriais) que, colocados em evidência, interligados aos demais, em âmbito regional, produzem transformações na realidade e são um grande pressuposto para os processos de desenvolvimento (SABOURIN, 2009; CERDAN; FOURNIER, 2007), pois aliam-se a um conjunto amplo de fatores que produz *envolvimentos*.

Para isso acontecer, as lógicas econômicas necessitam dos *sentidos sociais e culturais* (ABRAMOVAY, 2002); esses são construídos por grupos sociais ao longo de sua história; porém, não há dúvida que a lógica da racionalidade das trocas capitalistas não se baseia e nem desenvolve esses valores humanos e sociais (SABOURIN; CARON; CERDAN, 1997), mas, ao mesmo tempo, não os ignora; são processos relacionais, que implicam negociações, antagonismos que interagem, princípios que são lançados e que podem se excluir, como se complementar (SABOURIN, 2007). As unidades familiares necessitam agregar, de seu horizonte moral e multifuncional, estratégias e ações que se manifestam no coletivo, otimizando-o principalmente em festejos, exposições coletivas, feiras, etc.

A noção de pertencimento é muito cara para a ideia de território, pois realoca o contexto histórico em temporalidades presentes. Desse modo, a apropriação do território está muito ligada a fatores afetivos (CERDAN, 1999), à intensa ligação com a natureza, com relações econômicas, políticas e culturais (HAESBAERT, 2004). O território revela-se num espaço de sociabilidades (familiares, produção, saberes, comunidades, etc.), de identificação com identidades coletivas, as quais se (re)constróem constantemente a partir das relações sociais que se estabelecem interna e externamente (SANTOS, 1993). Entendido também assim, o território passa a representar os limites físicos compreendidos por uma determinada identidade, cujas fronteiras foram construídas socialmente. A partir da forma de como as relações se dão entre os grupos ou comunidades é que se pode compreender o fenômeno identitário (FERRARI, 2011). No caso dos territórios, agrega-se à identidade construída o componente espaço geográfico.

Cada sociedade e cada indivíduo produzem *seu* espaço, o dividem e hierarquizam, lhe dão significados que lhe configura uma existência real, intercambiante entre grupos e localizados em territorialidades culturais e/ou

étnicas, dimensionado os sentidos e o *pragmatismo do pertencimento* (ZANNI, 2008), que se revela em produtos na esfera da comercialização ou no marketing que publiciza os festejos, as feiras, as formas não convencionais e estratégicas de comercialização de produtos da roça e do artesanato (em suas múltiplas manifestações e sentidos simbólicos e definidores de grupos sociais).

Entendemos que o desenvolvimento local/territorial precisa capitalizar, valorizar, compreender as potencialidades, as riquezas de um território que foram, histórica e culturalmente, produzidas pelos coletivos que o compõem. Por isso, entendemos que há valores que são imprescindíveis para dar solidez, produzir solidariedades e pertencimentos a territórios. Confiança, interconhecimento, passados comuns, identidades de produtores rurais, obrigações/reciprocidades entre vizinhos, solidariedade, família como unidade de produção, de cultura e de convívio, etc. são valores que se imprimem em territórios a partir da identificação de grupos sociais (SABOURIN, 2007).

As dimensões *camponesas*, em que vimos insistindo e que, entendemos, estão presentes nos agricultores familiares, expressam-se nesses valores. Desse modo, dar, receber e retribuir define uma totalidade de dons, obrigações, valores coletivos, interiorização da noção de igualdade, justiça, responsabilidades e solidariedades (SABOURIN, 2007). Ambos são expressos em mutirões entre vizinhos e amigos na confecção da silagem, na montagem de um galpão e casa, nos universos comunitários, nas trocas de trabalho, nos auxílios quando um agricultor está em situação de dificuldades em razão de doença, morte, ausência da força de trabalho, na organização e reforma de cemitérios, nas trocas e envios de carnes “quando os vizinhos carneiam”, nas informações de mercadorias “que não tem aqui, a gente informa onde tem, noutra família, né” (no caso dos membros da Rota das Salamarias e nas tendas da Serra do Botucará, vimos bem isso), na organização das festas e feiras para venda de produtos diretamente ao consumidor; enfim, nessas e em outras ocasiões, (re)produzem-se determinados valores (confiança e entreatajuda, em particular) entre produtores e consumidores, informações sobre a qualidade do produto, sua forma de confecção, etc.

Nesse sentido, mercados passam a ser construídos por atores sociais, produzindo redes informais (vendas diretas), cadeias alimentares com dimensões curtas, enraizadas em territórios locais numa dinâmica de uma economia, de certa forma, ao mesmo tempo individualizada e associativa,

produções individuais, mas com laços sociais, étnicos, interpessoais e de reciprocidade. O enraizamento no local (vários tendeiros fizeram questão de dizer que estão “aqui há mais de 40 anos”, em meio aos pequenos agricultores da Rota das Salamarias, quando íamos aos porões para “ver os produtos”, essa dimensão temporal de longa data era lugar comum), o pertencimento, a proximidade étnica e histórica (trajetórias de vida comuns), as agroindústrias caseiras, os produtos que fazem parte da denominada *economia da qualidade* (WILKINSON, 2008) dão o tom dessa construção social em que agricultores familiares também são atores centrais.

Correlações espaciais e temporais

Se os mercados são construções sociais, a gastronomia, o alimento saudável, os hábitos alimentares também o são, acrescidos do horizonte cultural, dos grupos em territórios (“o local de procedência”). Os “alimentos locais” e/ou regionais são vistos como contraposição aos padronizados, aos “que se compram nos mercados”, aos malefícios da produção industrial, aos estandartizados; nesse sentido, desenvolvem-se simbologias, valores culturais nos alimentos, conhecimento do passado, interação territorial, identificação de consumidores com produtos, confiança e inter pessoalidade (FERRARI, 2011).

Ploeg (1994) analisa como atores e grupos sociais enfrentam as mudanças que aparecem no cenário rural; o autor enfatiza a experiência (o vivido), os conhecimentos, as relações de poder que vão se constituindo (ideologias locais e culturais), as mediações e interações cotidianas, o sentido que os atores atribuem às suas práticas produtivas e mercantis. O autor enfatiza que a “economia da qualidade” está associada aos processos que estruturam redes e cadeias alimentares “alternativas” às da indústria alimentar dominante; adentra para os horizontes da produção artesanal, indo ao encontro da mudança nas opções e comportamentos de consumidores. Os produtos tradicionais, a nostalgia dos “de uma vez”, a tipicidade territorial, etc. fazem parte do acervo e das estratégias de agricultores familiares; esses possuem esse capital social e humano para executá-las. As noções de confiança (laços sociais próximos, diretos), a aprendizagem, características sociais e as instituições mediadoras legitimadas dão o amparo a essa dimensão da “qualidade” (SABOURIN, 2007); porém, há horizontes que

precisam ser bem elaborados para não cair num “localismo” em oposição a processo globais e que não se sustentam (FERRARI, 2011); ou seja, o local não pode ser naturalizado, não é algo que deva ser considerado automaticamente inerente ao produto; a própria questão do “produto típico”, como bem coloca Ferrari (2011), pode variar em razão de contextos, convenções específicas, influências sociais, econômicas e culturais em cada região.

Há processos que revelam a qualidade, as preferências individuais, enfim, inúmeros aspectos que demonstram uma “construção social da qualidade” (CERDAN, 2008), relações entre sujeitos e objetos, atores coletivos, julgamentos, *trajetórias sociais das coisas* (NIEDERLE, 2011), imagens socialmente construídas, atributos socioculturais dos territórios, apoios políticos, diferentes e competitivas definições de qualidade (FERRARI, 2011). A qualidade torna-se um valor social, algo construído socialmente e compartilhado coletivamente, produto também de alianças, competitividades, normatividades, culturas, etc., ou seja, não é um dado *a priori*.

Vimos vários locais de expressão da “gastronomia étnica” em comunidades de maior pertencimento de descendentes de poloneses, italianos, holandeses e alemães, no norte e nordeste do Rio Grande do Sul; ambos passam a se integrar às rotas turísticas regionais e agregar ações na dinâmica de desenvolvimento de *territórios étnicos* e de viabilizar renda às unidades familiares.

Nesses horizontes, agregam-se modernidade com tradição, atividades produtivas que adentram por canais convencionais de dinamismo comercial, como é o caso de grandes redes de supermercados que compram produtos agroecológicos de pequenos grupos de produtores familiares, de cantinas de grande performance mercantil que compram uvas de agricultores familiares, de grandes *shoppings* que adquirem produtos derivados do leite, do morango e de confeitarias que produzem agroecológicos, bem como de redes de comércio de erva mate, de salames e carnes de suínos “orgânicos”, fruto de pequenas unidades familiares de rotas turísticas e gastronômicas da região norte/nordeste do estado, “de gente que vem aqui, ou, então, passa por aqui e leva nosso produto pra vender lá no Paraná”, principalmente derivados de cana-de-açúcar, produtos “da terra” como feijão e/ou do extrativismo como a erva-mate e o pinhão.

Na realidade, essas correlações espaciais e temporais com determinados grupos sociais revelam intensa imbricação de estratégias que são ado-

tadas por pequenos agricultores que, em meio e nas brechas deixadas no mercado e na produção pelos granjeiros modernizados “da soja” ou do “agronegócio”, encontram formas de promover identidades culturais, dinâmicas de desenvolvimento territorial/local, com atores e produtos *locais*. Como diz Sabourin (2006), ainda que de uma forma seletiva na apropriação identitária local, esse processo faz com que atores sociais otimizem e inventem *potencialidades territoriais* (CERDAN; MARTIN DE SOUZA; FLORES, 2008), tenham clareza dos limites dos mesmos, reforcem laços culturais locais de pertencimento ao próprio território; ou seja, *são do território* e, fora dele, perdem boa parte de sua característica (PECQUEUR, 2008).

“Hoje tu precisa se definir para se diferenciar; esse é o mercado; ele exige isso. Por isso que na rota [das Salamarias], orientamos o pessoal para o diferencial, para produtos deles, com a marca da qualidade e da tradição; eles encontram no dia a dia deles aquilo que se fazia e se comia antigamente; é isso que nós queremos; que volte o porão com o cesto de pão, o salame e o vinho, com os produtos conseguidos por lá mesmo” (Assessor de produtores na referida rota, em entrevista direta, na cidade de Marau, em julho de 2013).

O horizonte do “da gente daqui” transmite o signo da qualidade territorial, identifica-se com grupos, mobilizam-se atores que se sentem pertencentes e com obrigações em torno de um projeto comum. Isso produz e transmite conhecimentos (CERDAN; SCHIMIDT; FLORES; LIMA DA SILVA, 2010), reconstitui os acervos patrimoniais culturais locais (CERDAN; MARTIN DE SOUZA; FLORES, 2008) reforçando sentimento de pertencimento ao território. O artesanato, expresso em várias formas, passa a ganhar conotação de *territórios implícitos* (idem). Por isso, sentir-se *territorializado* não significa estar definido num único e delimitado espaço geográfico; significa, sim, a afirmação consciente de seu lugar, de cidadania, de reprodução de seu *éthos* de trabalhador rural, de fazer parte dos circuitos que definem um pertencimento de um grupo juntamente com as esferas de comercialização de seus produtos; envolve redes e circuitos entre famílias, parentes, passado e presente, bem como vínculos comunitários. Perder esses referenciais significa, no interior do próprio espaço, estar *desterritorializado* (CARINI, 2010).

O conjunto de novas relações produtivas, de sociabilidade, de conhecimento e de vínculos mercantis em feiras e festejos produziu uma renovada dimensão territorializadora (CARINI, 2010) e de significados junto às

unidades familiares produtoras. Ploeg (2006) chama isso de uma “coreografia da recampesinização”. São múltiplas as estratégias e as diferenciações que buscam manter e maximizar as unidades produtivas familiares *territorializadas*, ou seja, identificadas em sua história e na interligação produtiva e mercantil, mas que se tornam um elo da cadeia produtiva de vários setores do capital industrial e comercial urbano. Por isso que o cotidiano do agricultor familiar vai produzindo o *território*. As dimensões do trabalho e do não trabalho (família, religioso, vizinhança, parentesco, etc.), em interação, formam uma totalidade que se *movimenta* por inúmeros circuitos e apropriações sociais, afetivas e econômicas.

A *(re)territorialização* das unidades familiares depende, sem sombra de dúvida, das condições objetivas que viabilizam sua dimensão econômica, da correlação que une o produtor ao seu espaço; por isso, há questões de ordem geográfica, mercadológica, mas, também, patrimonial, comunitária, como elementos fundamentais para promover a ligação sólida, de um ambiente de relações sociais entrelaçadas e de confiança (PLOEG, 2006; CARINI, 2010). Por isso, a importância de uma *comunidade de pertencimento* (vizinhança e parentesco, além de interconhecimento, amizade, solidariedade, reciprocidade).

A dimensão dos valores do patrimônio cultural (aqui entendido também em correlação com etnias envolvidas) tende a estar em consonância com o conjunto das representações das formas de vividos temporais e regionais que cada grupo social produz, institucionaliza, pratica e transmite por meio de formas variadas de socialização e de interação dos membros e, desses, com outros *de fora* do grupo.

Desse modo, falar em patrimônio cultural, *etnicidade* (*territórios étnicos*), é também correlacioná-los com identidades, alteridades e fronteiras espaciais e históricas (ZANINI, 2008). Assim como os territórios, as etnicidades também são construídas; são processos engendrados por mediadores, legitimados pela história e pela vivência e produção territorial; as mesmas ganham contornos e configuração nos rituais, nas canções, na gastronomia, nas falas dialetais, na origem comum. A vida camponesa, nesse sentido, é muito fértil em sua produção, pois identifica sujeitos coletivos, produz pertencimentos e faz agregar tradições passadas a determinadas dimensões do presente; o horizonte das trocas, de mercados alternativos, as feiras materializam isso tudo.



Casas no interior de uma das rotas turísticas no meio rural que analisamos; as mesmas são mais do que espaços de habitação, expressam história, cultura, vivência, unidades grupais e identitárias, funcionalidades com atividades que agregam o ambiente externo (matas, sombras, água...) e a gastronomia oferecida aos visitantes. Fonte: pesquisa de campo.

Ritualidades étnicas buscam recuperar *identidades nos territórios*; expressam-se em cantorias, gastronomias, paisagens, construções, vestimentas, dialetos, saberes, artesanatos, festas, etc. São formas, dentre outras, que grupos encontraram para agregar renda, otimizar *recursos territoriais*, paisagísticos, arquitetônicos e de mercado dos produtos considerados *locais*. Tradições vão se *modernizando*, alterando processos de ontem, no saber-fazer que vai se reconstituindo, mas conservando aspectos que se tornam referenciais. Por isso, entendemos que a *etnicidade* deva ser compreendida como algo mediado, confrontado, adequado, seletivizado, diferenciado, circunstancializado, comparado e mudado em decorrência das necessidades, das mudanças culturais produzidas e das vantagens obtidas pelos sujeitos e grupos envolvidos em períodos específicos (ZANINI, 2006). As identidades culturais têm muito a ver com as estratégias adotadas pelos indivíduos em suas interações, integrações, distinções, contrastes e idealizações (ZANINI, 2008).

O patrimônio cultural é uma dimensão de tempos longos, construídos e adaptados; expressa bens e valores materiais e imateriais, saberes e modos de fazer e de viver que caracterizam um grupo social num determinado lugar

e tempo (SANT'ANNA, 2003). Insistimos que não podemos perder de vista horizontes mercantilizadores que, também, redefinem o que é o velho e o novo, identificam e conceituam o que é tradição e modernidade. Há um mercado dos bens simbólicos, de midialização das tradições étnicas transmitindo ideais e valores de pertencimento, que, sem dúvida, colabora em muito para a reconstrução seletiva da mesma. Desse modo, tradições étnicas são construídas, redefinidas e redimensionadas em razão de intencionalidades de grupos identitários, de contextos históricos, de temporalidades, de desejos de maximização de fatores (turísticos, gastronômicos, performances políticas e identitárias adequadas em territórios transfronteiriços).



Acordos entre grupos e sociedades coirmãs³, as quais interligam microrregiões do Brasil com outras da Itália, são de grande expressão na região colonial do RS. Esse processo produz *irmandades* com vínculos históricos de trajetórias migratórias e auxiliam na conformação de territorialidades étnicas e na identificação de grupos sociais na conformação de mercados simbólicos e de gastronomia étnica. Fonte: pesquisa de campo.

³ Os *gemellaggios* vêm ao encontro desse dinamismo que reconfigura as oportunidades econômicas mercantis dos mercados globalizados, mas que se viabilizam em nichos de mercados que se alimentam por justificativas étnicas, irmandades constituídas num período histórico apropriado e que podem produzir funcionalidade aos sistemas de mercado atuais. No Rio Grande do Sul já são mais de 50 acordos de cooperação, acrescidos ainda de “pactos de amizade” entre municípios dos dois países; em torno de 30 desses são realizados unicamente com a região do Vêneto; os mesmos sempre procuraram levar em conta as relações migratórias e regionais entre os dois países, ou seja, efetivaram-se intercâmbios a partir de estudos e de comprovações de contingentes migratórios que saíram de microrregiões da Itália, estabeleceram-se em determinados espaço no Brasil e, por isso, justificavam o acordo de sociedades gêmeas (*gemellaggios*).

Desse modo, há delimitações, fronteiras, externalidades, grupos sociais, formas e sentidos definidos e utilizados, material e imaterialmente (ABDELMALKI, 1996), processos de inovação/tradição que estão, de uma forma ou de outra, ancorados no horizonte territorial, no qual interagem processos históricos e culturais (PECQUEUR, 2008).

Nessa dimensão, encontram-se os produtos considerados “coloniais”; esses carregam várias significações (DORIGON, 2008); podem ser fruto das especificidades e situações produzidas pelos grupos que habitam e utilizam esse “ativo territorial” (PECQUEUR, 1996). Os *conteúdos culturais* (CERDAN; VITROLLES, 2008) que dão notoriedade a um produto são explorados em sua natureza imaterial (saberes, formatos, sentidos, vínculos com determinados consumidores), ganhando atribuição de autenticidade e tipicidade, englobando também fatores naturais e humano-sociais (LE-RICHE, 2008). As condições e as formas de produzir também resultam de culturas e de histórias e acabam, com o tempo e a partir de alguns critérios, incorporando capitais sociais.

Esses formatos locais de conhecimento e de desenvolvimento local/regional vinculam-se a horizontes mais amplos de relações e condições objetivas de existência, de interconhecimento e de reciprocidades (na elaboração, difusão e incorporação a determinados produtos); são fatores fundamentais para a identidade do horizonte *regional* (lugar de pertencimento de grupos) e suas estratégias de reprodução na interação com a *economia mercantil* (SABOURIN, 2009).

Disse-nos um proprietário de uma indústria “caseira” de embutidos:

“os ricos de agora voltaram a comer o que comiam quando eram pobres; vêm comprá dos pobres o que os ricos não comem mais no dia a dia e nós comemos [...]; eles se identificam com uma vez [tempos atrás da vida na colônia], não é? Sentem saudade disso; nós somos os que ainda têm isso; tu não encontras mais por aí tão facilmente uma carne de galinha caipira para fazer a sopa de antigamente que todos eles gostam”.

O ambiente de venda direta nas casas dos produtores, bem como nas feiras urbanas, favorecem a troca de mercadorias e de valores, sociabilidades, saberes. A transmissão e incorporação de saberes sempre foram mais do que uma transmissão de técnicas, sendo expressão de valores, construções de papéis, estrutura social, reprodução do grupo, etc. Pode haver uma produção de bens que é socializada antes ou junto com a intermediação

mercantil de alguma coisa, dimensão essa revestida de valores de uso e do uso como valor.

É importante ter presente que, entre os tempos presente e passado, apresentam-se traços, vestígios e símbolos mediante os quais se pode compreender o passado; trata-se de recordações, imagens, relíquias, festejos, produtos, canções, etc.; são *patrimônios cristalizados* (BETTINI, 2000, p. 425) em objetos e que continuam a dar conta das demandas das unidades familiares em seus circuitos internos e externos, seus limites e possibilidades.



Instrumentos “antigos” de trabalho e que expressam ofícios e saberes servem de marketing para os “produtos de hoje”; os mesmos estão presentes em porões, em cantinas “mais modernas”; revelam tempos longos das lides e de sujeitos que as produziram e as utilizaram. Fonte: pesquisa de campo.

A *tradição* está ligada à memória, ao passado reconstruído, tendo o presente como base e como reelaboração referencial. Desse modo, a *tradição* de grupos étnicos e de certos produtos considerados artesanais são processos ativos. A recriação de representações simbólicas e práticas sociais de um passado de trabalho penoso, de sacrifício proporciona significados e valorizações à vida dos pequenos agricultores. A percepção da qualidade dos alimentos, a ideia de “diferenciado”, de matéria-prima ligada à saúde

do consumidor, à limpeza e cuidado, a possibilidade de intercambiar informações sobre a qualidade junto aos consumidores, o fato de ser em escala – “nós fizemos tudo” –, feitos pela agricultura familiar, sem insumos químicos e veneno, a identificação histórica do produto, bem como a noção de “regional”, dentre outros aspectos, dão o tom do diálogo travado, da simbologia que auxilia na “construção de mercados” (MARSDEN, 1998), nas alterações de um paradigma que valoriza e reconstitui “repertórios culturais” (PLOEG, 2008), horizontes onde produtos estão identificados e localizados.

Segundo Ferrari (2011, p. 314),

nas feiras livres a distinção é a própria relação *face-to-face*, que serve de matriz para o enraizamento (social, local, cultural, político) e ‘relações de respeito’ que informam os processos de troca e permitem a tessitura das redes sociais ao redor dos produtos ‘coloniais’, ‘naturais’ e agroecológicos que transitam neste espaço social. [...]. Os consumidores, através da compra e consumo destes alimentos ‘coloniais’, se reconectam às raízes culturais que construíram e conformam a vida social local.

Há um conjunto amplo de processos que viabiliza esses horizontes coletivos e sociotécnicos, os quais tendem a se ampliar com a efetivação mais ampla das dinâmicas de economias que ganham feição de *proximidade* (PECQUEUR; ZIMMERMANN, 2004) entre produtores, consumidores, fatores de ordem cultural e de tipicidade étnica.

É evidente que nem tudo é *etnicizado*, porém, busca-se agregar valores e, na medida do possível, criar padrões alternativos de produtos em contraposição aos já *estandardizados*, como é o caso do vinho colonial em contraposição ao industrializado, o pão e a cuca *caseira* em relação “aos da padaria”, a galinha e os ovos caipiras em relação aos “daqueles da Perdígão”, a erva-mate “socada” em contraposição à empacotada das indústrias e “cheias de conservantes”, e outros parâmetros que são justificados e impressos em vários produtos que ganham dinamismo mercantil e produtivo nas unidades de produção.

Finalizando...

Procuramos enfatizar nesses apontamentos que o agricultor familiar revela ser um sujeito coletivo que, em meio a inúmeras transformações em seu *éthos* (produtivo, social, cultural e religioso), provocadas por pressões

externas também de vários âmbitos e intenções, encontra espaços, estratégias, lança mão de ações que viabilizam o cruzamento temporal de formas tradicionais, incorporadas em saberes e afazeres, através de processos mercantis; colabora, com isso, na construção de mercados alternativos.

Esse estrato produtivo (e para além deste) expressa dimensões coletivas que alimentam *sistemas de valores* (SABOURIN, 2009) apreendidos no cotidiano de grupos sociais e culturais, os quais ganham feições de “tradicional” e são maximizados em esferas mercantis.

Essas experiências do passado, lançadas no presente, ritualizam identidades de grupos, produzem pertencimentos e referenciais de proximidade (*territórios étnicos*) entre sujeitos com seus produtos e consumidores; territorializam-se processos culturais incorporados em produtos; as feiras e outros espaços não convencionais de vendas publicizam e externalizam isso tudo. Porém, os *territórios étnicos* não se definem unicamente no espaço local, há interações endógenas e exógenas, alocação, incorporação e criação de recursos, os quais se expressam em fatores considerados da “tradição” dos grupos envolvidos, mas em interação e alteridade.

Enfatizamos que os produtos que ganham conotação de “colonial” incorporam e representam cultura, tradição, sabor, jeito da *vida camponesa*. Muitos desses, se forem readequados às exigências e normas de saúde e de infraestrutura para sua produção, segundo colocação de alguns feirantes, perdem a conotação de “colonial”. Esse processo implica visões de mundo, valores econômicos e simbólicos, laços sociais, saber-fazer, fidelidade dos consumidores, identidade entre produto e produtor, condição camponesa, procedência, produção e trocas de conhecimentos de longa data, *distintividade* diz Granovetter (1985), atualização da identidade de grupo, conhecimento no interior do processo, enraizamento social (FERRARI, 2011).

Isso tudo tendo a enraizar dimensões culturais às econômicas no interior de relações sociais de troca e aos territórios; revela a construção sócio-histórica de trocas e de saberes, de territórios e identidades, bem como de pertencimentos de grupos.

Enfim, damos ênfase ao fato de que agricultores familiares constroem e reconstroem passados e presentes em seu cotidiano de trabalho e em suas relações mercantis e de sociabilidades; (re)elaboram experiências fundadas na cultura e nos processos sócio-históricos de seu meio local e global, no trabalho e nas relações sociais, tendo a família como base na agregação de

saberes tradicionais formadores de seu patrimônio cultural, sendo esse fundamental na construção social de mercados.

Referências

- ABDELMALKI, L. et al. Technologie et territoires: le territoire comme création collective et ressource institutionnelle. In: PECQUEUR, B. *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'harmattan, 1996, p. 177-194.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: SA-BOURIN, E.; TEIXEIRA, O. (Eds.) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: UFPB/CIRAD, Embrapa, 2002, p. 113-128.
- BETTINI, L. Il perdono storico. Dono, identità, memoria, oblio. In: *Il Mulino*, a. XLIX, n. 389, p. 23-32, mag.-giu., 2000.
- CARINI, J. J. *Reterritorializações de agricultores migrantes compulsórios: racionalidades, representações e cidadania*. Porto Alegre: UFRGS, PGDR. 2010. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos feministas*, v. 9. Florianópolis, n. 1, p. 22-55, 2001.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. Multifonctionnalité de l'agriculture familiale au Brésil: quelque voies de réflexion. In: WOLFER, B. A. *Agricultures et paysanneries du monde*. Paris: Edition Quae, 2010, p. 121-144.
- CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Olhares disciplinares sobre território e desenvolvimento territorial. In: CAZELLA, A. et al. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2009, p. 25-45.
- CERDAN, C. et al. Du changement technique à la combinaison d'activités et de services. In: MUCHNIK, J.; SAIN MARIE, C. (Coord.). *Les temps des Syal. Technique, vivres et territoires*. Versalhes: Éditions Quae, 2010, p. 297-312.
- CERDAN, C. Produtos de qualidade, patrimônio cultural e desenvolvimento territorial: o caminho de pedra e o vale dos vinhedos. In: Simpósio de segurança alimentar: debatendo qualidade. Bento Gonçalves, RS. *Anais*. Bento Gonçalves, RS: SBCTA-RS, 2008.
- CERDAN, C.; FOURNIER, S. Le Système agroalimentaire localisé comme produit de l'activations de ressources territoriales. Enjeux et contraintes du développement local des productions agroalimentaires artisanales. In: PECQUEUR, B.; GUMUCHIAN, H. *La ressource territoriale*. Paris: Édition Economica, 2007, p. 103-125.

- CERDAN, C.; MARTIN de SOUZA, A.; FLORES, M. El patrimonio cultural como un elemento estratégico para el desarrollo territorial: dos casos de la inmigración italiana en Brasil. In: RANABALDO, C.; SCHEJTMAN, A. *El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas*. RIMISP: Lima, 2008, p. 313-332.
- CERDAN, C.; SCHIMIDT, W. FLORES, M.; LIMA da SILVA, A. Du changement technique à la combinaison d'activités et des services. In: *Le temps des Syal. Techniques, vivres et territoires*. Versalhes: Éditions Quae, 2010, p. 297-312.
- CERDAN, C.; VITROLLES, D. Valorisations des produits d'origine: contribution pour le développement durable dans la Pampa Gaucha au Brésil. In: *Geocarrefour*, n. 83, v. 3, p. 191-202, 2008.
- DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da região Oeste de Santa Catarina*. Tese em Engenharia de Produção, UFRJ, 2008.
- FERRARI, D. L. *Cadeias agroalimentares curtas: A construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina*. Porto Alegre, PDGR, 2011. Tese em Desenvolvimento Rural.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.
- GRANOVETTER, M. Les institutions économiques comme constructions sociales: un cadre d'analyse. In: ORLEAN, A. (Ed.). *Analyse économique des conventions*. Paris: Presse Universitaires de France, 1994, p. 79-94.
- HAESBERT, R. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2004.
- LERICHE, F. et al. (Coord.). *L'économie culturelle et ses territoires*. Mirail: PUM, 2008.
- MARSDEN, T. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998.
- MARSDEN, T.; SMITH, E. Ecological entrepreneurship: sustainable development in local communities through quality food production and local branding. In: *Geoforum*, London, v. 36, n. 4, p. 440-451, 2005.
- NIEDERLE, P. A. *Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França*. 2011. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- PECQUEUR, B. (Ed.). *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- PECQUEUR, B. COLLETIS, G. Integration des espaces et quase-intégration des firmes: vers de nouvelles rencontres productives? In: *Revue d'économie Regionale et Urbaine*. Paris, n. 3, p. 489-508, 1993.

- PECQUEUR, B. *Le développement local*. Paris: Syros, 2008.
- PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J. B. (Sous la dir.). *Economie de proximités*. Paris: Lavoisier, 2004.
- PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-54.
- PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- PLOEG, J. D. van der. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: HANN, H.; PLOEG, J. D. Van der. (Ed.). *Endogenous regional development in Europe: theory, method and practice*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1994, p. 7-29.
- POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SABOURIN, E. Organisation paysanne au Brésil: capital social, réciprocité et valeurs humaines. In: *Revue du Mauss*. Paris, n. 7, août 2007. <http://www.journaldumauss.net/spip.php?article158>.
- SABOURIN, E. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 215-239.
- SABOURIN, E.; CARON, P.; CERDAN, C. *Appur au développement de l'agriculture familiale dans le Nordeste semi-árido*. Montpellier/CIRAD/Brasília: Embrapa, 1997.
- SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 46-55.
- SANTOS, M. *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1993.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Tese de Doutorado.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

TEDESCO, J. C. *Festas e saberes: genealogias e memória imaterial na região colonial do RS*. Passo Fundo: Clio, 2009.

TEDESCO, J. C. *O futuro do passado: tradições culturais em rotas turísticas*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

TEDESCO, J. C. *Agroindústrias, agroecologia e agricultura familiar*. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentamentos de Pitanga. In: MARTINS, J. de S. (Coord.). *Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, NEAD, 2003, p. 203-245.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Territorialidade e ruralidade no nordeste. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (Editores). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília: Embrapa, 2002, p. 35-74.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo: Hucitec, 1995.

ZANINI, M. C. T. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do RGS. In: *Revista Redes*. v. 13. Santa Cruz do Sul/Unisc, n. 3, p. 140-63, set./dez., 2008.

ZANINI, M. C. C. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Santa Maria: UFSM, 2006.

Jovens rurais nas feiras de Santa Maria: trabalho, sociabilidade e consumo

Joel Orlando Bevilaqua Marin

Cassiane Costa

Cristiane Coradin

Nas feiras de Santa Maria, especialmente a Feira da Economia Solidária e a Feira do Bairro Camobi, é possível observar a presença de crianças e jovens, que acompanham seus pais e participam da comercialização de produtos expostos nas bancas. A feira da economia solidária é realizada nos sábados, na cidade de Santa Maria, enquanto que a Feira de Camobi ocorre nas quartas-feiras e sábados, na avenida de acesso à UFSM. Os jovens rurais, por nós entrevistados, afirmaram que, desde muito pequenos, “fazem feira” com seus pais. O nosso estudo está orientado para jovens rurais que se socializaram na produção e comercialização de verduras, frutas, cereais, queijos e embutidos nas “feiras”, espaços mercantis facilitadores da venda direta entre agricultores e consumidores. Neste sentido, a feira gera um mercado específico de produtos agrícolas e da agroindústria familiar que engendra processos específicos de socialização dos filhos e filhas de mulheres feirantes.

Com o intuito de compreender as especificidades que tais relações possam assumir, centralmente no âmbito das relações de trocas mercantis, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender os processos de socialização proporcionados pela participação de jovens rurais em feiras de Santa Maria/RS, nas esferas da produção, comercialização e consumo de bens e serviços. Como objetivos específicos, buscamos analisar a participação de jovens rurais na unidade de produção familiar, na preparação da feira e na comercialização na feira; as apropriações e consumos provenientes dos recursos econômicos obtidos através da feira e, por fim, as perspectivas de futuro desses jovens rurais. Portanto, para efeitos dessa pesquisa, as interfaces entre juventude rural, família, estudos escolares e mercado da feira tor-

nam-se centrais na compreensão das condições de trabalho, sociabilidade e consumo dos jovens rurais, filhos de mulheres feirantes de Santa Maria.

Esse estudo se justifica na medida em que são poucas as pesquisas que analisam as interconexões entre a juventude rural e as feiras, como espaços de trocas mercantis e de socialização das gerações juvenis rurais. Ademais, sua importância reside no fato de gerar significativos apontamentos para a elaboração de programas, políticas públicas e outras ações sociais, que visem instigar os jovens rurais bem como familiares e agentes gestores de políticas públicas à construção de outros marcos de relações sociais, capazes de transformar relações de negatização de si mesmos e do rural, no sentido de promover ações inclusivas da juventude rural.

A pesquisa foi realizada entre outubro a dezembro de 2013, contemplando pesquisa de campo, composta por sete entrevistas semiestruturadas, dirigidas a jovens rurais, filhos de mulheres feirantes de Santa Maria, Rio Grande do Sul. No total, foram entrevistados três rapazes e quatro moças, entre 14 e 29 anos de idade, cujos pais participam da feira da economia solidária de Santa Maria e da feira do Bairro Camobi. Para obter o consentimento das entrevistas, inicialmente, contatamos os coordenadores das feiras e, posteriormente, os pais e os jovens rurais, com o propósito de esclarecer os objetivos e os procedimentos da pesquisa. Após o consentimento, agendamos os encontros para as entrevistas nas residências dos jovens rurais ou durante a realização das feiras. Para preservar o anonimato, utilizamos nomes fictícios para os jovens entrevistados.

O artigo está organizado em cinco itens. Inicialmente, apresentamos os jovens entrevistados, filhos de mulheres feirantes, descrevemos processos de participação dos jovens rurais no trabalho familiar e de socialização proporcionados nos espaços da feira; na sequência, analisamos o consumo de bens e serviços dos jovens rurais e, por fim, tecemos reflexões sobre as perspectivas de futuro dos jovens em relação à feira.

1 Jovens rurais – filhos de mulheres feirantes de Santa Maria

Os jovens rurais por nós estudados comportam certas especificidades sociais. Em primeiro lugar, são jovens, uma vez que estão na faixa etária entre 14 e 29 anos de idade. Em segundo lugar, são jovens adjetivados de “rurais”, ou seja, são jovens que nasceram e vivem em espaços sociais agrá-

rios e suas famílias têm como atividades econômicas a agricultura e pecuária em pequena escala, não obstante alguns integrantes da família desenvolvam outras atividades produtivas não agrícolas. Ademais, os jovens rurais são filhos de mulheres feirantes em Santa Maria, Rio Grande do Sul, uma cidade que se caracteriza pelo grande afluxo de jovens, atraídos pela grande quantidade de Universidades (pública, privadas ou confessionais), Colégios Técnicos, Quartéis e Base Aérea Federal. Essas particularidades etárias, espaciais, produtivas e mercantis implicam, para os jovens rurais entrevistados, vivências e processos de socialização diferenciados.

Segundo Marin (2009), para se compreender a juventude rural é necessário estudar as especificidades das inter-relações entre a vida e o trabalho nos espaços agrários, assim como das redes de relações econômicas, políticas e culturais nas quais os jovens e suas famílias estão inseridos. Vale destacar que a juventude é uma categoria social que se define pelo recorte etário e, sobretudo, pelo conjunto de relações sociais em que os jovens estão inseridos. Isso significa que a juventude é entendida como uma fase da vida situada entre a infância e a idade adulta, mas, muito além de fenômeno natural na vida das pessoas, é um fenômeno social. Assim, a compreensão da juventude tem como ponto de partida certos recortes de faixa etários e caracteres biológicos observáveis e, fundamentalmente, as condições econômicas e socioculturais de cada sociedade em que os jovens vivem.

De acordo com Bourdieu (1983, p. 164), a “juventude e a velhice não são dados, muito pelo contrário são construídos socialmente, na luta entre os velhos e os jovens”. Sob esse prisma, a juventude é uma categoria socialmente construída e definida por critérios econômicos e culturais, cuja caracterização e duração variam nos diferentes períodos históricos e nas diferentes sociedades. Sob uma perspectiva teórica semelhante, Feixa (2006) destaca que existem diferentes formas de viver a condição juvenil, diferentes processos de transição social e cultural e diferentes significados atribuídos à juventude, que variam nos distintos contextos espaciais, sociais e históricos.

Assim, para entender a juventude rural é necessário estudar tanto as condições objetivas e subjetivas em que os jovens e suas famílias estão inseridos quanto as diferentes instituições que concorrem nos seus processos de socialização. Os jovens rurais entrevistados têm como referências famílias que moram e trabalham no meio rural e que comercializam produtos agrí-

colas e manufaturados em feiras de Santa Maria. Portanto, esses jovens vivem os intensos fluxos de mercadorias e bens culturais entre os espaços rural e urbano. Entre os sete entrevistados, seis vivem em áreas rurais do município de Santa Maria (comunidades de São Marcos, Água Boa e Capivara) e do município de Pinhal Grande.

Com relação aos jovens rurais entrevistados, o primeiro deles, Antônio, 20 anos de idade, é estudante do curso de Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria e mora no município de Pinhal Grande, situado a cerca de 100 km da cidade de Santa Maria. Os pais de Antônio não possuem terras próprias, mas cultivam diversas qualidades de feijões e de frutas em 10 hectares de terras arrendadas. Seu pai trabalha na lavoura, sua mãe é professora e, periodicamente, participa da feira. Marcos, outro jovem entrevistado, tem 14 anos de idade e mora na localidade de Capivara, distrito de Santa Maria, com seus pais e sua irmã caçula. Seus pais moram em uma pequena propriedade de 3 hectares, na qual plantam hortaliças, com auxílio de uma tia de Marcos.

José tem 19 anos de idade, mora com seus pais em São Marcos, distrito do município de Santa Maria. Atualmente, é estudante no curso de técnico em Agropecuária e, segundo ele, “trabalha como produtor rural”. A família de José produz hortaliças e grãos. Em uma propriedade de 9 hectares de terra, situada em São Marcos, a família cultiva as hortaliças e, em outra de 24 hectares, em Santo Antônio, cultiva os grãos. O pai do jovem sempre trabalhou na agricultura, e sua mãe, após aposentar-se como doméstica, trabalha na produção de hortaliças e controla as finanças da família.

Laura e Luana são irmãs, moram com os pais e a avó na localidade de Água Boa, situada a cerca de 20 km da cidade de Santa Maria, em uma propriedade de 38 hectares. Laura tem 22 anos de idade e, recentemente, formou-se em Administração na Universidade Federal de Santa Maria. Luana tem 29 anos de idade e, há dois anos, formou-se em Pedagogia, mas ainda não estava trabalhando em sua área. A família produz gado, frutas, panificados (pães e bolachas) e processados (linguiças e queijos). Ana e Paula também são irmãs e moram com seus pais na localidade de São Marcos. Ana tem 17 anos de idade e faz o curso de Farmácia na UFSM. Paula tem 14 anos e está cursando o primeiro ano de ensino médio, em escola pública situada no Bairro Camobi. Os pais têm uma propriedade rural de 30 hectares, onde produzem hortaliças, grãos, flores e algumas frutas (mo-

rango, laranja e bergamota). A mãe das jovens é professora em escola do município de Silveira Martins, e o pai é agricultor e comercializa na feira.

Nota-se que as famílias dos jovens entrevistados são pluriativas. Segundo Schneider (2003), a pluriatividade pode ser considerada uma prática social relacionada à construção de formas alternativas garantidoras da reprodução social de famílias de agricultores, num contexto de intensa interconexão econômica e cultural entre populações urbanas e rurais de determinadas regiões, que geram novas conformações dos mercados de trabalho e novas dinâmicas ocupacionais da população rural. Neste contexto, as famílias rurais deixam de produzir tão somente produtos agrícolas e passam a ocupar-se em atividades não agrícolas, engendrando transformações nos processos produtivos e na organização do trabalho familiar. No caso das famílias dos jovens, a pluriatividade configura-se no trabalho não agrícola (duas mães de jovens são professoras, uma empregada doméstica aposentada), uma família faz produção agrícola e transformação agroindustrial, em escala familiar. Ademais, todas elas fazem uma espécie de comércio, o mercado da feira, seja de produtos agrícolas ou processados (panificados, queijos e embutidos de carne), seja de revenda de alguns produtos não produzidos diretamente na propriedade, mas que são estratégicos para a diversificação dos itens da banca da feira.

Os jovens entrevistados identificam-se como estudantes, uma vez que estão matriculados em cursos de nível médio, técnico ou universitário. No entanto, duas jovens já tinham concluído seus cursos de graduação, mas continuavam estudando com o propósito de ingressar no mercado de trabalho ou em cursos de pós-graduação. Identificam-se também como “ajudantes” de seus pais, uma vez que participam do trabalho de produção agrícola mercantil e de consumo familiar, bem como do trabalho de comercialização de produtos nas feiras.

Para a continuidade dos estudos escolares, seja em nível fundamental, médio, técnico ou universitário, os jovens rurais precisaram deslocar-se, da casa dos pais até a cidade, todos os dias letivos. O Antônio, cuja família reside em Pinhal Grande, instalou-se na cidade de Santa Maria para facilitar seus estudos: “Atualmente eu moro aqui em Santa Maria. É, eu não moro em casa desde os meus 14 anos. Saí de casa para estudar. Então, voltava nas férias, final de semana e feriados”. O horizonte do estudo acadêmico, da elevação do nível de escolaridade, como perspectiva de

qualificação e atuação profissional, está presente na vida de todos os entrevistados.

Outra particularidade, os processos de socialização desses jovens rurais estão interligados com a produção e preparação de produtos para feiras e a participação na feira: “Eu vinha desde pequena para a feira!” (Laura). “Eu comecei a trabalhar na feira mesmo com sete anos” (José). Segundo Vedana (2008, p. 179), as feiras são espaços “de trocas sociais, onde circulam não só a moeda, mas também saberes, fazeres, afetos e experiências”. Os jovens rurais estudados vivenciam, desde suas infâncias, experiências familiares de produzir alimentos e comercializá-los nas feiras de Santa Maria, o que proporciona processos de socialização diferenciados, que são vivenciados e interpretados por eles de diversas formas.

2 Jovens rurais: participação na produção familiar

A participação das feiras de Santa Maria requer, de todos os membros da família, diversos trabalhos desde planejamento da produção, passando pela produção propriamente dita dos itens comercializáveis na feira, que podem ser apresentados *in natura* ou processados, até a preparação, acondicionamento e embalagem dos produtos. Assim, o cotidiano das famílias é marcado pelo trabalho nas hortas, nos pomares, nas lavouras, nas criações de animais e na agroindústria familiar, uma vez que a participação na feira implica um trabalho intenso e contínuo, que recomeça a cada semana. Os produtos expostos nas bancas das mulheres feirantes são resultado do trabalho familiar, embora o envolvimento e a contribuição de cada indivíduo sejam diferenciados. Os jovens e as jovens são solidários aos adultos, colaborando no somatório de esforços no trabalho familiar.

Existem diversas maneiras de participação dos (as) jovens no processo produtivo na propriedade da família, que podem variar conforme os diferentes tipos de trabalho, as estações do ano e o calendário escolar. Em relação aos rapazes, as moças costumam se envolver menos nestas atividades de produção. Todos, entretanto, de uma maneira ou outra colaboram com o trabalho familiar. Nos casos de Antônio e de José, que estudam na cidade de Santa Maria, o envolvimento nas atividades produtivas ocorre nos finais de semana, nos feriados religiosos ou cívicos e nos períodos de férias escolares:

Tem um tempo que no inverno é mais com meu pai. No verão é mais comigo, porque no verão eu sei mais trabalhar. No verão é mais melancia, melão, abobrinha (José).

Na feira mais agora que estou aqui em Santa Maria, daí eu vou todos os sábados. Ajudo sempre, todos os sábados. Aí, final de semana, vou para casa e, se tiver alguma coisa para fazer, eu ajudo. Nas férias de janeiro, estou em casa. É época da colheita, que nós produzimos mais feijão, daí a colheita é em janeiro. Nos meses de verão, eu estou em casa para ajudar. Ou final de semana, se precisar podar pêssego, ralear pêssego, essas coisas, daí estou por lá (Antônio).

No âmbito da família, os trabalhos referentes à produção dos alimentos e à comercialização na feira são divididos conforme o sexo, a idade e a disponibilidade de tempo. O depoimento de Antônio evidencia a forma de organização do trabalho familiar, na qual a mãe trabalha fora da propriedade, a irmã estuda meio turno e o pai assume o trabalho no cultivo das plantas. Embora cada integrante tenha diferentes trabalhos, todos se reúnem aos sábados pela manhã para o trabalho de venda dos produtos na feira.

A minha mãe, como é professora, 40 horas, então ela está sempre na escola. E a minha irmã vai para a aula de manhã, de tarde ela fica mais por casa. O pai trabalha mais diretamente, quase só ele, com agricultura. Aí preparar os produtos aí sim, minha irmã, minha mãe ajuda. Eu ajudo também quando estou em casa, embalar feijão, essas coisas. E, para feira, aí sim, é todo mundo.

Pode-se observar que a irmã de Antônio, de 15 anos, durante o período inverso ao escolar, não trabalha diariamente no cultivo das plantas, juntamente com o pai. Como a mãe é professora em tempo integral, a jovem ocupa-se dos trabalhos domésticos, dos estudos escolares e ajuda na seleção e embalagem do feijão, principal produto comercializado pela família na feira. Já o trabalho de Antônio, quando está na casa dos pais, é direcionado para as atividades agropecuárias, junto com o pai. Ele não costuma envolver-se nas tarefas domésticas, que são atribuídas às mulheres da família. A feira, que ocorre todas as manhãs de sábados, agrega o trabalho de toda a família, até mesmo da namorada de Antônio, pois a movimentação de fregueses é intensa, especialmente nas primeiras horas.

No caso da família de Ana e Paula, a mãe das jovens também trabalha como professora durante turno integral, mas ajuda na preparação dos produtos para a feira durante a noite e na venda das feiras aos sábados. Neste caso, as jovens participam das atividades de preparação dos produtos

e comercialização na feira. “Na lavoura não. Mas a parte de lavar, embalar moranguinho, colocar nas bandejas, essas coisas assim. Que nem mandioca também, tem que lavar e ensacar elas também” (Ana). Já no caso da família de Laura e Luana, as jovens envolvem-se com a elaboração de panificados para comercialização na feira, além dos trabalhos domésticos.

Eu me formei, faz dois anos, em Pedagogia à distância. Mas, por enquanto, estou parada, não estou trabalhando. Estou em casa. Estou trabalhando entre aspas com eles lá fora, mas não estou trabalhando, por enquanto não. Ajudo a fazer bolachas (Luana).

Desta forma, a jovem percebe o seu trabalho, no âmbito da unidade produtiva, como uma “ajuda” e não um trabalho propriamente dito. No plano das representações, trabalho é aquele realizado pelo pai e pela mãe. Portanto, para a jovem, seus pais são os trabalhadores da feira, enquanto que ela e sua irmã são ajudantes de preparação de produtos e comercialização na feira. Para Luana, o trabalho seria aquele relacionado à Pedagogia, curso em que se graduou e que a habilitaria ao exercício profissional do magistério. Mas, vivendo a contingência de não integrada ao mercado de trabalho, permanecia em casa “ajudando” os pais nos preparativos de produtos para a feira. No entanto, ela avalia que os preparativos dos panificados e a limpeza de equipamentos e da casa são trabalhos leves, em contraposição aos trabalhos de matança de suínos e da lavoura. Esses trabalhos, considerados pesados, têm uma conotação negativa por parte das jovens, daí que foram abstendo-se deles, na medida em que a continuidade dos estudos escolares impôs certo afastamento da propriedade dos pais. Os depoimentos das irmãs Luana e Laura são elucidativos:

Eu ajudo elas nas atividades domésticas de casa, ajudo nas coisas da feira. Ajudo a fazer bolacha. Eu ajudo nas bolachas, que é mexer na máquina. Enquanto minha mãe vai cortando a bolacha, colocando nas formas. E, no salame, eu mexo no canhão, eles vão colocando a tripa ali e vai fazendo. O que eu mais gosto, depois que termina tudo, eu estou lá na pia lavando, também sou boa na limpeza, lavando. Nós ficava, até hoje, mais os serviços de casa, os serviços mais leves, a colher melancia. O serviço pesado não (Luana).

Eu auxílio nas máquinas para fazer bolacha e na parte de limpeza de todo o equipamento que a gente utiliza para fazer a produção, lavar a louça, limpar a casa, acho que é mais isso. No caso a Luana é quem ajuda mais hoje a mexer na parte do salame. Fazer embutido o produto. Ajudo a puxar massa para fazer o pastel. Então, nas horas vagas que eu me proponho a ajudar,

vou lá e ajudo. Mas quem faz mais a parte de ajudar as mulheres lá é a Luana. Eu gosto mais de trabalhar com tacho de massas ou limpeza dos equipamentos. Eu gosto bastante de deixar tudo limpo. Eu já ajudei a carrear porco, a carregar, matar, acompanhar ali. Então, é bem mais pesado, difícil. Eu tinha acho que era 12 a 13 anos. Depois eu vim estudar, a Luana veio estudar. Então, a gente foi perdendo um pouco essa ligação. Mas a gente nunca pegou pesado assim, de lavoura assim, isso nunca (Laura).

Os jovens entrevistados, de maneira geral, mostram-se solidários aos seus pais, auxiliando-os em certos trabalhos, percebidos como leves, no caso das moças, e em certos tempos no período inverso ao escolar, finais de semana, feriados e férias escolares, para que não haja comprometimento dos estudos. Nas famílias dos jovens entrevistados, o planejamento da produção e a administração dos recursos econômicos também obedecem a certas hierarquias. Os processos de tomada de decisões costumam centralizar-se nas figuras do pai e da mãe, mas, sobretudo, do pai. No entanto, os rapazes entrevistados, na medida em que estudam em cursos de Técnico em Agropecuária e de Agronomia, conquistam maiores espaços para opinar e decidir sobre aspectos produtivos e administrativos da propriedade. Já as moças entrevistadas demonstram menores poderes de opinião e decisão sobre os rumos da unidade produtiva familiar. Assim, na família de Luana, a tomada de decisões com relação à feira é compartilhada pelo pai e pela mãe: “Eles que são os cabeças” (Luana). Já na família de Antônio, o jovem costuma ter espaço para opinar junto às decisões do pai.

As decisões é mais o pai, mas eu boto a pulga atrás da orelha. Geralmente ele me fala: “ah tal dia vamos plantar tal feijão”. Eu digo: “ah, será que não é melhor fazer em tal lugar?” Alguma coisa ele acha: “ah, é verdade”. Então, a gente faz, mas a maioria é ele. Mas tudo que ele vai fazer ele me diz, da produção ele me fala. O que tem que fazer, pede também alguma coisa (Antônio).

Mesmo que não tenham vozes ativas sobre os rumos da gestão produtiva, os jovens dão uma importante contribuição no somatório do trabalho familiar. Não obstante a obrigatoriedade legal da frequência escolar e a grande significância que pais e jovens atribuem à escola na formação pessoal e profissional, os jovens, desde a infância, foram educados para aprender a trabalhar, dentro dos ofícios dos pais. As jovens participam mais da preparação dos alimentos para a feira e da feira em si, já os jovens costumam participar de todas as etapas da produção e comercialização:

Claro de pequeno eu não ia para a lavoura com o pai, mas maiorzinho já. Eu acredito que sei todo o processo. É, se fosse tirar o pai da propriedade e deixar eu tocar, claro que no início vai ser pesado a coisa, mas eu acredito que sei todo o processo, os ciclos de produção ali (Antônio).

Nos casos de Marcos e José, parte da produção da propriedade é deles. A responsabilidade pelo cultivo e a renda produzida pela comercialização na feira são deles. “Tem, meu tomate-cereja. Tenho 400 pés ali. Uns canteirões de 80 metros, tudo meu. Até tô colhendo ali, para levar sábado para a feira” (Marcos). Os tomates-cerejas são produzidos por Marcos há dois anos, sendo que, quando há necessidade de orientações quanto ao manejo sanitário, o pai auxilia. José, que trabalha nos tratos culturais e na colheita dos produtos da propriedade, principalmente nos finais de semana, também tem a sua fonte de renda separada da família, há dois anos, por iniciativa do pai. “Faço a minha produção, tenho a minha produção separada da deles. O melão é meu, a abobrinha. Agora o tomate essas coisas, eu planto, não adianta plantar muito ficar sofrendo, porque tomate aqui não dá” (José).

Na medida em que adquirem condições físicas para a realização de tarefas mais pesadas, jovens rurais entrevistados começam a fazer alguns canteiros ou pequenas lavouras de hortaliças, ou seja, pequenas produções independentes, cujas rendas são apropriadas pelos jovens. Essas experiências guardam certas semelhanças com os “roçadinhos”, analisados por Garcia Jr. (1983), no estado de Pernambuco, no contexto da década de 1970. O autor notou que os roçadinhos, além de espaços de produção, integram os processos de socialização por meio do qual o jovem internaliza as técnicas produtivas e capacita-se para administrar seu próprio roçado, contribuindo para a constituição de uma nova unidade produtiva familiar, quando do casamento. Desta forma, essas pequenas áreas produtivas têm um papel simbólico na formação e autonomização dos futuros herdeiros e da incorporação das normas e técnicas de trabalho de domínio do grupo social. Heredia (1979), no estudo sobre o trabalho familiar de camponeses da Zona da Mata de Pernambuco, também destaca a importância do roçadinho na socialização das novas gerações de camponeses, bem como a contribuição dos filhos ao trabalho de produção mercantil apresentada na feira semanal. Ademais, a produção do roçadinho dos filhos complementa a produção do roçado, para a composição dos itens destinados à feira:

Nas situações de precisão, em que o produto do roçado não é suficiente para abastecer a feira semanal, que o pequeno produtor, como pai de família, pode recorrer à apropriação dos produtos provenientes dos roçadinhos. Nesse sentido, os produtos provenientes dos mesmos passam a ser complementares aos outros bens no abastecimento da feira semanal (HEREDIA, 1979, p. 135).

Em nosso estudo, o trabalho de produção, preparação para a comercialização e comercialização na feira recebem diferentes sentidos por parte dos jovens entrevistados. Em alguns casos, o gosto pela agricultura é exaltado, como no caso de Marcos: “Sim, é que eu me acostumei na roça. Eu acho que é melhor. Eu já me apaixonei pelo que tenho. [...] Mexer, trabalhar com máquinas, fazer canteiros. Eu gosto de fazer isso” (Marcos).

Todos os jovens rurais participam dos trabalhos da unidade de produção agropecuária, sendo que o envolvimento dos rapazes costuma ser maior do que o das moças. A participação do jovem no processo de tomada de decisão e o recebimento da renda de parte da produção por dois rapazes também são aspectos que evidenciam que as famílias possibilitam maiores espaços de autonomização pessoal aos rapazes no âmbito produtivo. O aprendizado referente à produção e preparação de alimentos se dá através do repasse dos saberes dos pais, planejando o trabalho de acordo com a idade dos filhos e os horários livres da escola. O trabalho dos jovens, entretanto, não se resume a este âmbito; eles também participam dos cuidados da casa e da família, além de atuarem no espaço de comercialização da feira. Assim, concomitantemente ao aprendizado dos trabalhos de fazer a produção agrícola e agroindustrial, aprende-se o trabalho de fazer a feira.

3 Fazer feiras: aprendizado e socialização dos jovens rurais

A feira faz parte da trajetória de vida dos jovens entrevistados. Desde crianças, eles a frequentam, semanalmente. Antônio, que participa da feira desde os nove anos de idade, afirmou: “eu lembro que, quando eu era mais novo, nós saía três horas da manhã de sábado, para vir para a feira. Eu vinha junto. Vinha só eu e o pai, porque era pouco produto. O pai vendia mais, eu só abria a sacola, coisa assim.” José lembra-se que “eu comecei a trabalhar mesmo na feira com sete anos.” Ana argumenta que era levada para a feira porque seus pais não queriam deixá-la em casa só: “Eu ia desde pequena para não ficar sozinha em casa. Quando não tinha ninguém em casa, me levavam junto”. Marcos, que começou a frequentar a feira com

três anos de idade, resume: “me criei lá dentro”. Assim, desde suas infâncias, os jovens participam da feira com suas famílias, como ajudantes e acompanhantes dos pais. Neste espaço de trocas mercantis e interações sociais, eles constroem relações de afetuosidade com a própria família, com outras famílias feirantes e com os consumidores, assumindo, paulatinamente, maiores responsabilidades e gosto pelo trabalho da feira.

O processo de socialização na feira começa desde tenra idade, passando de atividades simples, como abrir sacolas para os pais acondicionarem os produtos, até as atividades mais complexas, como atender os fregueses e fazer troco. “Fui aprendendo a atender as pessoas, o pai foi ensinando a dar o troco, para isso tem que saber certinho, mas foi indo, fui aprendendo. E agora já estou no círculo” (Marcos). Desta forma, ser feirante, da mesma forma que ser camponês, aprende-se a fazer vendendo, através da observação, da experimentação e da transmissão de saberes entre as gerações.

Em pesquisa realizada em feiras de Pernambuco, no início da década de 1980, Garcia (1983, p. 12) constatou que “as crianças, pelo menos os meninos, são socializados desde cedo no negócio. É comum o pai levar à feira o filho que tenha atingido 10 anos e ensinar-lhe a vender, atender ao cliente, manipular dinheiro e pesos, e atender aos pedintes”. A autora acrescenta que, primeiro, as crianças aprendem a vender e, mais tarde, integram-se nas atividades de compra. Ademais, tal participação é “útil” tanto para o pai como os filhos, uma vez que os pais deixam de contratar mão de obra externa à unidade familiar e os filhos incorporam importantes aprendizados. Vedana (2004; 2008), em estudos etnográficos sobre feiras de Porto Alegre, notou que os filhos de feirantes, desde muito pequenos, vivenciam as primeiras experiências de fazer a feira, ensaiando os primeiros gestos de feirantes e, à medida que crescem, ajudando nas vendas. O engajamento ainda criança possibilita “uma aprendizagem relacionada a gestos e práticas, mas também à sociabilidade e à interação com o outro” (VEDANA, 2008, p. 180). Assim, a convivência dos filhos na feira permite a incorporação de saberes e de práticas de fazer a feira e de ser feirante.

Nas feiras de Santa Maria, notamos que existe uma diferenciação conforme o sexo com relação à participação dos jovens na feira, sendo que os rapazes costumam participar de forma mais assídua e envolver-se em mais atividades do que as moças. O relato de Antônio referencia a diversidade de suas atividades na feira: “Faço um pouco de tudo. Mais é a venda

ali, pesar produto, pegar, fazer troco, coisas básicas. Descarregar e carregar também”. No caso das moças, Luana comenta que vai pouco à feira, somente quando os pais precisam, e que desenvolve tarefas como montar a barraca, organizar os produtos e atender os consumidores. Já Ana relata que o pai não deixa que ela realize tarefas que exigem esforço físico, como auxiliar a carregar e descarregar os produtos. Algumas moças participam esporadicamente deste espaço de comercialização, embora frequentem a feira desde crianças, acompanhando os pais. Observa-se que os pais tendem a potencializar o trabalho dos rapazes na feira e poupar as moças, principalmente em relação às tarefas percebidas como “trabalho pesado”. O “trabalho pesado” é relacionado ao masculino, entendido como “coisa de homem”. No entanto, como demonstrou Paulilo (1987), as noções de trabalho leve e de trabalho pesado são construções sociais variáveis entre os diferentes grupos sociais de camponeses, que, via de regra, servem para desvalorizar o trabalho das mulheres e crianças.

Embora haja certas restrições a certos tipos de trabalho, nas feiras de Santa Maria, as moças participam da feira sempre que há necessidade de mão de obra ou disponibilidade de tempo. Na pesquisa sobre feiras de Pernambuco, Garcia (1983) constatou a ausência de moças solteiras, em idade de casar, exercendo atividade mercantil independente nos espaços da feira. Embora a grande maioria dos vendedores fosse do sexo masculino, a autora notou que certos setores, como os bancos de café, são ocupados exclusivamente por mulheres, nos quais as meninas ajudam as mães nas atividades de preparação e venda dos alimentos. Já nas feiras da Epatur, em Porto Alegre no contexto da década passada, Vedana (2004) registrou a participação de jovens praticando o “fazer feira”, ofício adotado pelos pais e assimilado pelas filhas. Em algumas situações, as moças fazem a sucessão familiar do ofício de feirante.

Mas o trabalho de fazer feira também traz dificuldades para os jovens rurais de Santa Maria. Na perspectiva de Ana, o envolvimento com a feira tem como pontos negativos a demora e o desgaste físico gerado para guardar os produtos após a feira, nas horas mais quentes do dia. O trabalho pesado também é apontado por José como aspecto negativo da vida dos feirantes. Neste caso, a preocupação é com a idade dos pais, que realizam estas atividades. “É pesado o trabalho, né. O pai agora em janeiro ele já se aposenta, a mãe já é aposentada. Só que assim eles não querem parar”

(José). Já Antônio aponta que a maior dificuldade é acordar de madrugada, percorrer uma longa distância, para preparar a banca antes da chegada dos clientes:

Eu acho que pior é o deslocamento. São cem quilômetros. Já foi pior, porque não tinha asfalto. Uns trinta, quarenta quilômetros não tinha asfalto, mas agora estão fazendo. Mas sempre aos sábados se precisou acordar muito cedo. É para não chegar atrasado lá, se fura um pneu, acontece alguma coisa... Porque às 6h da manhã tem que estar tudo descarregado e já ajeitando na banca. A partir das 6:30h já começa chegar gente (Antônio).

O desenvolvimento de tarefas na feira é organizado de forma a não atrapalhar o estudo, que é eleito como prioridade pelas famílias. Os jovens são liberados das atividades sempre que necessário. Neste sentido, Marcos comenta que somente falta na feira quando tem atividades escolares no sábado pela manhã. Para Antônio, que cursa Agronomia, o estudo é prioridade de segunda a sexta-feira, possibilitando o trabalho no sábado pela manhã. José, por sua vez, afirma gostar muito de participar da feira: “eu não quero sair daqui, deixar a feira. Aquele dia que eu não fui, porque estava fazendo prova, eu fiquei mal, eu não conseguia... Vou todo santo dia de feira”.

Participar da feira exige uma rotina de esforços. Entre eles, está a colheita e preparação dos produtos no dia anterior à comercialização, trabalho que, por vezes, estende-se até madrugada. No dia da feira, é necessário acordar muito cedo, entre três e quatro horas da manhã em alguns casos, para possibilitar o acondicionamento adequado dos produtos, deslocar-se até os locais das feiras, montar as bancas, organizar os produtos e garantir a chegada à feira antes dos consumidores. Entre 6:30 e 7 horas, os consumidores começam a chegar para as compras, e os trabalhos de venda costumam prolongar-se até após o meio-dia, quando as famílias guardam os produtos. Após a feira, algumas famílias ainda deixam produtos em supermercados ou restaurantes e, então, retornam para suas residências. Para alguns jovens, esta rotina que se estabelece uma ou duas vezes por semana é um dos aspectos negativos da participação da feira.

Em contrapartida, a feira se configura como uma fonte rica de aprendizados para os jovens. Um aspecto mencionado é a valorização do trabalho da família, conforme depoimento de Luana. “Ah, trabalhar em grupo. A família é um grupo, é uma equipe. Então, sempre puxando para sempre ter, sempre melhorar. Acho que é isso, saber o valor do sacrifício de conse-

guir as coisas em família, em grupo, para produzir no nosso sustento”. Os aprendizados sobre realização de cálculos, o desenvolvimento do raciocínio lógico também são ressaltados pelos jovens rurais que participam das feiras:

É mais saber o valor do dinheiro, saber mexer com dinheiro e saber mexer com quantidades. O que eu tenho que fazer, quantidades a colocar dos ingredientes, como fazer os produtos (Luana).

Aprendi a fazer contas também, raciocínio. Eu ia pedindo para o pai os preços, ia anotando, aí quando pediam e ia olhando os preços (Ana).

A venda em si, eu acho que é complicado você falar com o consumidor, isso foi desenvolvendo. Essa comunicação com o consumidor. Sem contar a matemática, estimula pensar mais (Antônio).

Outro aspecto valorizado pelos jovens é o aprimoramento das habilidades comunicacionais e da desenvoltura das relações com os clientes, conforme depoimentos de jovens rurais:

O mais importante é trabalhar com ser humano. Eu tinha medo, eu era tímido demais, eu não saía em qualquer lugar. Se não tivesse a mãe e o pai junto eu não saía. Mas depois comecei a ir, me largar, agora ninguém me segura mais em casa (José).

Um dos benefícios, por participar, é a gente estar trabalhando e, com isso mesmo, saber fazer a negociação, trabalhar com negócio. A socialização, porque às vezes tu pega as malandragens que os outros têm de venda e tu fica observando e aprende na prática, como é na prática a venda, diretamente com o consumidor. Então, isso eu acho que é um dos benefícios. É legal para ter a socialização com as outras pessoas, o aprender o negócio, bem o básico mesmo, a troca. Acho que ajudou a ter paciência, mas também a não ficar ali na zona de conforto. Eu acho que tem que sair, buscar... (Luana).

A feira constitui-se em importante espaço de socialização dos jovens rurais, possibilitando aquisição de conhecimentos e habilidades relacionadas aos diversos âmbitos da vida. A sociabilização, relacionada à produção dos alimentos e à comercialização na feira, é um processo de transmissão intergeracional de práticas e saberes, no âmbito da família, em que o pai e a mãe repassam saberes para filhos e filhas. De forma geral, os jovens gostam de participar do desenrolar das trocas econômicas e simbólicas proporcionadas pela feira. Existe o reconhecimento de que a feira faz parte da trajetória da família e gera o seu sustento, na medida em que possibilita melhores formas de agregação de valor aos produtos e de venda direta ao consumidor, conforme depoimento de Antônio:

Acho que o pai não vai parar nunca de fazer feira, vai continuar sempre. E é uma forma de agregar mais valor ao produto. Porque se nós tivesse continuado a produzir grãos e vender para a cooperativa, como todos lá da redondeza fazem, não teria metade do que temos hoje. Eu acho que a agricultura familiar, em si, deveria fazer isso. Devia parar de produzir grãos para cooperativa. Tá produzir grãos pode produzir, mas tentar agregar valor em cima do produto, conseguir outros meios de comercialização (Antônio).

A representação social construída pelos jovens em torno do ser feirante é positiva, principalmente no caso dos rapazes. “Ótima, a minha imagem é ótima de feirante, eu não troco” (José). Este jovem comenta que contam sobre seu trabalho na agricultura e na feira para os colegas de curso técnico na cidade de Santa Maria, e que alguns deles querem conhecer a sua experiência. Assim, ser agricultor e ser feirante é motivo de orgulho para ele, e o interesse dos amigos por conhecer esta realidade também é motivo de orgulho para o jovem. Na perspectiva de Marcos, ser feirante tem sua beleza e importância social, qual seja a produção de alimentos, conforme depoimento de Marcos: “Eu acho que é uma coisa bonita, por causa que a gente produz e leva produtos, legumes, que as pessoas compram. O que a gente produz as pessoas compram. Acho importante isso”. Observa-se que a fala de Marcos reflete a valorização social do trabalho de sua família, provendo alimentos para as pessoas do espaço urbano do seu município.

Estas representações positivas em torno do ser feirante não garantem que os jovens serão feirantes no futuro, mas possibilitam que pensem como algo interessante para suas vidas. Observa-se principalmente nas falas dos rapazes o gosto pela feira. “Na feira é tudo beleza. Eu gosto para sair de casa, eu vou lá converso com os fregueses, todo mundo já me conhece” (Marcos). Para esse jovem não existem aspectos negativos na vida de feirante; o fato de acordar cedo, por exemplo, é algo a que já estaria acostumado e não é percebido como problema. Para ele, a feira é também um espaço de trocas de afetos e de amizades, sendo que tais relações construídas ao longo do tempo são percebidas como um grande atrativo deste espaço social.

Transparece nos depoimentos dos entrevistados a relação entre a percepção dos pais e a dos filhos em relação a ser feirante. Por exemplo, Marcos cresceu ouvindo de seus pais que ser feirante é bom e que gostam do que fazem. Estimulado a participar das atividades relacionadas à feira desde criança, o jovem desenvolveu uma percepção positiva de ser feirante e

um amor pelo que faz. Já as irmãs Ana e Paula cresceram ouvindo dos pais que ser feirante é difícil e trabalhoso. Muitas vezes, elas foram poupadas das atividades relacionadas à feira, mesmo que a família necessitasse contratar mão de obra para tanto. As jovens reproduzem o que ouviram dos pais: ser feirante é difícil e trabalhoso.

O gosto é socialmente construído, conforme Bourdieu (2011). Desta forma, gostar de ser feirante é algo construído ao longo dos anos através das experiências destes jovens, em um processo onde as possibilidades e concepções dos pais influenciam as perspectivas futuras dos jovens. A família tem um papel importante na formação da percepção do jovem sobre ser feirante, o que, por sua vez, influenciará as escolhas que ele fará para seu futuro em relação à continuidade na feira.

4 Consumo de bens e serviços: os retornos da feira aos jovens rurais

Uma parte da renda obtida nas feiras, com a venda da produção agrícola ou agroindustrial familiar, é investida nas atividades produtivas, seja na forma de insumos, de máquinas e equipamentos ou de veículos necessários à continuidade dos trabalhos na feira. Outra parte é utilizada na obtenção de bens de consumo e de serviços, com vistas a satisfazer as necessidades e proporcionar bem-estar da família das mulheres feirantes. Como as famílias são pequenas, em média quatro integrantes, o atendimento das necessidades dos filhos torna-se prioridade no orçamento doméstico.

Os jovens entrevistados sabem que o trabalho na propriedade, percebido como “ajuda”, é recompensado pelos pais, especialmente quando se trata de investimentos necessários aos estudos escolares. Eles deixaram claro que, tanto para eles quanto para seus familiares, os estudos escolares são os mais importantes e principais investimentos familiares. Todo o tempo e todos os recursos destinados aos estudos dos filhos são plenamente justificados e assimilados pela família, nas expectativas de melhores qualificações e inserções profissionais.

Por tal razão, o trabalho de todos os integrantes da família, que recomeça a cada semana para a continuidade na participação da feira, não está dissociado dos estudos escolares, considerando que parte significativa da renda da família é revertida na melhor escolarização dos filhos, visando ao

ingresso em cursos de nível técnico, de graduação e até mesmo de pós-graduação. Isso significa que os jovens também se envolvem no trabalho familiar para criar as próprias condições de continuidade de estudos, em níveis universitários. No caso das irmãs Laura e Luana, a renda da feira é destinada, prioritariamente, para a continuidade de estudos, uma vez que ambas já concluíram cursos superiores e pretendem ingressar no mercado de trabalho ou realizar cursos de pós-graduação. Não obstante, a renda familiar permanece sob o domínio dos pais, cabendo às jovens pedir sempre que precisam, conforme o depoimento de Laura:

a renda não é feita controle porque não é muito fixa. Então, uma parte vai para pagar despesas, outra, quando a gente precisa do dinheiro a gente pede, pega o dinheiro e faz o que tem que fazer. Mas boa parte é revertida para o estudo. Material escolar, quero fazer um curso, peço dinheiro, vou lá e pago o curso (Laura).

O jovem Antônio, que desde os 14 anos partiu de casa para estudar em Colégio Técnico e depois na UFSM, tem suas despesas com estudos, alimentação, vestuário, aluguel, transporte, telefone celular garantidos pela família. Com exceção de um ano em que dispôs de uma bolsa de iniciação à pesquisa, fornecida pelo CNPq, todas as despesas são custeadas pelos pais, conforme depoimento: “é tudo eles que me bancam. A minha mãe me passa um dinheiro fixo, mas não é vinculado à feira. Mas o pai todo sábado me deixa um pouco de dinheiro”. Assim, a mãe, professora da rede pública de ensino fundamental, e o pai, agricultor e feirante, destinam parte da renda familiar para garantir ao jovem todas as condições para obtenção do título de bacharel em Agronomia.

Os próprios jovens reconhecem, em seus relatos orais, que a “ajuda” aos pais, seja na produção dos itens mercantis para a feira ou no atendimento dos fregueses na feira, também é recompensada de múltiplas formas. Isso significa que a renda da feira retorna, em parte considerável, aos jovens rurais na forma de bens e serviços diversos como, por exemplo, alimentação, roupas, calçados, transporte, bicicleta, aparelhos celulares, computadores, *smartphones*, *tablets*, internet, jogos de computador, dentre outros. Durante a realização das feiras, é possível observar jovens rurais feirantes comprando e comendo guloseimas da feira ou entretidos com telefones celulares, *smartphones* ou *tablets*, especialmente nos momentos de menor intensidade de atendimento de clientes. Em algumas situações, esses

produtos ou serviços são comprados pelos próprios jovens com as economias que conseguem acumular pela participação na feira. O jovem José conta que, além de atender seus sonhos de consumo, conseguiu comprar um presente muito desejado pela sua mãe:

Acabei de comprar uma televisão de 58 polegadas, um monte de coisas que eu consegui comprar. O sonho da mãe era comprar um micro-ondas dos grandes, consegui comprar. Tenho computador também com internet tudo *wi fi*, celular com *wi fone*. Tudo com o dinheiro da feira. Metade dos meus amigos saíram daqui porque dizem que é muito difícil. Eu disse: “tche! como é que eu estou tendo as coisas trabalhando aqui?” Eu tenho coisas que ninguém tem aqui para cima. Eu tenho casa, tenho *notebook*, tenho televisão no quarto, tenho carro, tenho tudo. Comprei a caminhonete, agora vou botar um super-rádio na caminhonete.

José conta que há um ano, quando completou 18 anos, realizou seu maior desejo de consumo: comprar o carro próprio. Para ele, o veículo está associado a uma maior autonomia pessoal, pois lhe facilita a organização do tempo, a mobilidade para os encontros com os amigos e namorada, bem como o deslocamento até Universidade, onde estuda. Contudo, os pais procuram manter certo controle da renda familiar e do consumo dos filhos. Esse domínio dos pais sempre gera situações de dependência e subalternidade dos jovens. De certa forma, para os jovens, é constrangedor pedir dinheiro aos pais e dar explicações de seu uso. Para contornar tais problemas, alguns jovens entrevistados receberam a autorização dos pais para fazer cultivos próprios, em pequenas áreas, com vistas a comercializá-los na feira e gerar um dinheiro próprio para comprar as “coisinhas” que tanto desejam. Vejamos o depoimento de Marcos:

Eu disse: “oh, pai, eu acho que quero receber mais dinheiro, eu quero comprar as minhas coisinhas, que eu não quero ficar pedindo dinheiro para ti porque fica chato.” Então, eu disse: “vou parar com isso, vou começar a produzir umas coisas para eu vender na feira também”. E o tomatinho que eu produzo ali é meu o dinheiro. É mais dinheiro que vem para mim, que eu compro umas coisinhas para mim também, né. Daí, eu comecei a produzir e comecei conseguir comprar minhas coisas. Eu consegui comprar o computador... o celular eu também comprei. A bicicleta foi o pai que me deu. Roupas, o pai e mãe que compram. Eu só compro o que me interessa, celular, computador, jogo de *play*.

Ainda para atender sonhos de consumo, os jovens e as jovens também recebem um dinheiro, normalmente, aos sábados, após o término das feiras. Ou seja, os pais têm por costume dar-lhes “semanada” e não mesa-

da, numa clara vinculação entre o trabalho da feira e a destinação de um montante de dinheiro de bolso para os jovens. No nosso entendimento, as semanadas têm papéis pedagógicos importantes na socialização dos jovens, quais sejam: a demonstração do ganhar a vida com o próprio esforço físico; a vinculação do trabalho com uma recompensa monetária; a valorização das coisas que se têm, pois, para tê-las é preciso trabalhar. Ensinam ainda que o trabalho implica esforço pessoal, tanto físico quanto intelectual, uma vez que “nada cai de mãos beijadas”. E quem sabe do esforço implicado no trabalho valoriza todas as coisas que conquistou. Ademais, com a semanada, os jovens aprendem a administrar seu dinheirinho, no difícil exercício entre o desejo de consumo e o montante de recursos que se têm em mãos. Como não são poucas as necessidades e os apelos consumistas, os jovens e as jovens vão aprendendo a estabelecer prioridades de consumo e a construir suas autonomias financeiras, adquirindo o que desejam e, ao mesmo tempo, cuidando do dinheiro de que podem dispor semanalmente.

Em relação à semanada, na família de Ana e Paula, o valor tem certa vinculação com a “ajuda” que dão nos preparativos dos produtos da feira: “nós ganhamos R\$ 50,00 por sábado e, quando se precisa, também dão mais, mas qualquer coisa que precisa eles também dão para nós. Às vezes, a gente ganha mais, se ajuda vai ganhando mais”. O jovem Marcos, que sempre comparece nos sábados de feira, também recebe semanadas: “por semana, ganho R\$ 50,00 por semana. Depende da feira como ela vai, se boa ou mal. Às vezes, ganho R\$ 25,00”. As jovens Laura e Luana, por sua vez, afirmaram que não ganham dinheiro semanalmente pelo trabalho dispensado à produção para a feira. O pai, que ouvia a entrevista realizada durante a feira, interveio para frisar que, embora não haja repasse de dinheiro semanal, pela contribuição ao trabalho familiar, na medida do possível, as necessidades fundamentais das duas jovens são contempladas:

Em compensação, ganha plano de saúde da Unimed, roupa, cabelo se for fazer. E, de vez em quando, dou R\$ 50,00, R\$ 100,00. Só que o problema é assim: tudo que entra para a gente, para elas a gente dá, de saúde, de estudo. Essa aqui está sempre pagando cursinho, isso, aquilo. Está sempre correndo atrás da máquina. Você vai começar dar mesada vai acabar faltando. Mas aquilo que for necessário, parte de saúde ou de roupa, enfim, está sempre auxiliando.

Desta forma, o pai entende que as filhas têm o fundamental para viver e que as recompensa por meio de múltiplos benefícios, pois o bem-

estar pessoal e a formação profissional das filhas são prioridades contempladas no orçamento familiar. Todavia, as moças percebem que seus pais estabelecem certa relação entre o quantitativo de trabalho dispendido e valor recebido por cada uma delas, conforme depoimento de Laura: “como ela tem ajudado mais, ela tem ganhado mais, porque ela pega mais firme”. Isso significa que a maior quantidade de trabalho dedicada aos preparativos e comercialização dos produtos da feira implica maior ganho de dinheiro.

Os jovens e as jovens entrevistadas também vivenciam algumas situações de lazer, que, evidentemente, implicam custos, mas possibilitam apropriações de conhecimentos e experiências. Ao que nos pareceu, em relação às moças, os rapazes têm maiores liberdades, possibilidades e espaços para diversão e lazer. As moças dispõem de menos recursos para frequentar espaços e situações que proporcionam situações prazerosas. Por isso, no tempo livre, elas ficam mais restritas ao convívio familiar, assistindo à televisão ou conectadas às redes sociais. As irmãs Ana e Paula dizem que não frequentam bailes e que as atividades de final semana se resumem em assistir à televisão, conectar-se às redes sociais e “sair na casa de uma amiga. De vez em quando, ir no *shopping* junto”. Já as irmãs Laura e Luana garantem: “lazer, eu acho que tem sido muito pouco. Nós não temos saído muito. Normalmente, a gente fica em casa. Olha, esse fim de semana nós teria uma festa lá perto de casa. Acabamos não indo porque chegou visita. E, normalmente, a diversão é em família. Não é você sai com as tuas amigas, sai e vão. Isso não, não é assim”.

Os rapazes entrevistados, além de assistir à televisão, acessar a internet e conectar-se às redes sociais, gostam de praticar esporte, especialmente o futebol. Em seu depoimento, Marcos revela: “Futebol, eu gosto. Baile, eu fui um dia, mas não gosto porque dá briga. Só fui uma vez, daí começaram a brigar e não fui mais. Eu gosto de jogar bola. Às vezes, a gente reúne. Mas, agora, tem o tomate, daí fica meio difícil se reunir para jogar bola. Mas, quando termina a safra de tomate, eu vou toda semana”. Para José, a diversão é cuidar de seus animais de estimação, para os quais dispensa tempo e recursos para alimentação, em contraposição ao consumo de bebidas alcoólicas: “Ficar domingo sentado aqui do lado com um latão de cerveja? Não, não gosto de cerveja, mas não vivo sem animais. Olha a cachorrada que eu tenho. Eu compro, compro ração para os cachorros, para galinhas, para os passarinhos, para bicharada, que eu gosto”.

Vale salientar que filhos de mulheres feirantes também vivenciam algumas viagens de estudos, que possibilitam conhecimentos e experiências pessoais. No caso de Antônio, a principal viagem de sua vida foi para a Espanha, como bolsista do programa Ciências Sem Fronteiras. Essa viagem lhe proporcionou dez meses de estudos em universidade espanhola e melhor domínio de um idioma. No caso de José, a condição de estudante e de filho de feirante da economia solidária possibilitou diversas excursões pelos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que facilitaram a apropriação de novos conhecimentos e experiências produtivas, ajudando-o na interação com as pessoas, no aprendizado escolar, na interlocução com os professores e na adoção de novas alternativas produtivas na propriedade da família.

Em linhas gerais, os ingressos em escolas urbanas, colégios técnicos e universidades aproximam os jovens rurais a outros jovens, às cidades e ao mundo globalizado, facilitando a universalização de estilos de vida e de consumo. Desta forma, os estilos de consumos e comportamentos juvenis são facilmente assimilados e compartilhados pelos jovens rurais entrevistados. Ademais, as feiras são realizadas na cidade, tornando mais fácil o apelo e o consumo de novos bens e serviços pelos jovens. Ou seja, as feiras abrem possibilidades para as formas de viver urbanas, pois são espaços de circulação de dinheiro, de conhecimentos e de informações. Como espaços de trocas sociais, as feiras facilitam o consumo de bens e serviços com os quais os jovens rurais sonham e/ou conseguem acessar.

5 Jovem na feira hoje, feirante amanhã?

Que projetos os jovens entrevistados estabelecem para o futuro? Sendo filhos e filhas de mulheres feirantes, que tiveram uma socialização em torno do trabalho da feira, esses jovens sucederiam as atividades produtivas e profissionais abraçadas por seus pais? As respostas nem sempre aparecem com clareza, mas, pouco a pouco, os projetos de vida futura são delineados pelos pais e pelos próprios jovens.

Na contemporaneidade, diversos estudos acadêmicos realizados no contexto de assentamentos rurais do estado de Pernambuco (WANDERLEY, 2007), da Paraíba (SILVA, MENEZES, 2007), do Rio de Janeiro (CARNEIRO, 2007; CASTRO, 2009; CASTRO et al., 2009), de Santa Catarina

(ABRAMOVAY et al., 1999; STROPASOLAS, 2006), no Rio Grande do Sul (WEISHEIMER, 2009; SPANEVELLO, 2008) têm indicado estrangulamentos na participação da juventude nos processos de sucessão familiar e suas interfaces com os processos migratórios. Diversas são as razões e motivos pelos quais os jovens têm ou não desejado permanecer no campo e reproduzir a condição camponesa, sendo que as jovens rurais têm migrado mais que os jovens rurais, resultando no envelhecimento e masculinização da população rural (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999; ANJOS, CALDAS, 2005, COSTA, 2010).

Com efeito, os rapazes entrevistados não descartam a possibilidade de viver no meio rural, de continuar na produção agrícola e agroindustrial familiar e de comercializar seus produtos nas feiras, não obstante valorizem os estudos escolares. Já as moças entrevistadas, embora percebam certas vantagens da vida no meio rural e a importância da feira na geração de renda familiar, não pretendem suceder a condição de agricultores feirantes de seus pais, dedicando seus esforços, prioritariamente, às exigências escolares. O jovem Antônio, estudante no curso de Agronomia, percebe duas possibilidades para o seu futuro profissional, que oscilam entre a continuidade dos estudos e um retorno para a propriedade de seus pais.

Na verdade, eu não sei. Tenho duas possibilidades. Como eu já trabalho com uma pesquisa, uma delas é seguir, fazer mestrado e doutorado. Mas daí eu penso: tá, fazer mestrado e doutorado e depois? Será que é viável, ficar tantos anos estudando? Ou é melhor voltar para casa e seguir, tocar a propriedade? Entende? Porque a gente vê que tem um retorno bom, relativamente bom, e se for investir mais, mais tempo, de duas pessoas, e não só de uma, talvez possa ser melhor o retorno, Está pensando as duas propostas. Dependendo as propostas de pós-graduação.

Na família de Antônio, a escolarização é percebida como fundamental na construção de processos de emancipação dos filhos. Assim, ainda aos 14 anos de idade, Antônio teve todo o apoio familiar para afastar-se de casa e estudar em um Colégio Agrotécnico e, mais recentemente, afastou-se do país por um ano para participar de um intercâmbio internacional na Espanha. Desta forma, seus pais o ajudam a construir projetos de vida que passam por uma profissionalização qualificada pelos estudos, em níveis técnico, superior ou de pós-graduação. Isso não significa que seus pais, sobretudo o pai, não deixem de expressar os sonhos de tornar o jovem Antônio sucessor da propriedade e do ofício de feirante:

Olha, desde que eu saí para estudar no Colégio Agrícola sempre me apoiaram, até no intercâmbio também. Acredito na minha decisão, mas com certeza, claro que eles querem que volte para casa, para ajudar. Pelo menos o pai, eu acredito que seja. Ele não fala diretamente, não. Por exemplo, o pai pedindo ajuda, pedindo opinião, tentando trazer mais para a propriedade, é uma forma de envolver para, posteriormente, voltar.

José, aos 21 anos e prestes a concluir um curso técnico em agropecuária, tem dúvidas quanto à continuidade dos estudos ou ao retorno à propriedade familiar para continuar a produção para a feira:

Ainda domingo eu fiz a prova do CETISM [Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, vinculado à UFSM], para mecânica. Se eu passar, eu disse para o pai: “eu quero fazer, porque se não der em um lugar eu tento em outro.” [...]. Eu quero estudar bastante para fazer é a veterinária. Sim, porque eu já faço agropecuária para trabalhar com animais e não com vegetais. [...]. Só que, como eu disse, eu não quero sair daqui, deixar a feira.

Sendo filho único e tendo os pais problemas de saúde, o jovem José tece alternativas laborais, ora no sentido de sair da propriedade ora no sentido de ficar para dar continuidade aos trabalhos dos pais. O futuro ideal para esse jovem é ter um trabalho que lhe garanta uma renda fixa, seja como técnico de nível médio ou de nível superior, nas proximidades da casa de seus pais, mas com a possibilidade de fazer uma produção agrícola para permanecer como feirante. Ele percebe que seus pais gostariam que permanecesse na propriedade, incorporando novos conhecimentos e melhorias técnico-produtivas.

O jovem Marcos, com seus 14 anos, já assimilou a ideia, incutida por seus pais, de que precisa dos estudos escolares para construir sua própria autonomia pessoal e o reconhecimento social. O jovem nota a importância de trabalhar com os pais na produção dos hortigranjeiros e na comercialização na feira, mas ressalta que estudos são prioridades em sua vida: “pretendo continuar trabalhando com feira, plantar junto com o pai. Mas, primeiro, eu vou ter que seguir estudando, ser alguém na vida, porque sem estudo não é alguém nenhum. Tenho que pensar em mim também, né?” Os estudos significam, para esse jovem, pensar em si mesmo, no sentido de preparar-se para uma profissão que possibilite melhor remuneração e garanta a transposição das posições sociais de seus pais, que passaram muitos sacrifícios para superar a condição de arrendatários até comprar uma propriedade de três hectares e produzir hortaliças para a feira. O jovem afirma que os pais insistem na importância dos estudos para futuras conquistas de melhorias nas condições de trabalho e de vida:

Eles dizem que querem o melhor para mim. Eles dizem o que é melhor para ti, continuar estudando, eu quero ver o que é melhor para mim, que dê dinheiro, para comprar as coisas que eu quero. Não precisa sofrer trabalhando para conseguir uma coisa que eu quero. Trabalhar com conforto, não quero passar trabalho como os meus pais passaram, quero subir na vida. [...]. A mãe disse que não é para parar de estudar, e eu nem penso nisso. Tá loco!

Em virtude da importância atribuída aos estudos, em março de 2014, os pais transferiram a matrícula de Marcos de uma escola pública para uma privada, de orientação religiosa. A intenção é proporcionar um estudo de melhor qualidade para o jovem, com vistas ao futuro ingresso na universidade. Enquanto isso, o jovem cultiva sonhos de cursar Agronomia e, posteriormente, trabalhar com máquinas modernas e potentes, em cultivos de soja. Ou seja, em um trabalho que, acredita, proporcionará prazer, conforto e renda satisfatória.

As irmãs Laura e Luana estão certas de que não querem continuar no trabalho agrícola e permanecer no comércio da feira. A primeira diz que gosta de ajudar os pais nos preparativos dos produtos e comércio na feira, mas que não será para toda a sua vida: “eu até gosto, mas não é o que a gente quer para o futuro. A gente ajuda, mas não é o que a gente quer para o futuro. Com certeza, não é”. Em complementação, a segunda reafirma: “não é para sempre... Nós estamos agora, é uma fase”. Desta forma, as moças aceitam a condição de ajudantes dos pais, em todos os trabalhos de preparação dos produtos e venda na feira, enquanto não conseguem incorporar-se no mercado laboral. Solidarizam-se, portanto, com os pais, ajudando-os a realizar parte do trabalho que a participação semanal na feira demanda.

As moças, ambas graduadas em cursos superiores, têm como meta ingressar no mercado de trabalho urbano, para garantir a autonomia pessoal e financeira. Mas, reconhecendo as dificuldades para a objetivação de tal projeto de autonomização pessoal, elas continuam investindo seus esforços pessoais e suas economias na continuidade de estudos, seja para preparação para concursos públicos ou para ingresso em programas de pós-graduação, conforme depoimento das jovens:

Futuro é nossa independência. [...]. Independência é ter nosso emprego, nossa vida assim. Nós não vamos ficar morando com os pais para sempre. Como eu te falei, nós estamos lá de passagem. Então, nós vamos querer estudar para concurso, para emprego, para ter a nossa vida, nossa independência, não só financeira, mas ser independente. Cada um no seu bico. Mas é difícil, sei que não está fácil, nem para procurar emprego e nem para estudar (Laura).

Continuar fazendo mestrado, continuar estudando em uma faculdade pública e trabalhar no setor público. Porque o que eu acho mais importante para a gente que estuda em uma faculdade pública é retribuir para a sociedade o que aprendeu (Luana).

Os estudos são percebidos, tanto pelas jovens como pelos pais, como um caminho que conduz à superação da vida de “sacrifícios” dos pais, materializada no trabalho contínuo de produzir e comercializar na feira. Na perspectiva de alguns jovens, a incorporação no mercado de trabalho, como profissionais de nível superior, com salário, direitos trabalhistas e previdenciários garantidos, serve como contraponto ao trabalho “pesado” dos pais. Ademais, as jovens acreditam que os estudos podem interligá-las a pessoas e contextos sociais mais favoráveis ao aprendizado e à inclusão social pelo trabalho. O depoimento de Laura é enfático:

É que trabalhar nesse negócio é muito sacrifício. Então, tem que buscar coisa melhor e o estudo foi o que nos deu, a gente sempre estudou, teve oportunidade, nos dá o impulso para continuar. Eu não quero ser feirante, não quero continuar só aqui na feira. Eu percebo que esse dinheiro é suado, é muito sacrifício para conseguir. E o estudo a gente tem contato com outras pessoas, aprende outras coisas e eu acho que por esse caminho a gente consegue coisa melhor. E até os nossos pais não querem... Eu acredito que eles não querem que a gente passe trabalho. Porque a gente passa trabalho, às vezes, é apertadinho, aquele dinheirinho todo mês.

Em virtude da necessidade de construir processos de autonomização pessoal e financeira, as jovens internalizam facilmente a contingência de migrar definitivamente para alguma cidade, que proporcione trabalho estável e rentável, conforme enfatiza Laura, “só que tem que sair. Eu não quero ficar. No momento que oportunidade e minha independência, eu tô caindo fora”. No entanto, a jovem ressalva a dignidade do trabalho da feira:

É um trabalho digno, só que é um trabalhão para conseguir produzir tudo e satisfazer a vontade do cliente e ter prática de venda. É um trabalho digno, mas não está sendo valorizado, cai no esquecimento [...]. Eu acho que, se os filhos não querem permanecer, eles têm que buscar crescer em outras áreas, mas é um trabalho digno.

Nota-se que as jovens são portadoras de uma ética que valoriza positivamente o trabalho, associando-a com a dignidade humana. Ética essa incorporada pelo convívio familiar, desde a infância, no trabalho cotidiano para a produção de alimentos para feira. Portanto, elas acreditam em suas capacidades de trabalho, força de vontade e mérito pessoal, acumulados pelo conhecimento escolar, para a construção de alternativas de transposição das

condições sociais vividas pelos pais, que, conforme elas, embora trabalhem dignamente, só conseguem dinheiro com muito sacrifício e suor. Para tanto, as jovens Laura e Luana pensam que devem partir rumo às cidades, para tecer trajetórias de vida diferenciadas de seus pais e conquistar uma vida com melhores oportunidades laborais e com contatos pessoais mais amplos. Elas têm clareza das dificuldades dessa travessia, mas, para vencer, carregam, de casa, a ética positiva do trabalho e o apoio dos pais e, ao mesmo tempo, valem-se dos estudos escolares para tornar-se merecedoras de um trabalho melhor remunerado. Sob tais condições, as jovens irmãs Laura e Luana caminham em direção da tão sonhada autonomia pessoal.

As irmãs Ana e Paula, desde muito jovens, estão tecendo projetos de vida futura que não passam pelo trabalho na agricultura e na feira. Enquanto a primeira já ingressou no curso de Farmácia na UFSM, a segunda pensa em fazer o curso de Enfermagem. Na formulação destes projetos de ocupação laboral futura, as jovens têm como referência a negação do trabalho na agricultura, inculcida pelos próprios pais, em função das dificuldades do trabalho e a necessidade de diversificar as atividades produtivas da família. Assim, a mãe é professora, mas ajuda na produção agrícola e na feira, e o pai, além de agricultor e feirante, ocupa-se da intermediação de produtos hortifrutigranjeiros:

Agricultoras, eles não querem que a gente seja, por causa que passa muito trabalho. Por exemplo, a mãe é formada em professora, o pai não quis, o mesmo que antigamente os pais não se importavam muito, não tinha tempo, mas aí não querem mesmo. Quem só depende da agricultura, eu acho, que é ruim porque se não tem outra coisa tem vez que você não vai conseguir todas as coisas também. Porque em casa o pai entrega em outras coisas também, porque depender só da feira não dá.

Portanto, as referências das jovens são o pai que, por falta de estudos, tornou-se agricultor e feirante, exercendo um trabalho considerado pesado. A outra referência é a mãe, que estudou para ingressar no exercício do magistério e tem a garantia de uma remuneração mensal. Percebem, portanto, que os estudos podem, no futuro, criar melhores alternativas de inserção laboral. Mas, na condição de estudantes e dependentes dos pais, as jovens continuam morando com os pais, frequentando os bancos escolares e auxiliando, sempre que possível, na preparação dos produtos para a feira. Mas, com os olhos no futuro, a jovem Ana acredita que a graduação em Farmácia oferece “bastante áreas para atuar, mas ainda não sei qual delas eu vou querer”. Possível-

mente, a jovem e sua irmã deixarão o meio rural em busca de trabalho, deixando para trás os trabalhos agrícolas e o comércio na feira.

Em suma, a continuidade das atividades de produção agrícola e agroindustrial de comércio na feira não está garantida, se depender dos projetos de vida futura dos jovens entrevistados. Todos eles investem nos estudos escolares, como estratégia para atingir melhores níveis de formação profissional, tendo como horizonte ocupações laborais que possibilitem renda fixa e autonomia pessoal. No entanto, os rapazes entrevistados admitem dar continuidade ao *métier* dos pais, de produzir na agricultura e comercializar na feira, diretamente aos consumidores. Já as moças entendem que a produção agrícola e agroindustrial familiar e comercialização na feira são ocupações dos pais e exigem muito trabalho. Em contraponto, elas percebem os estudos escolares como caminhos fundamentais para construção da autonomia pessoal e financeira.

6 Considerações finais

Neste artigo, procuramos compreender os processos de socialização proporcionados pela participação de jovens rurais em feiras de Santa Maria/RS. Para os jovens rurais, a feira, muito além de um espaço de trocas mercantis e de sociabilidades, requer um trabalho representado como “ajuda”, tanto para realização da produção agrícola ou agroindustrial quanto para comercialização na feira. Por tais razões, a feira marca as trajetórias de vida dos jovens rurais.

Inseridos desde a infância, eles aprendem a fazer a feira na prática, na “ajuda” cotidiana e solidária aos pais. No âmbito das famílias, a produção agrícola ou agroindustrial bem como os processos de preparação das mercadorias para comercialização da feira constituem movimentos contínuos de transmissão de saberes entre pais e filhos, organizados conforme a idade e o sexo. Nos tempos-espços intercalados dos estudos, os jovens auxiliam em atividades produtivas principalmente, da lavoura, com máquinas e equipamentos, enquanto as jovens, além de realizarem as atividades domésticas, “ajudam” nas atividades de organização de produtos e limpeza.

Na feira, como espaço de trocas de mercadorias, dinheiro, saberes e sociabilidades, os jovens rurais aprendem a valorizar o trabalho digno e o

esforço da família, bem como a interagir com as pessoas e negociar. Ou seja, eles se apropriam de um conjunto de conhecimentos e práticas sociais úteis para suas vidas, tanto no presente como no futuro. Para os que permanecerem na função de feirantes, estes saberes incorporados serão essenciais no cotidiano do trabalho; para os que optarem por outras profissões, estas experiências e saberes também serão importantes de alguma forma.

Ademais, a participação na feira estreita os vínculos entre os espaços rural e urbano, facilitando as trocas de bens e serviços acessados pelos jovens rurais e a incorporação de um capital simbólico que os aproxima dos estilos juvenis urbanos. Com a destinação de parte da renda familiar e de uma renda periódica, materializada em “semanadas”, os jovens entram no mundo do consumo de diversos bens materiais e simbólicos que os fazem sentir partícipes de uma sociedade globalizada. Mas, sobretudo, o retorno da participação na feira se materializa principalmente na promoção de condições para assegurar o acesso e a permanência dos jovens na escola. Os estudos escolares, em níveis técnicos ou superiores, são percebidos como os principais caminhos de transposição para outras ocupações laborais ou para compatibilizar o trabalho na agricultura e na feira com outras ocupações não agrícolas.

O fato de reconhecer a importância da feira na constituição da renda familiar ou na apropriação de novos conhecimentos e habilidades ou mesmo no gosto de “fazer feira” não significa garantias de que os jovens darão continuidade à condição social de feirante, no futuro. Em virtude dos processos de socialização e de construção de simbologias com relação à feira e às perspectivas apontadas pelos pais para os futuros dos filhos, a feira ou o ser feirante, apesar de ser considerado algo positivo pelos jovens, muitas vezes não faz parte de seu universo de definições sobre seus futuros. Os rapazes cogitam a hipótese de dar continuidade à produção na unidade familiar e ao comércio da feira, mas conjugados e com outros tipos de trabalhos; as moças visualizam como única perspectiva – a saída da unidade familiar –, portanto, a descontinuidade do ofício de feirante. Independentemente do futuro, enquanto os jovens ajudam na construção das feiras de Santa Maria, as feiras também constroem jovens rurais.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1999.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun., 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Laura Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1983.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão nº 621). 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, Elisa Guaraná et al. *Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2009.
- CASTRO, Elisa Guaraná. Juventud rural en Brasil: procesos de exclusión y la construcción de un actor político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*. 1 (7), p. 179-208, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2012000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 out. 2014.
- COSTA, C. *Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul: análise a partir dos sistemas agrários*. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.
- FEIXA, Carles Pampols. Generación XX: teorías sobre la juventud en la era contemporánea. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 2, n. 4, p. 21-46, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA, Marie France. Negócio e campesinato: uma estratégia de reprodução social. *Boletim do Museu Nacional*, n. 45, nov., 1983.

HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar e pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. *Estudios Sociológicos*, v. XXVII, n. 80, 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, n. 28, v. 5, p. 64-71, 1987.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, fev., p. 99-196, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SILVA, Marcelo Saturnino; MENEZES, Marilda Aparecida. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SPANNEVELLO, Rosani Marisa. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

VEDANA, Viviane. *“Fazer Feira”*: estudo etnográfico das ‘artes de fazer’ de feirantes e fregueses da feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VEDANA, Viviane. *No mercado tem tudo que a boca come*. Estudo Antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo. 2008. 255 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. *A situação juvenil na agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Políticas públicas e trabalho familiar na agricultura do Sul do Brasil¹

Maria Catarina Chitolina Zanini²

Miriam de Oliveira Santos³

Pretendemos, por meio deste artigo, analisar as especificidades do campesinato de origem europeia do sul do Brasil⁴ frente às contemporâneas políticas públicas brasileiras para a pequena propriedade familiar e sua repercussão no trabalho familiar. O Rio Grande do Sul é um estado historicamente marcado por um processo colonizador que privilegiava a mão de obra camponesa e familiar. Desde as primeiras décadas do século XIX, foi destino de alemães, depois italianos e outros grupos migrantes que fundaram por se tornar, igualmente, dinamizadores da economia regional e também guardiões de fronteiras. A grande maioria destas populações migrantes era camponesa e tinha como estilo de vida a organização familiar do trabalho com a terra. Recebendo lotes, organizavam a produção levando em consideração a autoridade paterna e as regras de sucessão consuetudinárias. Em termos geracionais, apesar de vários tipos de arranjos, esta estrutura de produção tem se mantido até os dias de hoje, agregando novos desafios, redimensionando os papéis dos indivíduos no interior destes núcleos familiares e também acompanhando a mercantilização cada vez maior da terra no estado.

Além disto, estes trabalhadores da terra se tornaram, igualmente, consumidores nos mercados mais amplos, o que faz com que sua produção

¹ Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada na ALASRU 2010. As autoras agradecem as críticas recebidas nessa ocasião e que propiciaram a sua ampliação e reformulação.

² Doutora em Antropologia, pesquisadora e professora do Departamento de Ciências Sociais da UFSM.

³ Doutora em Antropologia, pesquisadora e professora do Departamento de Educação e Sociedade da UFRRJ.

⁴ Estudamos especificamente o Rio Grande do Sul, mas boa parte das análises aqui apresentadas valem também para as populações de origem europeia de Santa Catarina e do Paraná.

seja marcada, em parte, pela necessidade de mercantilização. Entre os imigrantes italianos, por exemplo, observa-se que, desde o início do processo colonizador, estavam envolvidos com o mercado, pois precisavam pagar seus lotes de terras e conseguiram fazê-lo via excedente produzido pela mão de obra familiar e comercializado local ou regionalmente. Assim, entendemos, também, não haver contradição entre condição camponesa e mercantilização da produção. Nos dias atuais, de certa forma, é por meio do excedente produzido e pela capitalização possibilitada (mesmo que pequena) que têm conseguido qualificar sua produção e melhorar sua qualidade de vida, tendo acesso a produtos de higiene, de lazer e outros.

Segundo Neves (s/d), podemos definir agricultura familiar como aquela que corresponde às formas de organização da produção em que a família é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta dupla condição imprime especificidades à maneira de gerir o estabelecimento, servindo de referência para racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interferindo na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constringendo os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor. Como a capacidade e as condições de trabalho são articuladas a partir das relações familiares, o estudo da agricultura familiar deve levar em consideração as dinâmicas culturais em que as famílias estão inseridas.

Observamos que o uso da designação agricultura familiar é recente e se constitui como uma categoria socioprofissional no bojo de um movimento sindical. Aqui, caberia enfatizar a crescente valorização dos grupos étnicos no estado, que têm usado tais atributos para redimensionar seus processos identitários, seja enquanto camponeses, descendentes de camponeses ou simplesmente pelas “origens” (seja italiana, alemã, polonesa, entre outras). Entendemos a identificação étnica baseada na ideia de Weber (1994), para quem os grupos étnicos se alicerçam na crença numa origem comum. Origem esta que, no estado, está tanto vinculado às ascendências europeias como ao mundo rural também. Neste processo, estes grupos étnicos fazem uso de sinais diacríticos específicos para se diferenciarem frente aos demais grupos locais e regionais, selecionando elementos de diferenciação que, por vezes, remontam aos elementos das culturas de origem. Culturas estas que estão, a todo tempo, sendo negociadas com os con-

textos interativos em que se situam estes grupos, o que nem sempre é um fato observável pelos mesmos. Pode-se dizer que os sinais positivos marcadores destes grupos de colonizadores, tais como a coragem, a abnegação, o empreendedorismo, a disciplina, entre outros, tornam-se elementos agregadores de valores positivos aos indivíduos que deles fazem parte enquanto descendentes. Tal processo levaria a uma valorização de determinadas categorias e trajetórias, como a de colono, por exemplo.

O termo colono⁵ aliás, não é incompatível com o de agricultor familiar. Observa-se que o uso do termo colono se dá nos contextos em que se busca valorizar a cultura e a tradição baseada nas origens⁶ de maneira especial, a origem europeia. No entanto, os programas governamentais, especialmente o PRONAF, não dão conta dessas especificidades regionais, apresentando regras rígidas e homogeneizantes para definir quem pode ou não obter acesso ao Programa.

Desejamos, portanto, analisar, partindo da bibliografia disponível e de estudos etnográficos realizados no Rio Grande do Sul, a maneira como as diferentes identidades de colonos e agricultores familiares são compatibilizadas com as diretrizes governamentais. Entendemos, de acordo com Seyferth (1983/1984), que colonos são camponeses que reivindicam uma origem diferenciada. No caso por nós estudado, a origem europeia. Tal verificação é importante, pois estas diferenciações costumam ser acionadas cotidianamente nos processos interativos entre estes indivíduos e muitas vezes não são levadas em conta ao se estabelecerem políticas públicas para estes grupos. Ou seja, são elementos que, para tais grupos, são importantes, possuem força e direcionam práticas e eleições sociais.

A formação do campesinato no sul do Brasil obedeceu a regras diferentes das do restante do Brasil, surgindo após o assentamento de imigrantes europeus em pequenos lotes de terra. Ele já nasceu sob o signo da agricultura familiar, especialmente por conta da proibição que esses imigrantes

⁵ Colonos são os proprietários de uma fração de terra denominada colônia. Colônia é o termo que designa, especialmente no Rio Grande do Sul, tanto na linguagem oficial como na linguagem comum uma área de terra virgem, destinada à colonização. Essa área era dividida em lotes destinados, por concessão, a chefes de família que, para ter direito à posse plena, deveriam desmatá-los, cultivá-los e pagá-los.

⁶ Estas origens são por nós entendidas como discursividade acerca do pertencimento, e não necessariamente fatos históricos datados e comprovados. São construções que se refazem por meio da construção e partilha de memórias (vide ZANINI, 2006).

tinham de possuir escravos. O desejado era que tais agricultores se transformassem em “farmers”, emulando o modelo norte-americano e também que suas técnicas de agricultura servissem de exemplo para o desenvolvimento da agricultura nacional. Compreendemos, igualmente, que, no caso dos imigrantes italianos, o fato de poderem migrar para o Brasil em famílias contribuiu para aumentar o número de migrantes e também de mão de obra organizada no padrão camponês europeu, com divisão sexual e geracional do trabalho. Além disto, os mesmos podiam se agregar conforme afinidades e regras de parentesco, o que possibilitou, com certeza, a manutenção de uma ordem camponesa centrada no trabalho familiar alicerçado na autoridade paterna. Grande parte dos camponeses que migraram para o Rio Grande do Sul, fossem alemães, italianos, poloneses ou russos, possuíam consolidadas bases religiosas, o que favoreceu, com certeza, a manutenção de certa ordem de mundo em que o sucesso da empreitada imigrante estava inserido.

O contexto histórico da formação deste campesinato remonta à grande imigração do século XIX. É preciso ressaltar que a colonização italiana e alemã para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul fez parte de um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, que utilizava a imigração para preencher os supostos vazios demográficos do sul do país. Nesse contexto, a escravidão era vista como uma forma arcaica de produção incompatível com a modernidade, enquanto a colonização era vista como um processo civilizatório; portanto, a colonização foi baseada na pequena propriedade e pensada como um processo de substituição não só do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas principalmente como uma substituição do negro escravo pelo branco europeu.

Sobre esse processo, Waibel (1949, p. 9-10) relata:

O governo brasileiro resolveu colonizar essas matas, a fim de fazer retroceder ou eliminar os índios. Mas que espécie de gente deveria se colocada nessas florestas densas e inacessíveis? (...) O Brasil precisava de novo tipo de colonos, pequenos proprietários livres que cultivassem as terras de mata com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado.

Nessa mesma perspectiva, Seyferth (2009, p. 55) sinaliza que:

Nesse sentido a categoria colono é utilizada positivamente, sugerindo um estilo de vida marcado pelo trabalho árduo realizado em família, em um espaço preciso, o lote colonial.

Ou seja, inicialmente a categoria colono é positivada e a implantação de colônias no Sul do Brasil foi vista não só como uma solução para o abastecimento das cidades de produtos hortifrutigranjeiros, mas também como um estímulo ao trabalho livre e um exemplo para o campesinato nacional. Num país em que o trabalho estava associado ao escravo, o imigrante branco irá ressignificá-lo, pautando sua ascensão social em torno dele e da poupança que o tornará cada vez mais em proprietário.

Roche nos lembra que, além de preencher os vazios demográficos e econômicos, as colônias tinham uma função econômica e outra exemplar:

(...) as colônias eram fundadas para balizar e preparar a abertura das estradas que subiriam o escarpamento da serra. Invadiam a frente florestal além da zona de povoamento luso-brasileira e formavam grande número de núcleos agrícolas cujos intervalos seriam ocupados, pouco a pouco, pela população de origem nacional, que a prosperidade exemplar das colônias oficiais atrairia (ROCHE, 1969, p. 112).

Esta colonização dá origem à formação de um novo tipo de campesinato no Brasil, que por sua vez engendra a construção de núcleos urbanos e de um pequeno mercado regional. Nas colônias, que era o nome oficial dos assentamentos para os quais o governo encaminhava os imigrantes, eles se convertem em colonos que irão, ao longo da história do Brasil e de seu processo de industrialização, passar por diferentes processos, que vão do estigma à positivação do trabalhador no campo.⁷ Em mais de um século de processo colonizador, estes trabalhadores da terra terão suas histórias pessoais e grupais atravessadas por episódios na história mundial, como a II Guerra, por exemplo, que transformará os colonos alemães e italianos em perigos nacionais a serem vigiados e reprimidos; pela história nacional, pois acompanharão a passagem de um Império para uma República, o fim da escravidão, entre outros eventos, e também pela história regional, em que acompanharão revoluções, revoltas e mudanças socioeconômicas mais amplas. Neste atravessamento de acontecimentos e diretrizes, eles continuarão, em grande parte, lutando por reproduzir sua condição camponesa, de pai para filho, o que nem sempre se concretizou, levando alguns a se tornarem deserdados e rumarem para outras atividades no mundo urbano.

⁷ Sobre colonização e especialmente colonização para o sul do Brasil conferir Azevedo (1982, 1994), Iotti (2001), Renk (2000), Santos (2004), Seyferth (1974, 1984, 1985, 1990, 2002, 2009), Weber (2002), Woortmann (1988), Zanini (2002).

A historiografia gaúcha e brasileira é rica em exemplos acerca dos acontecimentos que envolveram estas populações de trabalhadores e que marcaram trajetórias grupais e individuais. Saídos do mundo europeu no qual o capitalismo se alastrava, a laicização se colocava como ordem de mundo no qual a organização do trabalho familiar cada vez mais se precarizava, foi por meio da emigração que vislumbraram a possibilidade de se tornarem proprietários de terra e de reproduzirem sua condição camponesa. Migração e condição camponesa, de certa forma, no sul do Brasil, são processos que devem ser analisados com proximidade.

Agricultura familiar e campesinato

Campesinato e agricultura familiar são conceitos bastante controversos e polissêmicos, portanto se faz necessário delimitar claramente os sentidos com os quais serão utilizados nesse texto. Neves (s/d) aponta que agricultor familiar é uma categoria profissional e que o uso da designação foi fomentado pelo Estado Brasileiro, especialmente após a década de 80. Segundo a autora:

Emerge então no decorrer desses processos, a construção do *agricultor familiar* como sujeito de direitos, consagrados enfim pelo Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Decreto nº. 1946, de 28 de junho de 1996; Resolução 2310, de 29 de agosto de 1996). (NEVES, s/d, p. 14).

Concordamos que existem muitos problemas com o uso da categoria, mas, ainda utilizando Neves (s/d, p. 47), consideramos que:

Para efeitos de construção de uma definição geral (conceitualmente universalizável), capaz de abstratamente referenciar a extensa diversidade de situações históricas e socio-econômicas e de tipos econômicos, a *agricultura familiar* corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas. Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socio-econômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor.

Quanto ao conceito de campesinato, utilizaremos Wanderley (2003, p. 45), que aponta o campesinato como:

(...) uma forma particular de organização da produção. Fala-se, nesse caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família e que orientam uma lógica de funcionamento específica.

Portanto, ao falarmos do agricultor familiar, entenderemos também como Wanderley (2003, p. 48) que:

Esse agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês (...) na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e reprodução e a instância imediata de decisão.

Além disso, gostaríamos de destacar que, concretamente, a categoria genérica de “agricultura familiar” apresenta uma grande diversidade; entre os vários “tipos” possíveis, está o do colono que, como ressalta Seyferth (2009), pressupõe, no Sul do Brasil, uma distintividade étnica e cultural que remete a uma origem diferenciada, especialmente a europeia. São camponeses, mas com especificidades que orientam desde a produção, a circulação e o consumo de bens como a sucessão (das terras) e a lógica de gerenciamento do trabalho familiar.

Os colonos seriam, portanto, aqueles camponeses que reivindicam e são concebidos como portadores de uma origem distinta da nacional. No caso específico das etnografias realizadas pelas autoras, de colonos italianos que, de forma alguma, podem ser generalizados ou homogeneizados, mesmo em se tratando do sul do país. Portanto, ser “do campo” ou trabalhar “no campo” está vinculado a todo um estilo de vida ligado ao trabalho com a terra, a uma campesinidade, como ressalta Woortman (1995). Trabalho, produção e estilo de vida são faces intercruzadas que sedimentam a vida destes indivíduos e grupos e que permitem com que se percebam e sejam percebidos como distintos.

Família e trabalho familiar

Em todas as sociedades, a família é constituída com base nas relações de parentesco que são cultural e historicamente determinadas e inclui-se entre as instituições sociais básicas, sendo apontada como um elemento fundamental para sobrevivência física dos indivíduos, e também para a proteção e a socialização de seus componentes, para a transmissão do capital

cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo. Inclui ainda as relações de gênero e de solidariedade entre gerações. Como aponta Godelier, a família possui o duplo estatuto de infraestrutura e de superestrutura (GODELIER, 1970).

Desse modo, a família atua como uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, funcionando como uma organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo os recursos para a satisfação das necessidades básicas de cada um dos seus membros. Contudo, quando as normas e valores são transmitidos de uma geração para outra, acontecem trocas com direções opostas. Os mais jovens respondem ativamente ao processo de socialização, fazendo com que as mudanças possam acontecer, tanto nas próprias relações familiares como no contexto da sociedade. Nas trocas individuais e coletivas entre gerações familiares, a memória social e o projeto de vida são constitutivos das relações sociais tecidas no cotidiano. Por memória, entendemos, conforme Halbwachs (1990), a leitura acerca do passado que é realizada no presente, atualizada por este e com sentido de partilha neste. Trata-se, portanto, de um processo de negociação de valores, símbolos e narrativas grupais e não necessariamente de uma leitura fixa e imutável acerca do passado e das origens.

Especialmente nas regiões rurais, a família funciona como o núcleo privilegiado da sociabilidade. É o centro das decisões e de grande parte da circulação das informações. De modo geral, as pesquisas sobre a organização da produção e do trabalho (BOURDIEU, 1979; SCOTT, 1990; DUARTE, 1986) mostram que o discurso na família é o que racionaliza o conceito de trabalho mediante esquemas simbólicos de aprovação ao respeito à autoridade, bem como conceitos de solidariedade e de prestígio.

Neste processo histórico, contudo, é importante salientar o quanto as mulheres foram protagonistas e também elementos extremamente importantes de manutenção de gostos, paladares e costumes culinários étnicos. Elas, de certa forma, em suas cozinhas, no ensinamento de receitas de mães e avós para as filhas e netas, passaram muitos valores do universo “italiano” de origem. Ensinavam, além de culinária, posturas para a vida: quem deveria ser servido primeiro, para quem seria destinado o melhor pedaço de alimento, como servir as visitas, o que deveria ser destinado à caridade, onde sentar, com quem falar, sobre o que falar, entre tantos outros ensinamentos. Enfim, além de comida, ensinava-se como uma “boa mulher italiana” deveria se

comportar dentro e fora de casa, quais as hierarquias sociais existentes e como deveriam ser respeitadas (ou não) (SANTOS e ZANINI, 2008).

Segundo Tedesco (2001), ao examinar a bibliografia existente sobre famílias de imigrantes italianos no sul do Brasil, é comum encontrar o relato de rituais de iniciação da idade adulta pelo trabalho. Ele observou que os adolescentes, em nível geral, eram influenciados pela força das regras do sistema de trabalho, e que sua inserção no mundo do trabalho acontecia por meio da *participação na, com e para a família*. Nessa participação, aprendiam rapidamente a diferenciar funções, a estabelecer hierarquias, direitos e deveres e a compartilhar as normas e a razão prática e simbólica com a família. De acordo com o autor, *mantém-se uma educação para e pelo trabalho* (TEDESCO, 2001, p. 91).

Assim, o trabalho e o gosto pelo mesmo (ZANINI e SANTOS, 2009) é uma prática que vem sendo transmitida de geração em geração, sendo parte integrante de um tipo muito particular de infância, tornando impossível pensá-la de forma naturalizada e fora de um contexto histórico. Estamos falando de uma infância pertencente a um determinado grupo social, que vem reproduzindo, através de gerações, uma educação voltada para o trabalho.

Dentro do contexto do trabalho familiar, quando uma família funciona como unidade produtiva hierarquizada, o processo de trabalho é governado por um “pai-patrão”. Tal situação provoca tensões e conflitos que surgem do embate entre um projeto de vida moderno e individualista, muitas vezes transmitido pela escola e pelos meios de comunicação às gerações mais jovens, e modelos e valores tradicionais, que enquadram a mulher e os filhos na hierarquia familiar numa posição subordinada. Não é possível esquecer que um pai dispõe de seu filho enquanto *pessoa*, e não apenas enquanto força de trabalho, controlando de maneira integral o seu tempo dentro e fora do trabalho.

Enfim, gostaríamos de destacar que, como Meillasoux, acreditamos que:

A persistência de relações de produção específicas, no caso domésticas, para assegurar a reprodução nas formas de organização social mais evoluídas, levanta o problema da caracterização dessas formas, da sua qualificação enquanto modos de produção: a história não pode ser concebida como uma sucessão de modos de produção distintos, exclusivos. Não se trata apenas de constatar que em cada período da história persistem as seqüelas de “modos

de produção” anteriores ou aparecem as premissas dos futuros, uns e outros em contradição com o modo de produção dominante. Trata-se de reconhecer que até agora as relações domésticas e a família intervieram como relações necessárias ao funcionamento de todos os modos de produção históricos posteriores à economia doméstica (MEILLASSOUX, 1976, p. 9).

Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil

Podemos afirmar que, no Brasil, as políticas públicas que visam à agricultura familiar se intensificaram a partir da década de 90 do século XX, no bojo das transformações econômicas e políticas pelas quais passava o país. Essas políticas públicas são implementadas principalmente como uma resposta ao fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

Em 1996, ainda em resposta à luta dos trabalhadores rurais por uma política pública específica e diferenciada para a agricultura familiar, foi criado, através do Decreto 1946/96, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com a instituição desse programa aparece, pela primeira vez, no ordenamento jurídico brasileiro, um texto legal referente à ‘agricultura familiar’.

Posto isso, cabe destacar a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, não só para a construção da categoria agricultor familiar, tanto como categoria de análise quanto de luta, como a sua efetiva importância para o desenvolvimento desse tipo de agricultura, destacando, contudo, que o programa é um projeto político de construção institucionalizada da agricultura familiar. De acordo com o texto do PRONAF, agricultura familiar é um

Modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado.

No entanto, Neves (s/d, p. 19) salienta que

A profusão de termos referenciadores da diversidade é tamanha que, a rigor, o Pronaf deveria se voltar para a produção (e não agricultura) familiar. Ele incorpora agricultores, pescadores artesanais, artesãos, assentados (beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária), extrativistas, mais recentemente silvicultores e aquícultores. Todo o processo de agregação indica exatamente as aberturas politicamente conquistadas para outras inclusões, notadamente daqueles segmentos anteriormente reconhecidos como *franjas periféricas*, muitas vezes beneficiários de recursos redistribuídos por

objetivos sociais, isto é, para sua reprodução melhorada na mesma condição. Essas formas de inclusão reafirmam que os termos *agricultura familiar* e *agricultor familiar* apresentam-se então como categoria de mobilização política, fundamental na construção da identidade de atores aglutinados em torno da luta pelo reconhecimento da cidadania econômica e política. Afinal, são *agricultores familiares* aqueles que se integram como sujeitos de atenção de políticas especiais de crédito, de formação profissional, de assistência técnica; são os usuários e atores da constituição de novos arranjos institucionais, capazes de promover, de fato e da perspectiva dos objetivos que os irmanam politicamente, o enquadramento legal e institucional.

O trecho transcrito acima demonstra como demandas concorrentes e por vezes antagônicas acabam submetidas a uma mesma política de atendimento, e, como salienta a autora, muitas vezes essa multiplicidade de públicos-alvo acaba esvaziando o programa e não o torna especialmente útil para ninguém.

Em relação à delimitação do público-alvo, segundo Schneider et alii (2004), o programa atendia especificamente os *agricultores familiares*, caracterizados a partir dos seguintes critérios:

- 1) Possuir, pelo menos, 80% da renda familiar originária da atividade agropecuária;
- 2) deter ou explorar estabelecimentos com área de até quatro módulos fiscais (ou até seis módulos quando a atividade do estabelecimento for pecuária);
- 3) explorar a terra na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário;
- 4) utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar, podendo, no entanto, manter até dois empregados permanentes;
- 5) residir no imóvel ou em aglomerado rural ou urbano próximo;
- 6) possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00 (SCHNEIDER et al., 2004, p. 25).

Apesar de Woortmann (2009, p. 236) advertir que camponeses não são apenas agricultores e que a existência de atividades “não camponesas” no campesinato já havia sido ressaltada por vários teóricos da questão camponesa, o PRONAF preconiza que 80% da renda do estabelecimento deve vir da agropecuária.⁸

Observamos que, muitas vezes, as políticas públicas não dão conta das especificidades regionais e que as definições legais sobre agricultura

⁸ Chayanov (1966) e Galeski (1975) e, no Brasil, Seyferth (1985), entre outros, vão discutir a importância desse trabalho assalariado para a manutenção da condição camponesa.

familiar não são suficientes para abarcar todos os tipos de variações que ela pode conter. Determinadas culturas, por exemplo, exigem uma baixa utilização da mão de obra liberando os membros da família para o exercício de atividades remuneradas fora da propriedade rural. Tal prática é bem antiga e já era apontada por um dos clássicos da Sociologia Rural ao afirmar que

Ao não encontrar trabalho na unidade de exploração, a mão-de-obra da família se volta para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção” (CHAYANOV, 1966, p. 101).

Percebemos, então, que a pluriatividade é uma alternativa para a geração de ocupação e renda de parte da população rural no campo, principalmente dos homens mais jovens, e das mulheres, contribuindo assim para reduzir o atual grau de envelhecimento e masculinização da população rural. Observamos também que a pluriatividade persiste ao longo do tempo e que pode se constituir em uma estratégia de reprodução da família e da unidade de produção. Constatamos ainda que a geração de ocupações não agrícolas é fundamental para elevar e também para estabilizar a renda das famílias residentes no meio rural, contribuindo, assim, para o arrefecimento do êxodo em direção às regiões metropolitanas.

No Sul do Brasil, é cada vez mais perceptível a transformação de pequenas comunidades rurais em unidades de processamento de frutas, legumes, laticínios e agricultura orgânica. No entanto, uma outra alternativa de renda para os pequenos produtores que não é levada em consideração pelo PRONAF é o turismo rural, isto é, a implantação de trilhas, pousadas, pequenos hotéis que oferecem aos turistas urbanos comidas típicas, a experiência de vida na zona rural, da colheita de frutas, fabricação de vinhos, passeios ecológicos, etc. Muitas vezes, o turismo rural possibilita a manutenção de propriedades agrícolas que não seriam viáveis apenas pela sua produção agropecuária, ao mesmo tempo em que produz uma revalorização e ressignificação da tradição destacando, sobretudo, a distintividade étnico-cultural desses camponeses de origem europeia.

Quando se pensa em turismo rural, por exemplo, a distintividade étnica faz todo o sentido enquanto uma particularidade específica apresentada pelos camponeses que, embora partilhando de uma mesma condição social perante o Estado, são distintos entre si. Seja por meio das arquiteturas

ras étnicas específicas, das culinárias, dos cantos, danças, dos dialetos, das paisagens, das religiosidades e outras distintividades, estes grupos, ao poderem se reproduzir não somente enquanto camponeses, mas também enquanto portadores de uma especificidade cultural, com certeza, estariam melhor vivenciando sua agência social e cidadania.

Considerações finais

Podemos concluir que, como salienta Renk (2000), identidades são múltiplas e relacionais, e, por isso a face pública, isto é, a identidade escolhida para apresentação aos outros, costuma ser a terminologia mais rentável politicamente. Tal afirmação demonstra por que os descendentes de imigrantes italianos que trabalham em pequenas propriedades familiares se apresentam ora como colonos, ora como agricultores familiares, ora simplesmente como trabalhadores do campo. Em face das políticas públicas que, por vezes, classificam-nos de formas diversas e não “nativas”, o que pode ser ressaltado é que estes sujeitos se tornam agentes ao negociarem tais situações, observando o que podem com elas lucrar ou garantir em termos de direitos. Estes camponeses, com certeza, ao terem a atenção do Estado, de certa forma, já se sentem privilegiados, uma vez que, ao longo da história brasileira, têm sido tratados de forma extremamente desigual sendo desconsiderados durante a maior parte do tempo.

Observamos também que, muitas vezes, há uma dicotomia clara entre trabalho e profissão, e também um enquadramento oficial do trabalho real que, no entanto, não consegue abarcá-lo, nem dar conta de suas múltiplas facetas. Esse descolamento entre o oficial e o real acontece principalmente no âmbito do trabalho rural, que é frequentemente pensado como atrasado e fadado ao desaparecimento.⁹ Este tom de reminiscência faz com que o trabalhador rural não consiga, por vezes, valorizar seu papel no processo produtivo mais amplo, colocando-se como aquele produtor de riqueza inferior que teria que trabalhar mais que outros trabalhadores para poder consumir bens básicos. Exemplo disto é o cálculo que, por vezes, é elaborado para se poder trocar (em valor) matéria-prima por bens industriali-

⁹ Vide Kearning (1996) e Mendras (1984).

zados (como roupa, material escolar, produtos de higiene, lazer e outros). Fica-se sempre com a sensação de que se teve que trabalhar mais para poder consumir tais itens, ou seja, de que há uma depreciação do fruto de seu trabalho em relação aos demais.

Enfim, o que observamos nessas regiões do Rio Grande do Sul é que o trabalho familiar agrícola continua ocorrendo de uma maneira bastante semelhante ao longo dos anos, tendo ocorrido, no entanto, uma mudança de denominação que reflete a transformação de um pequeno proprietário (o colono) em profissional (agricultor familiar). Além disto, a condição de agricultor não é incompatível também com a de operário ou de outro trabalho assalariado. Por vezes, incluídos na situação há pouco colocada, os trabalhadores da terra sentem necessidade de que algum de seus membros se proletarize para poder trazer capital circulante para a reprodução da família camponesa como um todo.

Em suma, o que pretendemos salientar por meio deste artigo é que as complexidades envolvidas no uso de determinadas terminologias estão longe de alcançar a riqueza humana e social destes trabalhadores que têm historicamente lutado por sua sobrevivência social e cultural. Além disto, as definições terminológicas e designativas (como agricultor familiar, camponês, colono, entre outras) se tornam mais acaloradas entre acadêmicos, o Estado e outras agências, e não necessariamente entre estes grupos que têm apreendido negociar sua sobrevivência, de fato e não simplesmente de direito.

Referências

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro/Brasília: Catedra/INL, 1982.

AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p. 25-67.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CHAYANOV, Alexander V. *The Theory of Peasant Economy*. Homewood-Illinois: The American Economic Association, 1966.

- DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- GALESKI, B. *Basic Concepts of Rural Sociology*. Manchester: Manchester University Press, 1975.
- GODELIER, M. (Ed.) *Sur les sociétés précapitalistes*. Paris: Ed. Sociales, 1970.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- IANNI, O. “A utopia camponesa”. In: *Ciências sociais hoje*. São Paulo: ANPOCS/ Cortez Editora, 1986, p. 172-185.
- IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização: Legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre/Caxias do Sul: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ EDUCS, 2001.
- KAUSTKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KEARNEY, Michael. *Reconceptualizing the peasantry*. Anthropology in Global Perspective. Westview Press, 1996.
- MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MENDRAS, H. *Le Fin des Paysans*. Actes Sud: H. Nyssen Ed., 1984.
- NEVES, Delma Pessanha. *Agricultura familiar: quantos ancoradouros!* Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2008.
- RENK, Arlene. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Editora Grifos, 2000.
- SANTOS, M. O.; ZANINI, M. C. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). *Revista Caderno Espaço Feminino*, v. 19, p. 255-284, 2008.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. *Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul – RS*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 2004.
- SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Especificidades da identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. *Antropolítica* (UFF), v. 27, p. 21-42, 2009.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortaleci-

mento da Agricultura Familiar. In: *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-50.

SCOTT, R. Parry. “O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico”. *Cadernos de Pesquisas*. São Paulo, n. 73, p. 3-87, maio 1990.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. “Camponeses ou Operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança.” In: *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, USP, nova série, volume XXIX, 1983/1984.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, n. 52, p. 1-27, 1985.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora da UNB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. “Colonização e Política Imigratória no Brasil Imperial”. In: Sales, Teresa e Salles, Maria do Rosário. *Políticas Migratórias*. São Carlos: Ufscar/Sumaré, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes colonos: ocupação territorial e formação camponesa no sul do Brasil. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de Constituição e reprodução do Campesinato no Brasil*, vol. II. São Paulo; Brasília: UNESP/NEAP, 2009.

TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, abr.-jun. 1949.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 21, out. 2003. p. 42-61.

WANDERLEY, M. de N. B., 1989 – Em busca da modernidade social; uma homenagem a Alexander Chayanov. In: UNICAMP, *Os camponeses têm futuro? Uma homenagem a Alexander Chayanov*, 33 p. Campinas.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Vol. 1, 3. ed. Brasília: Edunb, 1994.

WEBER, Regina. *Os Operários e a Colméia*. Ijuí: Unijuí, 2002.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sítiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). *Camponeses Brasileiros*, vol I, SP: UNESP, Brasília: NEAP, 2009.

ZANINI, Maria Catarina. *Italianidade no Brasil meridional*. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria/RS. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Pertencimento Étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (BRASIL). *Redes* (Santa Cruz do Sul), v. 13, p. 140-163, 2008.

ZANINI, Maria Catarina C. Agricultores, camponeses e também colonos: descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de Constituição e reprodução do Campesinato no Brasil*, vol. II. São Paulo/Brasília: UNESP: NEAP, 2009.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. O trabalho como “categoria étnica”: imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. *REMHU* (Brasília), v. 17, p. 175-196, 2009.

Experiências de ecologização na agricultura familiar: atores sociais, produção artesanal e feiras na região Central do RS¹

Everton Lazzaretti Picolotto²

Cristina Bremm³

Bruno Traesel Schreiner⁴

Introdução

A ecologização da produção na agricultura familiar tem se tornado um tema importante nas últimas décadas. As organizações de representação de agricultores e órgãos de assessoria técnica têm incluído em seus projetos de “por vir” e em suas ações junto aos agricultores familiares a perspectiva de apoio a formas e técnicas de produção mitigadoras de impactos ambientais, resgate de práticas de produção artesanais e de conhecimentos tradicionais, diversificação produtiva, práticas de agricultura de base ecológica, estratégias de diferenciação de seus produtos com apelo ecológico e cultural, entre outras.

Ao se tratar do tema da ecologização da agricultura familiar ou dos produtos diferenciados, como os *produtos coloniais* (caseiros, artesanais, da *colônia*), algumas das questões que logo emergem dizem respeito às dificuldades de comercialização destes e a “elitização” de seu consumo, seja pela rápida suposição de que somente uma “elite” poderia pagar pelos mesmos,

¹ Os investimentos de pesquisa que embasam o texto contaram com apoio do Fundo de Incentivo à Pesquisa – FIPE da UFSM e da FAPERGS, aos quais somos muito gratos.

² Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM.

³ Estudante do Curso de Ciências Sociais da UFSM. Bolsista do FIPE/UFSM.

⁴ Estudante do Curso de Geografia da UFSM. Iniciação Científica PIVIC.

seja pelas dificuldades proeminentes dos produtores acessarem ou criarem canais de comercialização para produtos diferenciados, visto que eles necessitam de cuidados especiais, certificação da garantia de sua qualidade e canais próprios para chegar ao consumidor.

Algumas experiências de ecologização da agricultura familiar e de assentamentos de reforma agrária têm mostrado que é possível produzir e comercializar produtos com contornos ecológicos ou artesanais e (re)conectar laços com grupos de consumidores locais, das comunidades a que os agricultores pertencem e com os quais partilham identidades e valores. As experiências das feiras de produtos *coloniais* e *agroecológicas* da região Central do Rio Grande do Sul são os casos escolhidos para reflexão.

O presente texto busca refletir sobre o processo de transição para a agricultura agroecológica entre os agricultores familiares e assentados da região Central do RS e sobre as experiências das feiras *coloniais* e *agroecológicas* como espaços sociais onde ocorrem transações sociais de produtos e signos culturais entre produtores e consumidores. As reflexões aqui sistematizadas são resultados de análise documental, entrevistas com dirigentes de organizações de representação rurais e com agricultores familiares ecologistas. Com estes últimos também se fizeram visitas às suas propriedades.

Agricultura familiar no Sul do Brasil: entre a modernidade e a tradição

Compreende-se por modernidade o “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11). A modernidade se expressa por seu caráter dramático e abrangente de descontinuidade em relação ao tradicional, mesmo que se operem continuidades e não uma ruptura total entre ambos. As transformações pelas quais é marcada estabeleceram novas formas de interconexão social, desestruturando formas tradicionais e podem ser observadas no ritmo de mudança extremo, especialmente em relação ao advento de novas tecnologias; no escopo da mudança, visto que as transformações sociais influenciam boa parte do globo terrestre; e na natureza intrínseca das instituições modernas, dado que algumas formações sociais inexistiam anteriormente, a exemplo do sistema político do estado-nação.

O que caracteriza o dinamismo da modernidade são os mecanismos de desencaixe entre tempo e espaço e a apropriação reflexiva do conhecimento. A separação entre tempo e espaço gera o desencaixe dos sistemas sociais, o “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 24). Seja pela criação de fichas simbólicas, como o dinheiro, permitindo a agentes distintos e distantes realizar transações e expandir os mercados capitalistas, seja pelo estabelecimento de sistemas peritos, “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (Idem, p. 30), que removem as relações sociais da esfera local.

São os mecanismos de desencaixe (o dinheiro e os sistemas peritos) que permitem a apropriação reflexiva do conhecimento, a análise racional sobre o passado, presente e futuro na tentativa de minimizar riscos, e que expandem as relações sociais para além de localidades e situações específicas. É nesse contexto de modernização reflexiva apontado por Giddens que as tradições são racionalizadas pelos indivíduos e grupos sociais e reinventadas causando a aparência de continuidade, mas continuidade artificial, por se tratar de realocações destas em novos contextos impostos por questões atuais. Dessa forma, a tradição, o parentesco e a localidade não definem mais a identidade social do indivíduo na modernidade como ocorria nas sociedades tradicionais (LUVIZOTTO, 2013).

As sociedades tradicionais eram caracterizadas pela permanência da conexão entre tempo, espaço e lugar para a organização da vida social, a reflexividade estando limitada à reinterpretação e ao esclarecimento da tradição, que possuía um papel central, inseria as atividades e experiências na continuidade do passado e estruturava o presente e o futuro sobre práticas recorrentes. A existência de poucos meios de demarcação temporal e espacial para a percepção de mudanças expressivas explica a resistência às mudanças (GIDDENS, 1991). Em contraste, as sociedades modernas são caracterizadas pela ruptura com os preceitos preestabelecidos e por endossar as potencialidades particulares assegurando identidades móveis, mutáveis e a apropriação de novas possibilidades de ação aos indivíduos.

No Brasil, o processo de modernização da agricultura – que seguiu este ideário modernizante – é compreendido por um conjunto de ações conduzidas fortemente pela ação do Estado que privilegiaram mudanças

na base técnica da produção no campo, em ampla escala, voltadas especialmente para as lavouras de exportação. Em especial a partir do final dos anos 1960, o setor agrícola do país passou a absorver e assimilar grandes quantidades de crédito para a compra de insumos industriais e máquinas agrícolas, para desenvolver o processo produtivo e tecnificar a produção com o propósito de integrá-la aos circuitos modernos de comercialização (PALMEIRA, 1989). Todavia, além de mecanizar e tecnificar a lavoura, o processo modificou as relações sociais e de produção e a agricultura foi incluída nas redes internacionais de fluxos de capitais e de comercialização de *commodities*. Os agricultores e a produção foram integrados ao mercado e à racionalidade do lucro e a sua propriedade que era local de vivência e subsistência familiar tornou-se especializada na produção de poucas culturas e criações (especialmente soja, trigo, milho, suínos, leite, frangos e uva), como atesta Brum (1988, p. 122-3) sobre o Planalto Gaúcho:

Rompeu-se o ritmo lento do mundo rural marcado pela tradição. Aumentou a velocidade do sistema de produção, bem como dos contatos e das informações. A visão de mundo ampliou-se, abarcando não apenas o distrito ou o município, mas o Estado, o País e o plano internacional. [...] O ritmo da vida é marcado pela marcha do trator e da automotriz e pela alternância das safras (trigo e soja), com as respectivas épocas de plantio e colheita...

Essas mudanças, além de alterarem profundamente a sociabilidade das comunidades tradicionais, também colocaram os agricultores em contato com outros agentes, submetem-nos a novas relações de poder e promovem alterações no *habitus* (BOURDIEU, 2011). Estes assumiram o crédito bancário, os serviços de assistência técnica, as relações com comerciantes de máquinas, equipamentos e insumos industriais e as transações com os mercados internacionais. Foram inseridos gradativamente nas relações impessoais do mundo urbano-industrial, alterando seu *habitus* (conjunto de disposições sociais duráveis e transferíveis que orienta o modo de ver, analisar, desejar e pensar as situações práticas da vida e do mundo da produção). Com estas influências da modernização, foram incorporadas novas disposições sociais para a sociabilidade e para produzir e comercializar os produtos da agricultura. Os *colonos*⁵ foram induzidos a se tornarem cada vez mais “agricultores profissio-

⁵ Por *colonos* entende-se os descendentes de imigrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, entre outros) que se estabeleceram em pequenas propriedades em regiões de matas não apropriadas pelos grandes domínios rurais, formando *colônias* de exploração agropecuária diversificada e voltada à subsistência familiar (ROCHE, 1969).

nais”, integrados aos mercados e com menor autonomia. Como afirma Wanderley (2009, p. 188): agricultor “não é mais seu próprio mestre”, passa a depender de serviços de assistência técnica, crédito, insumos externos...

A modernização mostrou a sua face mais perversa para os agricultores familiares do Sul do país a partir do final da década de 1970, quando começaram a ser sentidos diversos impactos ambientais, tais como: poluição, erosão e envenenamento; a dependência em relação a insumos externos; a perda das variedades localmente adaptadas; o desgaste do conhecimento sobre o manejo da biodiversidade local; a crescente desvalorização das atividades e dos produtos destinados à subsistência das famílias agricultoras (SCHMITT, 2001; BRANDENBURG et al., 2013). Na esfera socioeconômica ocorreram outros “efeitos perversos” da modernização, tais como: aumento da concentração da propriedade; elevação das disparidades de renda; crescimento acentuado do êxodo rural; aumento da taxa de exploração da força de trabalho agrícola; crescimento da taxa de autoexploração nas propriedades menores; piora da qualidade de vida dos trabalhadores do campo (MARTINE e GARCIA, 1987; PALMEIRA, 1989).

Foi neste contexto que surgiram as primeiras experiências de agricultores familiares, assentados e suas organizações em busca de práticas agrícolas ecológicas, práticas que fazem apreciações críticas da modernização e que visaram resgatar formas de produzir tradicionais. O empenho pelo resgate de técnicas próprias de produzir anteriores à modernização evidencia a preocupação destes atores com as consequências socioeconômicas e ambientais ao mesmo tempo em que alimenta projetos de autonomia camponesa, de resistência à subordinação frente à indústria (ao sistema bancário e outros agentes) e nutre perspectivas de trilhar novos caminhos.

Da convergência da preocupação dos agricultores e suas organizações de representação com o interesse de ONGs e setores progressistas da Igreja Católica e Luterana com a reinserção social e produtiva dos *colonos* é que se constroem as primeiras experiências de agricultura ecológica ou alternativa na região Sul do Brasil (REDE TA/Sul, 1997; BRANDENBURG, 2002; PICOLOTTO, 2012). Surgem como um contramovimento à modernização intensiva da agricultura, ou como um contraparadigma produtivo, pois esta foi percebida, neste momento, “como ineficaz do ponto de vista econômico, ultrapassada do ponto de vista técnico e tradicional do ponto de vista da organização social” (BRANDENBURG et al., 2013, p. 221).

Nesta perspectiva, as famílias agricultoras e os seus atores políticos, mesmo estando na contracorrente, buscam retomar práticas agrícolas tradicionais, de seu passado, características de uma maior autonomia produtiva, de menor dependência de crédito e de insumos externos. Ao resgatar práticas do passado, ressignificadas com questões do tempo presente (preocupações ambientais), os agricultores buscaram alcançar um novo espaço de reconhecimento (HONNETH, 2009) na sociedade atual para a *agricultura familiar* e pensar, a partir de sua “experiência” enquanto grupo social (THOMPSON, 1987), um novo modelo de agricultura com menores impactos no ambiente e formas de (re)conexão com as comunidades locais. Para isso, repensar algumas técnicas de produção foi importante, mas foi por meio das organizações coletivas que foi possível criar canais alternativos de comercialização, sob controle próprio.

Estas experiências das décadas anteriores deram as bases para que, a partir dos anos de 1990, fossem abertos novos mercados para produtos elaborados de forma ecológica e tradicional. As formas de produção caseiras passam a ser valorizadas e, frequentemente, compreendidas e associadas como mais saudáveis e naturais que os produtos industriais por um público consumidor que teve ou tem algum contato com o meio rural (LONGHI e SANTOS; 2003; DORIGON e RENK, 2011). Sobre estes aspectos é possível fazer uma relação da agricultura ecológica e a produção caseira de alimentos, praticadas pelos *colonos*, com a noção de “habilidade artesanal” (SENNETT, 2013), como prática criadora de artefatos, mas também de cidadãos. Para Sennett, a habilidade artesanal do bom artesão associa a sua perícia à comunidade. Ou seja, o bom artesão, o perito, assim como o bom agricultor ecologista e o que elabora os produtos *coloniais* não desenvolvem as capacidades essenciais básicas da perícia artesanal quando trabalham sozinhos ou se isolam dos círculos sociais de artífices e agricultores.

As competências de saber localizar um problema, questionar-se sobre ele e abrir um problema ou “abrir-se para” a possibilidade de fazer as coisas de modo distinto são mais desenvolvidas quando há o estímulo ao trabalho em grupo e o contato frequente com quem está envolvido no mesmo projeto e na busca de soluções para os mesmos problemas. Apesar de todos os seres humanos serem dotados dessas “capacidades”, elas não são desenvolvidas amplamente da mesma forma, assim como os conhecimentos adquiridos só podem ser renovados por meio de seu uso, no processo de

socialização, “sendo cada capacidade ativada ou reprimida pela cultura” (SENNETT, 2013, p. 308).

A crescente influência dos valores difundidos pelo movimento ambientalista sobre os cuidados ambientais e com a saúde (Brandenburg *et al.* 2013) aliado com contato prévio de alguns consumidores com o meio rural têm feito aumentar a preferência pela compra de produtos *agroecológicos* e *coloniais*, evidenciando o desejo de valorizar algumas tradições (de forma racionalizada e adequada com os valores atuais). Assim como o artesão, do latim “*demioergoi*” (*demios* = público; *ergos* = produtivo) (SENNETT, 2013, p. 32), os agricultores familiares e assentados se aperfeiçoam e aprimoram suas práticas, a produção e a comercialização dos artefatos em conjunto, envolvendo a família, a comunidade, o auxílio dos assistentes técnicos e as demandas dos consumidores. A presença comunitária nos resultados do trabalho se contrapõe à individualização e fragmentação que caracteriza o processo produtivo moderno.

Os atores sociais e as feiras nas experiências de ecologização no Centro do RS

As organizações de agricultores familiares e de assentados de reforma agrária com atuação no estado do Rio Grande do Sul têm dialogado ou mesmo se aproximado de algumas pautas do movimento ambientalista. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-Sul), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS (FETAG), vinculada à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) são atores de representação dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária que mais claramente, desde a década de 1990, têm procurado incluir em seus programas políticos estas preocupações (COSTA NETO e CANAVESI, 2002; CARVALHO e BRUSSI, 2004; PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2012). Orientam, cada um à sua forma, ações práticas às organizações locais (sindicatos, associações, cooperativas) e agricultores de sua base social para a conversão de suas práticas produtivas para padrões de agricultura ecológica.

Por se tratarem de organizações de representação de agricultores familiares, a sua vinculação com a pauta ambiental não é algo natural, mas

foi construída pouco a pouco nas vivências dos “efeitos perversos” da modernização agrícola. A abertura de alguns canais de diálogo com o movimento ambientalista ocorreu em um contexto bem específico das décadas de 1980 e 1990. Foi no contexto de desgaste do modelo de produção agrícola considerado moderno, de construção de oposição às grandes obras realizadas em nome do desenvolvimento nacional (barragens, estradas, etc.), de crise do regime militar, do processo de abertura política e redemocratização do país, de realização da II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil (Eco-92), em 1992 no Rio de Janeiro, e da participação de alguns movimentos brasileiros na Via Campesina (organização internacional de camponeses) que se propiciou a “oportunidade política” (TARROW, 2009) para que os movimentos sociais do campo também discutissem a situação da agricultura e a sua relação com o tema ambiental. Alguns laços foram estabelecidos com o movimento ambientalista, em especial com a expectativa de incorporar nos programas políticos destas organizações de agricultores a perspectiva de ecologização da agricultura (BRANDENBURG, 2002; ALONSO, COSTA e MACIEL, 2007; PICCOLOTTO e PICCIN, 2008; VALADÃO e BRANDENBURG, 2009).

Se, do ponto de vista acadêmico, a agroecologia é entendida como enfoque científico destinado a dar subsídios para a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (SEVILLA GUZMÁN, 2000; CAPORAL et al., 2011), para as organizações de agricultores os sentidos atribuídos a esta categoria normalmente são mais amplos e aplicados às suas próprias experiências e práticas de agricultura que rompem em alguma medida com os modelos convencionais. Segundo aponta Almeida (2003, p. 505), “a agroecologia substituiu, pouco a pouco, a noção-chave (e, reconhecidamente, um pouco fragmentada) de ‘tecnologia alternativa’” muito em voga nos anos de 1980. A noção de agroecologia veio a substituir outras que eram usadas com sentidos semelhantes pelos movimentos, mas veio também dar novos contornos para as experiências e os programas políticos destes atores. Passou a ser pensada não somente como uma intervenção técnica localizada, mas a ter presente dimensões sociais e culturais e estimular a formulação dos seus programas políticos de desenvolvimento rural (ALMEIDA, 2003).

Orientadas por esta perspectiva, nas duas últimas décadas estas organizações nacionais de representação da agricultura familiar construíram projetos de desenvolvimento rural em que assumem contornos ecológicos. Tais como: a CONTAG e a FETRAF construíram o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, como diretriz para transformar a agricultura familiar em modelo de exploração agropecuária sustentável no país, e nele a agroecologia assume um lugar central (a primeira versão deste projeto é de 1993). O MST e o MPA assumem a construção da agroecologia como modelo de produção na agricultura e a tarefa de construir maior autonomia para os agricultores e assentados. O MPA tem formulado o que chama de *Projeto Camponês*, como conjunto de diretrizes e ações para ecologizar a agricultura.

As orientações das organizações nacionais são apropriadas pelas suas representantes locais de formas singulares na região Central do RS. Se, de um lado, constatou-se que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais-STRs (vinculados à FETAG-RS) têm pouca relação com as experiências de ecologização na região, por outro, especialmente algumas cooperativas que mantêm relações com o sindicalismo e com os movimentos sociais têm atuado mais diretamente com esta perspectiva. Dentre estas estão: A) *COO-ESPERANÇA* – A Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos da região Central foi criada em 1989 por integrantes de projetos sociais da Arquidiocese de Santa Maria, chamado de Projeto Esperança. Entre suas principais ações está a construção de um “terminal de comercialização direta” em 1992 em local cedido pela Igreja (COLOMÉ, 2013; OLIVEIRA e ZANINI, 2014). Desde então mantém neste espaço o *Feirão Colonial* em Santa Maria. Não assume vínculo formal com organizações sindicais, mas mantém laços de colaboração tanto com o sindicalismo da FETAG e da FETRAF, quanto com outros movimentos do campo, como o MST e MPA. B) *COOPERCEDRO* – A Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares é uma organização de agricultores de Santa Maria e região, formada em 2006. Contou com apoio da prefeitura municipal em seus primeiros anos com vistas a implementar no município o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE). Esta cooperativa tem atuado centralmente na organização da produção (especialmente de hortigranjeiros), na assistência técnica e na viabilização de canais de comerciali-

zação para os agricultores familiares da região para estes mercados institucionais (CARVALHO, 2012). Contribuiu (junto com a COOESPERANÇA, um grupo de assentados do MST e a ASSINTRAF⁶) para formar uma *feira agroecológica* na Praça Saturnino de Brito em Santa Maria. Não tem relações oficiais com as organizações sindicais, mas mantém laços com uma rede de cooperativas da agricultura familiar que se relaciona com o sindicalismo da FETRAF e da FETAG. C) *COOPERTERRA* – A Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra foi formada em 2001 por um grupo de agricultores assentados de reforma agrária dos municípios de Tupanciretã, Pinhal Grande, Jóia e Júlio de Castilhos. Mantém vínculos com o MST e tem como objetivo a prestação de assistência técnica, com certa ênfase para a agroecologia, e viabilizar a comercialização da produção leiteira. Apoiou a iniciativa da formação de uma *Feira de Produtos Coloniais da Reforma Agrária* existente desde 2002 em Tupanciretã (BARCELLOS, 2010).

Nenhuma destas organizações locais citadas atua exclusivamente com produtos *agroecológicos* ou *orgânicos*. Mas todas têm apropriações particulares sobre a agroecologia e desenvolvem ações para a ecologização da agricultura e para a criação de canais locais de comercialização de produtos *agroecológicos* ou *coloniais*.

O desejo das organizações de agricultores de diversificação da produção está intrinsecamente ligado ao anseio pela produção ecológica. Esta meta vem também da busca por construir maior espaço de autonomia nas unidades de produção familiares, objetivando que este processo seja sustentado na possibilidade das famílias produzirem alimentos saudáveis, preservando o ambiente. Como relata uma liderança do MST:

A gente está vendo que a alimentação no país, está sendo uma das principais pautas hoje, que é a produção de alimentos. Hoje está em falta o alimento no mundo todo, está custando caro às vezes pra família os alimentos e nós temos terras ociosas aí pra produzir e que estão plantando outros alimentos que vai pra produção de ração pros bichos e não pra alimentação humana [...] o Movimento assumiu como uma bandeira isso. Pra produção ecológi-

⁶ A Associação Institucional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (ASSINTRAF) é um instrumento de atuação local da FETRAF onde esta não possui sindicato. Em alguns casos, as ASSINTRAFs, quando se fortalecem, são transformadas em Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAs). A ASSINTRAF de Santa Maria passou por um período de fortalecimento no início dos anos 2000, entretanto, nos últimos anos suas atividades têm declinado.

ca, o orgânico demora mais, mas a ideia é a transição pro orgânico. Isso pra melhorar a saúde das famílias e a renda das famílias mesmo... E principalmente pra família ter um produto mais saudável e vender o excedente (MOACIR⁷, MST).

De toda forma, as feiras locais, além de serem um dos principais espaços de comercialização dos produtos *agroecológicos* e *coloniais* (como atesta a literatura: DORIGON e RENK, 2011; BRANDENBURG et al., 2013; NIEDERLE, 2014), também foram vistas pelos agricultores de Santa Maria e municípios próximos como uma oportunidade para nova inserção produtiva, de geração de fontes de renda e de perceber e dar “valor” para os recursos e artefatos da propriedade, como é relatado por um agricultor:

Na metade dos anos 90, quando nós começamos a fazer feira tudo que tinha na propriedade começou a ter valor. Antes ela tinha um valor de uso próprio, assim, então se tu tinha uma galinha ali era pro consumo da casa e se não, não tinha [valor]. Depois que nós começamos a fazer feira tudo teve um valor agregado ao econômico também, porque se a galinha tá aí vai pra cozinha, mas leva na feira também. Tenho ovos, tenho coisas, tu já cria um pouco mais, leva pra feira, né, tu tem. Planta umas mandioca, umas batata e leva pra feira também (Nestor, agricultor ecologista, COOESPERANCA).

A valorização dos produtos e dos agricultores não veio ao acaso na região Central do RS; foi uma construção intencional dos atores envolvidos. Uma concepção planejada e posta em prática no Projeto Esperança/COOESPERANÇA e outros atores. Após fracassos iniciais, onde os agricultores apenas produziam e entregavam os produtos para a cooperativa vender, deu-se a reflexão sobre os motivos do mau êxito e foi decidido experimentar uma nova configuração da relação produtor-consumidor: a venda direta. Mesmo com dificuldades, habilidades sociais foram sendo desenvolvidas e novos laços foram estabelecidos com os consumidores urbanos:

No começo não foi muito fácil porque o produtor dizia assim “olha, eu sei produzir, mas não sei vender, não é meu perfil vender”. [...] nós argumentamos que seria importante fazer essa venda direta, o produtor em primeiro lugar ele dialogava com o consumidor. Segundo lugar ele teria produtos de qualidade. E preço também. Terceiro lugar ele ia pesquisando o que o consumidor mais queria. Que tipo de produto e qualidade e tudo. Então esse contato direto, além de formar uma integração urbana e rural, era o cami-

⁷ Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios para preservar as suas identidades.

nho planejado (Irmã Lourdes, coordenadora da COOESPERANÇA, In: COLOMÉ, 2013, p. 73).

Atualmente, o *Feirão Colonial* possui certa consolidação, conta com quatro pavilhões distribuídos pelos tipos de produtos oferecidos: agroindústria, artesanato, hortifrutigranjeiros e área da alimentação. A feira acontece aos sábados pela manhã.

Com base nas experiências iniciais do *Feirão Colonial* e de outras feiras similares de municípios da região Sul (como Porto Alegre, Curitiba, Passo Fundo, Chapecó, etc.), outras feiras foram organizadas na cidade e em outros municípios da região, como a *Feira Agroecológica* da Praça Saturnino de Brito, a *Feira dos Produtos Coloniais da Reforma Agrária* de Tupanciretã, entre outras. A *Feira Agroecológica* da Saturnino de Brito foi constituída com apoio da Prefeitura Municipal e contou com a participação de agricultores de organizações diversas, dentre elas: da COOESPERANÇA, da COOPERCEDRO, da ASSINTRAF e de assentados de reforma agrária vinculados ao MST. Com a mudança de prefeito a partir de 2009 e alguns reveses das organizações de agricultores participantes, atualmente esta feira está reduzida a dois grupos de famílias agricultoras que mantêm atividades regulares na Praça nas terças-feiras pela manhã.

Ainda que esta feira da Praça Saturnino de Brito tenha perdido força nos últimos anos, um dos agricultores ecologistas remanescentes observa que a opção por fazer feira, por escolher este espaço como local privilegiado de transacionar seus produtos, tem se constituído em um estímulo para diversificar cada vez mais a sua produção:

Esse ano até quiabo plantei, tem quiabo, tem a batata, tem feijão de vagem, tem rúcula, tem couve, tem espinafre, tem alface de 2, 3, 4 tipos, cebolinha, salsa, beterraba, couve, repolho, brócolis, um pouquinho de tudo, tem abóbora, feijão. Porque a feira pra nós não adianta nós ter uma carga de só um tipo de coisa. [...], porque quando é bastante variedade nós vendemos fácil, agora se nós enchesse tudo de alface teria que ter contrato com algum mercado (Iram, agricultor ecologista, COOPERTERRA).

A feira se tornou um incentivo adicional para investir mais e melhor na produção ecológica e na diversificação produtiva. De outra parte, os próprios entrevistados enfatizam que esta necessidade de oferecer certa variedade de alimentos na feira para manter os consumidores teria criado dificuldades para alguns agricultores garantirem a regularidade neste espaço, sendo um indício sobre o seu abandono da feira.

A feira como espaço de realização de produtos e produtores

A valorização social dos produtos e das práticas agrícolas que seguem padrões de produção que respeitam o meio ambiente acaba colocando em evidência possibilidades de relações sociais de novos tipos entre agricultores e consumidores. Um dos artifícios de que os consumidores podem fazer uso para ter maior segurança sobre as formas de produção e as origens dos alimentos são os selos de certificação que são expedidos para produtos orgânicos e agroecológicos e que são mantidos por empresas de certificação especializadas. O consumidor não tem acesso direto às características que definem o produto orgânico, ou seja, a ausência de determinados componentes químicos sintéticos (NIEDERLE, 2014). Portanto, o consumidor precisa confiar em intermediários técnicos que asseguram a qualidade do produto e dos processos de produção utilizados.

A constituição desses intermediários envolve a constituição de novos “sistemas peritos” (GIDDENS, 1991), com excelência técnica e competência profissional para sustentar as representações instituídas em torno do consumo dos alimentos orgânicos. Esses sistemas compõem os fundamentos dos mecanismos de certificação, definindo as normas, os procedimentos e padrões daquilo que se convencionou como “produção orgânica” ou “agroecológica”. Para definir a qualidade dos alimentos, esses sistemas transformam os atributos qualitativos em um conjunto homogêneo de medidas objetivas passíveis de codificação e mensuração. A qualidade passa a ser percebida como uma característica intrínseca ao bem (ou processo de produção) e é avaliada segundo critérios quantificáveis (nível de contaminação, volume, peso, produtividade, índice de matéria seca, etc.) (NIEDERLE e ALMEIDA, 2013).

Este processo de certificação operado por empresas especializadas ainda é uma realidade distante da grande maioria dos agricultores familiares por razões de ordem técnica e econômica. Visando criar instrumentos de certificação autônomos, algumas organizações de agricultores ecologistas têm desenvolvido outras formas de garantir a procedência segura dos seus produtos. O sistema participativo de garantia mostra-se, em muitas de suas características, antagônico ao modelo amparado em inspeção por terceiros (de fora). Nele, não há repartição entre verificados e verificadores e as garantias dão-se na forma de responsabilização coletiva e controle parti-

cipativo por parte daqueles que estão diretamente envolvidos e de atores sociais parceiros (agricultores, consumidores, mediadores). O exemplo mais conhecido de certificação participativa no Sul do Brasil é desenvolvido pela Rede Ecovida de Agroecologia (RADOMSKY, 2013).

Seguindo perspectivas semelhantes, em diversos municípios da região Sul do país têm emergido instrumentos de caracterização da produção familiar. Esta busca diferenciar seus produtos e obter o reconhecimento de sua qualidade junto ao consumidor seja por suas características de respeito ao ambiente e à saúde humana, como no caso dos produtos orgânicos e agroecológicos, seja por seus vínculos com a cultura local, como no caso dos *produtos coloniais*.

Diversas organizações de agricultores têm realizado trabalhos de resgate e (re)valorização dos produtos coloniais em toda região Sul do país. Por “produtos coloniais”, entende-se os produtos “tradicionalmente processados no estabelecimento agrícola pelos ‘colonos’ para o autoconsumo familiar” (DORIGON e RENK, 2011, p. 102), tais como derivados da carne suína (salames, morcilha, copa, queijo de porco), derivados do leite (queijo colonial, dentre outros), doces e geleias de frutas, conservas de hortaliças, massas e biscoitos, açúcar mascavo, sucos e vinho, dentre outros.

Em Santa Maria e municípios próximos, este trabalho de valorização dos produtos agroecológicos e coloniais está no centro da estratégia de viabilização de um canal alternativo de comercialização para os produtos da agricultura familiar. O Projeto Esperança/COOESPERANÇA mantém espaços de comercialização direta, onde os agricultores e artesãos (urbanos e rurais) disponibilizam seus produtos para os consumidores, desde o início dos anos de 1990. O espaço mais consolidado é o *Feirão Colonial*, que acontece todos os sábados pela manhã, no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, e todo ano, neste mesmo espaço, no mês de julho acontece por uma semana a Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOOP) e a Feira Latino-Americana de Economia Solidária com a participação da rede nacional e internacional do cooperativismo e da economia solidária. O projeto também mantém outras feiras uma semana por mês na Praça Saturnino de Brito e na Rua 24 Horas. O foco das feiras está nos alimentos da agricultura familiar – apresentados como *produtos coloniais e agroecológicos/orgânicos* –, mas também são ofertados produtos artesanais em geral, mudas de plantas, livros, entre outros.

O apelo à ligação com uma forma de fazer, um saber fazer, tradicional do grupo social dos colonos é percebido como um valor positivo. Em uma entrevista realizada com um produtor de doces de frutas (*Schmier* ou *chimia*⁸), fica evidente a diferenciação que é construída ao se comparar os produtos *coloniais* aos industrializados:

Se você pegar um pote de *Schmier* das minhas coloniais e abrir e abre um do mercado que é de uma agroindústria grande. Só no abrir, no cheiro você vai notar. A gente trabalha com mais fruta... cozinha em quantidades pequenas, dá mais sabor. Não tem, tem vários fatores. E não usa conservante, não usa produto químico nenhum, é só a fruta, açúcar, cozimento e vai no pote e deu. E no mercado não, nas agroindústrias grandes eles botam conservantes, tem que conservar tanto tempo pra não perderem. Não tem gosto, ele perde o gosto. (Gabriel, agricultor familiar participante da FEICOOOP).

O depoimento ressalta as diferentes qualidades de cada produto e o potencial que os produtos da agricultura familiar podem ter desde que se diferenciem daqueles das grandes empresas. A forma de produzir da agricultura familiar difere tanto por seguir o modo ambientalmente correto quanto por resgatar positivamente elementos culturais do grupo social dos *colonos*. A valorização dos produtos elaborados de maneira artesanal evidencia uma das formas de dar valores positivos para a agricultura familiar, para suas raízes e seus alimentos típicos que encontram mercados locais e regionais em consumidores que, muitas vezes, têm ou tiveram alguma relação com o meio rural e também valorizam ou passam a dar valor a estes produtos.

A aquisição de um queijo, de uma *chimia* ou um salame colonial é mais que a compra de um produto diferenciado: “trata-se de um ato cultural, repleto de representações e significados, de uma volta ao passado, à infância, de valorização de um modo de vida e de resgate ao sentido de pertencimento àquela tradição” (DORIGON e RENK, 2011, p. 109). Neste sentido, (re)constróem-se vínculos de pertencimento a certa cultura e também de valorização do saber fazer dos agricultores que passam a dar nova importância às formas artesanais de elaboração de determinados alimentos típicos.

⁸ Segundo o Dicionário InFormal (2009), “Chimia é uma derivação da palavra alemã *Schmier*, que significa doce pastoso ou geleia”.

Acompanhando o processo de revalorização dos produtos coloniais, também as próprias famílias de agricultores promovem “atitudes positivas” (HONNETH, 2009) frente a hábitos, formas de produzir e produtos que estes sempre elaboraram para o seu autoconsumo, mas que nunca (ou quase nunca) tiveram um valor específico no mercado. No momento em que o salame ou o queijo colonial passam a ter um valor diferenciado no mercado, por serem elaborados por uma família de agricultores de forma artesanal, o agricultor enquanto sujeito igualmente passa a ser valorizado pelos consumidores e assume atitudes positivas frente a si próprio, à sua história e aos artefatos que elabora.

Uma preocupação presente nas experiências de feiras diz respeito à construção da relação de confiança entre produtores e consumidores. Uma liderança da COOESPERANÇA entrevistada relata esta preocupação:

O consumidor é um zelador pela ecologia. É um papel muito importante que o consumidor tem. Ele olha no olho do produtor e questiona, questiona muito, precisa questionar [...] O consumidor vai lá, porque lá não é o mercado da multinacional, não é o mercado tradicional, já vai lá porque é uma outra proposta. [...] A formação com a lealdade, a transparência, com a honestidade, com a agroecologia, com autogestão, com o consumo ético, com o comércio justo, com preços também justos. Então tudo que vem qualificar a vida, nós temos o compromisso social e moral (Irmã Lourdes, Coordenadora do Projeto Esperança/COOESPERANÇA).

Apesar de, na maioria dos casos, estes produtos não possuírem qualquer tipo de certificação oficial (com exceção de dois agricultores do *Feirão Colonial* que possuem certificação da Rede Ecovida) que ateste suas características diferenciadas, os laços de confiança que envolvem produtores e consumidores são capazes de garantir os significados e valores diferenciados a estes produtos. Analisar a qualidade como um valor socialmente compartilhado permite acesso a uma nova chave de leitura para compreender os processos de certificação não convencionais. Alguns mercados carregam consigo “sinais distintivos” que apresentam aos consumidores diferentes formas de “enraizamento dos alimentos”, tais como: “social (produto da reforma agrária), ecológico (produto orgânico), cultural (produto colonial), territorial (indicação geográfica) ou científico (ISO)” (NIEDERLE, 2014, p. 178). O fato de o produto não contar com uma certificação formal deste tipo não elimina suas qualidades diferenciadas: a qualidade pode ser identificada em valores construídos na comunidade local em relação direta en-

tre produtores e consumidores, de modo que sinais distintivos institucionalizados, como os selos e as marcas, não são necessários para estabelecer relações de confiança e de reciprocidade entre produtores e consumidores.

O consumo de produtos coloniais e orgânicos também pode estar associado a uma opção política de engajamento, de “consumo responsável” (PORTILHO, 2008), com causas ambientais, com a busca e o estímulo à produção de alimentos saudáveis ou mesmo de apoio aos agricultores familiares (um apoio financeiro visando contribuir para mantê-los na atividade, produzindo alimentos saudáveis e de forma artesanal). Neste sentido, segundo caracterizam Dorigon e Renk (2011, p. 105), “o produto colonial, quando consumido por urbano, pode constituir-se em elemento de resistência, uma recusa à padronização dos produtos industrializados”. Um ato intencional de valorização de determinada forma de produzir e dos agricultores que seguem padrões considerados adequados.

Os produtos orgânicos consumidos em feiras têm sido considerados “bens de crença”, pois a sua qualidade não pode ser comprovada pelos consumidores, já que se baseiam muito mais na confiança, em um valor compartilhado, sendo essa uma alternativa para o consumidor escolher fortalecer os pequenos produtores locais. Adquirem, assim, uma conotação de consumo como ato político, relacionado às escolhas alimentares e ao apoio a determinado formato de produção e comercialização, pois vai além da simples preocupação nutricional (PORTILHO e CASTAÑEDA, 2011).

Observa-se que as feiras se configuram em espaços sociais de trocas de produtos *agroecológicos* e *coloniais*, espaços de permuta de produtos “artesaniais” da agricultura familiar. Conformam também espaços de sociabilidade, entre produtores locais e regionais, consumidores, estudantes, onde são cultivadas relações de amizade, confiança e troca de experiências e conhecimentos sobre o cultivo de determinada variedade agrícola ou a produção de algum alimento da agroindústria familiar. Nas palavras de um agricultor feirante:

À medida que a fila vai andando pra vender o círculo vai aumentando. Vai sempre metendo mais um na roda. E assim vai crescendo. E eles vão ajudando a tu melhorar a qualidade do teu produto. Porque aqueles cliente, consumidor de mais confiança, eles chegam e te dizem “Ah isso aqui podia ter um pouquinho mais de sal”. [...] “Ah porquê que vocês não fazem essa mesma bolachinha aqui sem pintar?” [...] Só o fato de tu chegar lá e o pessoal “Ah”, tem umas pessoas que passam assim “Ah, como é que vocês estão? Bom dia,

vim aqui só pra dar a mão pra vocês”. Não são cliente teu, mas “Bom dia, como é que vocês tão lá fora, como é que tá não sei o quê?”. Isso já te... Tu já tá pronto pro dia, né. Aí já tá pronto pra pauleira que vier. Com essa passa tudo (Nelson, agricultor familiar do *Feirão Colonial*).

De acordo com Sennett (2013), o artesão, ao desenvolver bem as técnicas de produzir coisas materiais, também se aperfeiçoa nas interações com os consumidores e com a comunidade, absorve as apreciações sobre seus produtos e os melhora continuamente. A habilidade artesanal está baseada neste ato contínuo de aperfeiçoamento do artesão, dos artefatos que elabora e das suas relações como membro de uma comunidade de relações.

Pode-se afirmar que as feiras são o espaço de realização dos produtores e dos produtos agroecológicos e coloniais. É nelas que se completa o ciclo de produção dos alimentos da agricultura familiar, onde adquirem sentido e se justificam todo o conhecimento teórico, as capacidades e o esforço produtivo empregado pelos agricultores no cultivo dos seus produtos. É para a finalidade da alimentação saudável, por meio do respeito aos recursos ambientais e naturais, que os alimentos são produzidos e esta finalidade só se completa na feira, no ato da compra e do consumo consciente. No ato de transacionar seus artefatos é que o agricultor se realiza como sujeito e é reconhecido enquanto tal pelos consumidores e demais membros desta comunidade simbólica formada nos círculos das feiras.

Agricultura familiar e ecologização: limites e possibilidades

Entre os principais limitantes identificados para a ampliação da produção de alimentos orgânicos/agroecológicos e coloniais na região está a ausência de mercados que tenham capacidade de absorver maiores quantidades destes produtos. Os principais espaços onde estes produtos são comercializados são as feiras, os mercados institucionais e a venda direta de casa em casa. Como tratado neste texto, são espaços importantes, mas ainda não adquiriram dimensões maiores, capazes de competir com as grandes redes de supermercados. Atingem principalmente consumidores que já compõem a rede de relações das famílias agricultoras e das feiras.

Outro ponto a ser levantado é a questão das incertezas sobre o retorno dos investimentos na produção, pois, na percepção de uma parcela destes agricultores, a produção convencional traria retornos econômicos mais

imediatos e seguros, o que faz com que a agroecologia ou mesmo a produção diversificada sejam vislumbradas como arriscadas, com maiores dificuldades. Além disso, os depoimentos ressaltam que o esvaziamento e o envelhecimento da população do meio rural contribuem para que as famílias apostem em atividades de menor necessidade de força de trabalho envolvida, como a soja, pois a diversificação de atividades e a produção agroecológica requerem maior aplicação de trabalho. Ainda que muitas destas famílias reconheçam que a policultura e a produção agroecológica sejam vantajosas do ponto de vista da preservação dos recursos naturais, da saúde humana e de possibilitarem maior renda.

Um fator adicional que limita o desenvolvimento das práticas de agricultura ecológica é a dificuldade de assistência técnica. Segundo os agricultores entrevistados, alguns recebem assistência da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS), mas esta não está presente em todos os lugares da região nem consegue oferecer serviços para todos os agricultores. As organizações cooperativas (como COOESPERANÇA, COOPERTERRA e COOPERCEDRO) e ONGs (como o CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) vêm tendo um papel importante no apoio e assessoria do processo de ecologização da agricultura. A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), em algumas propriedades do município de Ibarama, também oferece assistência técnica por estar realizando experimentos de novas culturas, como o cultivo de oliveiras da forma ecológica na propriedade de um agricultor entrevistado. Alguns agricultores também relatam que receberam incentivos de projetos da UFSM, voltados a estimular a produção ecológica:

A ideia de produção ecológica surgiu com o pessoal da EMATER e um pessoal da Universidade Federal de Santa Maria, que começaram a procurar nós, começaram a trabalhar ecologicamente, aí deram pra nós um curso de 3 anos, eles vinham aqui na propriedade plantavam, cuidavam, ensinavam como se fazia. Eles vinham toda semana, chegava a vir ônibus com 20, 30, 40, 50 alunos que chegavam a vir aqui, então um mês eles vinham, fazíamos um almoço, um churrasco (Marcelino, agricultor ecologista, COOPERCEDRO).

A dificuldade de assistência técnica se deve, em grande parte, ao fato de que as políticas de crédito condicionam a assinatura dos contratos à aplicação das recomendações tecnológicas “adequadas” para os cultivos almejados, o que na prática acaba sendo um entrave estrutural para a ado-

ção de práticas agroecológicas, uma vez que as tecnologias reconhecidas pelos agentes financeiros são as convencionais. As tecnologias de produção agroecológicas, por serem de sistematização e desenvolvimento recente e com pouco interesse da parte das grandes empresas de insumos, por se basearem, em alguns casos, em conhecimentos dos agricultores e apenas de forma complementar em conhecimentos científicos modernos, acabam tendo dificuldade de alcançar ampla disseminação e de serem reconhecidas pelos formuladores de políticas públicas e agentes financeiros.

As lideranças regionais ainda apontaram como limitante para o desenvolvimento da produção agroecológica a falta de “conscientização” dos agricultores. Reconhecem a própria dificuldade que as organizações têm para conscientizar e motivar os agricultores de sua base para a transição para a agricultura ecológica. Neste sentido, deve-se observar também a dificuldade de promover rupturas no modelo de produção convencional, uma vez que o agricultor, ao longo do último meio século, assimilou o *habitus* (BOURDIEU, 2011) da modernização. Mudanças que visam alterar as disposições sociais dos agricultores em suas formas de produzir e perceber os canais de mercado são muito onerosas e requerem grande envolvimento das organizações comprometidas nestes projetos de ecologização da agricultura.

De outra parte, deve-se ressaltar que a busca de ecologização da agricultura não pode ser preocupação somente dos agricultores e suas organizações, mas precisa ser compartilhada com o Estado, os agentes econômicos e os consumidores. Na visão das lideranças entrevistadas, são necessárias mudanças de hábitos e na percepção sobre os produtos alimentícios disponibilizados. Os consumidores precisariam abrir mão das facilidades de aquisição de produtos industrializados nas grandes redes de supermercados e alterar sua forma de perceber o valor e o aspecto dos produtos, uma vez que os alimentos produzidos sem uso de agrotóxicos podem não ser os mais bonitos na sua apresentação e normalmente têm menor capacidade de conservação nas prateleiras.

Diante destas dificuldades de competir com os produtos convencionais, a busca pela criação e ampliação das feiras ecológicas e coloniais tem se constituído em uma das grandes preocupações atuais dos agricultores e suas organizações. Além de serem espaços de maior autonomia para os agricultores transacionarem seus produtos, eles percebem que nelas os seus

produtos são bem aceitos e valorizados e eles próprios são reconhecidos como produtores preocupados com a saúde e o meio ambiente pela comunidade de relações das feiras.

Referências

- ALMEIDA, Joalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.
- ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, n. 79, nov. 2007.
- BARCELLOS, Sergio B. *A formação do discurso da agroecologia no MST*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Senso prático*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (UFPR), n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.
- BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 19, n. 1, 2011.
- BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, 2013: 221-247.
- BRUM, Argemiro. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. São Paulo: Vozes, 1988.
- CAPORAL Francisco R. et al. *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Paraná: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.
- CARVALHO, Ananda de. *Possibilidades e limites do Programa Territórios da Cidadania a partir da sua realização no Território Região Central e no município de Santa Maria/RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia), PPGGG, UFSM, 2012.
- CARVALHO, H. J. A.; BRUSSI, A. J. E. Entre as pedras e as flores da terra. *Lua Nova*, n. 63, 2004.
- COLOMÉ, Felipe. *Gramáticas do Consumo: Consumerismo e engajamento político do Sul do Brasil*. Dissertação (Ciências Sociais), PPGCS, UFSM, Santa Maria, 2013.
- COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H. (Org.). *Ecologia política: natureza, sociedad y utopía*. México: CLACSO, 2002.
- DICIONÁRIO INFORMAL. 2009. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/schimier>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Rev. de Economia Agrícola*, v. 58, n. 1, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

LONGHI A.; SANTOS, M. S. *O CETAP e a biodiversidade*. Passo Fundo: CETAP, 2003.

LUVIZOTTO, Caroline K. A racionalização das tradições na modernidade: o diálogo entre Anthony Giddens e Jürgen Habermas. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 3, 2013.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Impactos sociais da modernização da agrícola*. São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

NIEDERLE, Paulo A. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais*, v. 4, p. 162-189, 2014.

NIEDERLE, Paulo A.; ALMEIDA, Luciano. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós Edições, 2013.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, S/1, 1989, p. 87-108.

PICOLOTTO, Everton L.; PICCIN, Marcos B. Movimentos camponeses e questões ambientais: positividade da agricultura camponesa? *Revista Extensão Rural*, v. 15, n. 16, 2008.

PICOLOTTO, Everton L. O sindicalismo da agricultura familiar e a construção da pauta ambiental no sul do Brasil. *REED-Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 5, n. 1, 2012.

PICOLOTTO, Everton L.; BRANDENBURG, Alfio. Sindicalismo da agricultura familiar no Sul do Brasil: da representação de agricultores à representação de agricultores-ecologistas? In: *36º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia, 2012.

PORTILHO, Fatima. *Consumidores de produtos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade ambiental*. Porto Seguro: ANPAS, 2008.

PORTILHO, Fatima; CASTAÑEDA, Marcelo. Certificação e confiança face a face em feiras de produtos orgânicos. *Rev. de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 58, n. 1, 2011.

RADOMSKY, Guilherme W. Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores. In: NIEDERLE P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós Edições, 2013.

REDE TA/SUL. Interconectando ideias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHMITT, Claudia J. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região serrana do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, Porto Alegre, 2001.

SENNETT, Richard. *O artífice*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. *Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América*. XI Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicadas a la Agricultura. Rosario, 2000.

SILVA, Silvana O.; ZANINI, Maria Catarina C. Algumas considerações sobre a família camponesa: desafios e estratégias na reprodução social do campesinato no Feirão Colonial de Santa Maria-RS. In: *38º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2014.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (v. 1).

VALADÃO, A. da C.; BRANDENBURG, A. A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do RMST no Estado do Paraná. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro, 2009.

WANDERLEY, Maria N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

Algumas considerações sobre a família camponesa: desafios e estratégias na reprodução social do campesinato no Feirão Colonial de Santa Maria/RS¹

Silvana Silva de Oliveira²

Maria Catarina Chitolina Zanini³

1 Introdução

Neste artigo, pretendemos desenvolver algumas questões que vêm orientando a pesquisa etnográfica em feira urbana na cidade de Santa Maria – RS, desenvolvida entre os anos de 2013 e 2014. A pesquisa tem como problema de investigação: “De que forma os produtores rurais que comercializam sua produção na Feira da Economia Solidária em Santa Maria-RS dialogam com as práticas de mercado?”. Por meio da análise do cotidiano da Feira, objetivamos compreender como se estabelecem as relações entre as práticas camponesas e as de mercado.

Ao longo do texto, apresentaremos algumas questões referentes a desafios e estratégias na reprodução social do campesinato, buscando dialogar com a literatura antropológica e com os dados obtidos na pesquisa realizada com agricultores no Feirão Colonial de Santa Maria. Abordaremos brevemente temas como sucessão e herança; a migração seletiva entre mulheres e jovens no campo; e a importância do comercializar na feira para as famílias reproduzirem de forma viável a condição camponesa. As-

¹ Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no “38º Encontro Anual da ANPOCS – GT15: Família e trabalho: configurações, gerações e articulações em contextos de desigualdades”.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: silvanadeoliveira@gmail.com.

³ Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: zanini.ufsm@gmail.com.

sim, para um melhor entendimento dessas questões, faremos uma exposição do cenário e dos personagens desta pesquisa.

2 O cenário

A cidade de Santa Maria-RS, localizada na região central do Rio Grande do Sul, possui cerca de 273.489 habitantes¹ e tem uma forte ligação com o movimento da Economia Solidária e com o Cooperativismo. O município é conhecido nacional e internacionalmente devido aos eventos anuais como a Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP) e Feira Americana de Economia Solidária (Feira EcoSol). No ano de 2014, tais eventos aconteceram nos dias 18, 19 e 20 de julho, sendo realizados, como todos os anos, no Centro de Referência em Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, no Bairro Medianeira, Rua Heitor Campos. Nesse local, é realizada a Feira urbana semanal aos sábados pela manhã, cenário desta pesquisa.

A Feira semanal é vinculada ao projeto Esperança/Cooesperança, o qual tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano e rural, criando alternativas de trabalho e renda para agricultores e artesãos. O projeto desenvolve ações conjuntas com a Cáritas-RS. Atualmente, a Feira semanal é conhecida por muitos nomes, entre eles “Feira da Economia Solidária”, “Feirão Colonial” e “Feira da Irmã Lourdes”, coordenadora do projeto Esperança.

O contexto de criação da Feira foi o período de redemocratização do Brasil, sendo o bispo Dom Ivo a figura apontada como o grande incentivador das feiras do cooperativismo. Ele também é tido como o impulsionador do Projeto Esperança, do qual a feira urbana estudada neste trabalho faz parte. Dom Ivo, reconhecido como uma forte e importante liderança política, chegou a Santa Maria em 1974 para assumir o bispado e, em 1977, criou o Banco da Esperança, que passou a ser o local de concentração das atividades sociais da Diocese de Santa Maria. O bispo também procurou diálogo com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a intenção de buscar uma parceria para a resolução de problemas socioeconômicos básicos da região (ICAZA e FREITAS, 2006, p. 30-36).

¹ Dado do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232HP>>. Acesso em : 23 jun. 2015.

Assim, no início dos anos 1980, iniciou a realização de grupos de estudos com professores da UFSM que faziam parte da área do Cooperativismo, técnicos da EMATER, militantes da Igreja Católica (este grupo foi a base do que depois constituiu o Projeto Esperança). Em seguida, o grupo passou dos estudos para as ações concretas, atuando como incentivadores de grupos de geração de trabalho e renda, bem como de pequenas iniciativas associativas e comunitárias. Em 1987, foi fundado o Projeto Esperança, com o objetivo de unir e prestar assessoria a todos os pequenos projetos econômicos comunitários. Cabe ressaltar que a coordenação deste projeto ficou a cargo de Irmã Lourdes Dill⁵.

Assim, em 05 de junho de 1989, foi construído um terminal de comercialização, que passou a ser um espaço de realização das feiras que, inicialmente, aconteciam durante dois dias da semana. Para oficializar essa atividade econômica, no mesmo ano, foi criada a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos (COOESPERANÇA). Os três primeiros anos são descritos como de grande dificuldade, pois a Cooperativa chegou a fechar e reabrir por cerca de quatro vezes (ICAZA e FREITAS, 2006, p. 45). E, em 1992, ano em que é comemorado o aniversário do Feirão, o terminal foi reaberto com algumas modificações. Uma delas foi a integração entre o Projeto Esperança e a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos, cuja união passou a ter a denominação Projeto Esperança/Cooesperança. Outra mudança foi o incentivo para a comercialização dos produtos ocorrer diretamente através dos agricultores e acontecer apenas uma vez por semana, aos sábados pela manhã. Cabe destacar que o período de recuperação do espaço de comercialização se deu na mesma época do surgimento da Economia Solidária, pois foi no ano de 1995 que o termo “economia popular solidária” começou a ser utilizado (ICAZA e FREITAS, 2006, p. 50).

Em 1994, houve a criação da 1ª Feira do Cooperativismo, feira anual, que ajudou na divulgação do Projeto Esperança e do Feirão Colonial, ganhando, dois anos depois, abrangência estadual. Dessa forma, o final da

⁵ Irmã Lourdes, atualmente, é uma figura importante na Feira, para a cidade de Santa Maria. No início de 2013, ela passou a integrar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, o chamado “Conselhão” do governo Tarso Genro. O “Conselhão” é um órgão consultivo do governador do estado do Rio Grande do Sul.

década de 1990 foi o início de uma fase de grande expansão para o projeto Esperança/Coesperança, que se tornou um espaço de construção da Economia Solidária em Santa Maria e no Rio Grande do Sul. Nesse período, o projeto também passou a ter o apoio governamental (primeiramente, estadual e municipal e, depois, federal), havendo, em 2001, a construção do segundo prédio. O Feirão Colonial passou a ser o ponto comercial mais forte e tradicional do projeto (ICAZA e FREITAS, 2006, p. 82).

2.1 A Feira de Economia Solidária

A Feira conta com quatro pavilhões denominados de Agroindústria, Artesanato, Hortifrutigranjeiros e Área da Alimentação (espaço aberto). A pesquisa se concentrou no prédio chamado de Hortifrutigranjeiros.



Figura 1: Frente da Feira (Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”, fotografia tirada pela autora dia 22 de março de 2014).

Na sequência, segue um mapa elaborado em 2013, detalhando a quantidade de bancas existentes no espaço, no segundo semestre do mesmo ano. Atualmente, o número de bancas aumentou e houve a construção de mais um prédio aos fundos dos pavilhões.

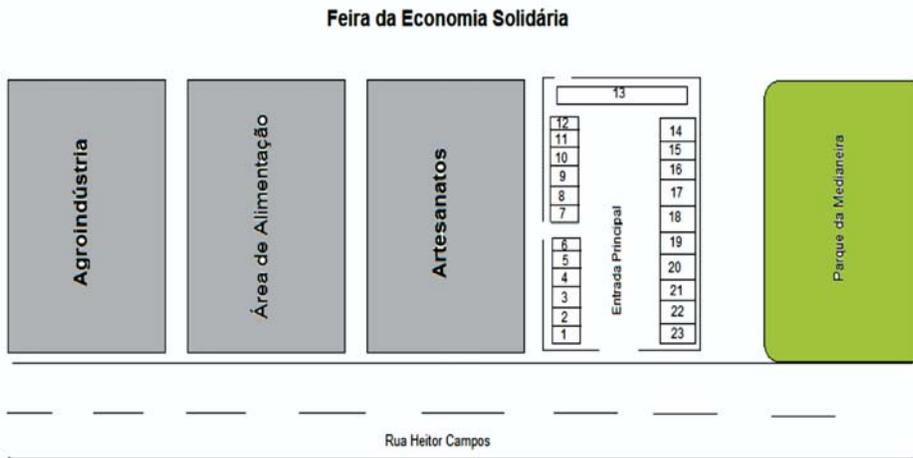


Figura 2: Mapa da feira (Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul”).

Em 2013, havia 23 bancas, como vemos no mapa anterior. Já em 2014, o número aumentou para 24 bancas, tendo ocorrido mudanças de bancas entre os pavilhões, assim como a entrada de novos agricultores no Feirão. No pavilhão Hortifrutigranjeiros são comercializados: alface, tomate, espinafre, vinho, feijão, bolachas, massas, leite, frango, entre outros produtos alimentícios. A comercialização inicia, para alguns feirantes, antes das 7 horas, pois há fregueses que vão à Feira comprar ou buscar suas encomendas antes de irem ao trabalho.

3 Os personagens

Na sequência, iremos expor um breve histórico da região central do Rio Grande do Sul, com a intenção de melhor compreender os personagens da pesquisa e a constituição de um pequeno campesinato, como também a construção de uma identidade sustentada na origem étnica.

3.1 Breve histórico

Grande parte dos feirantes são agricultores que residem no interior de Santa Maria ou em localidades próximas, na faixa etária de 45 a 70 anos, proprietários de 2,5 a 32 hectares. Esses dados nos remetem ao fato

de que, no século XIX, iniciou, no Brasil, a imigração, bem como uma política voltada ao povoamento e ao branqueamento da população, conjuntamente com uma preocupação em criar mercados (ZANINI, 2006).

A maioria dos imigrantes que se destinaram ao Brasil no século XIX era camponesa e migrava em busca de melhores condições de vida, bem como da reprodução da sua condição camponesa (ZANINI, 2006). No processo migratório, prevaleceu a migração voltada para o povoamento de terras no sul do país⁶. Segundo Seyferth (1990, p. 14), aos governos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina interessava que os

colonos fossem pequenos proprietários livres, utilizassem a mão-de-obra familiar e não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado, essa era a principal atividade econômica no Sul até o início da colonização com imigrantes europeus (SEYFERTH, 1990, p. 14).

Enfim, a colonização ocorreu para o povoamento, e os colonos eram enviados para regiões consideradas “espaços vazios”. Os lotes de terras comprados depois de 1870 por imigrantes variavam entre 25 e 30 hectares (SAQUET, 1999). Dessa forma, em relação à política de colonização, podemos dizer que teve como “resultado mais significativo (...) a formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional, onde não havia lugar para o pequeno proprietário” (SEYFERTH, 1990, p. 21). Ou seja, no Rio Grande do Sul, houve a “formação e consolidação de uma sociedade camponesa, cuja base fundiária é a pequena propriedade policultora trabalhada pela família do proprietário” (SEYFERTH, 1990, p. 21).

Os lotes de terra concedidos aos imigrantes europeus foram denominados de colônias⁷. Esse termo é percebido por muitos colonos como um “microcosmo” autossuficiente, em que predomina a policultura e a criação de animais de pequeno porte, apesar da força exercida no sentido de uma agricultura mais comercial (SEYFERTH, 1990, p. 25 e 26).

⁶ E outra dirigida a áreas mais urbanas, como São Paulo e Rio de Janeiro.

⁷ O termo “colônia” é empregado para denominar os lugares e terras concedidos aos *colonos* imigrantes, que vieram de países europeus por meio da política de colonização. É também utilizado para designar o meio rural.

3.2 A imigração em Santa Maria e localidades próximas

Na região central do Rio Grande do Sul, em 1855, foi criada a colônia Santo Ângelo, que passou a ser um núcleo colonial de imigração alemã. Dessa área, desmembraram-se alguns municípios como Agudo, que hoje faz parte da denominada *Quarta Colônia*⁸. Em seguida, imigrantes italianos chegaram à região, em 1877, instalando-se no que ficou denominado de colônia Silveira Martins, a qual, em 1888, foi desmembrada e teve suas terras divididas entre outros municípios.

Segundo Saquet (1999), até ocorrer a emancipação dessas localidades, aconteceu o que o autor denomina de “abandono socioeconômico”, que gerou várias dificuldades no escoamento e circulação de mercadorias na região. Assim, podemos compreender que foi um período marcado pela negligência e desinteresse em relação àquele local por parte dos governantes da época. Salienta-se que a região acabou desenvolvendo uma sociedade local agrária, que é predominante até os dias atuais.

Em 1885, foi inaugurada a ferrovia no município de Santa Maria. O projeto de passar os trilhos também pela colônia de Silveira Martins acabou não vingando, por motivos políticos, e o desenvolvimento da linha férrea foi direcionado para a localidade de Júlio de Castilhos (SAQUET, 1999). Nesse contexto, a tentativa de emancipação da colônia de Silveira Martins acabou não tendo sucesso. Apenas em 1959, iniciaram processos isolados de emancipação (SAQUET, 1999).

A omissão dos governantes em relação à região foi o oposto do que ocorreu em localidades colonizadas na serra rio-grandense, especificamente, nas três primeiras colônias italianas. Essas colônias deram origem a ci-

⁸ Salienta-se que, para o presente estudo, o território *Quarta Colônia* é composto pelos nove municípios da região central do RS: Restinga Seca, Agudo, Nova Palma, Silveira Martins, Ivorá, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Faxinal do Soturno e Dona Francisca. Esses nove municípios reuniram-se em um consórcio “que visualizava a preservação e potencialização dos recursos naturais e culturais da região” (VENDRUSCOLO, 2009, p. 29), denominados de CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia), o qual foi criado com o objetivo de gerenciar o projeto PRODESUS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia). É importante destacar que os sete últimos municípios citados constituem o Quarto Núcleo Colonial de Imigração Italiana, ou seja, a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Já nos dois primeiros municípios elencados (Agudo e Restinga Seca), a “colonização teve predomínio da etnia alemã, embora haja famílias de etnia italiana bem como africana e portuguesa” (VENDRUSCOLO, 2009, p. 29).

dades conhecidas, hoje, como Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, as quais se emanciparam, respectivamente, em 1890, 1890 e 1900. Nessas localidades, houve a construção de uma estrada de ferro ligando Porto Alegre e Caxias do Sul. Assim, podemos compreender esses acontecimentos da seguinte forma: “a região serrana, melhor administrada e com melhores redes de transporte, sobressaiu-se às demais. A região central do estado, sem indústrias, manteve-se predominantemente rural (...)” (ZANINI e SANTOS, 2009, p. 190).

3.3 O agricultor na feira

ampliou o conhecimento, a freguesia, a troca de experiências e amizades (Genésio, em resposta à seguinte pergunta: Para o (a) Sr.(a), que melhoras trouxe o trabalho na feira?).

Em relação aos personagens da pesquisa, podemos dizer que vários camponeses do interior de Santa Maria e das localidades próximas, como Silveira Martins, Agudo, Dona Francisca, Pinhal Grande, São João do Polêsine, entre outras, comercializam na Feira sua produção diretamente aos cidadãos. Além disso, grande parte dos agricultores é descendente de italianos e alemães⁹. Para esse grupo, a Feira se tornou um importante canal de escoamento da produção, funcionando como um incentivo para permanecer no campo, auxiliando, assim, na reprodução social do campesinato.

Os colonos comercializam, na grande maioria das vezes, produtos cultivados/criados ou manufaturados pelos próprios agricultores. Em relação aos preços, podemos dizer que variam de acordo com a época do ano, com sua oferta na Feira, bem como com os preços praticados no mercado local.

Aos sábados, os pavilhões já estão abertos antes das 7 horas, mesmo tendo como horário formal de atendimento o das 7h às 11h30min, pois, como já relatado anteriormente, muitos fregueses passam para realizar suas compras antes de irem ao seu trabalho. Os feirantes agricultores, durante a Feira, aceitam encomendas dos produtos, vendem fiado para fregueses “especiais” e, em alguns casos, realizam entrega em domicílio.

⁹ Cabe salientar que a própria identidade étnica pode ter influência na reprodução social desses agricultores, conforme expõe Carneiro (2001).

A relação entre os feirantes parece ser de confiança e amizade. Na Feira, em algumas bancas, existe o uso do *freezer* em conjunto, o auxílio entre bancas vizinhas com troco, “acerto” de preços, trocas de mudas e sementes. No decorrer da manhã, formam-se rodas de conversas entre alguns feirantes, homens que falam sobre plantação, terra, reunião da feira, entre outros assuntos. Assim, percebemos o ambiente da feira como um local de sociabilidades em que o espaço urbano passa a ser um cenário de encontros, conversas, *performance* (VEDANA, 2004, 2008), além de local de compra e venda, ou seja, de trocas mercantis (GARCIA, 1984).

Partindo desse breve histórico da região, buscamos apresentar o contexto específico do local, pois as práticas e estratégias de manutenção e continuidade da condição camponesa mudam de acordo com essa variável. Na seqüência, centrar-nos-emos em questões acerca da metodologia da pesquisa.

4 Questões metodológicas da pesquisa em andamento

A etnografia é o método por excelência que visa compreender o “outro”. O fazer etnográfico exige três gestos: o olhar, o ouvir e o escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996), pois todos permitem uma imersão no universo do objeto de pesquisa. O contínuo movimento e emprego dos sentidos descritos acima propiciam uma reflexão antropológica nos direcionando do familiar ao exótico (DAMATTA, 1987; VELHO, 1978) ou uma compreensão “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002). Assim, ao realizarmos uma pesquisa na feira urbana, buscamos apreender as estruturas de significado (GEERTZ, 1989), os imponderáveis da vida real (MALINOWSKI, 1984), entre feirantes agricultores que comercializam sua produção em dia de feira. Desse modo, por meio do estranhamento e das leituras, procuramos sair do particular para o geral (FONSECA, 1999).

À luz dessas perspectivas, buscamos as orientações metodológicas, ao realizar as idas à Feira aos sábados pela manhã. O trabalho de campo permitiu (e ainda auxilia a) observar as relações que ocorrem pela manhã na Feira: como e de quanto um feirante dá um desconto; como conquista sua freguesia; quais mudanças o comercializar na feira possibilitou ao agricultor; como, nas conversas e brincadeiras entre os feirantes e entre estes e fregueses, se constroem as relações de confiança e amizade.

Além da observação, houve a aplicação de questionários e a realização de entrevistas na propriedade rural de dois feirantes. Em relação ao questionário, podemos dizer que ampliou nosso conhecimento sobre número de feirantes; região de origem e identidade étnica; faixa etária; entre outras questões. Também se realizou observação participante em uma das bancas por três meses, e, em outro momento, a circulação entre as bancas, na feira, ocorreu com o uso de câmera fotográfica.

Cabe ressaltar que o uso da câmera fotográfica como instrumento de interação com o grupo pesquisado está sendo um recurso de extrema relevância para a pesquisa, auxiliando na aproximação de uma etnografia densa. Assim, buscamos realizar uma descrição densa, no sentido dado por Geertz (1989), como:

(...) tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989, p. 20).

Salienta-se que a pesquisa etnográfica teve início no primeiro semestre de 2013, e as idas a campo da autora do artigo cessaram em outubro de 2014 para a finalização da dissertação de mestrado. Na sequência, analisaremos algumas práticas e desafios para a reprodução social, buscando fazer um paralelo entre o caso específico estudado e resultados e discussões de outros estudos, em contextos sociais diferentes.

5 Algumas questões em relação à reprodução social do campesinato

Até o momento, apresentamos o cenário, os personagens e a orientação metodológica da pesquisa para uma melhor compreensão do estudo em andamento. Na continuidade, buscaremos analisar alguns dados obtidos em relação à reprodução social do campesinato.

Na Região Sul do Brasil, predominou a escassez de terras férteis para os camponeses, e, com isso, a reprodução desse campesinato teve que criar suas estratégias específicas de manutenção. Segundo Seyferth (1985), uma das alternativas foram os arranjos que evitavam a fragmentação das colônias, ou seja, mediante estratégias de sucessão familiar, a herança (SEYFERTH,

1985). Ainda, segundo Zanini (2008), outra estratégia que se tornou frequente foi a migração de alguns colonos, no caso dos camponeses do Rio Grande do Sul, para Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia. Outro arranjo foi a exclusão das mulheres do direito à herança. Entre os italianos, prevalecia o minorato, em que o homem filho menor, ao cuidar dos pais, herdava terra e casa.

Seyferth (1985) faz uma análise da família camponesa e das formas de herança nos municípios de Brusque e Guabiruba (SC). Ao longo do texto, a autora esclarece a estreita relação entre a organização familiar e os arranjos de herança: geralmente, a mulher e os jovens têm papéis sociais subalternos ao homem dentro da família camponesa. Segundo Seyferth (1985, p. 20, 21), as estratégias mais usadas na sucessão familiar, para evitar o “excessivo parcelamento” da terra, eram: a exclusão de mulheres da herança, o envio de filhos (as) para a vida religiosa, concessão de instrução técnica ou ensino superior a um filho. Essa antropóloga ainda expõe que a regra era somente um filho herdar “a colônia enquanto unidade de produção” (SEYFERTH, 1985, p. 20), enquanto os outros acabavam seguindo a vida religiosa ou indo para a cidade adquirir estudo e trabalho.

5.1 A migração de mulheres e jovens do campo

Outro ponto relevante que interfere na reprodução da condição camponesa é o aumento da migração de mulheres e jovens do campo para a cidade. No caso específico do Rio Grande do Sul, citamos o trabalho de Brumer (2004). A organização do trabalho nas propriedades é feita a partir de como se percebem os papéis sociais desempenhados por cada integrante da família. Assim, como esclarece a autora, na divisão do trabalho, há uma invisibilidade no meio rural dos trabalhos da mulher e dos filhos.

Na pesquisa em andamento, a divisão do trabalho na propriedade é exposta em questionários que foram aplicados na feira, bem como em conversas informais na pesquisa em campo. Nas respostas aos questionários, todos responderam que quem dirige o trator é o homem; em alguns casos, a justificativa era o fato de ele ser o único membro da família que sabia dirigir. Em relação a quem fazia os pães, doces, compotas e massas, as respostas eram: a mãe, a irmã, a cunhada. Assim, percebemos que são os homens que ficam incumbidos de dirigir o trator, enquanto as mulheres cuidam da

preparação dos alimentos, sendo que, às vezes, dão uma “ajuda” ao marido na roça. No questionário¹⁰, obtivemos respostas que vêm ao encontro do exposto acima. Como, por exemplo, para a pergunta “O (a) Sr (a) se considera agricultor(a)/trabalhador(a) rural ou outra denominação?”, obtivemos um relato esclarecedor:

Também me considero uma trabalhadora rural porque meu marido tem a plantação dele (arrozeiro) e **eu ajudo** no doméstico (Célia, grifo nosso).

Brumer (2004) já havia apontado para o caráter relativo de uma atividade dita “leve” ou “pesada”, ou seja, o significado é determinado culturalmente. Em suas pesquisas, observou que ao homem, geralmente, cabia “desenvolver serviço de maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer currais de nível, derrubar árvores e fazer cerca”, bem como o “uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator” (BRUMER e FREIRE, 1983/1984, p. 318). Já as mulheres, na grande maioria das vezes, executavam tanto atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais “leve”, relacionadas, enfim, “principalmente à limpeza da terra e colheita, seleção e embalagem dos produtos; ao processamento dos produtos agrícolas; ao cuidado de animais, tais como alimentação, limpeza e ordenha; aos trabalhos da horta, principalmente se seus produtos forem destinados ao consumo da própria família” (BRUMER, 2004, p. 211.)¹¹. Ou seja, a autora expõe que o trabalho da mulher e dos jovens tem uma posição não muito valorizada, pois, de modo geral, é visto

¹⁰ Foram entregues 49 questionários, dos quais 35 foram respondidos. Os questionários foram aplicados em março de 2013, no pavilhão dos Hortifrutigranjeiros e da Agroindústria, tendo sido 13 respondidos por mulheres, 21 por homens e um por pessoa de gênero não identificado. Em relação à origem étnica, 19 se definiram de origem italiana, oito de origem alemã, cinco como brasileiros, e dois não responderam ou marcaram “outros”.

¹¹ Nas palavras de Brumer, “As mulheres, ainda, responsabilizam-se praticamente sozinhas pelo trabalho doméstico, no qual com frequência são auxiliadas ou substituídas pelas filhas, quando têm outra atividade. Nessa esfera, **as mulheres têm autonomia e poder, tomando decisões relativas ao preparo dos alimentos, cuidado da casa e da roupa, orientação e educação dos filhos, assim como ao uso de recursos destinados ao consumo doméstico. Elas também tomam decisões referentes a vendas eventuais de bens por elas produzidos, tais como ovos, queijo, nata, e outros, sendo também as responsáveis pelo uso dos recursos assim obtidos.** No entanto, não se deve superestimar a importância de sua autonomia e poder nesse domínio, tendo em vista, por um lado, que as vendas feitas por elas geralmente são eventuais e de pequeno valor e, por outro, que as atividades domésticas são consideradas como secundárias, pelos próprios membros da família, em relação às atividades produtivas” (BRUMER, 2004, p. 211, 212, grifo meu).

como “ajuda”, ainda que executando o mesmo trabalho do homem (BRUMER, 2004). Cabe ressaltar que Paulilo (1987, 2004) também apontou para o fato de que, quando a mulher exerce atividades produtivas, sua realização é considerada como “ajuda”.

No caso do grupo pesquisado, observamos que há uma diferenciação, geralmente, na venda de produtos da horta, como alface, tomate, entre outros, e dos “caseiros”, como pães, compotas, doces, pois é a mulher quem predominantemente os vende na feira, ou seja, elas atendem os clientes e colocam preço nesses produtos. Já grãos, como feijão, e carne, como de peixe e gado, são comercializados, na grande maioria das bancas, por homens.

Esses dados vêm ao encontro de pesquisa realizada por Garcia (1984), na Paraíba, sobre feiras, na qual a autora reflete sobre a hierarquia dos bens alimentares. Segundo ela, frutas e verduras seriam produtos secundários na hierarquia dos bens, isto é, seriam percebidos mais como acompanhamento¹². A autora observou também que, quando as mulheres comercializavam, geralmente, eram produtos considerados secundários (verduras, frutas). A sua pesquisa nos auxilia a compreender a compra e venda na feira, como relações sociais permeadas de estruturas de significado (GEERTZ, 1989), ou seja, as pessoas significam esses atos seguindo lógicas que fazem sentido a elas, como, por exemplo, o fato de à mulher não caber a venda de produtos considerados principais na hierarquia de bens.

5.2 Família, terra e trabalho: noções importantes para compreender o campesinato

Há muitos estudos mostrando a importância da família, da terra e do trabalho para os camponeses (TEDESCO, 1999; WOORTMANN, 1990). Mendras (1978) já apontava essa importância ao expor que, para os camponeses, a terra é patrimônio da família e um meio de vida, e o trabalho existente entre os membros da família não é remunerado¹³.

¹² Garcia (1984) esclareceu que esses produtos secundários eram aqueles alimentos que, quando o orçamento doméstico “apertava”, acabavam saindo da lista de compras.

¹³ Logo no início de seu livro clássico sobre o campesinato, o autor faz a seguinte definição: “Por camponês, é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas” (MENDRAS, 1978, p. 44). Salienta-se que seu estudo foi realizado sobre o campesinato francês, mas muitas das suas considerações em relação àquele período são importantes para os estudos no Brasil.

Para esse grupo, “interesses de um ator coletivo – a família”, se imporia “aos interesses individuais” (CARNEIRO, 2001, p. 24). Segundo Carneiro (2001, p. 24), isso acontece “quando está em jogo a manutenção da integridade do patrimônio como condição para funcionamento da unidade de produção, e para a reprodução de uma identidade social sustentada na propriedade fundiária e no trabalho agrícola”. Assim, podemos compreender o grupo estudado, pois, até o momento, percebemos que a terra é percebida como um “patrimônio coletivo”, pelo qual o chefe da família deve zelar e o qual deve transmitir para as próximas gerações, não sendo vista apenas como uma mercadoria.

Neste momento, é interessante expor a pesquisa realizada por Carneiro (2001) e Mocellin (2008), que tratam de agricultores de Caxias do Sul. As autoras observaram, entre as gerações mais novas desses colonos, a “elaboração de uma versão mais moderna” de valores “reconhecidos como próprios à cultura italiana”¹⁴. Ou seja, esses valores “passam então a conviver com a contraposição entre noção de indivíduo e a exclusividade da família como *locus* de socialização e de realização” (CARNEIRO, 2001, p. 27). Carneiro (2001) cita como exemplo a noção de trabalho, o qual passaria a ser significado não apenas como valor moral, mas também como realização pessoal, ou seja, em suas palavras:

O trabalho, por exemplo, que constitui a categoria cultural central do universo das primeiras gerações de colonos, também adquire uma nova significação; deixa de ser a expressão de um valor moral, e passa a ser encarado como tão somente um meio de realização pessoal (CARNEIRO, 2001, p. 27).

Desse modo, percebemos a ressignificação e a coexistência do entendimento de trabalho, que passa a ser significado não apenas como valor moral, mas também como realização pessoal, ou seja, passa a conviver com “a noção de indivíduo e a exclusividade da família”. Outra pesquisa reali-

¹⁴ Na pesquisa realizada por Mocellin (2008), foi observado que “a família camponesa, ligada à pequena propriedade de terra, era marcada por escolhas familiares e não individuais. Isso pode ajudar a entender a importância que o trabalho familiar assumia para a geração dos fundadores das empresas. Para eles, o trabalho familiar representava a possibilidade de adquirir capital econômico, acumular bens; e, para tanto, muitas vezes, eles privavam suas famílias desses ganhos, orientando-as para a prática da poupança. Nas gerações dos herdeiros, parece-me que a concepção de trabalho está associada à formação profissional e também à possibilidade de usufruir do capital acumulado” (p. 119).

zada entre camponeses nos auxilia a compreender o conceito de trabalho de forma diferente da perspectiva que individualiza a atividade como sendo de apenas uma pessoa. Moura (1988) expõe duas noções de trabalho por meio de um conflito levado ao tribunal de justiça, em que fica clara a percepção de trabalho como uma “solidariedade parental” e não individual, para os camponeses:

O caso que se segue ocorreu com um camponês que trabalhava um pedaço de terra para seu sustento e que fornecia cana-de-açúcar para uma usina, ambos os cultivos com base no trabalho familiar. Ele e seu irmão mais velho participavam de uma reclamação trabalhista contra a usina. O contrato de trabalho havia sido feito entre esta e a família camponesa, mas com a morte do chefe de família de lavradores, os usineiros haviam considerado desfeito o trato. Ajustadas as contas em acordo amigável, a usina reembolsou o irmão mais velho com a safra pendente de cana, não sobrando para o outro irmão qualquer compensação, nem mesmo o amparo da solidariedade anterior. Ao se dar a indenização ao irmão mais velho, já que a reclamação trabalhista havia sido individualizada na pessoa deste, estava dissolvida a prática e a argumentação do trabalho familiar que unia todos nas mesmas tarefas (MOURA, 1988, p. 38).

O exemplo acima retrata bem duas versões sobre o trabalho; podemos dizer que a do juiz é uma percepção individualizada, e a camponesa é ligada à solidariedade parental. Moura (1988) relata que muitos casos entre camponeses e grandes proprietários chegam ao tribunal, revelando diferentes significados entre conceitos como lei, direito e propriedade.

Podemos pensar que o camponês teria uma visão mais holista do que individualista acerca da terra e do trabalho: “para eles a terra não é mercadoria, e sim, patrimônio da família (mais precisamente da casa-tronco), e garantir sua integridade é ponto de honra para pessoas morais governadas pelo senso de honra” (WOORTMANN, 1990, p. 15). Nesse sentido, a “terra-patrimônio” se sobrepõe ao indivíduo, e assim “produzir para o mercado não significa necessariamente, modernidade na dimensão do valor” (WOORTMANN, 1990, p. 15). Ou seja, podemos pensar que comercializar na feira e interagir com as práticas de mercado recriam e ressignificam ações em uma nova postura frente ao mundo capitalista que se coloca na atualidade. No caso dos agricultores que comercializam na feira estudada, o próprio ato de comercializar e dialogar com o mercado permite-lhes continuar morando na colônia e incentiva os jovens a

seguir com a atividade no campo. Segue adiante uma entrevista¹⁵ esclarecedora, nesse sentido:

O Adriano agora *tá* em Santa Maria, *tá* mais perto, *tá* de sábado a sábado ajudando, já é ramos da atividade dele, *tá* se interessando, vendo resultado. Então ele começa a fazer de uns dois anos pra cá uma planilha, né, uma média de vendas, os custos, as sobras e ... pra ver se no investimento do caminhão havia ... mas ele *tá* assim entusiasmado.. diz: "... pai, e eu pensando em fazer Agronomia" e eu digo "faça agronomia depois tu vê, vai te servir se tu voltar pra cá". E assim a feira está dessa forma (...).Mas assim é muito interessante esse trabalho pra nós. É uma atividade que veio trazer mais formação do que o resto. Além de agregar valor e tal que é nossa sobrevivência em cima, mas como a gente se desenvolveu como a gente adquiriu (Entrevista de 12 de maio de 2014).

No depoimento anterior, percebemos, quando o pai narra com extrema satisfação que seu filho começou a se interessar pela atividade da Feira e ter preocupação com a lavoura, o quanto a Feira acaba tendo um significado importante ao ser vista como uma alternativa viável de produção no campo. Percebe-se como a categoria trabalho é relevante para o grupo. Em outro momento da entrevista realizada com o agricultor, fica clara a noção de "trabalho puxado" como algo que torna o homem um "homem de verdade".

Agora tem o sobrinho, o filho mais velho daquele que em Frederico, o Matis, ele fazendo cursinho em Santa Maria, ele fazendo Engenharia Civil, não passou no vestibular então fazendo cursinho. Aí, já "adotemos" ele na banca. E era um piá assim criado na cidade, não tinha nem noção de lidar com público e esse tipo de atividade. De início, ele pegou bem até ... deu conta do

¹⁵ Essa entrevista foi realizada no dia 12 de maio de 2014, na propriedade rural do feirante agricultor chamado de Seu Lúcio. Salienta-se que, na visita que fizemos à propriedade, realizamos filmagens, entrevistas, fotografias e conhecemos o pai de Seu Lúcio, que ainda trabalha com a plantação de fumo e mora ao lado da propriedade do filho. O senhor Lúcio mora em Pinhal Grande – RS, é casado, descendente de italianos, tem 47 anos, dois filhos (um rapaz que cursa Agronomia na UFSM e uma moça que está cursando o ensino médio) e trabalha há 19 anos no Feirão Colonial. Conheceu a Feira por meio de seus pais que vendiam alguns produtos. Seus pais conheceram a Feira a partir da ligação, principalmente de sua mãe, com a Igreja Católica. Sua mãe teve conhecimento da Feira a partir de um programa de rádio em que Dom Ivo comentou sobre a mesma. Contou-nos que, apenas depois de casado, começou a realmente "levar a sério" a comercialização na Feira, quando viu ali uma alternativa de sustento. Inicialmente, trabalhou com a venda de peixe, embutidos e, depois de 1998, mudou o seu principal produto de venda para o feijão. Atualmente, continua tendo como principal produto o feijão, mas comercializa também outros, como laranja e milho verde, por exemplo. Muitos desses alimentos são itens da propriedade do seu pai e de associados do seu grupo que moram em Pinhal Grande ou em localidades bem próximas.

recado “de vereda”, atencioso, e já tem 18 anos... Aí, ele ficou um mês aí e depois voltou para Frederico, pra casa. Ficou um mês sem contato com a família, ele nunca tinha saído, daí, o meu irmão ligou: “Bah, mas o que vocês fizeram lá com o Matias, tchê, bah, **só falta o bigode, ele voltou um homem**” (risos), “mas não é mais aquele”. Como evoluiu, *nê*, como despertou. Teve duas coisas: longe de casa, longe da barra da saia da mãe, tu tem que se virar... tem que se organizar... e também o curso que puxando ... e **também mais esse serviço de feira, *nê*, é puxado... amanhece o dia já no batente** (Entrevista de 12 de maio de 2014).

Assim, por meio do relato apresentado, vemos que o contato com a rotina de trabalho é valorizado. Seu Lúcio, agricultor entrevistado, acrescenta, ao longo da entrevista, como foi importante para o seu filho ter contato com a feira desde pequeno:

eu puxava eles desde pequeno, quase 20 anos, o Adriano eu levava pra lá, 4 e 5 anos já abria sacola, e ia com auto velho, e botava ele e ele ficava dormindo num banco e ia. Não ia pra aula e não tinha com quem *deixá* e ia se embora. E isso que, olha, a gente que *tá* ali direto a gente vê a diferença que faz pra uma criança ter esse contato de botar ele na ponta .. te vira, faz o troco, pesa, dá conta do serviço (Entrevista de 12 de maio de 2014).

Em conversas informais realizadas na Feira, como também em observações feitas durante a pesquisa, a presença dos filhos na banca, organizando o troco, atendendo, é recorrente. Nos questionários aplicados, igualmente, como resposta, houve casos em que era enfatizado o trabalho pesado no campo como motivo de orgulho, como, por exemplo, à pergunta “O(a) Sr(a) se considera agricultor (a)/ trabalhador(a) rural ou outra denominação?”. É o caso do seguinte relato:

desde a idade de 8 anos, puxo a enxada e tenho 59 anos, a mulher 55 anos, sou pequeno agricultor com orgulho (UFF).

Cabe ressaltar que o trabalho, para muitos agricultores, além de motivo de orgulho, é considerado algo prazeroso de se fazer. Observamos isso em alguns relatos obtidos na Feira, durante a atividade de campo, realizada semanalmente.

Devido ao que foi exposto, ressalta-se que a concepção de família desses camponeses está entrelaçada com noções de terra e de trabalho, aliás, valores extremamente importantes para o grupo. O produto do trabalho é percebido como um esforço conjunto de toda a família. E é essa visão de mundo que se busca manter, mesmo ocorrendo ressignificações, quando falamos em reprodução social do campesinato.

5.3 A feira como um incentivo para a permanência no campo

Muitos estudos vêm mostrando a importância das feiras, como espaços de comercialização direta, para a permanência do camponês no campo, tal como a pesquisa de Michelotti (2010) no Assentamento Palmares II, na Feira do Produtor Rural de Parauapebas/PA. Outros estudos são os de Garcia (1984) e Palmeira (2014), que demonstraram o quanto a feira foi uma saída, na década de 1970 e 1980, para os trabalhadores rurais, possibilitando maior autonomia e, em alguns casos, uma forma de conseguirem adquirir seu pedaço de terra.

A feira auxilia e aumenta a renda da família camponesa, como podemos perceber em alguns relatos de feirantes, na Feira urbana de Santa Maria:

“que a gente consegue estudar os filhos” (Cleide, quando questionada sobre “Para o(a) Sr.(a), que melhoras trouxe o trabalho na feira?”).

“melhorar a renda da família” (UFF, quando questionado sobre “Para o(a) Sr.(a), que melhoras trouxe o trabalho na feira?”).

Além do exposto recentemente, a feira também vem sendo um lugar cada vez mais procurado devido à comercialização de produtos locais, artesanais e agroecológicos, considerados diferenciados pelos consumidores urbanos (MENASCHE, 2004). Na pesquisa realizada por Colomé (2013) entre os consumidores no Feirão Colonial, foi observado que os produtos adquiridos na feira eram percebidos como mais naturais e frescos, como também ligados à natureza.

Esse processo pode ser visto, adicionalmente, pelo fato de a maioria desses produtos¹⁶ ser comercializada pelas mulheres, como algo que “contribui para a construção de uma identidade feminina não mais sustentada na simbiose entre mulher e esposa de agricultor” (CARNEIRO, 2001, p. 43). Ele também inclui mudanças no processo da herança, visto que a terra passa a ser associada a outras atividades que não apenas a agrícola. Assim, abrem-se novas perspectivas de trabalho para as mulheres camponesas, que o projeto de pesquisa “Na feira: produção, distribuição e consumo entre

¹⁶ Produtos como pães, massas, bolachas, alface, tomate, entre outros.

agricultoras feirantes na região central do Rio Grande do Sul” vem buscando compreender.

Diante disso, podemos dizer que a comercialização na feira abre possibilidades para os camponeses do interior e das localidades próximas a Santa Maria continuarem a viver no campo. Em relação a isso, o depoimento de Seu Lúcio, feirante há 19 anos no Feirão, é esclarecedor, pois assinala os desafios e perspectivas que vê em relação ao trabalho no campo:

olha, principalmente mão de obra nossa que *tá* cada vez menor. A demanda de produto maior, então, dá aquele desencontro, precisa produzir mais com menos gente... mas o espaço *tá* ali.. eu vejo assim .. tem um futuro promissor, é perfeitamente viável , eu bato de frente com tanta gente aí .. que *tão* indo embora, deixando a propriedade, que *tão* desanimado, porque não dá, e *tão* cada vez mais pobre...mas só não descobriu a vocação da propriedade, quem sabe em vez de plantar fumo e feijão não é plantar frutas ou hortigranjeiros, ou outra coisa, criar peixe, tem riquíssimas de água aí e não é aproveitado nada. Só achar o jeito (...) Eu acho que descobri uma forma de viabilizar, *né*, de levar a diante, de trazer renda pra dentro tanto da minha propriedade como dos associados (Entrevista de 12 de maio de 2014).

Percebemos, assim, a importância dessa atividade para a manutenção das famílias no campo, bem como a sua contribuição para uma valorização do rural. Vemos também que o lucro obtido tem possibilitado melhoras na qualidade de vida e de trabalho rural.

Considerações finais

No decorrer do texto, procuramos apresentar tópicos que vêm guiando a pesquisa etnográfica no Feirão Colonial, a qual visa entender como os feirantes vêm dialogando com práticas de mercado e como as significam.

Assim, baseados em dados de pesquisa, buscamos compreender questões relacionadas à reprodução social do campesinato, à luz de autores que vêm contribuindo com estudos sobre esse grupo social. Vimos, ao longo do texto, a complexidade existente nas estratégias elaboradas por camponeses para a sua manutenção enquanto grupo, as quais variam e se modificam dependendo de questões mais amplas, como contexto social, histórico e econômico. No caso da Feira, ficou claro que o grupo pesquisado é uma grande fonte de estudo sobre este assunto. Também buscamos mostrar as consequências da migração seletiva e o porquê de ela estar ocorrendo. Pro-

curamos apresentar a Feira como um incentivo ao camponês para permanecer no campo e para as mulheres camponesas obterem, através de suas vendas, um dinheiro extra.

Assim, percebe-se a importância do escoamento da produção em feiras, das estratégias na sucessão familiar, da herança para a reprodução social do campesinato e como cada contexto social e cultural proporciona distintas e diferentes práticas.

Referências

- BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, jan.-abr., 2004.
- BRUMER, A.; FREIRE, N. M. S. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez., 2001.
- COLOMÉ, F. *Gramáticas do consumo: eticidade e engajamento político no sul do Brasil*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSM sob orientação do Professor Doutor Ricardo Mayer, 2013.
- DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DIOCESE DE SANTA MARIA. *Revista do projeto Esperança/Cooperança: Princípios Norteadores, Orientações Gerais e Regimento Interno*. Santa Maria, 2009.
- FONSECA, C. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. In: *Revista Brasileiro de Educação*. n. 10, jan. 1999.
- FROEHLICH, J. M.; DILLIUS, P., R.; VENDRUSCOLO, R. Território Quarta Colônia/RS: patrimônio cultural e gastronomia em foco. In: *Anais do 7º Colóquio de Transformações territoriais*. Curitiba, 2008.
- GARCIA, M. F. *Feira e Trabalhadores Rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ sob orientação do Professor Doutor Moacir Palmeira, 1984.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores)
- MENASCHE, R. Risco à Mesa: Alimentos Transgênicos, No Meu Prato Não? In: *Campos: Revista de Antropologia Social*. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 111-129, 2004.
- MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- MICHELOTTI, F.; SOUZA, H.; ALMEIDA, A. P. de O. Estratégias de Comercialização e Reprodução Camponesa no Sudeste Paraense: a participação do Assentamento Palmares II na Feira do Produtor Rural de Parauapebas/PA. In: 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. *Anais do 4º Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 2010.
- MOCELLIN, M. C. *Trajetórias em rede: representações da italianidade entre empresários e intelectuais da região de Caxias do Sul*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Professor Doutor Guilherme Raul Ruben, 2008.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- OLIVEIRA, R. C. de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *Revista Antropologia*. v. 39, n. 1. São Paulo: USP, 1996.
- PALMEIRA, M. Feira e Mudança Econômica. *Revista Vibrante*. Brasília, v. 11, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.vibrant.org.br/issues/v11n1/moacir-palmeira-feira-e-mudanca-economica/>>. Acesso em: 25 ago. 2014.
- PAULILO, M. I. “O peso do trabalho leve”. *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC. v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.
- PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.
- SANTIN, S. *A imigração esquecida*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- SANTIN, S. Sonhos diferenciados ou desfeitos: Silveira Martins, a Quarta Colônia, no cenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: MARIN, Joel (Org.). *Quarta Colônia: Novos Olhares*. Porto Alegre: EST, 1999.
- SAQUET, M. Alguns aspectos da formação econômica da ex-colônia Silveira Martins (1878-1925). In: MARIN, Joel (Org.). *Quarta Colônia: Novos Olhares*. Porto Alegre: EST, 1999.
- SEYFERTH, G. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. In: *Boletim do museu nacional*. Antropologia. Rio de Janeiro. 1985.
- TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VEDANA, V. *Fazer a Feira: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira-Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS sob Orientação da Professora Doutora Cornelia Eckert, 2004.

VEDANA, V. *No mercado tem tudo que a boca come. Estudo Antropológico da duração das práticas cotidianas de mercado de rua no mundo urbano contemporâneo*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS sob Orientação da Professora Doutora Cornelia Eckert, 2008.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VENDRUSCOLO, R. *“Somos da Quarta Colônia”: os sentidos de uma identidade territorial em construção*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM sob orientação do Professor Doutor José Marcos Froehlich, 2009.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguecia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*. Editora UNB, 1990.

ZANINI, M. C. C. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil). In: *Redes*. Santa Cruz do Sul. 2008.

ZANINI, M. C. C. *Italianidade no Brasil Meridional*. Santa Maria: EDUFSM, 2006.

ZANINI, M. C.; SANTOS, M. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). *REMHU*, Brasília, Ano XVII, n. 33, p. 175-196, 2009.

ZARRIA ICAZA, A.; FREITAS, M. (Org.). *O projeto esperança/coesperança e a construção da economia solidária no Brasil*. Relato de uma experiência. Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

Fazendo etnografia na feira: uma etnografia entre mulheres camponesas em Santa Maria, no Rio Grande do Sul

*Patrícia Rejane Froelich
Maria Catarina Chitolina Zanini*

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a atuação da mulher camponesa¹ no contexto urbano da feira, elencando suas conquistas e dificuldades, procurando responder a seguinte questão: De que forma o trabalho na feira impacta a vida cotidiana destas mulheres? Nesse sentido, procuro enfatizar a dinâmica de trabalho no espaço da feira que ocorre no Bairro Camobi, Santa Maria, Rio Grande do Sul/Brasil. Busco, assim, ampliar o conhecimento acerca da situação dos camponeses na atualidade, enfatizando especialmente o papel da mulher no que compete à sua participação na produção, na montagem da banca e na comercialização dos produtos. Para tal, utilizei o método etnográfico.

A feirinha acontece em dois dias da semana, periodicamente, há cerca de 13 anos. Aos sábados, conta com cerca de dezessete barracas (número que eventualmente varia), espalhadas horizontalmente ao longo da calçada. Nas quartas-feiras há menos feirantes, cerca de seis barracas. O trabalho de campo principiou em agosto de 2011, sob as diretrizes de um projeto

¹ A discussão sobre a conceitualização do que seja um camponês é extensa, não sendo possível esgotá-la aqui, mas entendo por mulher camponesa aquela trabalhadora rural que, juntamente com sua família, possui pouca extensão de terra e pratica a policultura, sendo que a mão de obra empregada nas tarefas da lavoura é familiar. A mulher camponesa, via de regra, possui dupla jornada de trabalho, com atividades no roçado e também domésticas. Para maior aprofundamento desta questão ver Chayanov (1925), Kautsky (1968), Wolf (1970), Mendras (1978), Santos (1978), Martins (1981), Moura (1988), Palacios (1993), Tedesco (1999), Polanyi (2000), Cardoso (2002), Woortmann (2002), Shanin (2005), Wanderley (2009), Seyferth (2011), entre outros.

de pesquisa em que atuei como bolsista de iniciação científica, até agosto de 2013. Foi nesse momento que passei a ter contato com a etnografia e a gostar cada vez mais desta metodologia, sendo que esta escolha me pareceu conveniente para o universo pesquisado, uma vez que este agrega um conjunto de dinâmicas e diversidades peculiares, além de uma multiplicidade de agentes sociais envolvidos direta e indiretamente com a feira. Durante o segundo semestre de 2013, depois de dois anos de pesquisa empírica, participei do programa nacional de mobilidade acadêmica, cursando disciplinas no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, o que possibilitou um afastamento geográfico do meu campo empírico e, conseqüentemente, um “novo estranhamento” ao regressar em março de 2014. As mudanças se referem ao espaço físico, propriamente dito, e ao ingresso de um novo feirante na feira.

Minha intenção, desde a primeira inserção, foi conhecer o trabalho que se desvela nessa feira, almejando conhecer mais sobre esses trabalhadores, especialmente sobre as mulheres que ali estavam e, por conseguinte, registrar seus saberes e práticas bem como suas reivindicações. Objetivava compreender seus anseios e por que desempenham a atividade de “feirante”. Ademais, minha moradia fica próxima ao local no qual ocorre a feira, o que aguçava, e continua aguçando, minha curiosidade e meu interesse em compreender mais sobre este espaço e seus sujeitos, e essa proximidade geográfica permitiu um acompanhamento assíduo. Ainda, identifiquei-me com os sujeitos desta pesquisa, uma vez que sou filha de camponeses, e essa identificação inspirou e motivou este trabalho.

O artigo está estruturado em quatro partes. Inicialmente, abordo as sutilezas e percepções do fazer etnográfico. Posteriormente, situo meu campo de pesquisa e, por conseguinte, me atendo ao trabalho desenvolvido pelas mulheres camponesas e às questões de gênero imbricadas no meio rural. Finalizo problematizando o campo social pesquisado, com viés político e histórico.

1 Fazendo etnografia na feira: algumas ponderações acerca deste aprendizado

No dia 10 de agosto de 2011, lá estava eu (na feira de Camobi) com caderno e caneta em punho – sem saber ao certo o que anotar – olhar aten-

to, tímida e embriagada de teorias que pareciam mais atrapalhar que auxiliar, esperando minha orientadora². Tinha lido a prévia do projeto, mas estava confusa como qualquer principiante. Ela chegou e prontamente fomos conversar com as/os feirantes, apresentando-nos e pedindo permissão para conhecer mais a feira e o trabalho delas(es). Lembro-me dos olhares desconfiados e, concomitantemente, da calorosa recepção. Nesse dia, esqueci de anotar o horário da entrada em campo, e meu diário ficou um tanto desorganizado; anotei tudo que consegui!

Meu diário de campo é escrito literalmente em campo; em forma de tópicos destaco a hora em que chego, o clima, a quantidade de barracas e sua respectiva coloração, os produtos, os preços, a quantidade de veículos (dos consumidores), algumas conversas e expressões. Digito e reviso as notas do diário em casa. Confesso que, na verdade, não consigo manter uma organização linear das anotações, uma vez que a feira é dinâmica e minha percepção tenta acompanhar esse ritmo. Esse instrumento de pesquisa foi autorizado pelos feirantes, inclusive, eventualmente, querem ver “o que tanto tu anota”. No sábado subsequente, procedemos do mesmo modo; apresentamo-nos aos feirantes que não comparecem na quarta, pois, como citado na introdução, a feira tem mais barracas nesse dia e, conseqüentemente, mais feirantes e mais bancas.

O Projeto de iniciação científica *Mulher camponesa: de produtora a distribuidora e consumidora*³ me ofereceu novos questionamentos e criou a ne-

² Professora Dr^a Maria Catarina Chitolina Zanini, professora na UFSM e coordenadora do projeto de pesquisa.

³ Coordenado pela professora Dr^a Maria Catarina Zanini, atuei nele como bolsista com o apoio financeiro da FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul) via programa PROBIC. No entanto, no dia 05 de novembro de 2012, o referido projeto reestruturou-se, com o título: *NA FEIRA: PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO ENTRE AGRICULTORAS FEIRANTES NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL*. A equipe do projeto aumentou, contando com a Profa. Dr^a. Giralda Seyferth (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ), Profa. Dr^a. Miriam de Oliveira Santos (IM/UFRRJ), Prof. Dr. Everton Picolotto (UFSM), Prof. Dr. José Marcos Froelich (UFSM), Profa. Dr^a. Maria Clara Mocellin (UFSM), Prof. Dr. Joel Orlando B. Marin (UFSM) e mais 02 Bolsistas de Iniciação Científica e 04 Auxiliares de Pesquisa (Discentes/Mestrandos/Mestres). Dentre os novos bolsistas, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, ingressou minha colega Fabiane, a qual referencio em sequência. O então reformulado projeto, ainda em vigor, almeja mapear as feiras de Santa Maria-RS, aprofundando as seguintes questões: “O novo papel que estas trabalhadoras têm vivenciado interfere na melhora de sua situação em nível doméstico ou não? Há, ainda, o exercício de uma dominação masculina (BOURDIEU, 2002) sobre a renda de seu trabalho? Como elas percebem sua condição de camponesas e de feiran-

cessidade de compreender mais acerca da dinâmica da feirinha de Camobi. Aflorou em mim o gosto da pesquisa e implantou-se o desejo de saber para além do recorte proposto, levando-me a pretender transcender a questão econômica, que ainda constitui o ponto mais abordado nos trabalhos acadêmicos sobre as sociedades camponesas. Desejava compreender o cotidiano da feira e suas nuances, pois *os imponderáveis da vida real* (MALI-NOWSKI, 1978, p. 29) desse espaço social merecem atenção sensibilizada, uma vez que ancoram todas as relações desencadeadas do processo de constituição e manutenção da feira.

Meu campo foi realizado com a professora orientadora (coordenadora e pesquisadora no projeto acima referenciado), com quem aprendi as sutilezas do fazer etnográfico, as finezas da descrição. Fui privilegiada nesse sentido, tendo miniorientações ao longo da prática da pesquisa, e, no dia 26.06.2013, ganhamos uma nova colega de etnografia, minha amiga e participante do projeto supracitado, Fabiane Dalla Nora. Eis que fui incumbida de apresentá-la aos nossos (as) interlocutores (as). Fabiane trouxe consigo uma vontade de conhecer mais acerca das sociabilidades presentes na feira, sendo este o recorte para seu artigo de conclusão de curso, que será defendido no final do corrente ano. Juntas, refletimos e refinamos nossa percepção acerca do dia a dia da feira como espaço de interação de distintos agentes sociais e suas respectivas clivagens.

Para refletir mais profundamente sobre o fazer etnográfico, utilizo as ponderações de Geertz (1989) destacando que a etnografia se distingue por uma *descrição densa* que visa descrever, aprofundar e explorar todas as probabilidades interpretativas do seu campo e do seu objeto. Nesse sentido, busquei compreender as estruturas de significados circulantes nesse espaço urbano.

tes? Como acionam estas? O que significa o mundo do consumo (CANCLINI, 1996) para estas mulheres? Há processos de estigmatização em sua condição de trabalhadoras da terra (GOFFMAN, 1984)? Enfim, são estas questões, de uma forma sucinta, que esta pesquisa pretende aprofundar.” A partir de então continuei pesquisando a “Feirinha de Camobi” e, nas terças, pelas manhãs, acompanhei a Feira da Praça Saturnino de Brito (20-03-12, foi o dia da minha primeira inserção), que ocorre no centro da cidade de Santa Maria-RS. Atualmente continuo acompanhando as duas feirinhas, mas com uma frequência menos assídua (Uma vez por mês acompanho a Feirinha da Saturnino, e todos os sábados acompanho a feirinha de Camobi, deixando de ir nas quartas-feiras), devido aos esforços dispensados para escrever o presente trabalho e tabular os dados coletados. A feira da Saturnino não será abordada no presente artigo, mas sim em futuros trabalhos.

A etnografia se constitui em uma tarefa que demanda muito tempo de prática e observação, e é exatamente assim que esse trabalho busca delinear-se, atentando para as dificuldades e desafios desse método, tão caro à nossa ciência antropológica. Como confirma Cardoso de Oliveira (1998, p. 15), fazer etnografia é ir a campo preparado para ver, ouvir e escrever. Acrescento, no caso do cotidiano da feira, o sentir cheiros e ouvir rumores, embasada nesse espaço social, que mescla traços urbanos e rurais.

Evoco, ainda, o fotografar, enquanto uma extensão do meu olhar. Assim, montei, ao longo da pesquisa, um pequeno acervo fotográfico para o projeto, que conta com 1.224 arquivos. Essa técnica auxiliou a descrição do espaço físico e permitiu também pensar as relações mantidas entre feirantes e consumidores, e também entre feirantes. A fotografia foi muito bem aceita pela grande maioria dos (as) feirantes, que usualmente brincavam com a presença da câmera, fazendo vários comentários em tom jocoso, como, por exemplo: *Cuidado, vai quebrar a câmera, Patrícia!; Tô bem na foto?!; Vai fazer photoshop depois, né Patrícia?!* Um fator que reforçou essa larga aceitação foi a confecção de DVD'S e algumas fotografias de cenas da feira, distribuídas como “lembranças” aos feirantes⁴.

Ao utilizar a fotografia em consonância com as demais técnicas de pesquisa, dialogo com Achutti (1997), que propõe “pensar e desenvolver a própria antropologia visual como uma linguagem e um olhar, capaz de, no processo de conhecer, nos dar dados” (ibidem, p. 13). Nesse sentido, o autor destaca a importância de “sistematizar as potencialidades da fotografia enquanto técnica de pesquisa e, principalmente, enquanto possibilidade de construção de uma forma narrativa eficaz” (ibidem, p. 56). Concordo com o autor, e também compreendo o potencial da imagem em expressar o que o texto escrito não contempla, embora grandiosos esforços sejam dispensados para tal. A propósito dessa peculiaridade da imagem, Achutti destaca:

⁴ Ressalto que sempre pedi autorização para captar a imagem dos(as) envolvidos, só não o fiz com todos os consumidores(as); por isso, busquei encobrir seus rostos, privilegiando ângulos dispersos.

Um pouco de abordagem visual que venha enriquecer o verbo e que venha enriquecer também nossos diálogos, nossa maneira de formular conceitos, de perceber e narrar as experiências que não estejam disponíveis às palavras.

A unicidade de um olhar, de um rosto especial que nos sensibiliza, não se pode traduzir em palavras. A unicidade deste olhar só pode ser aprendida como imagem. Imagens que povoam o pensamento dos homens, mas que também encontram lugar num retângulo silencioso chamado fotografia (ACHUTTI, 1997, p. XXXIV).

Sobre o uso da câmera fotográfica e filmadora no meu campo de pesquisa, destaco novamente que houve boa aceitação da utilização desses equipamentos, e que obtive confiança (a credibilidade baseada no tempo, na presença semanal) dos meus/minhas interlocutores(as) para usá-los com tranquilidade, repetindo a finalidade desta operação quantas vezes fosse necessária. No entanto, enfrentei dificuldades de nível técnico, ao trabalhar com equipamento amador e sem preparação prévia para tal⁵. As fotografias necessitam ser mais trabalhadas. Nesse sentido, ao passo que o uso da imagem em trabalhos etnográficos vem conquistando mais respaldo, também precisa-se ampliar a discussão referente a tal problemática, a fim de orientar novos (as) pesquisadores (as), como é meu caso.

⁵ Fiz apenas uma filmagem da feira, mas até o momento, por limitações técnicas, não editei o material.



Figura 01: Enquadramento do espaço sem e com a feira, sob três ângulos distintos.

Fonte: Fotos da autora. Combinação feita no *PhotoScape*. Fotos dos dias 21.04.12; 19.07.13; 07.06.14.

Apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos nunca se conheceriam os *imponderáveis da vida real* (MALINOWSKI, 1978). Para detectá-los é preciso fazer etnografia, ou seja, conviver com o grupo pesquisado, estar lá, “então, a carne e o sangue da vida nativa real preenchem o esqueleto vazio das construções abstratas” (ibidem, p. 29). Foi, assim, por meio do convívio semanal que consegui compreender mais acerca

do universo pesquisado. Permaneceram lacunas, é verdade, mas estas obviamente são menores do que aquelas que seriam baseadas somente nas técnicas quantitativas, sem o amparo do método etnográfico.

O mesmo autor destaca a importância do *diário etnográfico*, feito sistematicamente ao longo dos trabalhos de campo, recurso este que utilizo amplamente nas visitas à feira. O questionário, por sua vez, não foi uma técnica tão bem aceita quanto as fotografias. Aplicamos, ao longo da pesquisa, três questionários com objetivos diferenciados.

O primeiro visou conhecer o tamanho das propriedades e a razão de trabalharem na feira; dos 19 questionários aplicados em cada banca, apenas 09 retornaram preenchidos. O segundo se destinou às mulheres, procurando compreender mais acerca da sua rotina de trabalho; dos 20 questionários (para cada mulher feirante) apenas 08 retornaram. O terceiro procurava conhecer os bens e maquinários da família; dos 19 questionários aplicados, apenas 7 retornaram⁶. Mesmo assim, obtivemos muitas informações importantes por meio daqueles que foram devolvidos⁷. Estas questões serão aprofundadas adiante. Vale destacar que analisei cada questionário individualmente, relendo-o diversas vezes. Os dados coletados através desta técnica serviram para articular as entrevistas e travar diálogos durante a observação participante.

A etnografia exige do(a) pesquisador(a) um deslocamento de sua própria cultura (ECKERT; ROCHA, 2008), pois, somente assim, delinear-se-á a possibilidade de o pesquisador(a) se situar no interior do fenômeno observado, ao passo que sua participação nas formas de sociabilidade será efetivada. Desta forma, a interação é o pilar central da pesquisa. Ao estar presente regularmente, com o consentimento do grupo, o pesquisador(a) passa a participar da rotina dos seus sujeitos estudados, e sua técnica consiste na observação participante. A partir desse momento, a etnografia se torna mais profunda. Nesse sentido, consegui perceber, ao longo de pouco mais de dois anos de acompanhamento contínuo da feira, uma aproximação baseada em confiança e em trocas. Estas últimas se referem às informações cap-

⁶ Vale destacar que esta estatística não compreendeu um dos feirantes atuais, uma vez que este ainda não participava da feira durante a aplicação desta técnica.

⁷ Entregávamos (eu e a professora) em um dia da feira, e elas(es) nos traziam em outro dia, possibilitando que seu preenchimento fosse feito com tranquilidade em suas respectivas casas. Sempre destacamos que o preenchimento era facultativo e nenhuma questão era obrigatória.

tadas e transmitidas, pois, se eu questionava acerca do ofício delas e deles, elas e eles me interrogavam também⁸. Em conformidade com Cardoso de Oliveira (1996), acredito que mantive uma “relação [é] dialógica” (p. 20). Ao revelar que sou filha de camponeses, senti que houve uma singela identificação.

As conversas eram travadas entre uma venda e outra, já que a chegada de consumidores(as) é inconstante. Na primeira semana do mês, a conversa é mais complicada, pois a feira é visivelmente mais movimentada. Segundo os(as) feirantes, essa movimentação maior é devida ao recebimento dos salários por parte dos(as) fregueses(as). Já nos dias de chuva e de frio rigoroso, há mais tempo disponível para travar diálogos, pois o movimento diminui muito e sobram muitos produtos. Em geral, os produtos que não são comercializados, os(as) feirantes os destinam à alimentação de seus animais.

Descola (2006), ao descrever sua experiência etnográfica na sociedade tradicional *Jivaro*, localizada na alta Amazônia, ressalta a importância de estabelecer contato com os “nativos” e do consequente desafio da linguagem. O autor nos questiona sobre o que seria aprender e, nesse sentido, destaca a importância da convivência e da valorização da cultura local como algo primordial ao pesquisador. Foi dessa forma, através da valorização e do respeito, que conduzi minha pesquisa. Sempre tratei de esclarecer o que estava observando ali, de fazer transparecer minha vontade de aprender com eles (as). Compreendi que observava e era observada também. Em meio às anotações do diário de campo, eis que visualizo uma nota reflexiva que fiz em meados de junho de 2012 :

Engana-se o(a) antropólogo(a) que pensa ser o único que observa. Ele(a) é a todo tempo observado também (uma vez que ele(a) é o elemento estranho do lugar que pesquisa). Ele(a) é o “estrangeiro”. Ainda que observe atentamente, escapar-lhe-ão alguns detalhes, pois enquanto ele(a) averigua com dois olhos, seus/suas pesquisados(as) veem muito além, pois vivem aquilo cotidianamente, em sua completude. Trata-se de fazer relatos de vida, e de humildade para reconhecer que nós dependemos deles(as) e não o contrário. Contra a arrogância técnica!

⁸ Conversávamos sobre diversos assuntos, desde o “movimento da feira” até os cultivos que estavam sendo semeados. Eles(as) também me questionavam acerca da minha rotina, da minha família e me convidavam para conhecer suas propriedades.

Por referir experiência etnográfica, vamos ao encontro de Wacquant (2002), quando este fez uso da observação participante (que, nesse caso, constitui-se em uma “participação observante” dado o tamanho do envolvimento) para confeccionar uma descrição profunda do seu campo, que resultou em um fazer etnográfico rico em percepções, reflexões e experiências. Seu trabalho me inspirou, uma vez que ele valorizava seus interlocutores e suas aspirações, questionando a visão engessada da ciência. Concordo com este autor, quando diz, nas entrelinhas, que a ciência passa e as pessoas ficam. Há de se valorizar os sujeitos em sua humanidade, com seus respectivos medos, gostos, amores e anseios, e a vida com seu tom agriado.

Observando a exemplificação do trabalho de campo de Fonseca (1998), sobre a organização familiar em vilas de Porto Alegre-RS/Brasil, verificamos o desdobramento do método etnográfico em cinco momentos: estranhamento de uma realidade, esquematização dos dados, desconstrução da própria cultura, comparação com outras sociedades, sistematização do material coletado em modelos. Ela também destaca a observação participante que oferece ao pesquisador(a) a oportunidade de conhecer os diferentes elementos da vida social do grupo focado.

Segundo Rockwell (2009), necessitamos criar nexos entre a formulação teórica e a observação empírica, e ainda compreender a importância da contextualização temporal; nessa linha, captando esses elementos, a etnografia se constitui numa forma de produzir conhecimento. Essas respectivas recomendações e constatações guiaram meu olhar e ampliaram minha percepção. Ao longo do fazer etnográfico, fui alvejando meus preconceitos, alimentando minha curiosidade de conhecer e descrever o universo pesquisado. Defino-me enquanto aprendiz observadora, ancorando meus objetivos nos sabores, nas cores, nos aromas, nos rumores, nas diversidades, procurando deixar meu campo falar! Este último é um grande desafio, no sentido de saber ouvir, ou melhor, aprender a fazê-lo.

Em prol de uma etnografia sensível que atenda as demandas do meu campo, encontrei no trabalho de Sá (2013) a recomendação para utilizar a observação participante em detrimento das entrevistas pré-estruturadas. O autor afirma que a etnografia vem a ser uma parceria firmada entre etnógrafo e interlocutores, destacando que há uma espécie de rito de passagem, em campo, para o antropólogo, no que tange ao seu contato com os pesqui-

sados: “tanto cá como lá é preciso que haja primeiro certo estranhamento, depois alguma identificação (ou delimitação) para que, então torne-se (estranhamente) familiar.” (ibidem, p. 38). Com este autor, compreendi a importância de relativizar informações e refletir acerca “dos silêncios”. Há uma troca agradável e laboriosa. Eis que etnografia se aprende fazendo, incitando constantemente nosso problema de pesquisa e atentando para as particularidades do nosso campo e dos nossos(as) interlocutores(as).

Considerando essa pequena revisão de literatura, constato que a formação do antropólogo deriva da união entre teoria e empiria. É em campo (embora existam grandes antropólogos de gabinete) que surgem novas reflexões. Fazer etnografia é um aprendizado permanente. Ir a campo constantemente, esquecer a timidez, ouvir, ver, escrever, sentir odores, fotografar, traçar conversas, observar negociatas e jocosidades. Uma pesquisa etnográfica ganha consistência aos poucos. Necessita paciência, vigilância epistemológica, disposição, respeito e ética. Acredito, pois, que fazer etnografia propicia simultaneamente o crescimento intelectual e pessoal do pesquisador/estudante; este artigo resulta desta crença!

Em consonância com o fazer etnográfico, carregado de cuidados e responsabilidades éticas, temos o escrever etnográfico, que é igualmente complicado. Transcrever para o papel tudo aquilo que considero relevante da pesquisa é um desafio grandioso. Inevitavelmente haverá lacunas, embora o texto tenha sido revisitado diversas vezes. Assim como nos familiarizamos com o campo empírico, e necessitamos repetir continuamente o exercício de estranhamento, o mesmo ocorre com a escrita. Escrever, reescrever e questionar nosso próprio estilo são exercícios importantes.

Adoto, pois, a escrita em primeira pessoa, defendida por Cardoso de Oliveira (1996, p. 27), que recomenda fortemente “que o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: ‘nós’”. Em sintonia com Becker (1977), refleti acerca dos possíveis problemas dessa publicação no que concerne à exposição dos interlocutores da pesquisa, procurando “evitar publicar itens de fatos e conclusões que não sejam necessários à argumentação ou que causem sofrimento desproporcional ao ganho científico de torná-los públicos” (p. 156).

1.2 Uma aspirante a antropóloga em ação: notas sobre os desafios e os prazeres do diálogo

O relato etnográfico que ora se apresenta resulta do diálogo entre teoria e empiria. Relato este que é difícil e concomitantemente prazeroso. Escrever sobre pessoas com as quais você conviveu exige a *vigilância epistemológica* preconizada por Bourdieu (1999, p. 14).

Tenho aqui ao meu lado quatro cadernos cujas páginas registram minhas observações de campo. Como separar as pepitas de ouro do cascalho? Eis o dilema. A questão é recortar e procurar observar, como ressalta Malinowski (1978, p. 31), algumas recorrências e “saberá dizer se é normal ou excepcional”. Percebo que, ao longo do tempo, as próprias notas do diário de campo foram se alterando, as informações amadurecendo juntamente comigo. Foram inscritos produtos, nomes, conversas, queixas, aspirações dos meus interlocutores e minhas também.

Vejo, agora, que os diários falam: letra apressada, rabiscos que acompanham diálogos e dialetos, marcas de gotículas de chuva, folhas amassadas por suposta ventania, pingos de bergamota⁹ e de chimarrão¹⁰ degustados sobre eles. Eis uma prova inquestionável de que “estive lá” (GEERTZ, 2009, p. 15), de que dividi com as(os) feirantes as doçuras e dissabores do cotidiano de uma feira. Vamos falar um pouco das agruras também. Observei mãos calejadas, escutei reclamações de dores na coluna e por associação ao Sistema Único de Saúde – SUS¹¹; também ouvi queixas sobre o alto preço dos insumos e sementes em contraste com produtos rurais desvalorizados, escutei cobranças aos políticos que aparecem somente quando estão em campanha eleitoral. Em resposta a um dos questionários, uma feirante nos colocou as seguintes apelações:

Gostaríamos que os feirantes fossem mais valorizados. Que a UFSM liberasse para construir uma cobertura fixa e plantio de árvores. A (sic) doze anos que estamos no sofrimento e nunca conseguimos liberação para termos uma cobertura fixa e uma boa sombra.¹²

⁹ Denominação regional para a fruta tangerina.

¹⁰ Bebida típica do RS. Composta por *erva mate* e água quente, sorvidos em um recipiente denominado *cua* através de uma espécie de canudo denominado *bomba*.

¹¹ Plano público e gratuito de saúde, articulado pelo governo federal.

¹² Todas as respostas de questionários, transcritas neste artigo, foram mantidas em sua formatação original.

No dia da feira, elas(es) acordam de madrugada, sendo os produtos previamente selecionados no dia anterior. Enfrentam a escuridão, chuva, frio, calor, ventania para montar a estrutura da barraca. A cada feira eles colocam os pilares e a lona, amarram a estrutura, dispõem alguns produtos sobre a mesa e outros deixam em caixas. No final da feira eles desmontam essa estrutura, que será novamente remontada no próximo dia de feira. Alguns feirantes têm estrutura de ferro, e outros de madeira.



Figura 02: Pannel demonstrando montagem e desmontagem (somente a primeira dessa seleção) da barraca. As fotografias datam respectivamente dos dias 14.04.12; 23.06.12 e 01.09.12.

Fonte: Fotos da autora

Eis os produtos ali: lavados, organizados, separados! Alguns embalados, como, por exemplo, o brócolis, outros oferecidos em feixes e maços, como a couve e o espinafre, alguns em caixas de isopor, como os *capeletti*¹³.

¹³ *Capeletti* ou *agnolini* é uma massa em forma de chapéu, daí o nome *capeletti*. Recheada com salame ou frango, apreciada e elaborada especialmente pelos descendentes de italianos. No inverno, sua procura aumenta, pois se faz sopa com a mesma.



Figura 03: Alguns dos produtos comercializados na feira. As fotografias foram captadas em dezembro de 2011 e janeiro, maio, junho e julho de 2012.

Fonte: Fotos da autora

Os (as) feirantes ficam esperando os fregueses(as), com tudo pronto, alguns em pé, outros(as) sentados(as). Escutam elogios aos seus produtos e também reclamações de preços. Passam dificuldades para fazer “cálculos quebrados” e arrumar troco para notas de grande valor.

A feirinha de Camobi, como se intitula popularmente, é silenciosa se comparada a outras feiras do país, como, por exemplo, a Feira Livre da Epatur em Porto Alegre-RS, descrita por Vedana (2004), em que a autora se refere ao burburinho lá existente. Na feira que pesquisei, dificilmente há interpeção dos(as) consumidores(as) por parte dos(as) feirantes. No entanto, eles(as) utilizam outras estratégias para “chamar” a freguesia, como oferecer degustações do queijo, da morcilha¹⁴, das frutas, da batata doce¹⁵.

Além disso, percebo todo um cuidado (presente em seus discursos) quanto à disposição dos produtos; há preocupação em deixá-los à mostra, “chamando” os consumidores pelas cores e variedades. Alguns colocam cartazes também, outros “radicalizam no marketing”, como ocorreu certo dia com a mandioca; de tanto serem questionados sobre o cozimento dela, um casal de feirantes a trouxe cozida para a feira, a fim de demonstrar sua textura e provar sua qualidade.

¹⁴ Embutido de carne suína, especialmente as miudezas, acrescido do sangue do animal com ervas aromáticas. Conheço variações desse nome, como morcella, mas na feira só ouvi a denominação referida no texto.

¹⁵ Trazem-na assada, pronta para ser consumida.



Figura 04: Modos de expor alguns dos produtos

Fonte: Fotos da autora. Diversas datas

Na minha primeira entrada em campo acompanhada de minha orientadora, tivemos uma conversa inicial com os(as) feirantes; isso não significa que eles(as) tenham entendido o que fazíamos naquele local. Eles(as) nos aceitaram, mas a minha sensação é que nunca compreenderam ao certo o que fazíamos. Ganhamos credibilidade com o tempo. Assim, abancamo-nos em uma determinada banca nas quartas e em outra nos sábados. Eu sempre chegava antes da minha orientadora (com raras exceções), e eles(as) já tinham me reservado um assento. Senti que o tratamento a mim conferido foi tal qual o de uma “filha”, reforçado e reafirmado com o tempo.

Não raras vezes recebi saladas, frutas, descontos e conselhos dos(as) meus/minhas interlocutores(as). Também chamávamos atenção dos consumidores, que, além de lançar-nos olhares curiosos, nos questionavam sobre o que fazíamos ali por tanto tempo, sentadas, anotando e observando as pessoas. Relendo minhas notas de campo, eis às nomações que estes últimos me atribuíram ao longo do tempo, ora perguntando ora murmurando entre si: *vendedora, feirante, fiscal da prefeitura, fiscal da vigilância, sobrinha, neta, filha, secretária, jornalista e estagiária.*

Meus/minhas interlocutores(as), por sua vez, referiam-se a mim como: *a guria*¹⁶ *que vem fazer pesquisa, a estudante da Universidade, a menina que vem em todas as feiras e fica aqui com nós, a guriazinha, minha filha emprestada*. Aceitaram-me, e até gostavam da minha companhia, dizendo sentir minha falta quando eventualmente deixava de comparecer à feira.

Foi com o tempo que as(os) camponesas(es) confiaram em mim, confienciando seus dilemas, seus prazeres, sua história de vida, sua luta para sobreviver da renda proveniente da agricultura. Nos primeiros três meses, percebi que as conversas foram extremamente pontuais, mas, depois deste período, passaram a ser mais longas e descontraídas. Inúmeras vezes ouvi rogarem que não desejavam essa vida para seus filhos(as), essa vida que julgam sofrida, sem amparo governamental, à mercê do mercado e das intempéries climáticas. Recomendavam-me constantemente que não parasse de estudar!

2 Vamos para a feira? delineando o espaço

A Feira acontece todas as quartas e sábados pela manhã no espaço urbano da cidade de Santa Maria-RS. Está localizada na Avenida Roraima, via de acesso à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), entre as estradas conhecidas como Faixa Velha (RS509) e Faixa Nova (RST287). No mapa 01, podemos visualizar sua espacialização. Este é um espaço público, usado sob convênio da UFSM com a Sociedade Amigos de Camobi (SACA), que foi uma das idealizadoras da feira no Bairro.

Atualmente a feira é composta por 6 barracas na quarta-feira e 17 barracas no sábado (número que varia esporadicamente), totalizando cerca de 39 feirantes, sendo 20 mulheres e 19 homens, sem contar os filhos que eventualmente colaboram. Fica atrás do passeio de pedestres, a céu aberto. Na imagem 01, podemos visualizar tais informações, sendo que, na legenda, as barracas com asterisco apontam os feirantes que vêm também na quarta-feira. Ressalto que em algumas barracas há mais de uma banca.

¹⁶ Sinônimo de menina ou mulher, usado com mais frequência do que estes últimos.



Imagem 01: Croqui da feira, elaborado em 14.06.14

Fonte: Elaborado por NORA, Fabiane Dalla; FROELICH, Patricia Rejane.

Cada feirante monta e desmonta sua banca. Chegam por volta das 5 horas da manhã e ficam até aproximadamente as 13 horas. Cada feirante é responsável por deixar o espaço limpo após as vendas. A feira é colorida, cada barraca tem sua coloração específica e um tamanho diferenciado. A cor de algumas barracas se repete; o que não se repete é o modelo e o formato. Cada uma tem os traços de quem a compõe; o tamanho varia conforme a disponibilidade de produtos de cada feirante.



Figura 05: A primeira linha na horizontal é, respectivamente, a feira em 2011, 2012, 2013 e 2014. Na segunda linha, tem-se a feira, da esquerda para a direita; frontal; traseira; da direita para a esquerda.

Fonte: Fotos da autora, com exceção da foto de 2013, quando passei um período fora do estado, e o espaço alocado pela feira passara por um projeto de “modernização”, com alargamento do passeio de pedestres e o plantio de árvores, pleiteado pela UFSM. A foto referida foi capturada pela colega Fabiane Dalla Nora, anteriormente referenciada.

Lá, encontramos diversidade de produtos (verduras, frutas, artesanato, panificados, flores, embutidos, quitutes, etc.) e, principalmente, sociabilidades. Lá, o consumidor(a) vai encontrar troca de receitas, jocosidades, prosas entre um público variado. Lá você pode fazer encomenda de produtos, experimentar o queijo e o salame¹⁷, levar seu chimarrão, brincar com o time de futebol de outrem, conversar sobre o tempo, contar seus dilemas. Sobre este feito, escreve France:

Ora, os encontros proporcionados pelas feiras têm múltiplos sentidos, e mesmo os encontros em que está em jogo apenas uma troca mercantil não são homogêneas entre si. Sobretudo, não são únicos que aí ocorrem. Assim, as pessoas que vão às feiras não o fazem necessariamente para comprar e/ou vender, havendo outros objetivos possíveis (FRANCE, 1984, p. 78).

¹⁷ Embutido de carne bovina ou suína.



Figura 06: Mosaico com todas as bancas da feira. A sequência apresentada – ao ser visualizada horizontalmente – revela a disposição “real” das bancas, considerando a posição de quem observa a feira da esquerda para a direita, em visualização frontal.

Fonte: Fotos da autora. Apresentam diversas datas, embora majoritariamente sejam do dia 07.06.14.

O espaço da feira é, assim, uma mescla de cores, aromas, sabores e histórias. A este respeito, ressalta Vedana:

Enfatizam-se os atos de compra e venda de alimentos no mercado livre, as relações de sociabilidade que lá se estabelecem, a estética particular deste evento, sua ambiência – visual e sonora – como elementos que conformam este “espaço vivido” ao mesmo tempo em que tecem uma vivência particular da cidade de Porto Alegre. Neste estudo etnográfico, analisam-se as “artes de nutrir” – gestos de manipulação da matéria – e “artes de dizer” – jocosidades, performances e jogos corporais para atrair clientes – respectivamente, como formas de estetizar o espaço da cidade a partir das práticas sociais de bairro (VEDANA, 2004, p. 8).

A feira engloba várias manifestações culturais, como, por exemplo, expressões em italiano, faladas tanto por consumidores como por alguns feirantes. Observei que a relação entre os feirantes e consumidores é, em sua grande parte, harmônica e baseada em laços de amizade (laços que se reforçam com o tempo, com consumidores recorrentes, onde há o trata-

mento por nome). Um autor que chama atenção para esse aspecto é Guimarães:

O mundo moderno tem nos trazido um modelo de comércio baseado nas grandes redes de supermercados que conservam os mesmos modos de atendimento. Em oposição e conservando as mesmas características há centenas de anos, as feiras têm substituído a tecnologia dos caixas dos modernos supermercados pela simplicidade e o contato direto entre feirantes e compradores, o calor humano, as amizades que nascem do convívio semanal, entre uma barraca e outra (GUIMARÃES, 2009, p. 3).

Nesse sentido, a feira se caracteriza por comportar um modelo de comercialização diferenciado, uma vez que os produtos ali oferecidos são, em grande parte, produzidos pelos próprios camponeses(as) que compõem a feira, ou seja, o comércio é feito sem atravessadores. Há uma intenção de que seja uma venda do produtor direto para o consumidor, o que aumenta a renda das famílias.

Ainda, a feira movimentava a economia local, agregando outros indivíduos que se utilizam deste evento semanal: há o “vendedor de pastéis”, o “vendedor de doces”, a “senhora da marmitta”, o “moço da agropecuária”, os vendedores ambulantes de vassoura, de chinelos, de cintos, a “vendedora de cosméticos”, as crianças que vêm pedir alimentos. Além disso, alguns feirantes entregam determinados produtos em restaurantes da proximidade e também doam produtos ao Centro de Apoio à Criança com Câncer – CACC, entidade assistencial localizada próximo à feira. A feira é também um espaço utilizado por terceiros para campanhas eleitorais e propagandas em geral, como festas, cursinhos e aulas de pilates.

A feira tem também um caráter festivo, de encontro e alegria. Em conversas informais, várias pessoas declararam a feira como uma espécie de terapia, lugar de lazer e sociabilidade. As mulheres declararam nos questionários que gostam de trabalhar na feira:

Pergunta: A família considera que é bom trabalhar na feira? Por quê?

Resposta 1: Sim. Fazemos muitas amizades e é prazeroso vender o que produzimos direto para o consumidor.

Resposta 2: Gostam, é uma maneira de entretenimento.

Resposta 3: Sim. Pelo contato com público e aumento da renda.

Resposta 4: Sim. Pelo trabalho que a gente faz. Pela profissão que escolhi. Por gostar do que faço.

Resposta 5: Sim. Porque garante o sustento da família.

Resposta 6 (compreende outra questão de expressão livre): A feira é ótima, porque a gente faz bastante amizade, é bastante divertida.

O trabalho na feira gera renda, que, segundo respostas dos questionários, é revertida em atendimento a necessidades básicas e aquisição de bens como:

Resposta 1: Nossa terra, Kombi, reboque, televisão, freezer, roçadeira.

Resposta 2: Forno para fazer os quitutes, televisão.

Resposta 3: Investimento na educação dos filhos e algumas melhorias na propriedade.

Resposta 4: O necessário para trabalhar na agricultura e o transporte através do mais alimentos. (Adquiri um caminhão)

Resposta 5: Alimentação e os gastos da casa em geral.

Neste espaço, verifiquei que a mulher camponesa desempenha um papel central. Ela está presente em quase todas as bancas; ali é geradora de renda, participa na produção dos produtos, na montagem da barraca e na comercialização dos produtos, embora muitas vezes quem coloque o preço¹⁸ seja o homem. Sua renda, conforme observado, tem melhorado a qualidade de vida das famílias. Há mais investimento em educação, saúde e na inserção de tecnologias domésticas que têm facilitado às tarefas das mulheres. Para elas, a feira representa também a possibilidade de acesso a uma renda em que são sujeitos da decisão de seu uso, fato incomum na maioria das famílias camponesas outrora.

Nesse sentido, podemos observar o *agency* (ORTNER, 2007, p. 380) dessas mulheres, enquanto agentes sociais que “negociam” diante desse espaço tão dinâmico, no qual a “a condição de sujeição é subjetivamente construída e experimentada, tanto como as maneiras criativas pelas quais ela é – mesmo que episodicamente – superada” (ORTNER, 2007, p. 381). Elas são, com certeza, negociadoras em potencial.

3 Gênero na feira: um olhar antropológico

Na feira de Camobi há homens e mulheres trabalhando, mas a igualdade de gênero ainda é uma utopia no meio rural. Segundo Scott (1999), a igualdade é um paradoxo; não se trata de eliminá-la, mas de escolher entre reconhecer ou ignorá-la. Sendo assim, o que se observa, na feira, é uma nova organização entre gêneros, diferenciada daquela passado, mas longe ainda de poder se dizer que as mulheres estariam “empoderadas”.

¹⁸ Refere-se ao estabelecimento do preço monetário do produto. Para essa marcação, os(as) feirantes baseiam-se no preço do supermercado e, em geral, colocam um valor menor que este último.

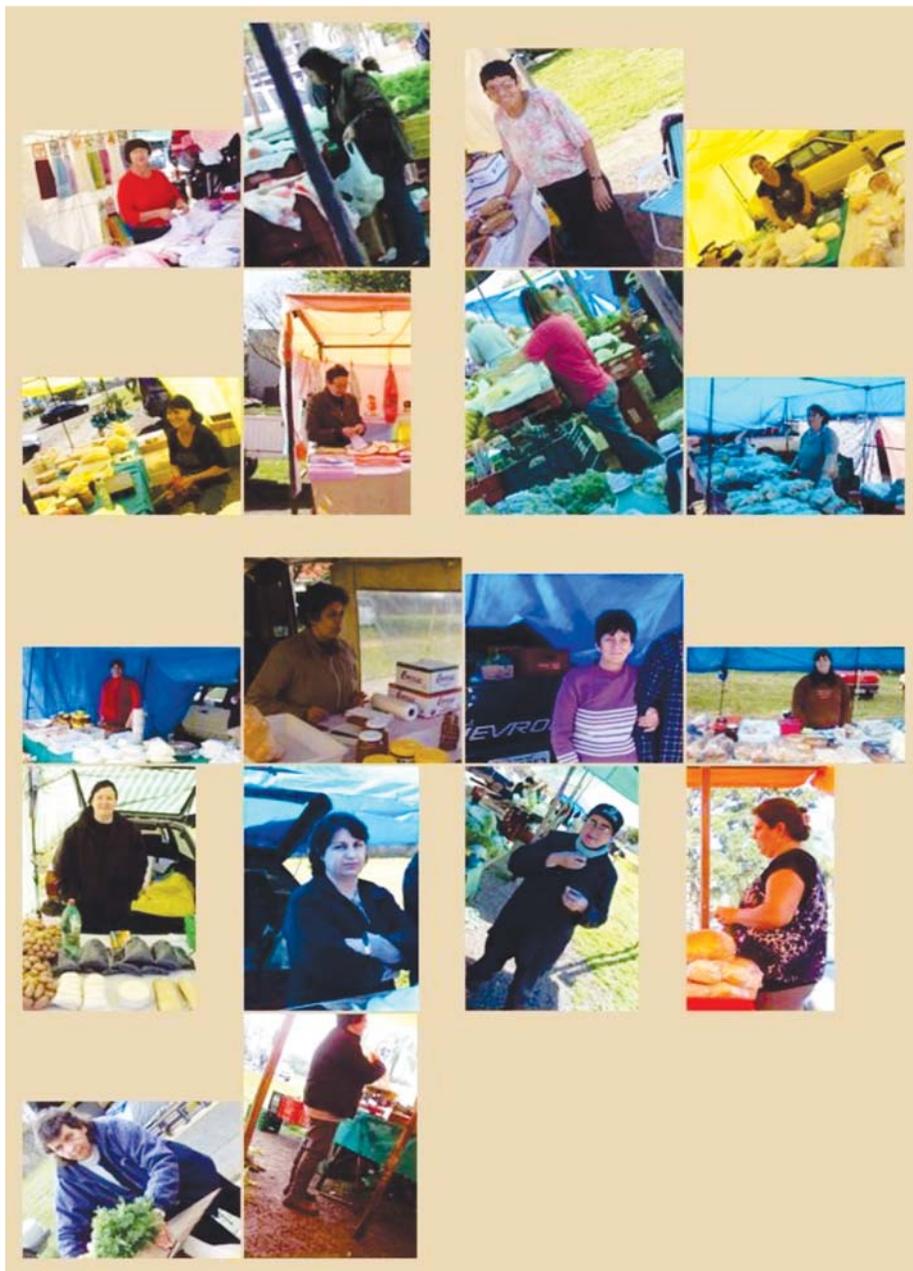


Figura 07: Minhas interlocutoras, faltando fotografia de duas, pois uma destas não quis ser fotografada e com a outra mantive pouco contato.

Fonte: Fotos da autora

Embora a mulher tenha adquirido mais autonomia comercializando seus produtos na feira, historicamente esse meio se caracteriza como sexista e conservador, para além do meu cenário pesquisado. Quando me refiro ao meio, estou pensando também nos “bastidores da feira”, como se dão as valorações do trabalho no ambiente doméstico e na lavoura¹⁹, ou melhor, na horta e no pomar, sendo que a maioria dos (as) feirantes trabalha com verduras, legumes e frutas.

Para Guacira Lopes Louro (1997), não existe essência feminina e sim muitas feminilidades com suas respectivas peculiaridades. Ao longo de sua obra, a autora problematiza como surgiu e se desenvolveu o conceito de gênero, empregado inicialmente pelas feministas anglo-saxãs e utilizado como ferramenta analítica e concomitantemente política (ibidem, p. 21). As concepções de gênero diferem entre sociedades, contextos e determinados grupos étnicos, e ainda em um mesmo meio há diferenciações econômicas, de idade, de posição, etc. A biologia não é negada dentro dessas concepções; outrossim, enfatiza-se a construção histórica e social. A autora, em consonância com Teresa de Lauretis (1986, apud LOURO, 1997, p. 33), critica a utilização do homem como referencial; a lógica dicotômica hierarquizada não seria, segundo elas, a perspectiva ideal de análise. Quando adotada esta última, constrói-se um polo dominante e outro dominado.

A dominação é relativa, as categorias também. É necessário, segundo Louro, desconstruir a posição binária, a fim de compreender e incluir “diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente” (ibidem, p. 34). A diversidade de performances deve ser respeitada e reconhecida, transcendendo a ultrapassada concepção do “verdadeiro”, da matriz heterossexual, nas palavras de Butler (2003). No meu caso, em específico, verifiquei que a feira trouxe mais autonomia e visibilidade para minhas interlocutoras, além do poder de compra explicitado em uma das entrevistas:

Profe: E além da casa, o que mais Dona Amélia? O que mais a senhora consegue comprar com o seu trabalho na feira?

Dona Amélia: Muita coisa! Agora, claro, eu tô aposentada também né, mas consegui a primeira compra foi a máquina de lavar, nem que não fizesse tudo, mas consegui.

¹⁹ O projeto de pesquisa em que atuei como bolsista de iniciação, como mencionado anteriormente, possibilitou, até o momento, conhecer o ambiente doméstico de duas das minhas interlocutoras. Fomos visitá-las e as entrevistamos.

Profe: Máquina de lavar roupa?

Dona Amélia: Máquina de lavar roupas é, de bate. Pia, porque a minha outra já tava estragada comprei essa aí, a parte de cima não porque essa aí já tem trinta anos, mas o balcão, a mesa como eu te falei, as cadeiras.

Profe: A mesa foi a primeira compra, Dona Amélia?

Dona Amélia: Foi a primeira compra com o dinheiro da feira, eu consegui!

Profe: E a senhora acha que sem a feirinha a senhora teria conseguido essas melhorias?

Dona Amélia: Ah não daí era só no braço né?! No caso assim lavoura. Porque através também da feira aí tu já tem outros contatos né, e aí as coisas andam mais né, tu conhece, faz novas amizades né, tu tem mais chance de vender mais coisa né é uma... como é que eu vou dizer, uma engrenagem que vai indo, agora se tu fica parado.

Profe: E quando a senhora vai preparar a feira na sexta-feira, em que a senhora pensa em que a senhora vai levar no sábado, como é que a senhora decide o que vai levar para o sábado?

Dona Amélia: É que agora torno rotina né?!

Profe: Hum.

Dona Amélia: Eu tenho as cucas que o pessoal procura que não sobra. O pão e o pãozinho aquele redondo que eu comecei a levar e o pessoal ta gostando, e aí eu não consigo mais parar de fazer, as vezes não gostaria de fazer tanta coisa né porque cansa e o Agnoline que agora no inverno dá um bom retorno.

As relações de poder sempre foram preocupação dos estudos feministas. Almejava-se promover visibilidade para as mulheres e, assim, também quebrar sua vitimização geralmente cristalizada. Em uma aproximação a Foucault, as autoras (LOURO, 1997; BUTLER, 2003) propõem observar o poder sendo executado em variadas direções. Nesse sentido, constatei que as mulheres desempenham um papel de destaque na feira, pois são maioria e, geralmente, iniciam os diálogos com os consumidores(as). Algumas passam suas receitas culinárias e recomendam remédios naturais. Essa visibilidade do trabalho feminino na feira, na qual a mulher surge como agente direto na produção de renda monetária, influi no contexto familiar.

Butler (2003, p. 31) ressalta que o gênero não caracteriza um ser substantivo, e sim “um ponto relativo de convergência, entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes”. Ela, ao longo de sua explanação, critica a naturalização binária/linear e a consequente matriz heteronormativa que ignora as particularidades e desconsidera a sexualidade como sendo uma multiplicidade de entrelaçamentos. Questiona os conceitos de sexo biológico e gênero cultural, propondo “repensar radical-

mente as categorias da identidade no contexto das relações de uma assimetria radical do gênero”.

A autora problematiza, ainda, a utilização da terminologia *mulheres* como uma categoria *una*. Ela frisa que características como classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder precisam ser considerados, e, segundo ela, deve-se igualmente criticar “as categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (ibidem, p. 22). Nesse sentido, referencio minhas interlocutoras enquanto mulheres camponesas feirantes, com ascendência italiana e na faixa etária dos 30 aos 60 anos, havendo diferenciação entre elas. Em conformidade com Butler, entendo gênero enquanto uma “complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (ibidem, p. 37). Ela sugere que as normatizações e definições fixas sejam abandonadas. Observa-se que a etnografia nos possibilita conhecer, no domínio das práticas sociais, o quanto tais possibilidades são variadas, situacionais e multifacetadas.

Nesse sentido, com base nas provocações dessas autoras, penso o gênero sob o meu cenário de pesquisa. Constatei, a partir da observação, de questionários, de entrevistas²⁰ e ainda em conversas informais, que a feira tem proporcionado às minhas interlocutoras um poder de compra que não existia antes do trabalho na feira. O dinheirinho (uma categorização delas) da feira tem sido empregado na aquisição de produtos eletrodomésticos, de higiene e beleza, mas majoritariamente na educação de seus filhos (as) (custeando matérias escolares e faculdade) e na qualidade de vida da família.

²⁰ As entrevistas foram feitas dentro do escopo do projeto referenciado na introdução. Até o momento, foram feitas três entrevistas, sendo duas delas com as mulheres e seus respectivos esposos e a terceira somente com uma mulher que é viúva. A coordenadora do projeto foi a entrevistadora. Eu filmei as duas primeiras, e a Fabiane (outra bolsista) transcreveu-as. Quem filmou e transcreveu a terceira entrevista foi Fabiane, e quem articulou essa última foi novamente a professora. Durante essa última entrevista, eu não estava em Santa Maria, por conta da mobilidade acadêmica. No entanto, tive acesso a esse material, que é arquivo das pesquisadoras do projeto. Embora tenha sido a professora que programou o roteiro das entrevistas, ela sempre deixou espaço para nossos (meus e da Fabiane) questionamentos; no entanto, os mesmos eram contemplados com suas respectivas perguntas. Ademais, as dúvidas que despontavam em mim, eu perguntava em conversas informais, travadas durante a feira propriamente dita. Acredito que, utilizando as informações obtidas através das entrevistas, consigo trazer as vozes das minhas interlocutoras para dentro do texto, o que é importante para o aprimoramento da pesquisa.

Percebi, em seus discursos, uma valoração do trabalho, da família e da religião.

Na banca da dona Amélia²¹, quem estabelece o preço da maioria dos produtos é seu marido; no entanto, ela tem autonomia sobre seus panificados e o *capeletti*. O dinheiro que ela adquire é reinvestido na sua produção, além de proporcionar-lhe algumas viagens de lazer e investimentos em sua casa, uma vez que seus filhos já estão casados e não moram mais com ela. Já na banca de dona Amanda, quem estabelece os preços é ela, embora seu marido dê sugestões também. Dona Lucila, por sua vez, vem à feira sozinha, raramente a vejo na companhia de seu marido e de sua irmã. Ela fala orgulhosamente de seu filho, que está concluindo duas graduações. Comenta que, às vezes, fica com medo de se envolver em acidentes, pois em dia de feira sai de casa de madrugada, dirigindo seu carro que está abastecido de produtos, mas confia sua sorte a Nossa Senhora Aparecida²², que, segundo ela, a tem protegido.

Na banca de Mônica e Margarida, tia e sobrinha, o marido de uma delas auxilia na montagem da barraca, mas a confecção dos produtos, a venda, o estabelecimento do preço é com elas, que manuseiam seus produtos com cuidado e os oferecem com carinho e orgulho, guardando suas receitas com zelo e parcimônia, que, nesse caso, referem-se a uma gama de produtos panificados (pão, *cuca*²³, bolos, biscoitos, salgadinhos, massas, etc.).

Para Carneiro (2001), há uma distinção notória entre papéis reservados ao homem e à mulher em meio à dinâmica de reprodução social no mundo rural. Fazendo um estudo de caso no município de Nova Pádua no Rio Grande do Sul e no município de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, a autora constatou que (nas duas regiões) a subdivisão da propriedade familiar privilegia os homens. Ao homem é dada uma parcela de terra após o casamento, entendida como parte de sua herança. As mulheres recebem “a sua parte” em uma modesta quantia de dinheiro e na forma de enxoval. Mas, a partir da década de 70, ao se estreitarem os vínculos com a cidade, ocorrem algumas transformações. Mesmo assim, a mulher continua lutando

²¹ Todos os nomes são fictícios, a fim de preservar a identidade das minhas colaboradoras.

²² Santa da religião católica.

²³ Refere-se a uma espécie de pão adocicado. Há diferenças entre a *cuca* alemã e a italiana. A primeira apresenta um recheio adicional e geralmente é mais “baixinha” que a italiana.

do por igualdade de direitos, especialmente na requisição econômica, no espaço rural. Desta forma, há uma divisão sexual do trabalho e valorações sobre as atividades desempenhadas no ambiente doméstico em detrimento do trabalho no roçado. O que resulta, segundo Brumer (2004), em um maior índice de emigração de mulheres jovens do que dos demais grupos etários e de sexo. No caso que analisei, percebi que a feira proporciona a essas mulheres um certo prestígio, relativizando essas noções acima referenciadas, porém há um reconhecimento que não é tão evidente no âmbito doméstico por si só.

Vale destacar que notei na feira uma marcação fortíssima de gênero. Os panificados (pão, bolachas, cucas, doces, salgados, massas...) são feitos exclusivamente pelas mulheres, embora alguns maridos os revendam. Há também o caso de uma banca de artesanato cujos produtos embora seja o homem que os revenda, ele próprio trata de ressaltar que a confecção dos mesmos é feita por sua esposa (nunca a vi na feira).

Observei que as mulheres feirantes recomendam aos seus filhos, especialmente às filhas, que continuem estudando, fazendo cursos superiores, reconhecendo assim a penosidade de seu próprio trabalho, trabalho que não proporciona férias, seguros, feriados, acúmulo de capital. Esse anseio das mulheres transparece nos questionários aplicados:

Pergunta: Seus filhos continuarão a trabalhar na terra? Por quê?

Resposta 1: Não, porque prefiro que minha filha estude, se forme e tenha uma renda fixa, porque o meio rural é incerto, depende do clima e da nossa força de vontade. Mas quero que ela continue morando no interior, é muito mais saudável e seguro.

Resposta 2: Não. É um trabalho muito difícil e sacrificado. Quero um futuro melhor para minhas filhas. Quero que estudem e exerçam outra profissão. Menos na feira e agricultura.

4 Gênese da feira: um pouco de política e história

Por meio de atas²⁴ de Assembleias da Sociedade Amigos de Camobi-SACA e de entrevistas com os/os feirantes, sabe-se que o espaço alocado atualmente pela feira começou a ser discutido em 1995²⁵ e que, inicialmente

²⁴ Ressalto que nesse caso não fiz etnografia em arquivos. As referidas atas me foram fornecidas pelo então Presidente da SACA. Limitando-se a três atas que abordavam a articulação inicial para o surgimento da feirinha.

²⁵ Há divergências entre os(as) feirantes quanto a essa data.

te, seria ocupado pela Cooperativa de Economia Solidária. Posteriormente, com a intervenção da Cooperativa de produção e desenvolvimento rural dos agricultores familiares de Santa Maria- Coopercedro, por volta de 1997, o espaço foi destinado a um grupo de pequenos(as) proprietários(as) rurais, e, no decorrer do tempo, houve muita desistência. Inicialmente, a feira acontecia somente aos sábados, passando a ocorrer também nas quartas há aproximadamente cinco anos, segundo afirmou uma feirante. No início houve apoio da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e da UFSM, com alguns projetos envoltos nos princípios da agroecologia, a fim de beneficiar esse grupo.



Figura 08: Estrutura e materiais de trabalho dos(as) feirantes.

Fonte: Fotos da autora. Diversas datas

Foi com muita persistência e dedicação por parte dos feirantes que a feira se consolidou. Contemporaneamente, atribuem esse sucesso à *construção de um ponto de venda*. Inicialmente, o retorno era pouco e o fluxo de consumidores era diminuto, como explanado por uma feirante, em resposta de questionário:

Pergunta: Gostaríamos que nas linhas seguintes a Sra. deixasse escritas algumas palavras de sua livre expressão sobre a condição de feirante.

Resposta: Sou feirante há seis anos, no início não foi fácil, até nos passar confiança para os clientes não foi fácil, mas aos poucos conquistamos e agora vendemos muito bem, iniciamos trazendo poucas caixas junto com meu pai quando ele tinha Kombi em seguida compramos uma Kombi e fomos sozinhos colocamos nossa própria barraca e fomos conquistando nossos clientes e sempre inovando e trazendo produtos de onde moramos nada é produto do ceasa, somente os nossos e de nossos vizinhos e sempre organizado. Ganhamos elogios dos clientes por ser organizado nossa banca, no mês de novembro um cliente que nós nunca tinha visto ou reparado elogiou dizendo que a nossa banca merecia uma foto por ser a mais organizada, ganhamos o dia por aquele elogio.

Percebe-se a preferência do(a) consumidor(a) em adquirir um determinado produto, como, por exemplo, aquele advindo de uma feira, enquanto uma decisão política, pois, ao comprar em tal lugar, o indivíduo fortalece aquela rede. Observo que o público consumidor da feirinha de Camobi é de classe média²⁶, composta em sua maioria por funcionários, professores e estudantes da UFSM. Especialmente no sábado vejo famílias “inteiras” vindo para a feira; há a presença de crianças e animais de estimação, como ilustra a *figura 09*.

Por outro lado, constato a carência dos(as) feirantes em relação à assistência técnica. Seguidamente ouço deles(as) a vontade de aperfeiçoarem sua produção e logística. Certo dia, um feirante me pediu material da pesquisadora Ana Primavesi²⁷, revelando sua vontade de trabalhar com produtos agroecológicos, o que, segundo ele, constitui uma tarefa difícil, pois há necessidade de uma assistência técnica específica e especializada.

A feira é composta majoritariamente por descendentes de imigrantes italianos²⁸, que trazem seus produtos advindos de um cenário rural de agricultores(as) para dialogar com as urbanidades dos consumidores(as),

²⁶ Minha compreensão de classe média atinge os requisitos de poder de compra, alta escolaridade e bens mantenedores de status, como, por exemplo, carros que transcendem o modelo popular de automóvel, e também o uso de jóias.

²⁷ Ana Maria Primavesi é considerada uma das pioneiras da agroecologia no Brasil. Seus escritos valorizam o manejo sustentável do solo, dentro da ciência agrônômica. O feirante que me pediu tal material ouviu falar dessa pesquisadora pela televisão. Em atenção ao seu pedido, procurei na biblioteca da Universidade e xeroquei para ele o seguinte livro: *Agricultura Sustentável*, publicado em 1992 pela editora Nobel. Fiz o que estava ao meu alcance e lamento não ter conhecimento técnico para auxiliar mais nesse sentido; lamento ainda que quem tem tal formação não o faça.

²⁸ Sobre os descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul ver Zanini (2006).

promovendo, assim, inúmeras narrativas, surpresas e também processos de rememoração. Recordo-me (embora não tenha conseguido “achar” essa nota específica nos meus diários) de uma freguesa que declarou ser professora da Universidade, na área da educação (é uma freguesa assídua) e que vem à feira, pois esta remete à sua infância, uma vez que ela e sua família moravam “para fora”²⁹. A variedade de produtos sazonais, segundo ela, lembra os cultivos de sua família; em tom saudoso (essa fala me marcou muito, por isso guardei-a tal e qual foi proferida, aliás mais de uma vez) comentava: *A gente era feliz e não sabia!*



Figura 09: Painel retratando o diversificado público da feirinha.

Fonte: Fotos da autora. Apresentam datas distintas.

Na feira são compartilhados receitas e modos de fazer; há conversas sobre o clima, encomendas de produtos, dicas de nutrição e aproveitamento de caules e cascas. Há também a dosagem do discurso médico e dos saberes tradicionais, com a formação de laços afetivos e o compartilhamento de experiências de vida, quando a comida representa também um papel

²⁹ Termo utilizado para expressar sinônimo de zona rural.

cultural. Relendo meus diários de campo, visualizei que, no dia 22.09.2012, vieram à feira duas irmãs que se autodeclararam de ascendência alemã e italiana, uma por parte de mãe e outra por parte de pai. Elas queriam levar abóbora para caramelizá-la e comê-la juntamente com churrasco. Tal mistura de doce com salgado, seria, segundo elas, “coisa de alemão”. Elas passaram um bom tempo conversando com D. Amélia sobre ditos pratos típicos de descendentes italianos e alemães. Falaram de seus gostos e questionaram D. Amélia sobre os seus. Quando saíram, D. Amélia me confidenciou a seguinte explanação: *Eu adoro quando vêm umas pessoas assim... da nossa cultura!*

A religiosidade dos(as) feirantes é algo que me marcou. Há recorrentes menções ao seu catolicismo, à sua participação dominical em cultos e celebrações festivas. Conseqüentemente, a presença de valores morais consolidados é notória. Costumeiramente, recebi panfletos com orações; notava em seus discursos que as boas vendas e seu bem-estar eram atribuídos a seu Deus. Em um trecho de uma entrevista, uma das minhas interlocutoras atribui a sua permanência na feira à sua dedicação e ao apoio divino:

Profe: E no que a senhora pensava quando a senhora se via caminhando e não desistia, Dona Amélia? No que a senhora pensava assim?

Dona Amélia: Eu pensava assim oh, eu hei de vencer né, rezava, rezava muito (risos). Eu pedia a Deus que me ajudasse e em casa eu também pensava eu quero vencer, eu vou vencer e aí foi indo, foi indo né?! Aí com a ajuda de um e outro, uma palavra de um e outro né?! Mas eu nunca desisti sabe, eu sempre foi persistente. Não, se eu fosse desanimada tinha desistido, Deus me livre o que eu passei!

Considerações finais

Conclui-se que a feira, dentro do contexto social e econômico, aproxima os camponeses(as) do mercado; ela proporciona que os donos do seu meio de produção possam ser também agentes das trocas comerciais de seus produtos, vendo neles o valor de sua força de trabalho, ao eliminarem a figura do intermediário. Dessa forma, os trabalhadores(as) conseguem estabelecer o preço de seus produtos, sendo agentes diretos do processo de comercialização. A feira proporciona ainda uma ênfase à atuação feminina, onde a mulher ganha visibilidade como geradora de renda monetária.

A feira estudada demonstra ser um meio de escoamento de produtos advindos da agricultura familiar, criando um novo mercado para esses

pequenos(as) proprietários(as) rurais. Mas o ponto preocupante gira em torno de conhecimentos “tradicionais” que estão se perdendo de geração em geração. Isso ocorre devido ao baixo investimento em políticas públicas para jovens que anseiam permanecer no campo, havendo o consequente êxodo rural. É necessário pensar em mais projetos para o meio rural, a partir da escuta dos dilemas desses sujeitos, para posteriormente direcioná-los às políticas, a fim de atender essas dinâmicas emergentes. Nesse sentido, a antropologia poderá oferecer suporte, a partir de todo acúmulo nesta área de pesquisa, cuidando para que a qualidade de vida desses atores sociais seja preservada.

A feira, por sua vez, revelou-se um espaço de reprodução da condição camponesa em diálogo com as mudanças e emergências do espaço rural sob a égide do capitalismo. É, ainda, um espaço de sociabilidades, uma espécie de evento que mantém certo número de apresentadores (feirantes) e espectadores [fregueses(as) assíduos(as)], convidando a cada feira novo público [novos(as) fregueses(as)], mediante uma propaganda que vai de boca em boca, seduzindo também através de cores, aromas e sotaques.

Referências

- ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial/Palmarinca, 1997.
- BECKER, Howard. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, Editores, 1977. Cap. 8. *Problemas na Publicação de Estudos de Campo*. p. 137-157.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre; CAMPOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean- Claude. *Ofício de sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, jan.-abr., 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 17-60.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, 1999.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André L. *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002. p. 19-38.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Estudos Feministas*, vol. 9, n. 1, 2001.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1925.
- DESCOLA, Philippe. Aprendizados. In: *As lanças do crepúsculo: relações jivaro na alta amazônia*. São Paulo: Cosacnaifi, 2006. p. 59-70.
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia: Saberes e Práticas. In: *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPed, Caxambu, set. 1998. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_06_CLAUDIA_FONSECA.pdf>.
- GARCIA, Marie France. *Feira e trabalhadores rurais/as feiras do Brejo e do Agreste Paraibano*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional UFRJ. Rio de Janeiro, 1984.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Tradução Vera Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2009.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, 172p.
- GUIMARÃES, Roberli Ribeiro. Feira Camponesa: Instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão-GO. *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2009, p. 1-15.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 14-56.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARTINS, José de S. 1981. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, cap. 1.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e historiografia no Brasil. *BIB 35*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 41-57.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

ROCKWELL, Elsie. La relevancia de la etnografía y reflexiones sobre el trabajo etnográfico. In: *La experiencia etnográfica*. Historia y cultura en los procesos educativos. Buenos Aires: Paidós, 2009, p.143-156.

SÁ, Guilherme. Quebra-galhos. In: *No mesmo galho*: Antropologia de coletivos humanos e animais. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 17-40.

SANTOS, José Vicente Tavares. A gênese histórica do camponês. In: *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 13-20.

SCOTT, Joan W. Artigo traduzido de um *paper* (título original: The Conundrum of Equality) publicado pela escritora na série *Occasional Papers* da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Estudos Avançados – Princeton, lançado em março de 1999.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. *MANA 17(2)*, p. 395-417, 2011.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera*, ano 8, n. 7, jul./dez., 2005.

TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

VEDANA, Viviane. “Fazer a Feira” estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 19-29.

WANDERLEY, Maria N. B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1970.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. *Monoparentalidade e chefia feminino: Conceitos, Contextos e Circunstâncias*. Apresentado no Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas, realizado em 4 de novembro de 2002, Ouro Preto-MG pela CNPD, FNUAP e ABEP.

